UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
E MEIO AMBIENTE - PRODEMA

MANUELA MARIA PEREIRA DO NASCIMENTO

TRAJETÓRIAS DA PROVISÃO HABITACIONAL: supressão da natureza e desigualdade em meio urbano

RECIFE
2018

MANUELA MARIA PEREIRA DO NASCIMENTO

TRAJETÓRIAS DA PROVISÃO HABITACIONAL: supressão da natureza e desigualdade em meio urbano

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e Meio Ambiente

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho

RECIFE
2018

Catalogação na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

N244t Nascimento, Manuela Maria Pereira do.
Trajetórias da provisão habitacional : supressão da natureza e desigualdade em meio urbano / Manuela Maria Pereira do Nascimento. – 2018.
249 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2018.
Inclui referências e apêndices.

1. Meio ambiente. 2. Habitação – Política pública. 3. Habitação – Disparidades regionais. 4. Política habitacional – Recife (PE). 5. Gestão territorial. I. Castilho, Cláudio Jorge Moura de (Orientador). II. Título.

363.7 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2018-193)

MANUELA MARIA PEREIRA DO NASCIMENTO

TRAJETÓRIAS DA PROVISÃO HABITACIONAL: supressão da natureza e desigualdade em meio urbano

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em: 27/07/2018.

BANCA EXAMINADORA

_____

Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

_____

Dra. Wilza Gomes Reis Lopes (Examinadora interna)
Universidade Federal do Piauí

_____

Dra. Maria do Carmo de Albuquerque Braga (Examinadora externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

_____

Dr. Hugo Arruda de Morais (Examinador externa)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

_____

Dra. Elisa Magnani (Examinadora externa)
Università di Bologna

AGRADECIMENTOS

Para a realização deste trabalho de conclusão, contei com o apoio e ajuda de muitas pessoas e instituições. Registrarei aqui, os mais sinceros agradecimentos:

Ao professor Cláudio Jorge Moura de Castilho, pela orientação que ocorreu de forma tão positiva, sendo uma oportunidade única para troca de conhecimentos e muito aprendizado. Agradeço especialmente, por ter me inserido de forma tão terna e profissional no contexto das atividades do Grupo Movimentos Sociais e Espaço Urbano e da Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais. E mais ainda, pelo equilíbrio entre os momentos nos quais era necessário me deixar organizar os pensamentos e nos quais era preciso dizer: Adiante! Suas palavras, virtualmente ou presencialmente, sempre foram uma grande fonte de reflexão e motivação.

À coordenação, professores e funcionários do PRODEMA, aos quais eu agradeço respectivamente por meio dos nomes da professora Maria do Socorro Bezerra de Araújo e da muito querida (desde meus remotos tempos de graduação), Solange de Paula Lima. No PRODEMA, seja no mestrado na Universidade Federal de Sergipe, ou no doutorado na UFPE, sempre sinto que estou "em casa", livre para pensar, estudar e conversar abertamente com todos.

Aos professores que contribuíram durante as apresentações prévias da pesquisa no Seminário Integrador do PRODEMA, Seminários de Tese e no momento da qualificação, assim como aso membros da banca para avaliação final. Agradeço particularmente à professora Josiclêda Domiciano Galvíncio, que acompanhou trabalho em quase todos esses momentos, dando importantes contribuições.

Aos funcionários dos órgãos públicos visitados. Especialmente às equipes da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM, Prefeitura da Cidade de Recife (PCR) e Instituto da Cidade Pelópidas Silveira – ICPS, pela pronta disponibilização dos materiais cartográficos e informações. Aos colaboradores da Secretaria de Habitação da PCR, da Empresa de Urbanização do Recife – URB e da Secretaria de Habitação do Governo do Estado de Pernambuco.

Durante as disciplinas cursadas sempre foram muito importantes, além dos próprios conteúdos ministrados pelos professores, as discussões com os colegas de diversas áreas. Agradeço às inúmeras possibilidades de esclarecimento. Também agradeço aos alunos em disciplinas de estágio à docência, nas quais eu apresentava sempre alguns resultados e isso rendia uma excelente troca de informações (por vezes eram quase sabatinas sobre o trabalho, que foram ótimas!).

Ao meu companheiro Luiz Henrique Dore, que continua me fornecendo auxílio na aplicação de técnicas estatísticas, nunca deixando de dar opiniões críticas e imparciais em todos os momentos da pesquisa, além de sempre levantar questionamentos interessantes. Agradeço também a Thales, meu filho, que ao longo de seus dois anos e 10 meses, além de me disciplinar muito, vem me garantindo tantas emoções lindas.

Agradeço a meus pais, Manoel e Célia, pelos incentivos de sempre, assim como ao restante da minha família, pessoas maravilhosas que são grande fonte de inspiração, desde o pequeno Caio à Vovó Joselita. Também à querida prima Isabela, que nos instantes finais, deu aquela revisada no "Resumen". É muito bom ter todos e todas vocês por perto!

À minha turma do PRODEMA, expresso enorme gratidão pelos momentos onde o aprendizado e a diversão andavam sempre juntos. Das conversas super "zen" com a linda Patrícia Alves ou, muito construtivas com Gilberto Lima Filho, às grandes risadas com Gabriela Aretakis e Vanessa Bastos, que ganhavam força extra com a presença de José Eleno, que trouxe tanta ousadia e alegria para nossa turma. Deixo aqui um agradecimento especial ao colega Tiago Henrique Oliveira, pela grande disponibilidade e espírito de cooperação.

Aos queridos colegas e amigos do Grupo Movimentos Sociais e Espaço Urbano, por proporcionarem um ótimo ambiente de trabalho, pelo apoio técnico e ótimos momentos de descontração. Agradeço especialmente a Diana Carolina Gómez Bautista, minha companheira de investigações sobre o tema, também a Rogério Cavalcanti, Milena Gomes, Gabriel Augusto, Dóris Campos, Emyli Souto, Ítalo Soeiro e Bruno Pontes, que a cada diálogo interessante, ou em nossas reuniões, foram contribuindo na formulação das minhas ideias.

A todas as pessoas que me forneceram tantas informações importantes nos lugares e conjuntos habitacionais por onde passei e realizei os trabalhos de campo. Às pessoas entrevistadas que partilharam suas histórias e opiniões comigo, e com as quais, me emocionei, me indignei, ri ou refleti por tantas vezes.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pela concessão da bolsa de doutorado.

RESUMO

Esta pesquisa teve o propósito de investigar de que maneira a provisão de habitações de interesse social interfere na configuração do ambiente urbano. E nesse contexto, estabelecer conexões entre o acesso à moradia e sua implementação como política pública, considerando principalmente dois pontos: seu potencial e uso na melhoria da gestão territorial, bem como sua efetividade na melhoria do acesso à moradia digna para pessoas que estão à margem de processos decisórios e em situação de insegurança quanto à permanência em seus territórios. Dessa forma, tendo como recorte espacial o Município do Recife – Estado de Pernambuco, Brasil, questionou-se: Em que medida as ações em habitação de interesse social têm contribuído para a redução das desigualdades sociais e para o melhoramento do ambiente das pessoas afetadas? Por meio de pesquisa de dados primários e secundários, geoprocessamento e revisão da literatura, foram correlacionados os resultados das políticas habitacionais, a investigação de intencionalidades para a realocação de famílias, as ocupações e usos que foram atribuídos aos territórios onde ocorreu a remoção e as condições de permanência nos ambientes de realocação. Realizou-se o mapeamento de conjuntos habitacionais construídos por meio de ações em habitação de interesse social na cidade do Recife, entre o período de 2001 e 2017, a fim de dar início à sistematização qualitativa de informações que deem maior visibilidade ao processo, territórios e pessoas que compõem o universo do "interesse social". Os resultados indicam pouca efetividade das ações na redução do deficit habitacional e das desigualdades sociais no Recife. Além disso, suas motivações iniciais não foram, em sua maioria, atreladas às condições de vulnerabilidade vividas por expressiva parcela da população do Recife. Em relação aos reassentados, as ações não fomentaram a melhoria da situação ocupacional e tem ocorrido o direcionamento das famílias para áreas de menor rendimento, reforçando assim, a histórica fragmentação territorial. Apesar disso, as pessoas afetadas reconheceram a melhoria na condição da moradia, sobretudo devido à alta precariedade encontrada nos seus lugares de vida anteriores. Os novos usos e ocupações nos territórios removidos não demonstram aproveitamento do potencial da política para melhorias ambientais, prevalecendo os reusos vinculados à implantação do sistema viário. Observou-se, portanto, que a satisfação do "interesse social" foi posta em segundo plano nas políticas habitacionais e demais políticas públicas que envolvem a construção de moradias. Isto decorre de condicionantes que não evoluem positivamente ou permanecem sob outras formas, tais como: a persistência de interesses do caráter higienista ligados aos desígnios do capital privado, que realizam em

consonância com Estado, o controle social e territorial na distribuição desigual dos benefícios na gestão das cidades.
Palavras-chave: Gestão territorial. Provisão pública de habitações. Instabilidade residencial. Desigualdade. Recife.

ABSTRACT

This research aimed to investigate how the provision of public housing interferes in the configuration of the urban environment. And in this context, we also discuss the effectiveness of housing policies in improving access to decent housing for people who are marginalized in decision-making processes and in an insecure situation as to the permanence in their territories. We focused on Recife's experience, city that is in the state of Pernambuco, Brazil, based on the following questions: to what extent has public housing policy contributed to the reduction of social inequalities and to improvement in the urban environment for those people affected? Through research of primary and secondary data, geoprocessing and review of the literature we correlated the results of the public housing policies, the investigation about the intentionality hidden behind the relocation of families, the occupations and uses related to the removal territories of affected families, as well as conditions in reallocation environments. The mapping of public housing complexes constructed through actions of social interest housing in the city of Recife, between 2001 and 2016, was carried out in order to initiate the generation and systematization of information that gives greater visibility to the process, territories and people who compose the universe of "social interest". The results indicate low effectiveness of actions in reducing housing deficit and social inequalities in Recife. Furthermore, in most of the cases, its initial motivations were not linked to the vulnerability conditions experienced by a significant portion of the population. Considering the resettled, the actions are not promoting improvement in terms of occupational situation, have displaced the families for lower-income ranges areas, which has resulted in territorial fragmentation. Nevertheless, families affected by public housing policy recognized the improvement regarding the condition of the housing, especially when make comparisons with previous housing situation. The new uses and occupations of the removal environments don't demonstrate a use of the potential in this kind of policy for environmental improvements, whit prevailing reuses linked to the roads system building. It was observed that the satisfaction of the "social interest" was put in second place in the housing policies and other public policies that involve the construction of houses. This stems from conditions that do not evolve positively or remain in other forms, such as the persistence of hygienism and the designs of private capital, that perform, in concordance with the state, the social and territorial control in the unequal distribution of benefits in the management of cities.

Keywords: Territorial management. Public housing policy. Residential instability. Inequality. Recife.

RESUMEN

Esta investigación tuvo el propósito de buscar de qué manera la provisión de viviendas de interés social interfiere en la configuración del ambiente urbano. En este contexto, establecer conexiones entre el acceso a la vivienda y su implementación como política pública, considerando principalmente dos puntos: su potencial y uso en la mejora de la gestión territorial, así como su efectividad en la mejora del acceso a la vivienda digna para personas que están al margen de procesos decisorios y en situación de inseguridad en cuanto a la permanencia en sus territorios. De esta forma, teniendo como recorte espacial el Municipio de Recife - Estado de Pernambuco, Brasil, se cuestionó: ¿En qué medida las acciones en vivienda de interés social han contribuído a la reducción de las desigualdades sociales y al mejoramiento del ambiente de las personas afectadas? Por medio de la investigación de datos primarios y secundarios, geoprocesamiento y revisión de la literatura, se correlacionaron los resultados de las políticas habitacionales, la investigación de intencionalidades para la reubicación de familias, las ocupaciones y usos que se atribuyeron a los territorios donde ocurrió la remoción y las condiciones de permanencia en los entornos de reubicación. Se realizó el mapeamiento de conjuntos habitacionales construídos por medio de acciones en vivienda de interés social en la ciudad de Recife, entre el período 2001 y 2017, a fin de iniciar la sistematización cualitativa de informaciones para dar mayor visibilidad al proceso, territorios y las personas que componen el universo del "interés social". Los resultados indican poca efectividad de las acciones en la reducción del déficit habitacional y de las desigualdades sociales en Recife. Además, sus motivaciones iniciales no fueron, en su mayoría, vinculadas a las condiciones de vulnerabilidad vividas por expresiva parte de la población de Recife. En cuanto a los reasentados, las acciones no fomentaron la mejora de la situación ocupacional y se ha producido el direccionamiento de las familias hacia áreas de menor rendimiento, reforzando así la histórica fragmentación territorial. Sin embargo, las personas afectadas reconocieron la mejora en la condición de la vivienda, sobre todo debido a la alta precariedad encontrada donde vivian antes. Los nuevos usos y ocupaciones en los territorios removidos no demuestran aprovechamiento del potencial de la política para mejoras ambientales, prevaleciendo las reutilizaciones vinculadas a la implantación del sistema viario. Se observó, por lo tanto, que la satisfacción del "interés social" fue puesta en segundo plano en las políticas habitacionales y demás políticas públicas que involucran la construcción de viviendas. Esto se deriva de condicionantes que no evolucionan positivamente o permanecen bajo otras formas, tales como: la persistencia de intereses del carácter higienista ligados a los designios del capital privado, que realizan en consonancia con

el Estado, el control social y territorial en la distribución desigual de los beneficios en la gestión de las ciudades.
Palabras clave: Gestión territorial. Provisión pública de viviendas. Inestabilidad residencial. Desigualdad. Recife.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Recuperações da interpretação das visões diante das relações sociedade-natureza e sua convergência para a problemática ambiental. 44
Figura 2 - Elementos de afastamento e reaproximação entre sociedade e natureza, considerando o fazer humano e caminhos para reconexão. 51
Figura 3 - Elementos que compõem o processo de supressão da natureza no contexto observado e encadeamento de ações contra-hegemônicas. 67
Figura 4 - Localização geral da área de estudo: Regiões Político-Administrativas (RPA), Conjuntos Habitacionais em PHIS e Territórios Removidos no Município do Recife – Estado de Pernambuco – Brasil. 72
Figura 5 - Mosaicos de ortofotocartas referentes aos anos de 1975 e 1986 – Município do Recife/PE. 76
Figura 6 - Fluxo de conteúdos teóricos discutidos e temas de acordo com Prado (2012) que serviram de base para a análise empírica e elaboração das questões aplicadas. 79
Figura 7 - Relações entre as unidades de paisagem e aspectos da ocupação do solo na Cidade do Recife/PE. 87
Figura 8 - Segmento de representação do território do Recife e arredores entre 1630 e 1654. 88
Figura 9 - Representação da Cidade do Recife em 1908. 89
Figura 10 - Situações de ocupação residencial no Recife/PE: riscos em áreas de encostas, fragmentos de assentamentos precários e aglomerados altamente adensados em áreas planas. 91
Figura 11 - Sobreposição de Comunidades de Interesse Social (CIS), das áreas classificadas como aglomerados subnormais pelo IBGE e das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) no município do Recife/PE. 92
Figura 12 - Distribuição espacial do rendimento médio mensal domiciliar por setores censitários no município do Recife/PE. 93
Figura 13 - Vistas das formas de ocupação no município do Recife/PE. 94
Figura 14 - Distribuição de lotes no município do Recife/PE por ano de construção, com áreas de ocupação mais antigas em detalhe. 95
Figura 15 - Quantidade de pavimentos por lotes no ando de 2015 no Recife/PE, com áreas mais verticalizadas em detalhe. 96

Figura 16 - Unidades habitacionais construídas até 1961 por intermédio de órgãos oficiais no Município de Recife. 105
Figura 17 - Relações entre a construção de conjuntos habitacionais e a evolução de áreas de interesse social no bairro COHAB, Recife/PE. 109
Figura 18 - Unidades habitacionais construídas na RMR pela COHAB-PE / EMHAPE / CEHAB, no âmbito de programas convencionais para a provisão de moradias. 110
Figura 19 - Evolução da área e quantidade de assentamentos precários na cidade do Recife, contabilizados nos levantamentos realizados pelos governos estadual e municipal. 112
Figura 20 - Evolução da ocupação territorial nas ZEIS Coelhos, Coque e Brasília Teimosa, Município do Recife/PE. 114
Figura 21 - Distribuição espacial de resultados de Políticas de Habitação de Interesse Social em Recife/PE: Intervenções com provisão de moradias e conjuntos habitacionais construídos, com obras paralisadas ou em andamento entre 2001 e 2017..... 117
Figura 22 - Quantidade de conjuntos e unidades habitacionais (UH), construídas por ano em ações de habitação de interesse social entre 2001 e novembro de 2016. 120
Figura 23 - Correlações entre a capacidade para obtenção de financiamentos no Brasil (2009) e distribuição do deficit habitacional por faixa de renda em anos subsequentes na RMR (2011-2014). 124
Figura 24 - Recife e Região Metropolitana do Recife - Deficit Habitacional Absoluto entre 2010 e 2015. 127
Figura 25 - Composição do Deficit Habitacional (percentual de domicílios em cada grupo) entre 2010 e 2015 na Região Metropolitana do Recife e em 2010, no Recife. 128
Figura 26 - Relação entre a quantidade de domicílios vagos e o deficit habitacional na Região Metropolitana do Recife (2011 a 2014). 128
Figura 27 - Cadastramentos de áreas de interesse social e fontes das bases cartográficas. 131
Figura 28 - Categorização das UH construídas em ações de HIS (2001 a 2016), em função das intencionalidades de uso dos territórios removidos e intervenções realizadas. 134
Figura 29 - Relações entre a remoção de habitações, construção da Via Mangue e áreas remanescentes no entorno da intervenção. 136
Figura 30 - Delimitação de palafitas removidas, implantação da av. Beira Rio e verticalização do entorno. 137
Figura 31 - Rio Beberibe em trechos do limite entre os municípios de Olinda (acima, lado esquerdo) e Recife. 139

Figura 32 - Percepções dos entrevistados em relação à mudança nas condições da moradia. 141
Figura 33 - Relações entre a densidade demográfica por bairros no Município do Recife (PE) e localização das áreas pesquisadas..... 144
Figura 34 - Relações entre a localização de conjuntos habitacionais e territórios removidos em ações de HIS (2001-2016) e o rendimento médio mensal por setores censitários (2010) no Município do Recife (PE)..... 146
Figura 35 - Percepções dos entrevistados em relação às mudanças nas condições de ocupação. 149
Falas dos Entrevistados (E) 2 - Sobre as mudanças nas condições de ocupação. 150
Figura 36 - Percepções dos entrevistados em relação à mudança do local de moradia. 152
Figura 37 - Situações de precariedade em formas de moradia no Município do Recife/PE. . 154
Figura 38 - Sobreposição do Zoneamento Urbano constante no Plano Diretor do Município do Recife, Territórios Removidos e Conjuntos Habitacionais. 166
Figura 39 - Ocorrência de reocupações em territórios removidos, de ocupações residenciais no entorno dos CH e padrões de inserção territorial em relação à ocorrência de ZEIS e CIS no Recife/PE. 168
Figura 40 - Situação de permanência da ZEIS Vila Vintém e retirada de comunidade vizinha. 169
Figura 41 - Padrões de realocação e situações de ocupação nas proximidades dos CH e territórios removidos. 171
Figura 42 - Áreas onde se verificaram conflitos de natureza territorial no entorno do CH. .. 172
Figura 43 - Distribuição espacial e evolução temporal da implantação de conjuntos habitacionais em políticas de habitação de interesse social no Recife, de 2001 a 2017. 173
Figura 44 - Implantação de conjuntos habitacionais em área de interesses do capital empresarial privado no Recife/PE e vista de parte da área (no sentido da Zona Sul)..... 176
Figura 45 - Proximidade com a natureza em relação ao antigo e novo local de moradia 181
Figura 46 - Diferenças no ambiente por tipologia..... 182
Figura 47 - Relação entre a localização de conjuntos construídos em ações de Habitação de Interesse Social e Serviços de Educação Pública no Município do Recife/PE – Brasil..... 192
Figura 48 - Quantitativos de escolas e creches para conjuntos habitacionais construídos na Zona Norte do Recife/PE. 193
Figura 49 - Uso e opinião dos entrevistados em relação ao serviço de educação pública 194

Figura 50 - Relação entre a localização de conjuntos construídos em ações de Habitação de Interesse Social e Serviços de Saúde Pública Municipais em Recife/PE – Brasil. 196
Figura 51 - Uso e opinião dos entrevistados em relação ao serviço de saúde pública 197
Figura 52 - Relação entre a localização de conjuntos construídos em ações de Habitação de Interesse Social e a presença de transporte coletivo e rede cicloviária (atual e prevista) no Município do Recife/PE – Brasil. 199
Figura 53 - Uso e opinião dos entrevistados em relação ao serviço de transporte público 200
Figura 54 - Relação entre a localização de conjuntos construídos em ações de Habitação de Interesse Social e a localização de Áreas Verdes, Parques e Praças no Município do Recife/PE – Brasil. 201
Figura 55 - Uso e opinião dos entrevistados em relação ao uso de espaços públicos de lazer e convivência 202
Figura 56 - Iniciativas de organização condominial e para conservação das áreas comuns. . 204
Figura 57 - Evasão dos conjuntos habitacionais x padrão de provisão e possibilidades de permanência. 209
Figura 58 - Problemas na infraestrutura da habitação, alterações no projeto inicial (realizadas pelos moradores) e evolução do padrão construtivo. 211
Figura 60 - Exemplos de subutilização de áreas e falta de manutenção dos espaços coletivos. 213
Figura 61 - Problemas mais sussetíveis a melhoria considerando o aprimoramento do processo de pós-ocupação. 214
Figura 62 - Conjuntos com obras paralisadas e ocupação de área de construção abandonada. 216
Figura 63 - Aspectos positivos e possibilidades. 219

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Barreiras para implementação de habitações sustentáveis. 57
Quadro 2 - Registro de variáveis do Censo 2010 utilizadas para composição de cartogramas. 77
Quadro 3 - Caracterização das Unidades de Paisagem do Recife/PE. 86
Quadro 4 - Situação de ocupação dos entrevistados e sua percepção quanto às formas de ocupação no conjunto habitacional 151
Quadro 5 - Definição de Habitação de Interesse Social e Artigos relacionados no Plano Diretor do Município do Recife/PE 159
Quadro 6 - Palavras que lembram “natureza” de acordo com os entrevistados. 179

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Listagem dos conjuntos habitacionais levantados, com a codificação de norte a sul no município do Recife (CDNS), quantidade de unidades habitacionais (UH), critérios de exclusão do universo pesquisado (CEXC) e situação construtiva em dezembro de 2016. 81
Tabela 2 - Detalhamento dos quantitativos referentes ao planejamento amostral. 83
Tabela 3 - Conjuntos habitacionais construídos por meio de políticas públicas de habitação até a década de 1980 no Recife/PE. 107
Tabela 4 - Brasil: Despesas do Governo Federal com a Habitação de Interesse Social (HIS), por transferência de recursos ou gastos diretos entre 2004 a 2016. 115
Tabela 5 - Síntese das opiniões dos entrevistados sobre a evasão nos conjuntos habitacionais 206
Tabela 6 - Síntese dos problemas enfrentados nos conjuntos habitacionais 210

LISTA DE SIGLAS

BNH	Banco Nacional da Habitação
CEF	Caixa Econômica Federal
CIS	Comunidades de Interesse Social
CH	Conjunto Habitacional
COHAB	Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco
COMPESA	Companhia Pernambucana de Saneamento
CONDEPE/FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco
DSH	Diagnóstico do Setor Habitacional
FJP	Fundação João Pinheiro
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
GEP	Governo do Estado de Pernambuco
HIS	Habitação de Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MLB	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
PCR	Prefeitura da Cidade do Recife
PHIS	Políticas de Habitação de Interesse Social
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PLANHAB	Plano Nacional de Habitação
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
RMR	Região Metropolitana do Recife
Sanear	Autarquia de Saneamento do Recife
SecHab	Secretaria de Habitação do Governo do Estado de Pernambuco
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SSAM/ SSCM	Serviço Social Agamenon Magalhães/ Serviço Social Contra o Mocambo
URB	Empresa de Urbanização do Recife

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 20

2 TENSÕES E CONEXÕES NA RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA 25

2.1 Supressão versus conservação: recuperando interpretações da relação sociedade e natureza com vistas à complementaridade 26

2.2 Por "outras redescobertas" da natureza: buscando fatores que continuam implicando na intensificação do afastamento e da reaproximação 36

2.3 A noção de ambiente como síntese para o alcance de posturas equilibrantes nas relações sociedade e natureza 44

3 INTERFACES HABITAÇÃO-AMBIENTE 56

3.1 Provisão de habitações em ambiente urbano 56

3.2 A importância da comunidade na integração territorial e o reforço da identidade: elementos para afirmação de territórios vividos 60

4 METODOLOGIA 69

4.1 Método de abordagem: elementos do paradigma da complexidade e o procedimento de tradução 69

4.2 Delimitação da área de estudo 71

4.3 Procedimentos Metodológicos: Programa e Estratégia 72

4.3.1 ***Levantamento de dados secundários, informações e pesquisa bibliográfica*** 74

4.3.2 ***Geoprocessamento*** 74

4.3.3 ***Observação direta e pesquisa de dados primários*** 77

5 PROVISÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E SEUS EFEITOS NA CONFIGURAÇÃO DO AMBIENTE URBANO 86

5.1 Breve contexto territorial da área em estudo 86

5.2 O "interesse social" no contexto das políticas habitacionais e dinâmica territorial no Recife 97

5.3 Intencionalidades na realocação de moradias e reuso do solo no ambiente urbano: ou o que foi feito nos espaços dos territórios removidos? 122

5.3.1 ***Políticas de provisão de habitações como solução para o deficit habitacional*** 122

5.3.2 ***Efeitos das ações em habitação de interesse social na situação de instabilidade residencial*** 130

5.3.3 ***Indicadores do contexto socioeconômico relativos aos padrões de reuso do ambiente urbano*** 143

6 DA REALOCAÇÃO ÀS POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO SOCIAL E AMBIENTAL 156

6.1 Padrões de realocação de moradias no Recife e relações entre as pessoas e o ambiente urbano 157

6.2 Relações entre as pessoas realocadas e o ambiente urbano 178

6.3 Direito à cidade e condições de integração socioespacial e permanência nos ambientes de realocação 187

6.3.1 ***Relações entre a localização dos conjuntos habitacionais e a infraestrutura disponível na prestação de serviços públicos*** 189

6.3.2 ***Problemas, Soluções, Permanência: O desafio da organização comunitária e condições de mobilização social na busca por uma melhor habitabilidade*** 203

7 CONCLUSÕES 223

REFERÊNCIAS 227

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA 245

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO 249

1 INTRODUÇÃO

Soluções equitativas para lidar com a diversidade de demandas pelas porções do espaço urbano deveriam desenvolver-se tanto quanto o crescimento nas taxas de urbanização, periferização e seus consequentes agravos ambientais. Essa é uma afirmação fácil, porém de difícil aplicação.

Em relação à demanda por moradia digna no Brasil, nota-se que a resolução de problemas complexos, perpetuados ou emergentes nas formas de provisão, ocorre a passos lentos e agrava-se diante da insuficiente consideração das avaliações de programas habitacionais pretéritos. Desconsidera-se também, o fato de que as ações no setor de habitação podem ser observadas como as principais geradoras de elementos materiais em políticas públicas sociais (MONTEIRO; VERAS, 2017).

A desproporção no fator "deveria ser/como ocorre" é notória perante a disponibilidade de materiais técnico-acadêmicos associados à busca de tais soluções, que tratam tanto de fatores para um melhor planejamento do setor habitacional, como de sua inserção em formas mais equilibradas de gestão das cidades.

Mais especificamente, têm-se dados geoespaciais e socioeconômicos abertos; análises críticas quantitativas e/ou qualitativas em termos de estudos acadêmicos ou relatórios técnicos, tais como Rolnik, Cymbalista e Nakano (2011), Moreira e Ribeiro (2016) ou Proni e Faustino (2016); livros, como Cardoso e Aragão (2013) e Cardoso, Aragão e Jaenisch (2017), que retratam a continuidade das deficiências na gestão financeira, social e territorial de políticas públicas, além de comprovar as especificidades do problema nas diferentes regiões brasileiras; e também artigos como o de Lima, Fedozzi e Corrêa (2016), que abordam a questão da participação popular, dentre outros materiais relevantes na crescente produção sobre o tema (RODRIGUES; MOREIRA, 2017).

Geneletti et al. (2017) destacam que ainda existem muitas limitações em relação à pesquisa sobre teorias e métodos de planejamento sustentável para as periferias urbanas, sendo rara a discussão sobre a transferibilidade de métodos propostos, bem como que as oportunidades para a a melhoria de práticas de planejamento são pouco exploradas. Entretanto, mesmo levando isso em conta, ao fazer um breve levantamento em busca de alternativas para satisfação de demandas e problemas de natureza territorial, pode-se inferir que o cerne das "questões irresolvíveis" das cidades não está na falta de conexão entre os materiais sobre o tema, mas na prática efetiva dessas avaliações e análises na gestão.

Além disso, corriqueiramente, parece impossível eliminar os vieses da influência do capital empresarial na gestão pública do território, influência que atua em oposição às realidades cultural, social e material que formam conjuntamente o habitat (OTÁLVARO-SIERRA, 2013). Do mesmo modo, aliada à resistência quanto a projetos urbanísticos "não convencionais", verifica-se uma naturalização dos efeitos adversos da implementação de ações por parte do poder público. Esses efeitos acabam confundindo-se em meio aos demais problemas da cidade, traduzindo-se no que Bueno (2008) define como um ambiente construído que, historicamente, sempre se apresenta em um estado de urbanização incompleta.

E nesse estado, cresce a "periferia", que para Geneletti et. al (2017), abarcando a complexidade do fenômeno, está relacionada à existência de algumas características que se referem a disparidades geográficas, econômicas, políticas e sociais, que trazem como consequência a dependência, desconexão (em relação ao acesso à educação ou ao mercado de trabalho), pobreza e emigração. Tais efeitos expressariam uma condição de "ser periférico" em qualquer situação espacial, ao invés da noção de subúrbios ou áreas periurbanas, por exemplo.

A persistência de tais premissas envolve qualquer área de ação no território, seja a implantação de uma grande obra viária, a instalação de um parque, um posto de saúde ou a autorização para a construção de empreendimentos privados de qualquer finalidade. Tais efeitos acabam tornando-se questões "de fundo" diante dos resultados quantitativos, das materialidades consumadas, e tal como afirma Höfling (2001), findam abstraindo-se da integralidade que deve ser inerente às políticas públicas sociais.

De tal modo, na gestão do ambiente urbano – mesmo reconhecendo-se os esforços realizados nos últimos anos, de integração de políticas públicas entre si, com organizações da sociedade civil e parcerias público-privadas positivas –, os fatos, problemas e soluções imbricam-se setorizados, fragmentados e burocratizados em estabelecimentos dos vários níveis do poder público, fundações ou autarquias, no curso da vida, do trabalho e do movimento das pessoas. Então o *social* não se entende com o *técnico*; a *infraestrutura* ou *habitação* constroem moradias, mas não há verba na *saúde*, *saneamento* ou *educação* para complementar os projetos e manter áreas "revitalizadas" (MONTEIRO, 2015), gerando mais problemas onde já havia sido aplicada alguma tentativa de solução.

Em outras palavras, aplica-se uma ação com o fim de realizar uma determinada intervenção comumente adjetivada com o *status* de interesse público, social ou de recuperação/melhoria ambiental. Tal ação traz benefícios e soluciona alguns problemas, mas

também origina efeitos negativos que carecem de um balanceamento relativo à sua influência na dinâmica socioterritorial, no estado do ambiente urbano e na vida das pessoas envolvidas.

De acordo com Zhang (2016), a acessibilidade à habitação, a despeito dos avanços quantitativos verificados em escala mundial, ainda faz parte do elenco principal de problemas e desafios gerados pelo rápido crescimento urbano, em contextos de realidades socialmente problemáticas. Em sua pesquisa, o autor analisou cidades em países desenvolvidos e "em desenvolvimento", colocando que a demanda por habitações faz parte de um conjunto que envolve a expansão e pobreza urbanas, altas taxas de desemprego e o elevado custo de vida nas cidades, a falta de investimento em infraestruturas, a baixa capacidade financeira e de governança, o aumento da desigualdade, da criminalidade e a degradação ambiental.

Com o intuito de buscar elementos empíricos que contribuam para evidenciar tais conexões no acesso à moradia, suas formas de implantação como políticas públicas e possibilidades de melhoria na gestão socioterritorial, estabeleceu-se a questão que norteou esta pesquisa: Em que medida as ações em habitação de interesse social têm contribuído para a redução das desigualdades sociais e para o melhoramento do ambiente das pessoas afetadas?

Essa questão, no curso da pesquisa empírica, apresentou três desdobramentos que direcionaram as etapas metodológicas: A realocação de pessoas tem proporcionado recuperação ambiental nos territórios removidos? Como a provisão habitacional por parte do poder público poderia ser viabilizada para promover maior integração entre sociedade e natureza? O que é possível fazer para melhorar a transição/inclusão dos moradores e a permanência nos conjuntos habitacionais?

Considerando as questões acima e os aspectos brevemente apresentados, formulou-se a hipótese de que os empreendimentos alocados em ações de habitação de interesse social contribuem no processo de supressão da natureza, portanto, no reforço das desigualdades socioterritoriais.

Sintetizou-se como "supressão da natureza", a extinção deliberada de elementos socioculturais e do sítio natural. O desdobramento dos termos se deu para fins didáticos, compreendendo-se o "sítio natural" como um estado material mais ou menos duradouro do ambiente, não originário de artifícios humanos, mas determinado e/ou condicionado por eles, podendo ser representado em diferentes instantes do tempo, revelando as ações humanas do ponto de vista territorial. Os elementos socioculturais referem-se mais diretamente às formas de vivência, relações e produções humanas. A natureza, uma situação relacional e instável

formada pelo conjunto complexo desses elementos, seria tanto mais suprimida na medida em que esses elementos socioculturais se desequilibram entre si e afastam-se do sítio natural.

Nessa perspectiva, espera-se considerar o fenômeno habitacional levando em conta suas contradições, mas também, dada sua complexidade, demonstrar o fato de que ele traz consigo inúmeras possibilidades de promover uma maior integração ambiental, em contraposição às ações de supressão.

Utilizando-se da noção de ambiente como suporte à leitura interdisciplinar do espaço geográfico, e tendo em vista a elaboração de um encadeamento de derivações resultantes de um espaço de vida transformado pelo uso intenso da natureza como recurso e complexas mediações (SUERTEGARAY, 2008), pretende-se, como objetivo geral: Investigar de que maneira a provisão de habitações por parte do poder público, historicamente, interferiu na configuração do ambiente urbano.

Como objetivos específicos, têm-se os seguintes:

a) Mapear ocorrências de supressão da natureza na cidade do Recife, considerando a dinâmica territorial de áreas de interesse social e de provisão habitacional;
b) Verificar as condições de uso e ocupação prévias em terrenos de conjuntos habitacionais populares entre os anos 2001 e 2016, construídos para receber pessoas realocadas e as condições atuais dos territórios removidos;
c) Identificar a existência de infraestruturas que promovam a inclusão e cidadania em locais de reinstalação das populações;
d) Analisar elementos relativos à percepção e interação das pessoas realocadas, considerando seus antigos e novos locais de moradia, a fim de alcançar medidas para uma melhor inclusão de pessoas que passaram ou passarão por remoções.

O texto encontra-se estruturado em cinco sessões. Na primeira e segunda, apresentam-se a ideia que fundamentou a proposta e a discussão de natureza teórica que serviu para seu embasamento. O fluxo de conteúdos parte da recuperação de interpretações da relação sociedade e natureza, buscando relacionar tensões e conexões existentes e a superação dos desequilíbrios gerados utilizando-se a noção de ambiente como síntese. Em seguida, realiza-se uma discussão da supressão da natureza e desigualdade social, em aproximação com a provisão de habitações (fator selecionado na pesquisa para elucidar as externalizações da ação humana sobre o seu meio), complementada pelo reforço da importância da integração territorial baseada no reforço da identidade em territórios vividos.

A sessão três trata da metodologia e está dividida em três tópicos. Primeiramente, tem-se a abordagem teórico-metodológica, pela qual se apresentam alguns elementos do paradigma da complexidade constantes em Morin (1999, 2003, 2011) e Morin, Ciurana e Motta (2003) e o uso do procedimento de tradução, proposto por Santos (2002, 2004, 2007). Logo após, têm-se a delimitação e caracterização da área de estudo, sessão seguida pelos procedimentos metodológicos e atividades para, em linhas gerais, levantar informações, realizar o geoprocessamento e a pesquisa de dados primários a partir da aplicação de entrevistas. As sessões quatro, cinco e seis correspondem à sistematização dos resultados e discussão.

Em suma, a pesquisa baseou-se na conexão entre os resultados das ações em habitação de interesse social, na investigação das intencionalidades para a realocação de famílias no ambiente urbano, nas ocupações e usos que foram atribuídos aos lugares onde as famílias habitavam anteriormente, bem como nas condições de habitabilidade nos ambientes de realocação. Partindo desse quadro relacional, considerou-se pertinente a análise do alcance das políticas habitacionais para pessoas que estão à margem de processos decisórios e em situação de insegurança quanto à permanência em seus territórios, bem como de elementos antecedentes e determinantes dessas políticas na cidade do Recife.

2 TENSÕES E CONEXÕES NA RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA

Todo conhecimento é uma reconstrução/tradução por um espírito/cérebro numa certa cultura e num determinado tempo.
(MORIN, 1999, p. 34).

As formas de concepção e uso do meio natural, em se tratando das dinâmicas humanas, suscitam posturas distintas de supressão da natureza. A complexidade dos problemas que se apresentam nas interações homem-meio na atualidade, do ponto de vista analítico ou empírico, exige grandes esforços de especialização ou generalizações que envolvem inúmeras variáveis. Essas, quando não seguramente conectadas, produzem exercícios amplos e envolventes de racionalidade, porém em grande medida desprovidos de empatia com a realidade tanto do "lado humano" como do "lado natural".

Sabe-se que em algum momento, a razão técnica, instrumental e artificial sobrepõe-se à sensação espontânea de complementaridade com a natureza, a um tipo de bem-estar que não está associado às "grandes máquinas" mencionadas por Giordano Bruno no Século XVI. Entretanto, como não é possível precisá-lo, o intento é resgatar algumas ideias expostas desde um momento em que a artificialização da natureza ainda não compunha a tão complexa trama que ocorre nos dias atuais. Mas porque retornar às formas de observação das relações entre sociedade e natureza do passado?

Para Prigogine (1996, p. 158), "a ciência é um diálogo com a natureza" e "as peripécias desse diálogo foram imprevisíveis", e completando sua percepção ao questionar como é possível tal diálogo afirmou:

> Um mundo simétrico em relação ao tempo seria um mundo incognoscível. Toda mediação, prévia à criação dos conhecimentos, pressupõe a possibilidade de ser afetada pelo mundo, quer sejamos nós os afetados, quer sejam os nossos instrumentos. Mas o conhecimento não pressupõe apenas um vínculo entre o que conhece e o que é conhecido, ele exige que esse vínculo crie uma diferença entre passado e futuro. A realidade do devir é a condição *sine qua non* de nosso diálogo com a natureza (PRIGOGINE, 1996, p. 158).

Daí se pode responder à questão colocada. O sentido não é periodizar ou retornar ao passado, mas sim confrontar momentos perceptivos em relação ao fazer humano no curso da história, na busca de evidências de avanços ou retrocessos na relação sociedade e natureza, também considerando que, na associação entre os problemas e soluções gerados, não se ultrapassa um estado estacionário do ponto de vista dessa relação, na qual, vão surgindo necessidades (contingentes) da sociedade e por elas, suprimimos a natureza (essencialmente perdurável em seu equilíbrio).

Desse modo, buscou-se um retorno ao entendimento de questões consideradas primordiais: Como o ser humano se insere em seu meio? (Visões da relação sociedade e natureza); Quando ele se afasta? (Tensões); Quando ele se reaproxima? (Conexões).

Em sequência, foi proposto um paralelo entre posicionamentos mais recentes a respeito do equacionamento de problemas emergentes nas relações sociedade e natureza, componentes da "questão ambiental", chegando-se à noção de ambiente como síntese. Considerando a densa, multidisciplinar e difusa nuvem de informações sobre a noção, que agrupa visões midiáticas, da produção acadêmica, dos interesses de quem tem mais poder ou não para tomar decisões sobre o território ou da percepção geral das pessoas, foram destacadas, ao fim do capítulo, três vertentes para discussão, as quais nortearam a abordagem empírica do fenômeno habitacional.

A primeira trata da apreciação crítica dos descaminhos na relação homem-natureza, a segunda, da convivência com saberes ambientais distintos e a última, da busca por justiça ambiental. Considerou-se que esses são elementos pertinentes para uma reflexão que leve em conta a complexidade do "habitar", que, de acordo com Heidegger (1951), além de abarcar o ato de construir, trata-se de resguardar-se ("de-morar-se") entre os elementos que envolvem nossa própria existência (a terra, o céu, os deuses e os mortais), ou seja, o modo como os mortais "são e estão" sobre a Terra.

É primordial a discussão sobre tal ocasião de "ser e estar", determinada em grande medida pelas formas como o ser humano tem-se relacionado entre si e com a natureza, não se restringindo o habitar, apenas ao construir, a políticas públicas ou a interesses capitalistas. E quando a mudança na condição de habitar é involuntária, como verificado em situações no processo estudado, partir para a essência dessas questões torna-se ainda mais fundamental.

2.1 Supressão versus conservação: recuperando interpretações da relação sociedade e natureza com vistas à complementaridade

> *Uma estrutura, porém, se destaca muito das outras em termos do grau em que todas as verdades simples – na realidade, de senso comum – antes expressas são esquecidas ou suprimidas, ignoradas, submetidas ou mesmo abertamente negadas. A estrutura em questão é a sociedade.*
> (BAUMAN, 2013, p. 8)

Em um cenário de hegemonia de interesses religiosos atrelados a fatores político-econômicos, na transição da Idade Média para a Idade Moderna, Giordano Bruno ousou apresentar sua obra "Acerca do Infinito, o Universo e os Mundos" [1548][1]. Nela, a partir de

[1] Ao longo do texto, o ano original de publicação de materiais bibliográficos publicados antes do Século XX, será destacado dessa forma.

diálogos e argumentos filosóficos, tratou da expansão dos limites do espaço-tempo, da Terra e de seus elementos, bem como integrou o ser humano e suas criações à natureza (considerando sua constituição física, que seria igual à de qualquer outro ser animado ou inanimado). Em se tratando da hierarquia e diferenças entre todas as coisas, desde corpos celestes, vapores ou lagos, até às doenças que afetariam os seres humanos, ele afirmou:

> Não nego a distinção, pois deixo cada um distinguir, a seu bel-prazer, as coisas naturais; mas nego esta ordem, esta disposição, isto é, que a terra seja circundada e contida pela água, a água pelo ar, o ar pelo fogo, o fogo pelo céu. Porque afirmo ser apenas um o continente e receptáculo de todos os corpos e das grandes máquinas que vemos como que disseminados e esparsos neste amplíssimo campo: onde cada um destes corpos, astros, mundos, lumes eternos, é composto daquilo que se chama terra, água, ar, fogo. (BRUNO, [1548]1973, p. 57).

Nota-se que Giordano Bruno inseriu a ideia das "grandes máquinas" nesse conjunto que observava, integrando as criações humanas na ordem que ele nega existir entre as coisas naturais, havendo assim em suas ideias, sem distinção entre o que seria correspondente à natureza e o que seria o "mundo humano". Entretanto, o que manifestava de fato era a noção de que todas as coisas estavam drasticamente separadas, afinal, ele apresentava um elo para contestar aquilo que se tinha feito da condição humana até então, seja na sua noção da Terra e sua natureza ou do Universo, por motivos religiosos ou míticos, por meio da ciência (idealismo ou racionalidade) ou das políticas que emergiam com o curso da civilização.

Bastante mencionado como precursor da ideia de dominação e controle do homem sobre o meio, opinião hoje contestada por reavaliações de seus escritos originais (SOUZA, 2008; HORA, 2015), Francis Bacon, em "A Sabedoria dos Antigos", de 1609, interpretou antigos mitos e fábulas, demonstrando a racionalidade e ensinamentos em seu conteúdo, enquanto discutia valores relativos à natureza, ciência e ética (HORA, 2015). Nesta obra, na sua tentativa de aprimorar o conhecimento da natureza, Bacon considerou que os mitos são uma espécie de disfarce que os antigos impunham à sua infinita sabedoria para que houvesse um maior entendimento dela por parte de todos (SOUZA, 2008).

Nesta volta aos tempos dos "Antigos", Bacon ([1609]2002) retomou o mito de Pã, considerando-o uma elaborada descrição da natureza universal; e a partir de sua interpretação, estabeleceu, pelo menos, duas possibilidades para se compreender a origem da natureza: uma divina e outra atomista/materialista, sendo as duas complementares e aceitáveis. A natureza foi interpretada por Bacon como a universalidade das coisas e também sua infinita multiplicidade, é ela que propicia o movimento constante e a possibilidade de existência de todos os seres, mas não necessita de complementaridade como eles, pois ela usufrui-se por si só e das coisas nela contidas.

Bacon ([1609]2002) associou detalhadamente a forma física de Pã com elementos da natureza – dos seus pontiagudos chifres (montanhas que riscariam os céus) aos seus pés de bode (movimento dos corpos terrestres na busca por elevação), de sua longa barba (raios de sol por entre as nuvens) à sua flauta (harmonia) e seu cajado (a ponta curva exprime o reto e o torto na natureza), dentre outras comparações. Também trouxe a relação do ser humano com o mundo natural, por meio da divindade que o ser representava, dizendo que

> Nada explica melhor a função de Pã que o epíteto de deus dos caçadores: toda ação natural, todo movimento e todo processo da natureza nada mais são que uma caçada. As ciências e as artes caçam suas obras, as decisões humanas caçam seus objetivos e todas as coisas da natureza ou caçam alimento, que é como caçar presa, ou prazeres, que é como caçar recreação. E também aqui, segundo métodos habilidosos e solertes. [...] Pã é, igualmente, o deus dos camponeses, pois estes vivem mais de acordo com a natureza, enquanto, nas cidades e cortes, a natureza é corrompida pelo excesso de cultura. (BACON, [1609]2002, p. 36-37).

Quando Bacon expressou que ao mesmo tempo Pã é Deus dos caçadores e dos camponeses, colocou vasta possibilidade de usos simultâneos daquilo que a natureza oferece e fez seus julgamentos a partir das contradições de tais usos, pontuando a sagacidade dos métodos humanos e a influência negativa do que chama de "excesso de cultura" nas cidades.

Percebe-se que, enquanto Giordano Bruno inseriu completamente os seres humanos nesse "conjunto natural" abolindo hierarquias, Bacon estabeleceu uma biformidade na natureza (considerando que existe uma hierarquia entre o ser humano e os outros animais, por meio da forma meio humana de Pã), mesmo assim, as dualidades estariam inseridas em uma natureza universal.

Estes autores representam, portanto, dois posicionamentos filosóficos relativos à natureza no que diz respeito à sua existência do plano material/racional, ou seja, como substância, princípio vital e do movimento ou então, com o sentido de Universo, do ordenamento e da conexão causal entre todas as coisas (RAFFAELLI; MAKOWIECKY, 2000). Tais posicionamentos vão ganhando novos elementos e tornando-se mais complexos com o passar do tempo, por exemplo, com o desenvolvimento das noções entre a conexão entre os fenômenos por Kant, das teorias de Marx e Engels ou a da incompletude de Gödel, dentre outras.

Naquele contexto, o processo de afastamento da natureza ainda estava prestes a se intensificar mais drasticamente, então ainda era possível unificar completamente ou dualizar ser humano e natureza num movimento consciente do pensamento. Mesmo considerando que os seres humanos já haviam devastado muitas florestas e rios nas regiões de ocupação mais adensadas da Europa, e que a assombrosa destruição ambiental das colônias estava afigurando-

se, ainda não havia um quadro formal das consequências dessas ações como existe hoje, apesar da crescente proliferação de doenças e da escassez desigual de recursos.

Quando se menciona um quadro formal de efeitos, não se desconsidera aqui a existência de manifestações quanto ao mal uso de elementos da natureza e suas consequências (de origem sobrenatural ou materialista), encontradas em registros muito mais remotos. Trata-se da existência de um quadro em que as questões foram sendo sistematizadas, tornando-se "mais observáveis", o que veio a ocorrer mais afirmativamente apenas no século XX.

De qualquer forma, nota-se que, nos primórdios da constituição da ciência moderna, independentemente de suas contribuições para o desenvolvimento de áreas específicas do conhecimento, os cientistas tratavam de analisar as ações humanas enquanto ocorriam revolucionários progressos científicos e tecnológicos. Naquele instante, já se avaliavam questões complexas em relação à influência dos engenhos humanos sobre o meio, levando em conta não apenas questões de sobrevivência e do uso de recursos, mas também sua interface com a religião, a ética e a qualidade da vida em sociedade. Galileu Galilei, em uma de suas cartas que tratavam da relação entre ciência e fé, escritas em 1615, questionou:

> [...] Quem pretende pôr termo aos engenhos humanos? Quem poderá assegurar que já se viu e já se sabe tudo o que há no mundo para ser sentido e sabido? Talvez aqueles que em outras ocasiões confessam (e com grande verdade) que 'as coisas que sabemos são uma parte mínima das que ignoramos'. [...] Não se deverá, pois, [...] fechar o caminho ao livre filosofar a respeito das coisas do mundo e da Natureza como se elas já tivessem sido todas reconhecidas e reveladas com certeza. Não se deveria julgar temeridade o não acomodar-se com as opiniões já tidas como comuns. (GALILEI, [1615]2009, p. 65-66).

Os desdobramentos dessas questões podem conduzir pelo menos a dois caminhos de reflexão quanto à relação sociedade e natureza. Inicialmente, que as possibilidades de realizar observações, investigações, experimentos e ações da humanidade sobre o meio, deveriam ter tão pouca limitação quanto o tamanho de "nossa ignorância", abrindo-se mão, por exemplo, de verdades pré-concebidas pela religião. O raciocínio é muito frutífero do ponto de vista instrumental, mas no campo das intervenções, necessita de forte conteúdo ético para conter os efeitos das práticas que resultem em desequilíbrios ambientais de uma forma geral.

Entretanto, na sequência de sua argumentação, Galilei ressalta a abertura de espaços para a não acomodação do pensar sobre as "coisas do mundo" e da "Natureza", fator decisivo na busca e emergência de alternativas que superem os inevitáveis desvios no que diz respeito às interfaces entre a ação humana e seus efeitos no ambiente.

René Descartes ([1630]2001), no "Discurso do Método", outro nome também mencionado por inspirar a ideia de domínio da natureza, afirmou que, com a evolução do conhecimento que estava adquirindo sobre os elementos físicos que compõem a Terra, seria

possível, de um ponto de vista prático, aprimorar os ofícios para que os homens se tornassem senhores e possessores da natureza. Porém, há de se destacar considerações preliminares feitas por Descartes sobre tal consideração: primeiro ele julgou que não se poderiam manter ocultas as noções por ele adquiridas, pois seria "[...] pecar gravemente contra a lei que nos obriga a propiciar, na medida do possível o bem geral de todos os homens (DESCARTES, [1630]2001, p. 68-69)", e segundo, que estas noções devem ser empregadas adequadamente.

Observando como Descartes ([1630]2001), no conjunto da referida obra, posiciona-se frequentemente sobre o que seria o bem geral de todos, assim como que condutas éticas devem prescindir no uso adequado dos conhecimentos, vê-se que as exacerbações do uso inconsequente da natureza e sua degradação, não deveriam ser relacionadas como sinônimos ou continuidade de seu raciocínio, assim como ocorre com Francis Bacon.

Colocando sua dificuldade na compreensão dos fenômenos particulares da natureza, que para ele correspondiam à infinidade de espécies, suas características, interações entre si e com o meio, bem como o espírito humano, Descartes apresentou uma noção relativa ao grande potencial e vastidão da natureza, e assim ponderou:

> [...] é necessário que eu confesse também que o poder da natureza é tão amplo e tão vasto e que esses princípios são tão simples e tão gerais que quase não percebi um único efeito específico que eu já não soubesse ser possível deduzi-lo daí de várias formas diferentes, e que a minha maior dificuldade é comumente descobrir de qual dessas formas o referido efeito depende. [...] vejo também que são tais e em tão grande número que nem as minhas mãos, nem a minha renda, ainda que eu possuísse mil vezes mais do que possuo, bastariam para todas; de maneira que, à medida que de agora em diante tiver a comodidade de realizá-las em maior ou menor número, avançarei mais ou menos no conhecimento da natureza. (DESCARTES, [1630]2001, p. 72).

Nesses fatores mediados pelas limitações do entendimento, observa-se também um desfecho do que o autor desenvolveu ao longo do "Discurso do Método", como relações de causa e efeito. Ele chegou à conclusão de que para estas particularidades da natureza há grande dificuldade em se estabelecer as causas correspondentes aos efeitos complexos que observa e, assim, de chegar-se às devidas conexões.

Apesar de atualmente ocorrerem iniciativas de ir além da linearidade entre causas e efeitos no entendimento dos fenômenos ambientais, este raciocínio tem sido predominante desde então, devido ao seu alto poder explicativo. Naquela época, juntamente com o uso do seu "*Cogito, ergo sum"*, René Descartes ofereceu elementos para se chegar além das explicações míticas ou sobrenaturais, alavancando várias possibilidades de racionalização de fenômenos.

Com suas contribuições, resolveu inúmeras questões nos domínios matemáticos e metodológicos, que tiveram grandiosos desdobramentos para o progresso do conhecimento. Contudo, no entendimento da natureza e mais ainda quanto à interferência humana sobre ela,

trouxe, na sua observação conscienciosa, a dificuldade quanto à compreensão da infinidade de relações existentes, colocando ainda, em sequência, a extensão das ações humanas no tempo, afirmando que

> [...] apesar de ser verdade que cada homem deve procurar, no que depende dele, o bem dos outros, e que é propriamente nada valer o não ser útil a ninguém, é verdade também que os nossos cuidados devem estender-se para mais longe do tempo presente, [...] realmente, quero que se saiba que o pouco que aprendi até agora não é quase nada em comparação com o que ignoro, e que não desanimo de poder aprender [...]. (DESCARTES, [1630]2001, p. 73).

Associando esta perspectiva posta há mais de quatro séculos à ampliação da sistematização dos efeitos das práticas humanas interferindo nas "particularidades naturais", tornando-os mais evidentes na atualidade, pode-se observar que levantar a necessidade de preocupação com as gerações futuras deveria ser muito mais que uma novidade trazida por um conceito de desenvolvimento sustentável. Esta negligência é um sintoma persistente da falta de consideração ou extrapolação das limitações do ser humano diante da natureza ou considerando-se inserido nela.

Até meados do século XVII, não se havia configurado um cenário de rápidas transformações no mundo "dito" civilizado e/ou conhecido. Apesar de se passarem guerras, ascensão e queda de impérios e nações, além do início da expansão colonial, ainda não havia ocorrido a revolução da produção industrial e a explosão populacional nas cidades. À revelia das grandes transformações que marcaram a configuração do mundo, e que viriam a acontecer em quase um século e meio à frente, os problemas ambientais, a desigualdade social e a baixa qualidade de vida já se antecipavam.

Com as pessoas passando a habitar as cidades mais intensamente, a natureza se tornava um elemento que ficava "fora dos muros" ou para além de suas fronteiras, presente nos campos agrícolas, nas florestas ou nas colônias, cabendo-lhe um elevado grau de perfeição. Diferenciavam-se, assim, um ambiente bastante precário com relação a condições de saneamento e higiene, densamente povoado e injusto, dos campos e florestas, onde ar e água eram puros, existiam frutos em abundância e a possibilidade de uma vida boa e saudável. Em análise das representações da natureza por meio da arte, Raffaelli e Makowiecky (2000) mostraram tais diferenciações, bem como que as representações se mimetizavam com as condições de vida, os anseios humanos e suas tentativas de compreensão dos fenômenos naturais na Idade Moderna.

Para Thomas (1988), no século XVII, as pessoas que amavam o campo ainda não odiavam necessariamente as cidades, mas uma combinação literária e de fatos sociais, gerou no século seguinte uma tensão entre os anseios e benefícios que se tornavam mais evidentes na

vida do campo, para ele excessivamente idealizada, em contraponto ao infatigável e degradante processo de urbanização. O autor também observa a desigualdade intrínseca ao acesso à "vida no campo" naquele período, pois,

> Por essa época, os moradores das cidades já começavam a idealizar a cabana do campo, como seu teto de colmo, sua fumaça espiralada e as rosas em redor da porta [...] e, em fins do século XVIII, muitas "pessoas de fortuna" condescenderiam em passar um fim de semana ou outro numa "cabana ornamental', geralmente construída com esse propósito e equipada com um grau de luxo completamente desconhecido do habitante comum do campo. (THOMAS, 1988, p. 296).

Note-se que esse mecanismo de fuga para o campo é (ainda) cada vez mais recorrente nos padrões atuais de moradia de grupos com maior renda que "podem afastar-se" temporariamente do ambiente "desagradável" sobre o qual têm contribuição determinante na produção, mas onde necessitam residir – a cidade –, e "re-aproximar-se" do ambiente "natural", saudável e tranquilo, para onde também se direcionam as trajetórias da desigualdade. Nessas áreas de repouso ou diversão para "recuperação" dos efeitos adversos do ambiente urbano, o interesse de ocupação por classes hegemônicas não garante melhorias equitativas dos espaços, restringindo-se frequentemente a intervenções desconectadas das realidades locais e onde moradores nativos ainda correm o risco da "expulsão branca" ou desmonte de suas atividades produtivas.

Retornando àquele contexto no século XVIII, desponta Jean-Jacques Rousseau, o "amante da natureza", o admirador do "bom selvagem". Esse termo, que marcou as interpretações sobre a natureza na obra de Rousseau, seria o homem em um "[...] estado primitivo ou natural em que a corrupção não existia" (LARRÈRE, 2012, p. 13). Rousseau negou estas adjetivações que o popularizaram inicialmente até a sua morte, afirmando que o estado de natureza seria uma ficção que jamais existiu ou existirá, e que a natureza humana jamais retrocede a um estado de inocência ou igualdade (LARRÈRE, 2012).

Logo nos primeiros parágrafos da obra "Emílio ou Da Educação" [1762], Rousseau deixou claro seu posicionamento quanto à irreversibilidade da natureza humana, quando primeiro descreveu o homem sob a perspectiva de suas ações, dizendo que:

> Tudo está bem quando sai das mãos do autor das coisas, tudo se degenera entre as mãos do homem. Ele força uma terra a alimentar as produções de outra, uma árvore a carregar frutos de outra. Mistura e confunde os climas, os elementos, as estações. Mutila seu cão, seu cavalo, seu escravo. Perturba tudo, desfigura tudo, ama a deformidade e os monstros. Não quer nada da maneira como a natureza o fez, nem mesmo o homem; é preciso que seja domado por ele, como um cavalo adestrado; é preciso apará-lo à sua maneira, como uma árvore de seu jardim (ROUSSEAU, [1762]2004, p. 7).

E logo em seguida, quando postulou a retirada dessas formas de agir do ser humano (o que poderia ser considerado um retorno ao possível estado de natureza), deixou claro que nada sobraria, pois,

> Sem isso, tudo iria ainda pior, e nossa espécie não quer ser moldada pela metade. No estado em que agora as coisas estão, um homem abandonado a si mesmo desde o nascimento entre os outros seria o mais desfigurado de todos. Os preconceitos, a autoridade, a necessidade, o exemplo, todas as instituições sociais em que estamos submersos abafariam nele a natureza, e nada poriam em seu lugar. Seria como um arbusto que o acaso faz nascer no meio de um caminho, e que os passantes logo fazem morrer, atingindo-o em todas as partes e dobrando-o em todas as direções (ROUSSEAU, [1762] 2004, p. 7).

De acordo com Becker (2014), o que Rousseau considerou um estado de miséria é diferente do que outros autores modernos pensavam, pois isto não estava associado ao estado de natureza, considerado pelos defensores da racionalidade como miserável, um estado de ignorância (ou pré-social). A verdadeira miséria, relativa a privações dolorosas e ao sofrimento do corpo e alma, tinha origem dos descaminhos da trajetória civilizacional humana; quando Rousseau a retratava deixava bem claro que não deveriam se atribuir outras razões para ela, pois considera que o homem causa suas próprias desgraças, a qual é fruto de suas escolhas ao longo da história (e não da providência divina ou a natureza), e ele a demonstrava porque só o próprio homem poderia desfazê-la (BECKER; BECKER, 2014).

E percebe-se que é dessa forma que Rousseau construiu sua noção de como se daria a relação entre sociedade e natureza, partindo do homem e de seu processo de "desnaturação", que ocorre quando o homem se torna um adestrador e servo tanto das artes e dos ofícios, como de sua própria espécie e dos outros animais (ROUSSEAU, [1755]1999; [1762]2001).

No "Discurso sobre os fundamentos da desigualdade entre os homens" [1755], Rousseau criticou o excesso de racionalidade em detrimento da sensibilidade, fator que afastaria ainda mais o ser humano de seu estado natural e, por mais que o estado de natureza fosse hipotético ou especulativo, este filósofo ofereceu bases para refletirmos sobre um estado de existência menos injusto, corrupto e desigual, o que poderia, no tempo atual, definir parte do que se pensa como sustentabilidade.

Para Santos (2008), o conceito de natureza aparece de forma polissêmica na obra de Rousseau, com uma grande possibilidade de obtenção de sentidos, em que estão sempre postas oposições entre natureza e artificialidade, bondade natural e maldade existente no mundo civilizado. De acordo com Becker (2013, p.32), Rousseau ([1755]1999; [1762]2001) apresenta uma defesa estética e nostálgica da natureza, que "[...] serve para ilustrar o meio no qual emergem a vida e as ações humanas. A ideia subjacente a estas descrições é a da degeneração

e do adestramento humano que derivam de suas desregradas e imprudentes ações", as quais se impõem sobre a harmonia do meio natural.

Além da relação sociedade e natureza e da própria natureza humana, Rousseau também abordou outros fatores determinantes em se tratando dessas questões: a desigualdade entre os homens, a responsabilidade ética e a participação política. Quanto à desigualdade, atrelada à moral e à política, afirmou:

> Concebo, na espécie humana duas espécies de desigualdade: uma, que chamo de natural ou física, porque é estabelecida pela natureza, e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito, ou da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção, e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Consiste esta nos diferentes privilégios de que gozam alguns com prejuízo dos outros, como ser mais ricos, mais honrados, mais poderosos do que os outros, ou mesmo fazerem-se obedecer por eles (ROUSSEAU, [1755]1999, p. 245).

Ainda no "Emílio ou da Educação", é muito pulsante a ideia de que a liberdade nos diferencia dos outros seres, mas a forma (degenerada) como a utilizamos e a direcionamos em associação com os conhecimentos adquiridos (mais pelos excessos do que pela sua ampliação), é originária de um problema ético, que se torna político, na medida em que determina as ações dos homens e de suas instituições (ROUSSEAU, [1762]2001).

Em se tratando da complexidade das questões ambientais, considera-se que este ponto é muito pertinente nos debates e problemas da atualidade, pois a presença ou ausência de responsabilidade ética, de fato implica diretamente na forma de participação política diante delas.

Cassirer (1999) observou o fato de que, naquele instante do século XVIII, o mundo repousava sob a segurança da ascensão da razão e as coisas haviam assumido formas reais e de valor determinado. A capacidade de determinação e delimitação do homem havia assumido um importante papel em sua subjetividade, ponto no qual Rousseau surgiu como o primeiro pensador a questionar tal segurança, negando as formas estabelecidas no que diz respeito à ética, política, religião, literatura ou filosofia (CASSIRER, 1999). Para esse autor, a obra de Rousseau contribui mais para um movimento constante de renovação do pensamento, situando-se aí seu caráter revolucionário, do que para ser seguido como uma doutrina fixa.

Compreendendo Rousseau no conjunto dos pensadores modernos, pode-se dizer que também nele há separação entre homem e natureza. Mas, por meio dos movimentos entre as virtudes do "homem natural" e a degeneração do "homem civil", o autor estabelece a própria natureza humana – que sempre se encantará com tudo que há de sublime na natureza física – como um elemento de retorno ou reencontro com uma melhor condição moral. Inspirado na

criação desse elo tão caro entre homem e natureza, possibilitado pelo pensamento de Rousseu, Santos (2008, p. 40) afirmou que,

> Por mais que se queira, parece que não é possível separar, de forma absoluta, a natureza humana da própria natureza física. Já que não pode restabelecer sua harmonia perfeita e originária em seu estado de natureza, o homem, pelo menos, pode reparar um pouco esse mal, que é fruto de sua vivência social, reaprendendo a conviver melhor com a natureza. Ao menos isso ele pode!

É notório como o pensamento de Rousseau, já naquele momento, conduzia à dificuldade de lidar com a ação humana sobre a natureza, mas que, pela recuperação moral, seria possível um caminho de reparação dos danos, algo que se aproxima da noção atual de mitigação, a qual se tem desvirtuado pela sua aplicação de forma estratégica e condicionada.

Também pensando nesse potencial, é difícil observar a persistência dos descaminhos que se agravaram com o crescimento industrial e todas as mudanças que se seguiram no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. O que dizer da extrema destruição da flora, da fauna e do solo, da desumana exploração de minérios, da escravidão que já ocorria nos tempos de Rousseau e continuavam nas colônias? Quanto mais foram diminuindo as limitações técnicas, mais os danos à natureza e ao próprio homem aumentaram, e só ganhariam um lugar de importância na agenda política da humanidade (não para vias de efetiva resolução...) quando ocorreram as grandes catástrofes sociais e ambientais no século XX.

De Bacon a Rousseau, passou-se, portanto, de uma condição de desvelamento dos segredos da natureza e de como ela poderia ser um instrumento para o progresso tecnológico da civilização, a uma negação e crítica desse processo, já que dele não parecia sobrar muita coisa, além de desigualdades e corrupção. Caso os governantes, cientistas e outros atores sociais formadores de opiniões ou "da ação" fossem mais atentos a tais considerações, a sociedade não retroagiria constantemente no sentido da geração de um ambiente mais harmonioso.

E duzentos anos após Rousseau ter expressado suas inquietações, estas não cessaram, tal como foi posto por Arendt (2014, p. 02), ao afirmar que "O artifício humano do mundo separa a existência humana de todo ambiente meramente animal, mas a vida mesma permanece fora desse mundo artificial, e por meio da vida o homem permanece ligado a todos os outros organismos vivos", situando, assim, invariavelmente, o ser humano no mundo natural a despeito da sua capacidade de artificialização.

Arendt (2014, p. 3-6) também levantou a dificuldade de se encontrar soluções para as questões da humanidade e seu ambiente a partir de um conhecimento eminentemente racional, considerando que "O problema tem a ver com o fato de que as 'verdades' da moderna visão científica do mundo, embora possam ser demonstradas em fórmulas matemáticas e

comprovadas tecnologicamente, já não se prestam à expressão normal no discurso e no pensamento", e com certo pessimismo, expressando uma perplexidade similar diante do comportamento humano assim como Rousseau em seu tempo, continuou: "[...] pode suceder que nós, [...] jamais sejamos capazes de compreender, isto é, de pensar e de falar sobre as coisas que, no entanto, somos capazes de fazer", deixando a seguinte pergunta: "O que estamos fazendo?".

Para Serres (1990, p. 20), "Devoradora, a história permanece indiferente à natureza" e, atribuindo mais elementos à questão colocada por Arendt (2014), podemos unir a ela sua percepção, na qual também se leva em conta que "As relações entre o homem e o mundo completam-se, transformam-se e invertem-se até" (SERRES, 1990, p. 37), derivando assim, mais um questionamento: O que estamos fazendo diante dessa histórica indiferença à natureza, pela qual, nas relações homem-meio, as sociedades tendem mais a suprimir do que a complementar? [2]E é a partir da reflexão sobre essa pergunta, que se inicia a próxima sessão.

2.2 Por "outras redescobertas" da natureza: buscando fatores que continuam implicando na intensificação do afastamento e da reaproximação

Santos (1992), em seu esquema denominado "Sistemas de Natureza sucessivos", apresenta um processo de passagem de uma *Natureza Amiga* a uma *Natureza Hostil* no curso da história, e traz um conceito abrangente de natureza, como sendo o "[...] continente e conteúdo do homem, incluindo os objetos, as ações, as crenças, os desejos, a realidade esmagadora e as perspectivas." (SANTOS, 1992, p. 95).

Logo adiante, ressalta o caráter dinâmico (marcado pela constante redescoberta) da relação sociedade e natureza, mas que tende ao afastamento homem-meio (sobrenaturalidade), evoluindo em termos da racionalidade instrumental, afirmando que,

> Com a presença do homem sobre a Terra, a Natureza está sempre sendo redescoberta, desde o fim de sua história natural e a criação da natureza social, ao desencantamento do mundo, com a passagem de uma ordem vital a uma ordem racional. Mas agora, quando o natural cede lugar ao artefato e a racionalidade triunfante se revela através da Natureza instrumentalizada, está, portanto domesticada, nos é apresentada como sobrenatural (SANTOS, 1992, p. 96).

Diante desta ideia de natureza instrumentalizada, acredita-se que a busca por respostas sobre os descaminhos e abusos em nossa[3] relação com a natureza, principalmente nos ambientes

[2] Excetuando-se, os grupos que assumem posturas de supressão de elementos naturais realizadas em função de sua sobrevivência ou aspectos culturais, que se harmonizam com o meio/ecossistemas.

[3] O uso da 1ª pessoa do plural nesse caso, e em outros que venham tratar das dificuldades e descaminhos nas relações entre os homens e com natureza, é intencional e visa reforçar o quão não tem sido producente a

urbanos onde se processam os grandes aglomerados humanos, não deve prescindir da dimensão territorial no sentido do vivido. Um sentido que se aproxime ao máximo daquilo que é de fato experimentado individual ou coletivamente por uma pessoa ou grupo, mas ao mesmo tempo é condicionado por ações humanas reverberadas no espaço e no tempo, para todos os seres e coisas, ainda que desigualmente.

Na medida em que se observa a relação com a natureza apenas em termos dos grandes sistemas e estruturas sociais criados, deslocando-se responsabilidades em complexos esquemas de interpretação gerados para o entendimento das organizações humanas (tal como o "sistema capitalista", o "neoliberalismo", a "globalização", o "sistema político" de uma nação, etc.), supõe-se que há uma compreensão que tende ao afastamento ainda maior entre as dimensões desta relação.

Obviamente, não se trata de desconsiderar a influência de tais fenômenos humanos no ambiente, mas, sim, de não partir deles na tentativa de gerar interpretações e soluções para problemas que afetam a natureza, buscando, também, ampliar a perspectiva antropocêntrica moderna, em que,

> O conceito de Natureza [...] opõe-se ao conceito de humanidade pelo qual foi gerado. Representa o outro da humanidade. É o nome do que não tem objetivo ou significado. Despojada de integridade e significado inerentes, a Natureza parece um objeto maleável às liberdades do homem. (BAUMAN, 1999, p. 48).

Para Santos (2002, p. 85), toda a natureza é cultura,

> Enquanto a distinção entre sujeito e objeto é uma distinção epistemológica que supostamente tem consequências ônticas (realidade, mundo real), a distinção entre natureza e cultura/sociedade é supostamente uma distinção ôntica com consequências epistemológicas. No entanto, as trajectórias das distinções epistemológicas e ontológicas entre natureza e cultura nos últimos cem anos são muito divergentes. Enquanto a distinção epistemológica se consolidou e aprofundou com o desenvolvimento tanto das ciências naturais como das ciências sociais, a distinção ôntica atenuou-se à medida que o desenvolvimento tecnológico foi transformando a natureza num artefacto planetário. Com isto, a cultura passou de artefacto intrometido num mundo de natureza à expressão da conversão da natureza em artefacto total. Aliás, é possível argumentar que esta transformação só foi possível porque a natureza enquanto objeto de conhecimento foi sempre uma entidade cultural e que, por isso, desde sempre as ciências ditas naturais foram sociais.

Nesses termos, tal proposta fundamenta-se em uma constatação sobre a "questão ambiental" mais ligada ao "fazer humano": independentemente da complexificação de nossos modos de produção e explicação da realidade, suprimimos a natureza e, quando a suprimimos, retiramos sempre algo de nós mesmos, em algum tempo, em algum espaço. No caso das políticas de habitação, isto tem ocorrido abruptamente, quando um estado de relações entre uma

---

"impessoalidade" do ser humano e/ou pesquisador, colocando-se em posição de exterioridade, contemplação, manipulação ou posse da natureza.

pessoa ou grupo e seu ambiente são extintos, e nessa supressão, elementos da subjetividade envolvidos na sensação de vazio expressa pelos afetados, têm, objetivamente, implicado no insucesso de ações.

Logo, diante da inequívoca impossibilidade de parar os macrossistemas que operam os "prodigiosos e desestabilizantes engenhos humanos" e em prol de amenizar a supressão de elementos ditos naturais ou sociais, acredita-se que o caminho via soluções específicas e localizadas – pautadas na imanência da valorização e/ou mudança de aspectos culturais e da mobilização social – parece mais frutífero do que imaginar uma solução que parta da alteração no modelo civilizatório que se processa imperativamente.

Pode-se então, diante dessa "inevitabilidade", realizar-se uma reflexão sobre o termo "alcance" mencionado por Serres (1990, p. 54): "Perante um problema de longo prazo e de maior extensão, a solução, para se tornar eficaz, deve pelo menos igualar o seu alcance". Uma primeira interpretação possível seria: "para uma solução difícil, elevemos o alcance das nossas ações". Mas essa forma de interpretar esvazia-se em sentido, quando não embutimos nela outro entendimento, sobre o qual o mesmo autor tece as seguintes considerações:

> Se existe uma poluição material, técnica e industrial, que expõe o tempo, no sentido da chuva e do vento, a riscos concebíveis, existe uma segunda, invisível, que coloca em perigo o tempo que passa e corre, uma poluição cultural que infligimos aos pensamentos profundos, esses guardiões da Terra, dos homens e das próprias coisas. Sem lutar contra a segunda, fracassaremos no combate contra a primeira. Quem pode hoje duvidar da natureza cultural do que se chamou infra-estrutura? Como prosseguir uma tarefa de longo prazo com meios de curto prazo? Precisamos de pagar tal projecto através de uma revisão dilacerante da cultura hoje induzida pelos três poderes que dominam as nossas brevidades. (SERRES, 1990, p. 55).

Ao realizar essas afirmações, o autor nos conduz a um aprofundamento da primeira interpretação: "para uma solução difícil, elevemos o alcance das nossas ações, e no caso de questões relativas à relação sociedade e natureza, devemos 'nos' revolucionar, caso almejemos soluções reais e mais equilibradas". Usa-se aqui a ideia de auto-revolução, pois se reconhece que "Temos sempre uma grande ansiedade de pertença, e isso também torna difícil pensar o novo." (SANTOS, 2007, p. 47), ainda mais quando "pensar o novo" envolve uma mudança concreta de posturas e atitudes perante uma situação que, como se viu no tópico anterior, foi enraizando-se na nossa relação com a natureza.

Assim, conjeturando no sentido de elevar a aproximação/conexões sociedade e natureza, diminuindo o afastamento/tensões, a discussão segue levando em conta dois fatores que têm como base a negligência diante da desigualdade social e a supressão da natureza, relacionados intrinsecamente, e considerados aqui como determinantes essenciais e persistentes no curso do "fazer humano":

- Do ponto de vista das relações entre os seres humanos, tornou-se corriqueiro o desequilíbrio existente na distribuição dos riscos e benefícios de suas intervenções sobre a natureza, manifestando-se a desigualdade, sobre a qual incidem principalmente as trajetórias determinadas pelos grupos humanos em posição hegemônica.
- Na natureza, a supressão, não tem outro sentido que não seja a extinção, a qual historicamente recebe por conveniência o sinônimo de "transformação", o adjetivo de "necessária". Obviamente, não se descarta aqui a resiliência, a recuperação (inclusive operada por interesses humanos) que se contrapõem à extinção, mas novamente, o fator determinante é o desequilíbrio, agora, entre o que se suprime e o que é possível recuperar ou "recuperar-se naturalmente".

Situando-se no campo das análises interdisciplinares pelo viés ambiental, convenciona-se que a associação destes dois tipos de desequilíbrios pode ser compreendida como uma "questão ambiental". A partir desses aspectos, pretende-se suscitar o diálogo entre possibilidades de entendimento dos problemas gerados e buscar soluções ao seu "alcance", conforme mencionado por Serres (1990). Isso, levando em conta a complexidade de tais questões num sentido contrário à sua transcendência, possibilitando, nesses termos, pelo menos dar visibilidade a tal estado de desequilíbrio e supressão no contexto observado.

Partido dos problemas gerados, pode-se voltar a Arendt (2014), a qual destaca notáveis características do nosso tempo, marcado pelo que a autora chamou de "ausência de pensamento": a despreocupação negligente, confusão desesperada e "[...] a repetição complacente de 'verdades' que se tornaram triviais e vazias" (ARENDT, 2014, p. 4). Estas posturas resultariam, segundo a autora, numa forma de alienação, em que os seres humanos, em dupla fuga, direcionam-se para o Universo e para si. Estes aspectos traduzem bem os implicativos para o afastamento dos seres humanos entre si e da natureza, pois se encontram em clara oposição a uma razão vital (SANTOS, 1992), em que

> [...] o homem escolhia, em torno, naquele seu quinhão de Natureza, o que lhe podia ser útil para a renovação de sua vida: espécies animais e vegetais, pedras, árvores, florestas, rios, feições geológicas. Esse pedaço de mundo é, da Natureza toda de que ele pode dispor, seu subsistema útil, seu quadro vital. Então há descoordenação entre grupos humanos dispersos, enquanto se reforça uma estreita cooperação entre cada grupo e o seu meio: não importa que as trevas, o trovão, as matas, as enchentes possam criar o medo: é o tempo do Homem amigo e da natureza amiga (SANTOS, 1992, p. 96).

Contudo, aí já residem os dilemas conquista versus preservação, que perduraram ao longo do tempo e foram exemplificados por Thomas (1988), que mostra tanto a capacidade do

ser humano em competir com outras espécies para garantir seus recursos e de exterminar outros seres vivos por puro prazer, como de organizar-se no sentido de preservar aquilo que o convém. Thomas (1988) levantou muitos indícios ao longo dos séculos de como o ser humano decidiu conservar certas espécies e não destruir seus habitats para garantir a caça, mas considerou mais notável, preocupações em proteger criaturas selvagens "belas ou exóticas" que não lhes apresentava nenhuma utilidade, mas apenas pela curiosidade ou prestígio em possuí-las.

E assim, numa clara desvirtuação de sua relação com os outros elementos da natureza e por meio de uma sensibilidade cindida e contraditória que potencializa a degradação, mas enaltece "o natural" (THOMAS, 1988), o ser humano foi ascendendo com a prevalência da conquista e posse. Dessa forma, a preservação ou conservação (como queiram tratar da não extinção) vem resguardando-se a áreas e interesses delimitados.

Este fato vai institucionalizando-se no curso dos séculos XIX e XX, e segue como alternativa na busca por reaproximação da natureza, que sendo "possuída" e "controlada", distante do quadro vital descrito por Santos (1992), passa a ser acessada paulatinamente de forma igualmente controlada e menos espontânea. Destarte, as distorções na forma de apreciação e vivência da natureza vão gerando novas formas de aproximação, tornando-as comuns.

Melo e Souza (2013, p. 170), após discussão dos sentidos de natureza ao longo da história, considera que

> [...] a relação sociedade-natureza, fruto das visões de natureza construídas ao longo dos séculos, norteou os discursos das variadas ideologias ambientalistas responsáveis pelas orientações teóricas que nutriram as diversas formas de apropriação da natureza por vários segmentos sociais.

Destaca-se, nesse sentido, que qualquer noção ou vivência do termo "natureza", resguardando-se das idealizações ou armadilhas discursivas e ideológicas, pode ser observada como uma convenção aceitável, sendo gerada ou seguida de acordo com a percepção de um indivíduo ou de um grupo ao longo da história, devendo ser considerada. Entretanto, mais importante é levar em conta como as diferentes noções relacionam-se e quais os valores e interesses embutidos nessas ideias, para saber de fato a que, ou a quem, elas servem.

Nos termos da desigualdade social, implícita na supressão da natureza, pode-se verificar que os grupos hegemônicos talvez se ocupem de combater problemas ambientais "mais globais", grandiosos ou quase transcendentes, porque apenas eles "os afetam" mais fortemente ou são frutíferos para bem fundamentar seus interesses econômicos. Por outro lado, problemas ambientais mais específicos e ligados ao território ou cotidiano, afetam a uma grande parte do restante das pessoas, tais como o sofrimento recorrente diante dos riscos de deslizamentos, das

doenças causadas pela ausência de esgotamento sanitário, da insalubridade vivenciada em moradias precárias, de "sentir mais a quentura" das ilhas de calor, da criminalização e privação do uso e ocupação de "espaços mais naturais" nas cidades, com enchentes ou falta d'água, da dificuldade em obter renda quando sua ocupação é imbricada com o sítio natural, da insegurança alimentar, etc.

Nesta pesquisa, no que tange aos efeitos da provisão habitacional, isso se replica em inúmeras situações de embate pautadas nas distintas percepções da natureza. Por exemplo: membros de classes hegemônicas consideram a recuperação dos rios urbanos um problema ambiental a ser combatido, tendo o rio como um elemento de contemplação, enquanto pessoas que sofrem com doenças de veiculação hídrica ou sobrevivem precariamente da pesca ou outras atividades extrativas, têm dificuldade de obter sua sustentação financeira ou boas condições de salubridade, também atribuindo isso a um problema ambiental relativo à escassez e difíceis condições de vida no contato direto com o rio.

Na resolução do "problema ambiental" sobre a mesma questão, no caso, a poluição do rio, a solução se apresenta pela desocupação habitacional das margens do rio e relocação das famílias pobres para outros locais, "obviamente" devido às más condições de vida, falta de saneamento, etc., ocorrendo a consequente recuperação de sua vegetação ciliar, urbanização de suas margens, normalmente atrelada à construção de vias e espaços para prática de esportes ou lazer.

Vê-se aí, nos termos da desigualdade, que o problema da contemplação foi resolvido e a diminuição da "degradação" fica clara aparentemente, abrindo-se mão de algumas variáveis: a continuidade do despejo de resíduos em locais próximos à desocupação, o adensamento habitacional por meio da verticalização às margens das vias geradas, aumento do fluxo de automóveis, dentre outras situações potencialmente poluidoras. E quanto ao problema da escassez e dificuldade de obtenção de renda a partir do rio? Quais as garantias de condições de vida mais salubres nos novos locais de moradia?

Frente ao embutimento dessas questões, emergem entre pesquisadores brasileiros, noções como a de *desigualdade ambiental* no Coletivo Brasileiro de Pesquisadores da Desigualdade Ambiental[4] (2012), ou proposições como as de Leroy (2010), que visam superar

[4] As discussões propostas pelo Coletivo partem do princípio de que as questões sociais e ambientais são indissociáveis. Este pressuposto não faz parte, porém, do discurso hegemônico que reduz a problemática ambiental ao equacionamento dos limites impostos pela escassez de recursos materiais e energéticos. Mesmo a preocupação com a pressão global sobre a base de recursos não deveria ser discutida sem se considerar a distribuição desigual do poder na apropriação destes recursos. Tampouco se deve desconsiderar a capacidade diferenciada de os agentes produzirem impactos indesejáveis para toda a sociedade e para os grupos mais vulneráveis em particular. O conceito de desigualdade ambiental permite apontar o fato de que, com a sua racionalidade específica, o

os desafios da *humanização do território*, pela qual se questiona o que representa de fato o ambiente dependendo dos interesses envolvidos.

> Atualmente, acabaram-se as ilusões. Mesmo porções do território outrora desprezadas são cobiçadas [...]. Essa nova onda de desenvolvimento e seus promotores, sustentados pela torcida nacional midiática em favor do crescimento, só se incomodam com o meio ambiente por causa da exigência de licenciamento ambiental; **não querem saber se há gente nesse território**. E, decididamente, não pretendem levar a classe operária ao paraíso. (LEROY, 2010, p. 50-51, negrito nosso).

Retomando a situação da necessidade de combate à degradação de rios urbanos, atrelada a práticas especulativas para reapropriação de espaços por meio da implantação de empreendimentos imobiliários e requalificações urbanas não equânimes, observa-se a articulação das classes hegemônicas com o (e no) Estado, ocorrendo à custa da invisibilização das outras experiências de problemas ambientais "mais vivenciados" pelos moradores de palafitas, por exemplo, que são elencados como uma etapa a ser resolvida pelos profissionais "do social" nos grandes projetos de intervenções urbano-ambientais.

A partir disso, e da recuperação de interpretações de descaminhos na relação sociedade e natureza que representavam visões em dados momentos da história, mas que se contemporizam, destaca-se a dificuldade de considerar qualquer entendimento, vivência ou percepção da natureza como utópicos ou incoerentes. Cindir ainda mais, não parece o caminho quando se pretende buscar a associação mais satisfatória do que se entende por natureza e contextos socioculturais específicos, elucidando o que há de positivo, negativo ou revelador dessas relações nas diversas práticas.

Em meios mais densamente construídos e/ou povoados, a percepção do que é natural se torna ainda mais complexa, tendendo fortemente ao tratamento dos elementos ditos naturais como recurso estético ou patrimônio, tornando cada vez mais difícil considerar uma noção de natureza que não se limite pelas ações e relações humanas.

Pensar a natureza como algo puro, belo ou intocado a ser "preservado ou conservado" pode ser muito relevante para alguns – e é realmente necessário como forma contra hegemônica de atuação diante da nossa forte tendência à supressão da natureza – mas também se deve levar em conta que nada significa para outros, dependendo de suas demandas (sobretudo quem passa por grandes privações de ordem social). Mesmo ao considerá-la como uma condição necessária

---

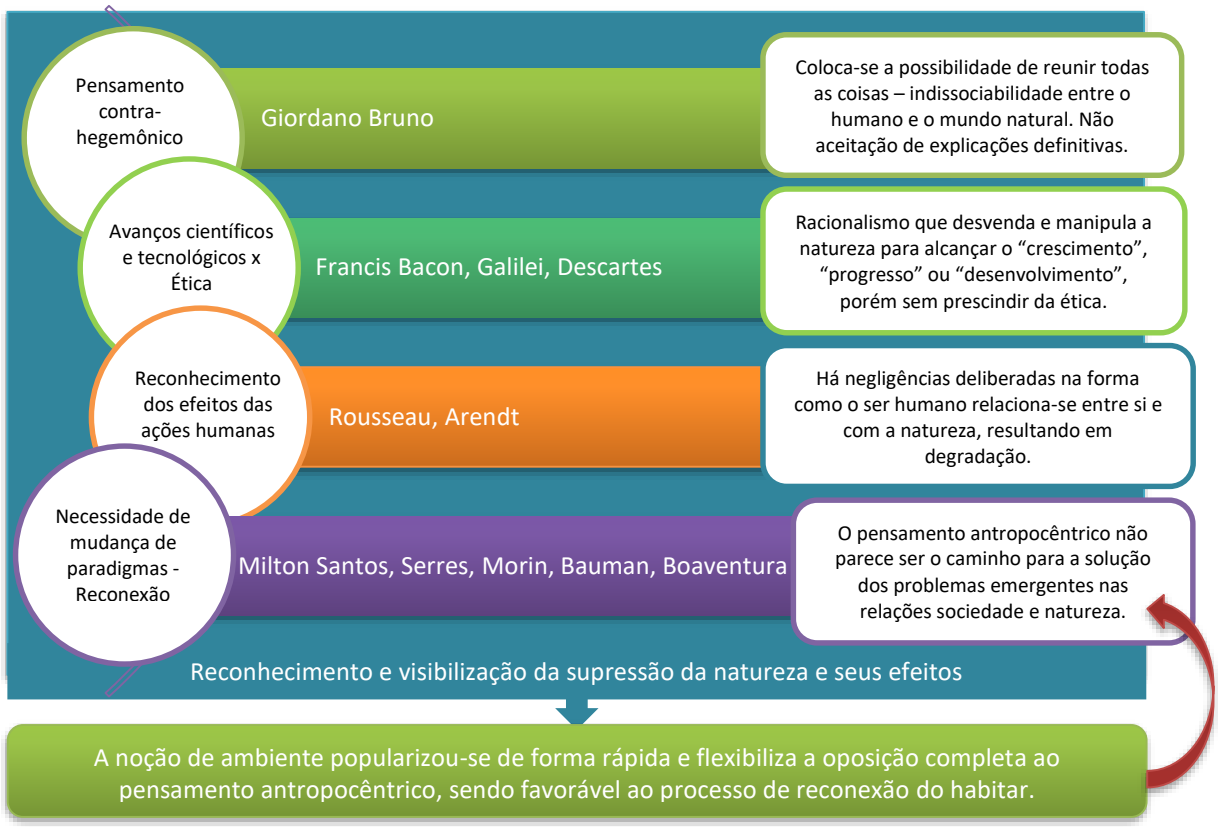
capitalismo liberalizado faz com que os danos decorrentes de práticas poluentes recaiam predominantemente sobre grupos sociais vulneráveis, configurando uma distribuição desigual dos benefícios e malefícios do desenvolvimento econômico. Basicamente, os benefícios destinam-se a grandes interesses econômicos e os danos a grupos sociais despossuídos (COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL, 2012, p. 165).

à boa sobrevivência da raça humana, muitas pessoas ou grupos declinam constantemente mediante suas urgências, seja por alienação a esse fato, seja por subjugá-lo no curso de suas intenções, diante das necessidades dos demais seres vivos ou elementos naturais.

Por exemplo, numa situação vivida, questionou-se porque alguém cortaria uma mangueira com mais de cinquenta anos, que faz sombra na própria casa, para os vizinhos e em sua calçada? A resposta foi rápida: Porque os vizinhos pedem manga. Este é um fato comum, contudo trata-se de valores, da vida cotidiana, da amplificação das necessidades individuais. Por que alguém joga seus resíduos diretamente em um rio? Há muitas respostas: porque não há coleta de lixo. Porque na sua palafita não há saneamento, aliás, não há também um banheiro. Porque não pode (ou não quer) pagar o transporte dos resíduos de sua construção. Porque tem o hábito. Porque quer. Certamente existe mais uma série de respostas possíveis e em todas elas encontram-se as tais relações "sociedade-natureza". Ou melhor, seriam apenas relações "sociedade-sociedade"? Onde está o lugar da "natureza" afinal?

Sigamos! Onde há questões, há respostas e onde há possibilidades de reflexão ou respostas, há caminhos. Na Figura 1, encontra-se representado o fluxo de ideias que conduziu o embasamento teórico para a importância de elevar a noção de ambiente como síntese, discussão apresentada no tópico a seguir.

Figura 1 - Recuperações da interpretação das visões diante das relações sociedade-natureza e sua convergência para a problemática ambiental.[5]



Fonte: organização da autora, 2016.

O decorrer desse fluxo de ideias conduziu à elaboração de alguns encaminhamentos para formas de provisão habitacional pautadas em posturas equilibrantes, que possam gerar uma melhor coexistência de elementos do sítio natural e um "fazer humano" menos marcado por efeitos sociais e ambientais adversos.

2.3 A noção de ambiente como síntese para o alcance de posturas equilibrantes nas relações sociedade e natureza

Espontaneamente, considerando a ampla diversidade de propósitos dos seres humanos, viu-se que há tendências de reaproximação e afastamento entre sociedade e natureza. Apesar da constante busca por causas e efeitos das ações humanas sobre seu meio, já se reconhece que

[5] As ilustrações sofreram perda de resolução para adequação do tamanho do arquivo às normas do Repositório Institucional e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Em virtude disso, um arquivo com as imagens em melhor resolução, encontra-se disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1oY8DGewTw9AnJ8hFB3rARE6wm2Pd2Uxn?usp=sharing.

as variantes dos fenômenos naturais e/ou sociais são embutidas de incertezas e indeterminações, e a partir disso, é comum perguntar: O que se deseja? O que se pratica? O que é possível compreender?

Nessas limitações do conhecido, vislumbra-se o caminho da precaução/ponderação, que pode ser mediado ora por motivações mais altruísticas, como a legítima preservação da natureza ou a busca pela igualdade entre as pessoas; ora por objetivos financeiros, o que na prática faz emergir dentre inúmeras outras estratégias do capitalismo, o mercado da sustentabilidade. Nesse contexto, também estão inúmeras iniciativas de mudança, originárias da produção intelectual e artística ou da mobilização social.

Quando o caminho da precaução decai (fato frequente considerando a ação humana) imperam o imediatismo das necessidades e o caráter contingencial nas intervenções sobre o ambiente, justificados constantemente apenas para determinados grupos de pessoas ou para tempos específicos, acompanhando contextos sociais e naturais fragmentários. Neste instante, suprimimos mais do que conservamos.

No caminho de reaproximação das relações sociedade e natureza, é importante afastar-se do que Castilho, Soeiro e Pontes (2016, p. 853) denominam o "'mundo natural' compreendido como construto de uma retórica ecologista deturpada pela ideologia capitalista. Ou seja, o "mundo natural" que é simbolizado apenas pelo verde, pelo canto dos pássaros, pelos rios, portanto, pelas "belas" paisagens".

Os autores destacam que, diante da complexidade e diversidade da natureza, para uma plena reconexão com o mundo natural deve-se incluir sua face "feia", medonha, também suas trevas (CASTILHO, SOEIRO e PONTES, 2016). No cenário urbano, estas perspectivas encontram um terreno fecundo, pois, em cidades como Recife, há pouco espaço para o idilismo diante dos processos seculares de degradação social e ambiental, mesmo considerando a existência de belos "espaços naturais" na cidade e as contribuições teóricas resgatadas na seção anterior desta tese.

Para tratar da relação sociedade e natureza em conexão ou tensão, considerou-se pertinente explicitar a noção de ambiente que será levada em consideração. Desse modo, o ambiente foi tratado como um elemento de síntese e não de agrupamento, correspondendo, assim, à materialização das conexões no espaço e dos seus conflitos, uma arena dos processos e efeitos implícitos ou observáveis, tanto no que diz respeito ao estado do sítio natural, como da sociedade.

Levanta-se, nesse sentido, uma preocupação demonstrada por Castells (1983), pela qual a problemática ambiental deve ser considerada, mas não pode se apresentar como uma "cortina

de fumaça" na observação da realidade. O autor afirma que os estudos ditos ambientais apresentam uma tendência a agrupar problemas de origens diversas e complexas. Por vezes, questões cruciais relativas a injustiças sociais ou à desigualdade de acesso a determinadas condições de vida e ao território, não recebendo a devida consideração, ao serem equiparadas, por exemplo, ao exacerbado crescimento industrial e seus efeitos poluidores, ou então à superpopulação ou efeito estufa, dentre outros elementos que compõem a "questão ambiental" (CASTELLS, 1983).

Este mesmo autor, também lembra que não se deve desconsiderar a existência de danos ao ambiente, mas que a forma de análise deve ser revista, a fim de se chegar aos problemas reais que afetam um determinado território ou espaço. Percebe-se aí que, ao invés da necessidade de um enquadramento sistêmico da realidade com seus problemas ambientais, existe a formação de encadeamentos de fatos e conexões que interferem em um determinado contexto e, a todo instante, são tencionados por micro ou macro fatores de ordem histórica, cultural, social, econômica ou política. Com base nessa percepção, viu-se que a abordagem seria favorecida pelo paradigma da complexidade.

Então, levanta-se a possibilidade de síntese, e não apenas de agrupamento. Os fatores estão relacionados, mas não é forçando-os analiticamente por meio de modelos com dimensões de sustentabilidade ou esquemas pelos quais cada elemento vai tomando seu lugar nos espaços reservados à "economia", à "política" ou ao que é "social", que os problemas mais latentes serão resolvidos. Chegou-se a um ponto que é natural olhar para um quadro sistêmico relativo a um problema dito ambiental (que envolve tantas dimensões...) tendo-se a impressão de que os problemas são inacessíveis ou insolucionáveis. Isso é producente?

Observando mais atentamente uma realidade e não a sua representação por modelos analíticos, muitas vezes é até fácil enxergar qual a tensão de fato ali existente, quem determina as relações, quem sofre os efeitos, quem se posiciona diante do problema e quem está à margem da situação. Com a síntese dos encadeamentos de fatos e conexões, pode-se também chegar a um problema aparentemente insolucionável, mas teremos mais clareza do problema e não de uma "realidade ambiental problemática".

Morin (2003) trata da necessidade de síntese, colocando-a como um elemento de religação que ainda se encontra subdesenvolvido na nossa civilização. Ele afirma que o conhecimento é um processo circular, que passa da separação à ligação e da ligação à separação, da análise à síntese e da síntese à análise, comportando os dois movimentos. Contudo, no curso do nosso desenvolvimento intelectual,

> [...] a separação e a acumulação sem ligar os conhecimentos são privilegiadas em detrimento da organização que liga os conhecimentos. [...] Como nosso modo de conhecimento desune os objetos entre si, precisamos conceber o que os une. Como ele isola os objetos de seu contexto natural e do conjunto do qual fazem parte, é uma necessidade cognitiva inserir um conhecimento particular em seu contexto e situá-lo em seu conjunto. (MORIN, 2003, p. 23).

Trazendo essa ideia para a noção de ambiente, é reconhecível a realização dos esforços interdisciplinares para identificar os fatores que compõem os problemas e sua análise, mas é provável que justamente a falta de síntese, da compreensão e explicitação das ligações, seja um dos fatores que forma a "cortina de fumaça" mencionada por Castells (1983). Este autor também traz uma noção de ambiente sintética de Garnier (1970), a qual critica como ingênua e ideologicamente confusa, mas ao mesmo tempo afirma que traz a possibilidade de uma boa visada do processo observado e considera a existência cotidiana dos indivíduos. Nessa perspectiva, o ambiente

> [...] é tudo que torna agradável ou desagradável, sadio ou insano o meio onde vivemos, seja do ponto de vista biológico, psíquico, ou visual. Este ambiente é coletivo, por oposição ao ambiente individual (interior de uma moradia, de um local de trabalho). Assim, numa cidade, o ambiente, é a qualidade da água, do ar, dos alimentos, o nível sonoro, a paisagem urbana, a duração das migrações alternantes, a presença ou ausência de espaços verdes, ao mesmo tempo por seu papel na luta contra a poluição atmosférica e pelo contato que fornecem com a natureza (GARNIER, 1970 apud CASTELLS, 1983, p. 267).

Acselrad (2014) trouxe ao debate ambiental e à construção do conhecimento sobre ele, outra associação pertinente no que diz respeito à noção de ambiente, afirmando que tal debate tem dependido muito do "ambiente do conhecimento", o qual se tem mostrado pouco propício ao exercício da reflexão e capacidade crítica. Este autor também coloca a questão ambiental como fator que propiciou o surgimento de uma crítica aos limites das abordagens já existentes sobre o espaço, acrescentando novos elementos e padrões relativos à qualidade ambiental do território, atribuindo-lhe novos sentidos (ACSELRAD, 2014).

Observa-se nesta consideração, novamente, um posicionamento da noção de ambiente como incremento a um corpo teórico já existente, relativo ao estudo de processos sociais e territoriais, podendo ser concernente a várias disciplinas separadamente ou a iniciativas interdisciplinares. Em se tratando da relação entre o ambiente e grandes projetos de desenvolvimento, em sua interface com a população atingida, atribui fluidez à noção, considerando que

> [...] dadas certas combinações de atividades, o 'meio ambiente' constitui-se em veículo de transmissão do que certos sujeitos entendem ser efeitos indesejáveis, disseminados pela água, pelo ar, pelo solo e pelos sistemas vivos, efeitos estes capazes de fazer com que o exercício de uma atividade – em geral tida como 'de grande impacto' – comprometa a possibilidade de outras práticas se manterem (ACSELRAD, 2014, p. 30).

Quanto ao agrupamento e à justaposição de elementos para formar os objetos de estudo ambientais, Acselrad (2014) apresenta o problema das associações (por exemplo, "sujeitos litorâneos + marés + atmosfera") de forma correspondente ao que defendeu Castells (1983), levantando o fato de que estas construções analíticas podem trazer ainda mais confusões no que diz respeito às problemáticas preexistentes em cada elemento, e mais além, interferir na forma como ciência, política e práticas sociais se relacionam.

Logo, no âmbito das discussões apresentadas, chega-se a uma noção de ambiente como sendo facilitadora de uma síntese que relacione dinâmicas sociais e naturais. Nela não há o intuito de formar um sistema de elementos e questões, mas de fornecer outras variáveis e caminhos observando as conexões existentes, para que se revelem os reais problemas de um grupo, de uma porção ou conjunto do território. Sempre em coexistência no espaço, como dinâmicas sociais, consideram-se todas aquelas relativas à diversidade das ações humanas, e como dinâmicas naturais, aquelas que se refletem pelo estado – anterior, atual e possíveis posteriores – do sítio (ou ecossistemas) onde a ação humana assenta-se direta e indiretamente.

Pretende-se com isto, extrapolar um conceito de ambiente posto como resultante da evolução e popularização de conteúdos gerados em grandes convenções ambientais e seus documentos, carregados de intenções e políticas de sentido, mas que se têm esvaído no cotidiano das práticas humanas. É justo mencionar que essas não são noções impertinentes e responderam por significativos avanços para a conservação da natureza e articulação de grupos e países, pois, objetivamente,

> [...] as convenções internacionais sobre o ambiente representam uma possibilidade de conciliar os mais diversos interesses em torno de uma mesa de negociação. Em tempos de uma ameaça permanente de guerra, em tempos em que a capacidade de destruição de vidas humanas está enormemente concentrada, é preciso reforçar o papel das decisões construídas coletivamente. Por isso, é tão importante conhecer os atores que propõem ações por meio da regulamentação da ação humana em escala internacional, identificando seus interesses para permitir uma leitura que não se perca pelo idealismo. (RIBEIRO, 2010, p. 2010).

Com os entraves no exercício da regulamentação e proposições geradas, engendrando-se em tantas dimensões da sustentabilidade, no mercado verde, na mídia ou mesclando-se com a problemática do desenvolvimento e traduzindo-se no desenvolvimento sustentável, o que se tem observado é que o "ambiente", e suas questões correlatas, findam resistindo num campo de idealizações ou soluções imediatistas, perdendo, gradativamente, o viés sintetizador, propositivo e transformador que a ideia carrega em essência.

Assim, inferiu-se que o *ambiente* corresponde à externalização complexa das inter-relações entre as formas espaciais e as formas de vida, determinadas pelas ações humanas e eventos naturais que transformam essa relação constantemente e deixam as suas marcas. Essas

“marcas”, ou consequências, reverberam seus efeitos de forma contínua ou descontínua no tempo e em escalas espaciais variáveis, sendo condicionadas por desigualdades sociais e condicionando-as.

Partindo do pressuposto de que a necessidade de moradia é praticamente universal, respondendo por um grande volume de construções humanas, e sendo, além disso, acrescida pela produção capitalista de habitações e seu caráter especulativo na geração de lucro ou rendimentos por meio de aluguel, considera-se a provisão habitacional uma ação humana determinante na formação do ambiente, a partir da noção acima apresentada. As formas de provisão de habitações e a existência ou não de toda a rede de serviços ou infraestruturas que garantiria boas condições de vida para as pessoas e maior equilíbrio nas intervenções sobre o sítio natural, são determinantes fundamentais para um bom ou mau resultado ambiental.

Nesse sentido, é importante considerar a irreversibilidade dos efeitos das construções humanas e suas ações sobre o sítio natural, entendidas aqui como contingenciais e dependentes de motivações variáveis ao longo da história, conforme a discussão proposta por Bruseke (2002). Tratando das formulações de Hegel sobre contingência, ele afirmou que “O que necessariamente é, podia não ser” (BRUSEKE, 2002, p. 286), ou seja, a liberdade proporcionada pela contingência diante das necessidades humanas traduz-se numa diversidade de posturas éticas. No caso da busca por uma ética ambiental de “não-supressão”, de “não-degradação”, ainda há muitas distorções do que é realmente necessário, e enquanto isso, na liberdade de suas práticas extemporâneas, o ser humano suprime.

Contrapõem-se aí duas escalas de tempo e dois processos que não se ajustam: uma supressão da natureza, que do ponto de vista dos danos imediatos e de suas consequências tem longa duração, e um conjunto de múltiplas necessidades humanas sendo materializadas no espaço, que ocorre na maioria das vezes, em (e para) um curto prazo, não levando em conta o tempo das dinâmicas naturais.

Nos aglomerados urbanos, as supressões ambientais por meio de construções de finalidades controversas, potencializam-se com os imperativos de renovação e exploração, acarretando cada vez mais esforços e danos, tal como já afirmava Reclus no século XIX, em “Repartição dos Homens – O Homem na Terra” (RECLUS, 2010). Nesse sentido, o ambiente urbano, lugar mais intenso do acontecimento desses processos, pode ser concebido tanto como suporte, como um desafio, produzido constantemente pelas relações materiais entre a sociedade e seu espaço de vida (DORIER-APPRILL, 2006).

Vê-se que essas percepções incorporam em sua essência, a manifestação de posições contrárias a um contexto que dissocia a questão ambiental de componentes da relação sociedade

e natureza, em que os níveis de exploração dos limites humanos e naturais foram intensificando-se e tomando outras formas costumeiramente difundidas como inevitáveis na estruturação social ou quanto aos efeitos do uso do sítio natural e seus "recursos".

Nesta tese, o ambiente, pela via de interpretação apresentada, foi observado a partir do fenômeno habitacional, visto que a provisão de habitações se apresenta como um dos elementos fundantes nas transformações dos territórios e é frequentemente marcada por adversidades ambientais.

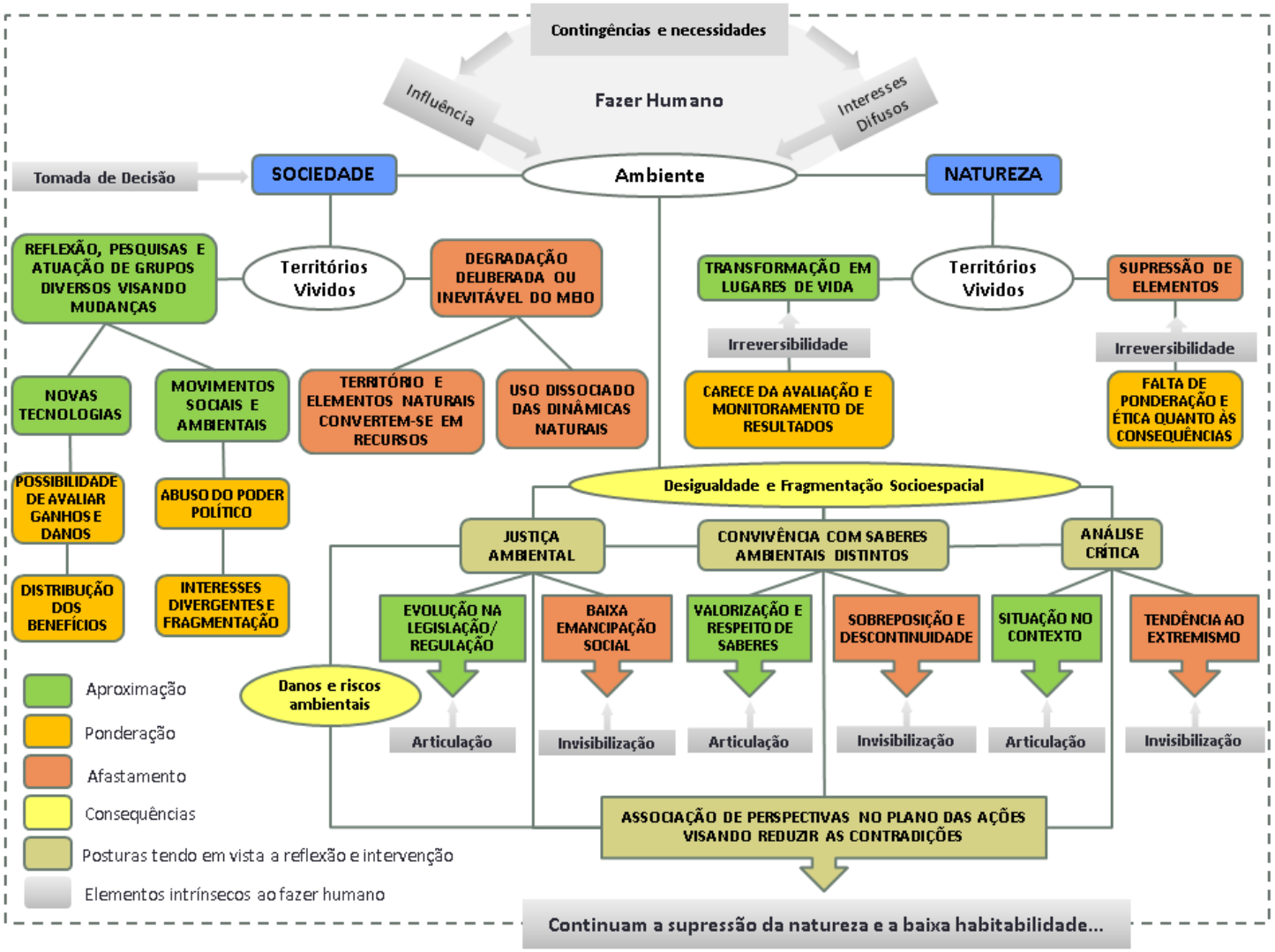
Partindo da influência da ação humana no ambiente urbano e levando-se em conta os interesses difusos, contingências e necessidades abordados acima, tem-se que na tomada de decisões que implicam na supressão da natureza e desigualdades sociais, sociedade e natureza, são constantemente mobilizadas por elementos sobre os quais incide um maior grau de afastamento, ponderação ou reaproximação. Do ponto de vista territorial, o desequilíbrio entre esses elementos devido à tendência ao afastamento, materializa-se em danos e riscos ambientais, bem como na desigualdade e fragmentação socioespacial (Figura 2).

Simultaneamente, as decisões sobre o que será feito de uma determinada porção do espaço geográfico são permeadas por interesses que levam à articulação ou invisibilização de atores sociais, que receberão os benefícios ou prejuízos dependendo de suas possibilidades de interferir nas decisões tomadas. Para chegar a posturas equilibrantes nessa "arena de deliberações", partiu-se da noção que localmente, nos territórios vividos, a natureza é primeiramente mobilizada para sua transformação em lugares de vida, nesse instante é deliberada a supressão de elementos do sítio natural.

Destacam-se aí, as formas e o potencial de supressão da natureza, pelos quais se deve atentar para a existência de um maior ou menor grau da capacidade de espoliação e especulação. Obviamente com exceções, quando populações consideradas "tradicionais" em áreas menos urbanizadas ou em áreas urbanizadas onde os "pobres" ocupam a cidade "informal" – entendida como aquela onde residem os precariamente incluídos ou, como afirma Grostein (2001), aquela que está "à margem" da regulamentação oficial, da cidade "formal", onde se concentram as infraestruturas urbanas – tem-se um grau menor desses fatores, uma vez que a necessidade de assentar-se em uma porção de terra, ou de sobrevivência atrelada ao meio é mais evidente, do que, por exemplo, quando um grupo empresarial necessita de espaço para investimentos de qualquer natureza.

> A natureza é, em nossa sociedade, um objeto a ser dominado por um sujeito, o homem, muito embora saibamos que nem todos os homens são proprietários da natureza. Assim, são alguns poucos homens que dela verdadeiramente se apropriam. A grande maioria dos outros homens não passa, ela também, de objeto que pode até ser descartado. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 26-27).

Figura 2 - Elementos de afastamento e reaproximação entre sociedade e natureza, considerando o fazer humano e caminhos para reconexão.



Fonte: organização da autora, 2016.

Sobre esse aspecto, vê-se que ocorre uma carência na avaliação e monitoramento dos resultados das transformações no espaço-tempo, sendo comum a falta ou dificuldade de ponderação quanto às consequências dos atos supressores, tanto de quem o faz por necessidade de sobrevivência, como por quem o faz por interesses capitalistas.

Esse desnivelamento do "fazer humano", constante, persistente e condicionado por razões econômicas, ao mesmo tempo em que se traduz no distanciamento e desvalorização do meio natural convertido em "recurso", suscita a reflexão, pesquisas e ações de grupos diversos visando mudanças, que podem ocorrer pela geração de conhecimento e tecnologias ou pela via da mobilização social.

Como elementos de ponderação, evidencia-se que para toda mobilização social ou conhecimento e tecnologias originados, os quais naturalmente incidem sobre pessoas e meio, é urgente atentar para as reais possibilidades de ganhos e danos de forma mais equânime, seja do ponto de vista do acesso como da distribuição de seus efeitos territorialmente. Vive-se em uma rotina de contrassensos e divergências, pela qual interesses políticos determinam o rumo e alcance dos benefícios e danos ambientais, em detrimento de razões técnicas explícitas quanto ao meio físico ou das necessidades dos seres vivos em geral.

Diante disso e levando em conta a inerência dessas contradições, pelo caminho ambiental destacam-se três posturas equilibrantes frente a suas consequências, tendo em vista a reflexão e intervenção: a apreciação crítica dos descaminhos na relação homem-natureza, a convivência com saberes ambientais distintos e a busca por justiça ambiental. De uma forma geral, são tendências que acompanham campos disciplinares do conhecimento como a Geografia, Sociologia ou Direito, mas que, se inter-relacionando com o contexto ambiental e político, criaram corpos teórico-práticos mais específicos e interdisciplinares (SCHLOSBERG; SISK, 2000).

Não se pretende aqui pormenorizar teoricamente cada uma dessas posturas, uma vez que são frutos de grandes esforços empíricos e interpretativos de inúmeros autores, mas elucidar algumas particularidades das suas formas de abordagem e a ocorrência de sua reverberação em termos práticos diante dos problemas dos quais elas se aproximam.

Entende-se por apreciação crítica dos descaminhos na relação homem-natureza, um processo de observação do contexto e reflexão sobre atitudes e problemas vivenciados, que se realiza por qualquer pessoa, tendo em vista levantar evidências analíticas e/ou empíricas de situações que conduzem ao afastamento ou à reaproximação da natureza. O termo apreciação aqui aparece em oposição aos excessos na busca por soluções pautadas no imediatismo

fundamentado em preceitos técnicos irrefletidos, em que é desconsiderada uma percepção mais inclusiva e gradual dos componentes de questões ambientais.

> Dizer que a problemática ambiental é, sobretudo, uma questão de ordem ética, filosófica e política é se desviar de um caminho fácil que nos tem sido oferecido: o de que devemos nos debruçar sobre soluções práticas, técnicas, para resolver os graves problemas de poluição, desmatamento, de erosão. Esse caminho nos torna prisioneiros de um pensamento herdado que é, ele mesmo, parte do problema a ser analisado. Há uma crença acrítica de que há, sempre, uma solução técnica para tudo. Com isso ignora-se que o sistema técnico inventado por qualquer sociedade traz embutido nele mesmo a sociedade que o criou, com suas contradições próprias traduzidas nesse campo específico (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 15).

Nesse processo essencialmente reflexivo, no qual se assentam, por exemplo, primorosas observações da relação homem-natureza como em Santos (2010) ao tratar do "território da fragmentação e do dinheiro" ou as ricas interpretações e expressões sobre o "vivido", oriundas de artistas de rua, trabalhadores ou transeuntes que cruzam nosso cotidiano e nos abrem os olhos, também se encontra outra postura mencionada: a *valorização de convivências ambientais distintas*.

Sobre as duas posturas incidem fatores que as amplificam positivamente, como o aumento da situação e rebatimento de questões ambientais com o contexto, no caso da apreciação crítica, e o respeito a outros saberes ambientais (LEFF, 2001). Como tendências de afastamento, observa-se que a análise crítica pode tender ao extremismo, quanto mais se distancie de questões relativas à vida e ao meio e situe-se no plano dos fundamentalismos ou exacerbações ideológicas, assumindo conotações que se esvaem dos problemas e caminhem por aspirações de ordem política, econômica ou egocêntrica, pois no fim das contas, parte de seres humanos.

Os entraves quanto à convivência com saberes distintos, situam-se verticalmente no plano das inevitáveis tentativas de sobreposição de conhecimentos sobre a natureza, quando esses passam por uma situação de valoração e nivelamento, em que certas "razões" parecem mais aceitáveis do que outras, sobretudo por fundamentar-se na técnica. Horizontalmente, os saberes são alvo constante de rupturas e descontinuidades, fatores que podem representar tanto revoluções no conhecimento e mudanças de atitudes a partir da incorporação de novas percepções, como no desfazimento de interpretações sobre o ambiente.

Para Acselrad (2010), em meio à "nebulosa associativa"[6] que envolve a ideia de "proteção ambiental", a noção de *justiça ambiental,* faz parte de um movimento de

[6] A expressão "nebulosa associativa" evocada por André Micoud (2001) para o ambientalismo na França mostra-se duplamente pertinente no caso brasileiro, tanto pelo caráter disseminado e multiforme do conjunto de instituições que a noção compreende, como pela nebulosa intransparência que envolve crescentemente certos procedimentos de ambientalização: empresas suspeitas de práticas predatórias ambientalizam seu discurso,

ressignificação da questão ambiental, em que questões tradicionalmente relacionadas à justiça social foram singularmente sendo apropriadas pela temática do meio ambiente, numa arena de embates que envolvem a construção dos futuros possíveis.

Agyeman (2008), Agyeman; Bullard e Evans (2002) e Agyeman et al. (2016) têm abordado a associação das ideias de sustentabilidade e equidade, analisando-as como componentes principais da *justiça ambiental*. Nessa forma de justiça, a sustentabilidade puramente "ambiental" assume a alcunha de sustentabilidade "justa", onde a qualidade ambiental e a igualdade humana são inseparáveis. A sustentabilidade justa, tal como propõem, seria uma tentativa de superar os desvios (ou polêmicas e discussões insolucionáveis) existentes na temática ambiental, relativas à associação da conservação/preservação da natureza com a noção de desenvolvimento (desenvolvimento sustentável) ou do que chamam de sustentabilidade "verde". Os autores consideram que, em ambos os casos, há negligência das injustiças sociais e seus aspectos territoriais.

Agyeman et al. (2016, p. 334) também trazem sua (re)definição para a meta da (justa) sustentabilidade: "[…] *to ensure a better quality of life for all, now, and into the future, in a just and equitable manner, while living within the limits of supporting ecosystems.*". Nela demonstram sua crítica aos pressupostos do desenvolvimento sustentável, pela qual se fala em atender às necessidades das atuais gerações sem comprometer os direitos das gerações futuras, mas pouco se traduz na prática em ações justas e equitativas socialmente, pois nesse caso o enfoque está nos "recursos" naturais a serem garantidos e não em formas mais equilibradas de integração entre os próprios seres humanos, e deles, com a natureza.

> Sustainability, we argue, cannot be simply a 'green' or 'environmental' concern, important though 'environmental' aspects of sustainability are. A truly sustainable society is one where wider questions of social needs and welfare, and economic opportunity, are integrally related to environmental limits imposed by supporting ecosystems. This emphasis upon greater equity as a desirable and just social goal, is intimately linked to a recognition that, unless society strives for a greater level of social and economic equity, both within and between nations, the long-term objective of a more sustainable world is unlikely to be secured. The basis for this view is that sustainability implies a more careful use of scarce resources and, in all probability, a change to the high-consumption lifestyles experienced by the affluent and aspired to by others. (AGYEMAN; BULLARD E EVANS, 2002, p. 78).

Para além dessa discussão conceitual, na justiça, também figuram as possibilidades de geração e cumprimento de regulamentações. No Brasil, a produção de leis e instrumentos

---

recusando, ao mesmo tempo, controles externos e proclamando sua capacidade de autocontrole ambiental; autoridades governamentais flexibilizam a legislação ambiental, alegando ganhos de rapidez e rigor nos licenciamentos; promotores de grandes projetos hidrelétricos que desestruturam a vida de comunidades indígenas afirmam que desenvolverão programas de "sustentabilidade" destinados "a assegurar a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais" dos grupos indígenas... (ACSELRAD, 2010, p. 104).

normativos que regulam tanto os ambientes urbanos como rurais tem evoluído nos últimos anos, porém são notórios os vieses na sua aplicação e cumprimento. Assim, por trás desse fator de articulação, reside uma baixa emancipação social, em que inúmeros sujeitos são constantemente invisibilizados pelo uso conveniente da legislação por segmentos das classes hegemônicas, que cerceiam direitos para efetivar seus interesses. É o que ficara claro ao se considerar o que acontece no âmbito da política pública de habitação de interesse social na cidade, dado o seu encontro com as formas de pós-ocupação em determinadas áreas onde ocorre a remoção de populações em assentamentos considerados precários ou áreas de intervenções urbanas ou ambientais.

A emancipação social "[...] é uma aspiração tão óbvia quanto inverossímil." (SANTOS, 2002, p. 329). É óbvia porque a regulação social é exercida de forma ineficaz e incoerente, estando sempre à mercê de resistência, e é inverossímil, pois tem o poder de ocultar sua ineficácia e incoerência. (SANTOS, 2002).

E apesar da natureza não reivindicar seus direitos sob formas que nos pareçam mais claras (SERRES, 1999), seus "direitos" também são constantemente cerceados/ invisibilizados. De acordo com Santos (2007, p. 41), a questão reside na simetria de uma realidade em que não são concedidos "direitos àqueles dos quais não podemos exigir deveres, só podemos outorgar direitos a quem tem deveres. Por isso em nossa cultura de direitos humanos a natureza não tem direitos: porque tampouco tem deveres."

Assim, em tempos de naturalização da supressão do meio (onde por vezes reside a conveniente mitigação), estetização da condição de miséria, indiferença e uma pseudo-solidariedade diante do sofrimento de seres humanos e não humanos, não há como abrir mão da "justiça" como tema para reflexão e instância prática a ser reivindicada. Entretanto, o desafio aumenta, uma vez que a "justiça requer tanto a redistribuição quanto o reconhecimento" (BAUMAN, 2003, p. 71).

A partir daí, por esse "caminho e fim ambiental", espera-se uma melhor compreensão da relação sociedade e natureza, observada à luz dos elementos mencionados. No que tange a esta investigação, a síntese esperada associa a noção de ambiente, a desigualdades e fragmentação geradas pelas intervenções ambientais e habitacionais na cidade, juntamente com as possibilidades de reafirmação identitária em territórios vividos, que se encontram ameaçados ou já foram alvo das intervenções ora consideradas.

3 INTERFACES HABITAÇÃO-AMBIENTE

3.1 Provisão de habitações em ambiente urbano

Maricato (2017) afirma que, numa sociedade liberal, apenas retoricamente, uma vez que ainda é escravocrata na esfera da produção, a construção de habitações pelos próprios residentes – que responde por vezes à construção de partes inteiras das cidades – é o melhor exemplo dessa construção teórica do capitalismo. Segundo a mesma autora que levanta outras caracterizações do capitalismo nas cidades periféricas, nesse processo, torna-se clara a necessidade da ocupação de terrenos ilegalmente e da construção de moradias ignorando as regras e regulamentações da cidade, fatores resultantes dos baixos salários e condições de vida dos trabalhadores.

Klopp e Petretta (2017) mostram que indicadores podem revelar efeitos desses fatores no ambiente urbano, mas que basear-se apenas em indicadores negligencia a existência de problemas do ponto de vista local. As autoras afirmam que é primordial a associação complexa e contextualizada desses resultados na atividade de planejamento, em prol de uma maior inclusão social, menos danos aos ecossistemas e da produtividade econômica, sendo esses os principais desafios do nosso tempo, já que a maioria das cidades tem-se caracterizado como um misto de consumidores vorazes e produção de resíduos.

Observando-se a recursiva falta de consideração desses problemas em relação à construção legalizada ou não de habitações, que responde em grande medida pela expansão dos limites urbanos, pode-se afirmar que há negligência recorrente dos fatores que implicam na qualidade ambiental e de vida nos espaços de expansão.

Turner (1986) deu ênfase à falta da implantação de estruturas invisíveis que fazem parte da manutenção das estruturas visíveis que são construídas pelo homem, afirmando que questões relativas à localização apropriada das políticas habitacionais e a legalização da posse da terra, devem ser levadas mais a sério do que padrões construtivos. Ainda para este autor, as políticas públicas habitacionais apresentam muitas vezes um caráter enganoso e contraproducente, em que a quantificação excessiva exclui relações entre as coisas e as pessoas.

Estas perspectivas demonstram, por diferentes vias de interpretação, uma associação entre a formação espacial do meio urbano, danos ao ambiente, necessidade de ajustes nas políticas públicas, processos de fragmentação socioespacial e a importância de dar visibilidade às pessoas e áreas que são postas em uma condição de constante vulnerabilidade com relação a seus locais de moradia.

Também contribui para esse quadro de referências, a ideia de persistência de um modelo de provisão habitacional por parte do poder público, pelo qual as construções são reduzidas a ajustes orçamentários constantes, tendendo sempre à diminuição dos custos desde a elaboração dos projetos. Nessa "economia", observando-se o padrão construtivo em geral dessas habitações, verifica-se pouca variação de padrões construtivos e pouca inovação no sentido de tornar as habitações mais equilibradas com o meio. E a justificativa de elevação dos custos da obra não é o maior empecilho seguramente, uma vez que inúmeras experiências de construções sustentáveis de baixo custo são amplamente divulgadas na atualidade.

Winston (2010) sintetizou uma série de barreiras (Quadro 1) à construção de habitações sustentáveis, que vão do plano da concepção às formas de atuação política para tal fim. Muitas delas, no caso do Brasil, seriam possíveis apenas com o efetivo cumprimento da função social da propriedade, prevista em lei, mas longe da realidade vivenciada por muitas famílias, ou da legislação ambiental básica para saneamento, dentre outros instrumentos legais ou normativos já existentes. Avaliaram-se essas barreiras como elevadas em relação ao processo em estudo no município do Recife.

Quadro 1 - Barreiras para implementação de habitações sustentáveis.

Barreiras
Falta de clareza conceptual quanto à natureza da habitação sustentável;
Inadequação da política de habitação com respeito à construção, concepção e utilização dos espaços de forma sustentável;
Inadequação da regulamentação das edificações;
Descumprimento das regulamentações e normas existentes;
Conhecimento e especialização limitados sobre métodos de construção ecológica e eco-produtos;
Elevado grau de ceticismo em relação aos produtos da habitação verde;
Má postura diante da densidade urbana e o reaproveitamento de espaços mal utilizados que poderiam ser mais bem preenchidos nas cidades;
Má qualidade e design de algumas habitações em relação à densidade urbana;
Não aproveitamento de moradias permanentemente vagas na cidade;
Atitudes negativas em relação à mistura social em termos territoriais;
Ênfase na demolição em vez de renovação;
Desconsideração de interesses dos múltiplos grupos de interesse no planejamento de recuperações urbanas;
Falta de comunicação entre os agentes da provisão habitacional e os setores de planejamento;
Falhas no reconhecimento das necessidades sociais e aspectos físicos;
Recursos limitados.

Fonte: Organização da autora (2016), adaptado de Winston (2010).

Diante de tais dificuldades, observa-se que, para considerar a possibilidade de transformações menos excludentes e a coexistência das diversas naturezas, as variáveis excluídas dos programas habitacionais devem ser reivindicadas. Para isso, devem-se somar às questões mencionadas, elementos gerais que, apesar de reconhecidos na literatura como entraves à provisão qualitativa de moradias, ainda se encontram distantes da realidade recifense, assim como em outras cidades. São eles:

a) a produção de habitações deve se inserir plenamente no contexto do direito à cidade e à propriedade da terra. Levando em conta a produção empresarial, a autoconstrução legalizada ou em ocupações tipificadas como irregulares e mais a promoção pública, não ocorre a consonância entre justiça ambiental e o acesso à terra diante da diversidade de iniciativas para a provisão habitacional. (HARVEY, 1980, 2011; DE SOUZA, 1998; RUTH; FRANKLIN, 2014).
b) a forma de produção e instalação de habitações é determinante na estética da paisagem, seus usos e ocupação. No que compete a implicações na configuração territorial e suas dimensões (CASTELLS, 1983; SANTOS, 1997, 2006), observar que, de acordo com o modelo e a escala de abrangência do planejamento governamental, bem como a forma de realização das intervenções habitacionais, ocorrem, espacial e socialmente, consequências que extrapolam os limites de sua implementação (KIRBY, 1995; FERNANDES; CHAMUSCA, 2014).

Estes fatos são potencializados na transferência de pessoas de uma área para outra, sobretudo, quanto maior for a distância entre locais de origem e de instalação, e dependendo do uso e ocupação que foi dado ao lugar onde residiam.

As justificativas para as transferências têm apresentado diversos tipos de argumentos pautados na recuperação do verde da cidade e de melhoria dos assentamentos precários. Entretanto, diante do contexto observado, há nitidamente dois fatores preponderantes: a demanda por espaços para especulação imobiliária e implantação de novos empreendimentos destinados às classes hegemônicas e também suas atividades, sobretudo no setor de serviços; e a sustentação de um imperativo de mobilidade que estes espaços exigem para realizar suas funções e também para "surgir", pois a construção de vias por si só, já é utilizada como justificativa para a retirada de pessoas. Vê-se que esta mobilidade obviamente não se refere àquela necessária e inclusiva da maioria dos habitantes da cidade.

Trata-se mesmo de uma questão de "luta pela terra" em que as classes sociais hegemônicas pretendem usá-la para a extração da renda da terra; enquanto que as classes subalternas pretendem usá-la para fins de moradia.

Emergem aí as dissidências éticas dos diversos atores envolvidos na provisão de moradias, principalmente em se tratando das ações do setor público e empreendedores do setor privado, responsáveis por grandes intervenções. Para a efetivação de tais interesses, distantes da realidade das pessoas que habitam tais espaços, utilizam-se do uso do poder e da força, além do senso de oportunidade e conveniência diante das deficiências na legalização da posse da terra nessas áreas. As implicações psicológicas, as esferas da individualidade e da coletividade, que envolvem a identificação das pessoas com seu lugar (LAYRARGUES, 2000; CARLOS, 2003; GONÇALVES, 2009, 2014), lamentavelmente encontram-se subjugadas a estes interesses. Tais formas de ação fazem emergir a desigualdade social e a fragmentação territorial como externalidades corriqueiras em intervenções habitacionais.

Destacando a recorrente compassividade perante a desigualdade social, que segundo Santos (1982) é muitas vezes discutida em termos puramente estatísticos, observa-se que a reflexão sobre esses temas está muito condicionada a dados gerais sobre cidades ou países, traduzindo-se num afastamento de questões locais tais como: Onde ela cresce? Onde diminui? O que a incrementa? Quais as suas formas de manifestações territoriais?

Como externalidade constante na ação humana, a desigualdade social incorpora aspectos decisórios sobre a vida das pessoas, ao mesmo tempo em que determina configurações territoriais, podendo ser vista como resultado da desarmonia e desproporção entre as possibilidades de escolha e ação dos diferentes segmentos da sociedade. Desarmonia e desproporção, muito comuns no campo das possibilidades de “morar”.

A desigualdade pode ser colocada em diversas perspectivas que se complementam pela noção de que, em qualquer uma delas, há o que se pode observar como uma trajetória. No sentido literal, a *trajetória* corresponde a um percurso realizado por um corpo a partir de um sistema de coordenadas ou rota pré-definidos. Observando-se que nos processos decisórios, a trajetória é determinada por alguém ou grupo social e, dessa forma condicionada, seus efeitos “direcionados” ou “planejados” conduzem à desigualdade, os efeitos de decisões sobre o território tornam-se ainda mais perversos, conforme se tem verificado na prática dos reassentamentos involuntários.

Bauman (2013) apresenta a desigualdade como um “dano colateral” e aponta os riscos de ocupar a base da pirâmide da desigualdade, fazendo do indivíduo uma “vítima colateral”, assim como um soldado que corresponde a uma “baixa colateral” em forças expedicionárias. Para o autor, a denominação “colateral”, sugere que aquela ocorrência não foi levada em conta no planejamento ou se o foi, considerou-se o risco válido diante da importância do objetivo

militar. Tratando da perda de vidas humanas como resultado de ordens proferidas por quem está no comando em situações de guerra, afirma:

> Muitos responsáveis por essas ordens tentariam eximir-se retrospectivamente da disposição de colocar em risco outras vidas e modos de subsistência, assinalando que não se pode fazer uma omelete sem quebrar os ovos. O que se busca encobrir nesse caso é o poder de alguém, legítimo ou usurpado, de decidir qual omelete deve ser preparada e saboreada e quais ovos se devam quebrar, assim como o fato de que quem vai saborear a omelete não serão os ovos quebrados... Pensar em termos de danos colaterais é presumir tacitamente *uma desigualdade de direitos e oportunidades preexistente*, ao mesmo tempo que se aceita a priori a distribuição desigual dos custos da ação empreendida (ou, nesse sentido, de se desistir dela). Aparentemente, os riscos são neutros e não intencionais, e seus efeitos, aleatórios; na verdade, porém, os dados do jogo dos riscos são viciados. [...] A probabilidade de se tornar "vítima colateral" de algum empreendimento humano, ainda que nobre em seu propósito declarado, e de alguma catástrofe "natural" ainda que cega à classe, é hoje uma das dimensões mais marcantes e surpreendentes da desigualdade social – e esse fato diz muitíssimo sobre o status já baixo, mas ainda em queda, da desigualdade social na agenda política contemporânea. (BAUMAN, 2013, p. 12-15).

Visto isso, discutiram-se os territórios vividos pelas pessoas realocadas com base no conceito de comunidade, a fim de formar um contraponto às formas excludentes de racionalidade que têm marcado a provisão de habitação no ambiente urbano brasileiro, reconhecendo-se, previamente, o caráter profundamente desigual de seus efeitos para as classes subalternas, que também repercute na problemática ambiental.

Apesar da diversidade de acepções no campo sociológico, bem como do uso polissêmico do termo comunidade, observa-se que ele ainda possui alto poder de mobilização na realidade vivida pelas pessoas situadas em áreas classificadas como "de interesse social". Na associação entre as noções de comunidade e território, acredita-se que há um bom caminho para a afirmação de novas perspectivas de ação.

3.2 A importância da comunidade na integração territorial e o reforço da identidade: elementos para afirmação de territórios vividos

O termo comunidade remonta simultaneamente a diversas concepções, por vezes até contraditórias, que definem formas de organizações e práticas sociais, desde noções idealizadas de grupos com alto grau de homogeneidade, vivendo de forma autônoma e isolada, à existência de grupos étnicos dispersos ou de pessoas agrupadas em um local, de acordo com diversas tipologias de relações sociais (COLLINS, 2010).

As relações sociais que definem a comunidade podem ser embasadas em confiança e intimidade (TÖNNIES, 1973), em cooperação e compartilhamento (MACIVER; PAGE, 1973) ou, mesmo quando os membros necessariamente não tenham uma vida comunitária, na

existência de ligações subjetivas a partir de fatores afetivos, emotivos ou tradicionais, por um sentimento coletivo e ao mesmo tempo individual de formar um todo, como é o caso de alguns grupos étnicos (WEBER, 1973).

Freyer (1973), abrindo mão da ideia de relações sociais e trazendo o conceito para a perspectiva de uma construção histórico-social, apresenta a comunidade como "uma estrutura determinada, sustentada por uma constelação específica das energias humanas." (FREYER, 1973, p. 132), composta por um patrimônio cultural específico que caracterizaria o grupo, e sem relações de dominação.

Para Bauman (2003, p. 7-9),

> Se alguém se sente miserável, sofre muito e se vê persistentemente privado de uma vida digna, logo acusamos a *sociedade* — o modo como está organizada e como funciona. As companhias ou a sociedade podem ser más; mas não a *comunidade*. Comunidade, sentimos, é sempre uma coisa boa. [...] Para nós em particular — que vivemos em tempos implacáveis, tempos de competição e de desprezo pelos mais fracos, quando as pessoas em volta escondem o jogo e poucos se interessam em ajudar-nos, quando em resposta a nossos pedidos de ajuda ouvimos advertências para que fiquemos por nossa própria conta, quando só os bancos ansiosos por hipotecar nossas posses sorriem desejando dizer 'sim', [...] a palavra 'comunidade' soa como música aos nossos ouvidos. O que essa palavra evoca é tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes.

E como faz rotineiramente, Bauman (2003) atribui muito mais facetas à noção de comunidade. Dentre elas, os problemas da ascensão e excessos do multiculturalismo, no qual residiria parte de uma estratégia de poder das elites em promover o desengajamento (fragmentando e distorcendo o "ideal" de comunidade antes apresentado), no qual os efeitos da desigualdade são convertidos em escolhas culturais. Nesse processo, em que a justiça social foi perdendo espaço para os direitos humanos (no qual ocorre uma deliberada diferença da capacidade dos indivíduos em agir em prol deles), o reconhecimento e identidade tendem a traduzir-se perversamente em fundamentalismo, sectarismo ou absolutização das diferenças (BAUMAN, 2003).

O mesmo autor também coloca duas tarefas da comunidade em oposição ao pensamento único e desregulamentado da sociedade atual: "a igualdade dos recursos necessários para transformar o destino dos indivíduos *de jure* em indivíduos *de facto*, e um seguro coletivo contra incapacidades e infortúnios individuais" (BAUMAN, 2003, p. 133). Por fim, num contraponto à busca por segurança que gera insegurança e à ambivalência do individualismo, afirma que,

> Somos todos interdependentes neste nosso mundo que rapidamente se globaliza, e devido a essa interdependência nenhum de nós pode ser senhor de seu destino por si mesmo. Há tarefas que cada indivíduo enfrenta, mas com as quais não se pode lidar individualmente. O que quer que nos separe e nos leve a manter distância dos outros, a estabelecer limites e construir barricadas, torna a administração dessas tarefas ainda mais difícil. Todos precisamos ganhar controle sobre as condições sob as quais

> enfrentamos os desafios da vida — mas para a maioria de nós esse controle só pode ser obtido *coletivamente*. (BAUMAN, 2003, p. 134).

Partindo da abrangência dessas concepções, observa-se que outros elementos têm sido inseridos à ideia de comunidade, tais como a existência de afinidades específicas para além de laços consanguíneos e de relações emanadas da livre escolha (BUBER, 1987). Brandão e Borges (2014) afirmam que em termos mais modernos, a comunidade significa o lugar humano da vida, definindo-se como "[...] a associação – quanto mais livre e autoassumida melhor – de pessoas que se congregam para serem, em meio a um mundo como o da grande cidade, o que desejam ser nela, ou por oposição a ela." (BRANDÃO; BORGES, 2014, p. 2).

Baseados na noção de comunidade de Bhaba (1998)[7], Brandão e Borges (2014, p. 3) apresentam duas situações: a da *comunidade de exclusão* "em geral formada por desalojados e migrantes pobres, habitantes coletivos de grandes cidades e, de modo geral, escanteada para alguma de suas terras de sobra" e a da *comunidade de adesão* "constituída como unidade, agrupamento ou rede de pessoas que se reúnem por escolha mútua para criarem uma unidade de ação social, não raro sob a forma de alguma cultura de fé, margem e protesto". Estas duas noções, resguardando-se as questões colocadas por Bauman (2003), pelas quais é possível atentar ao uso do termo "exclusão", uma vez que se considera aqui a interdenpedência/inclusão de todos em "nosso mundo" e seus processos, as situações propostas apresentam-se como diretivas para compreensão da ideia de comunidade em termos territoriais.

Em Recife, facilmente, observam-se as duas situações apresentadas, trazendo como fator de convergência para esta perspectiva, a questão da manutenção do território, uma vez que, em um momento histórico anterior, grupos de habitantes encontraram uma "terra de sobra" para ocupar e, com o passar do tempo e devido à influência de interesses econômicos, são removidos ou têm de reunir-se e articular-se em uma ação social de protesto pela permanência no local.

Apesar de autores como Maciver e Page (1973) terem colocado, na década de 1950, que a localidade (área territorial) é uma das bases da comunidade, a incorporação dos conceitos de espaço, território e territorialidade tem-se tornado uma questão emergente nos estudos sobre comunidades, considerando, sobretudo, ameaças de perda da propriedade da terra, tanto em áreas consideradas de preservação ambiental, como em terrenos de interesse imobiliário em ambientes urbanos. Cabe assim uma breve revisão dos termos, da forma considerada neste

[7] "A comunidade perturba a grande narrativa globalizadora do capital, desloca a ênfase dada à produção na coletividade 'de classe' e rompe a homogeneidade da comunidade imagina da nação". (BHABHA, 1998, p. 316, apud Brandão e Borges, 2014).

estudo, levando em conta seu rebatimento com a noção de comunidade, derivando-se em território vivido.

Morais (2018), a partir de profunda análise das relações entre território, territorialidade, espaço e ambiente, trazendo contribuições da Geografia Italiana, oferece caminhos para a compreensão da noção de território vivido. Nela, é fundamental a noção de que a dimensão do "vivido" envolve processos constituintes da formação do território, nos quais a capacidade de formação de territorialidades ativas em uma comunidade, determina maiores possibilidades de permanência ("autogoverno" e "auto-organização") nas disputas pela legitimação do poder sobre o espaço.

Dessa forma, a partir das discussões apresentadas pelo autor, pode-se considerar que o território vivido envolve a construção cotidiana das possibilidades de uma formação territorial específica, que distingue uma comunidade e sua identidade, abrange desde subjetividades ligadas à consciência social e histórica do lugar habitado, às formas de gestão, relações com o ambiente e possibilidades de permanência naquele território diante de interesses externos.

São muito pertinentes ao processo em estudo, as noções de "autonomia local", "tomada de lugar" e "poder dominante" de Francesca Governa, trazidas por Morais (2018)[8]. No processo de realocação de famílias/comunidades que necessitam "territorializar-se" em uma nova área involuntariamente, ocorre frequentemente uma impossibilidade de manter-se em seus territórios vividos. No campo de forças da autonomia local, entre os "controladores" e "controlados" (como denomina Governa) na disputa de interesses por espaços, os primeiros têm maior poder no processo de formação de novas territorialidades e configurações territoriais, dada sua capacidade de dominação ou resistência, podendo a comunidade alvo da remoção, assumir uma posição em ambos os lados.

Como se observou que as comunidades realocadas dificilmente conseguem assumir um papel de controle que lhes garanta a "tomada do lugar", os espaços de saída das pessoas, seu território anteriormente, foram considerados "territórios removidos", uma vez que ali se estabeleceu uma forma de poder dominante, nesse caso o Estado, que removeu aquele grupo estabelecendo novas territorialidades e reconfigurando aquele espaço de acordo com outros interesses.

[8] Para Governa (1997), essa autonomia refere-se à capacidade intrínseca de se estabelecer relações de dominação e resistência no território, possibilitando: 1. a "Tomada de Lugar" como relações que levam o indivíduo ao controle da sua realidade; ou seja, ao controle das forças externas de dominação; e 2. o "Poder Dominante" enquanto capacidade de construção e resistência (MORAIS, 2018, p. 217).

Para Raffestin (1993), deve-se compreender que o território se forma, politicamente, a partir do uso do espaço como resultado de ações conduzidas por quaisquer atores que deste se apropriam dele concreta ou abstratamente, territorializando-o. O território é um local de relações inscritas em um campo de poder, fruto de uma produção realizada a partir do espaço, considerando todas as relações que o envolve, com uma referência implícita às noções de limite e delimitação, sendo estes traçados, fisicamente ou não, e gerados a partir da ação de um grupo (RAFFESTIN, 1993).

Para Souza (2001), o território possui escalas espaciais e temporais diferenciadas, não devendo ser despolitizado e nem retirado de um contexto estratégico associado às sociedades complexas, tais como conflitos sociais objetivos e suas causas, além de responder pela produção do espaço. Little (2002, p. 3) também leva em conta o fator político, colocando que o "[...] fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos". Nesse sentido, a territorialidade seria "[...] um esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu 'território'" (LITTLE, 2002, p. 3).

A definição de territorialidade de Haesbaert (2008) também incorpora de modo mais explícito, além da dimensão política, as relações econômicas e culturais, considerando que ela está "[...] 'intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar'" (HAESBAERT, 2008, p. 22).

Conforme a acepção de Santos (2006), de um lado, tem-se a configuração territorial (elementos materiais) e de outro, as relações sociais (elementos imateriais, campo das ações, decisões e conflitos). A configuração territorial (ou paisagem) é dada pelo ajuste entre os sistemas naturais existentes e os acréscimos superpostos pela ação humana, observando que as relações sociais dão vida aos elementos materiais a todo instante, sejam estes naturais ou artificiais (SANTOS, 2006).

De acordo com Abreu (1994, p. 57), "[...] o espaço geográfico não deve ser concebido como espaço (externo) organizado pelo homem, mas sim como produto desse mesmo homem". Assim, afirma que, como o espaço é produto da sociedade, esta dimensão social irá refletir tanto sua estrutura quanto sua dinâmica e dela receber sua forma e conteúdo. O espaço, nessa perspectiva, é produzido pelo homem e sua condição de existência, "[...] fechando-se assim o ciclo das múltiplas e interatuantes determinações" (ABREU, 1994, p. 58). O espaço territorializado, enquanto espaço da ação,

> [...] não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e

> um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. [...] é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. [...] é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2010, p. 96-97).

A identidade territorial pressupõe o estabelecimento de limites, seja pelo diálogo ou confrontos, e neste caso, sua força pode determinar a durabilidade de um território, que por sua vez, sofrendo ameaça de perda, pode reforçar as identidades de seus habitantes (SOUZA, 2001). É importante considerar que a identidade também envolve relações de poder, de inclusão e exclusão (RAFFESTIN, 1993), podendo ser determinada por uma ideologia dominante (CASTELLS, 2008).

O reforço da identidade emerge como um forte contributo no processo de territorialização, uma vez que a identidade pode constituir-se em fator de aglutinação e mobilização para a ação coletiva (SOUZA; PEDON, 2007). A identidade reforça a territorialidade, a qual adquire sua particularidade por refletir a multidimensionalidade do "vivido" territorial em um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (RAFFESTIN, 1993).

No território vivido, a identidade é ativa, não existindo *a priori* ou *a posteriori*, interferindo nas relações sociais e destas com a natureza, a partir de diversos elementos tais como pelo sentido de pertencimento, a defesa de valores e o emprego de sentidos ao território (SOUZA; PEDON, 2007). Estes autores ainda afirmam que a identidade enquanto processo é invisível, endógena e está sempre em curso, possibilitando a um membro da comunidade se reconhecer no outro e a comunicação.

Assim, tem-se que a valorização do pertencimento ao território, o reconhecimento do outro e a comunicação são fatores decisivos na busca por um caminho que vá da supressão à conservação, levando em conta a mudança locacional de pessoas onde reside o "desfazimento" da comunidade. Mesmo diante da necessidade de realocação por conta de condições de vida insalubres, as intervenções que tratam da habitação devem atentar para a permanência de elementos inerentes às comunidades, que se reterritorializarão nos ambientes de chegada e necessitam de atenção.

Na Figura 3, representam-se relações entre os tópicos apresentados, colocando-se os fatos consumados no território, os processos que se encontram no pano de fundo e o caminho que vai do discurso da melhoria dos espaços das comunidades urbanas à supressão da natureza e de territórios vividos. Como contraponto, estão as ideias de território/territorialidade,

comunidade/identidade, implicando na formação de um campo de possibilidades de mobilização contra-hegemônico.

Denominou-se o discurso de "6 R" em alusão aos "5 R" pontuados por Maricato (2014): Revitalização, Reabilitação, Revalorização, Requalificação e Reforma, acrescentando o Reordenamento (territorial), sendo este outro formador de argumentos para a desapropriação de moradias e o fomento da urbanização excludente.

Coloca-se como "fim", na Figura 3, um estado de relações entre sociedade e natureza caracterizado pela conservação e justiça ambiental (que é essencialmente social). Compreende-se que tal situação tem como pressupostos o exercício da precaução, a tentativa de minimização ao máximo dos danos e riscos incidentes sobre o ambiente e a fiscalização das práticas humanas. Como mecanismos contra-hegemônicos, facilitadores da reformulação de práticas abusivas e, sobretudo, adequados a problemáticas ambientais do ponto de vista local e/ou quanto mais específico possível, esses pressupostos se traduziriam num encadeamento dos seguintes planos de ações:

- realizar a **observação** atenta e preditiva das práticas humanas sobre o ambiente, continuamente reforçando que esta deve ser uma ação cotidiana;
- ampliar, sempre que possível e utilizando-se dos meios disponíveis, o campo de **visibilização** dos problemas observados ou previstos;
- fomentar a **mobilização** social articulada entre diversos segmentos da sociedade (seja por via educacional ou organizações civis de uma forma geral), destacando que nesse plano residem muitas possibilidades de reconhecimento de outras formas de diálogo entre os interesses envolvidos nas intervenções que envolvem natureza e sociedade;
- procurar, ao máximo, instâncias disponíveis dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, a fim de **reivindicar direitos** apropriando-se *de facto* da legislação vigente e sua construção, sobretudo ressaltando a ocorrência de desvios;
- **acompanhar** os processos, retornando à observação atenta mencionada primeiramente.

Figura 3 - Elementos que compõem o processo de supressão da natureza no contexto observado e encadeamento de ações contra-hegemônicas.

Fonte: organização da autora, 2016.

Nota: Esse esquema baseou-se na leitura de diversos casos onde esses processos ocorreram, alguns com mais ênfase em parte das situações elencadas de uma forma geral, outros englobando praticamente todos esses elementos. O caminho em amarelo, que resultaria na conservação e justiça ambiental englobando as ações práticas relacionadas, apresenta-se aqui mais como meta, do que como situação de resistência verificada nas relocações pesquisadas e conjuntos habitacionais, onde a experiência comunitária e identitária tornaram-se incipientes e desmobilizadas. Entretanto, esses processos contra-hegemônicos, ainda que de forma fragmentada, foram verificados em comunidades envolvidas em conflitos bem-sucedidos pela permanência em seus territórios.

A ênfase no “local” tem como base a valorização das comunidades como horizontalidades, não deixando de observar as verticalidades incidentes nos processos socioespaciais, tal como proposto por Santos (2010). Desse modo, considera-se que, sem a superação da desigualdade social e da fragmentação territorial, não se conseguirá tecer os fios inerentes à complexidade das intervenções habitacionais e suas interações ambientais. Com isso, compreender-se-á a profundidade da problemática visando à sua superação.

Situando a pesquisa nesse mecanismo, é possível colocá-la objetivamente nos planos da observação e visibilização, contudo, espera-se que esta contribuição possa ter sua continuidade nos planos de ações seguintes.

4 METODOLOGIA

4.1 Método de abordagem: elementos do paradigma da complexidade e o procedimento de tradução

Como forma de lidar com a recorrente e ampla diversidade de efeitos adversos das intervenções humanas, foram atribuídas ao processo de construção conceitual e empírico da pesquisa, algumas noções que contribuíram na tentativa de superação de pragmatismos que envolvem a resolução de questões ambientais. Assim, duas perpectivas foram essenciais. A primeira, originária da obra de Edgar Morin, a partir de leituras sobre o que se convencionou chamar de Teoria da Complexidade; e a segunda vem de parte de obra de Boaventura de Santos, em relção ao que ele denominou de Procedimento de Tradução.

Ao levantar as dificuldades de compreensão da realidade por meio do pensamento lógico-dedutivo e simplificador, em que a ambiguidade e incerteza são rejeitadas, Morin (2011) trouxe elementos para o "pensamento complexo", uma alternativa (e anseio) de interpretação das relações humanas e das pessoas com a natureza, consideradas de difícil redução tanto epistemologicamente como em termos práticos. Entretanto, Morin (2011) não defende um abandono total dessa lógica, mas que ocorra uma combinação dialógica entre os segmentos que, constumeiramente, são separados, transgredindo-se os buracos negros onde esse modelo deixa de ser operacional. Ainda, Morin (2003, p. 13) afirma que, "[...] a hiperespecialização impede de ver o global (que ela fragmenta em parcelas), bem como o essencial (que ela dilui)".

Dessa forma, abrem-se espaços para refletir diante das incertezas dos fatos naturais e sociais, partindo do ponto de que a natureza dos problemas (ou soluções) torna-se cada vez mais complexa. Complexa, não necessariamente complicada. A complexidade apresenta como desafio um encontro dos fios condutores entre processos fragmentados, em que oposições coexistem, complementam-se e retroalimentam-se, num anel gerador "no qual os produtos e os efeitos são produtores e causadores do que os produz" (MORIN, 1999, p. 27). Neste anel recursivo, Morin (1999) propõe a superação da noção de regulação pela de autoprodução e de auto-organização.

Diante do contexto em estudo, já se discutiu a dificuldade em abrir mão da noção de regulação, uma postura que ainda carece de emergência do ponto de vista das injustiças vivenciadas pelos seres humanos e não humanos, e que também incidem no meio físico. Contudo, a dimensão da autoprodução e auto-organização, do ponto de vista da importância da comunidade e identidade, são fortes imcrementos à emancipação.

Ainda no sentido de refletir para além dos fatos consumados no espaço habitado, e na tentativa de "compreensão" do processo estudado ao invés de insistir na ideia de "transformação" bilateral do espaço, aplicou-se a noção de anel retroativo também discutida por Morin (1999). O anel retroativo

> [...] permite o conhecimento dos processos de auto-regulação. Rompe com o princípio de causalidade linear: a causa age sobre o efeito, e este sobre a causa [...] possibilita, na sua forma negativa, reduzir o desvio e, assim, estabilizar um sistema. Na sua forma mais positiva, o *feedback* é um mecanismo amplificador; por exemplo, na situação de apogeu de um conflito: a violência de um protagonista desencadeia uma reação violenta que, por sua vez, determina outra reação ainda mais violenta. Inflacionistas ou estabilizadoras, as retroações são numerosas nos fenômenos econômicos, sociais, políticos ou psicológicos (MORIN, 1999, p. 27).

Esse "princípio", nos termos de Morin, foi essencial na elaboração do percurso de investigação empírica e na sua correlação com os dados obtidos por meio da análise de informações e produtos cartográficos ora gerados. Viu-se que diminuindo as suposições prévias de que o processo de realocação de pessoas seria necessariamente bom ou ruim ou se teria efetivamente impacto na supressão da natureza ao longo do tempo (pressuposto básico inicial), foi possível reelaborar a discussão no sentido de aproximar o processo da temática da desigualdade, tanto em termos sociais como territoriais (fragmentação).

Situou-se, dessa forma, as intervenções espaciais originárias de políticas habitacionais populares ou de interesse social, nesse contexto "inflacionista" ou "estabilizador", pois independentemente do tempo em que são praticadas, elas revelam-se como um conjunto de ações em que se negligencia fortemente o seu potecial transformador, pelo fato de estarem severamente submetidas a externalidades econômicas. A negligência amplifica desigualdades, que retroagem no sentido da reaplicação de políticas públicas compensatórias. Fica explícita aí, a dificuldade (deliberada ou processual) de auto-regulação.

Esse caráter deliberativo, normalmente capitaneado pelas classes hegemônicas, e que se sobrepõe à espontaneidade das ocupações humanas e formas de vida com menor possibilidade de ação diante de decisões verticalizadas, torna imperativa a constante revisão das práticas e produtos técnico-científicos ou quaisquer exercícios de interpretação e difusão de informações sobre uma dada realidade. Imbuindo-se dessa preocupação, foi essencial a contribuição de Santos (2004), que sintetiza muitos de seus pontos de vista sobre as formas de ação em múltiplas instâncias, ao levantar a necessidade de realização de um "procedimento de tradução", o qual,

> Visa clarificar o que une e o que separa os diferentes movimentos e práticas, de modo a determinar as possibilidades e os limites de articulação e agregação entre eles. Dado que não há uma única prática social universal ou sujeito colectivo para conferir sentido e direção à história, o trabalho de tradução torna-se decisivo para definir, em cada

> momento ou contexto histórico concreto, quais as constelações de práticas subalternas com maior potencial contra-hegemônico. (SANTOS, 2004, p. 127).

A operacionalização desse procedimento de tradução em associação com as reflexões baseadas na obra de Edgar Morin se deu por três vias principais: a observação de fatos precedentes e atuais, relativos à provisão habitacional e suas interelações com as mudanças no sítio natural do Município do Recife; o exercício de espacialização dos processos observados e a interação com sujeitos envolvidos.

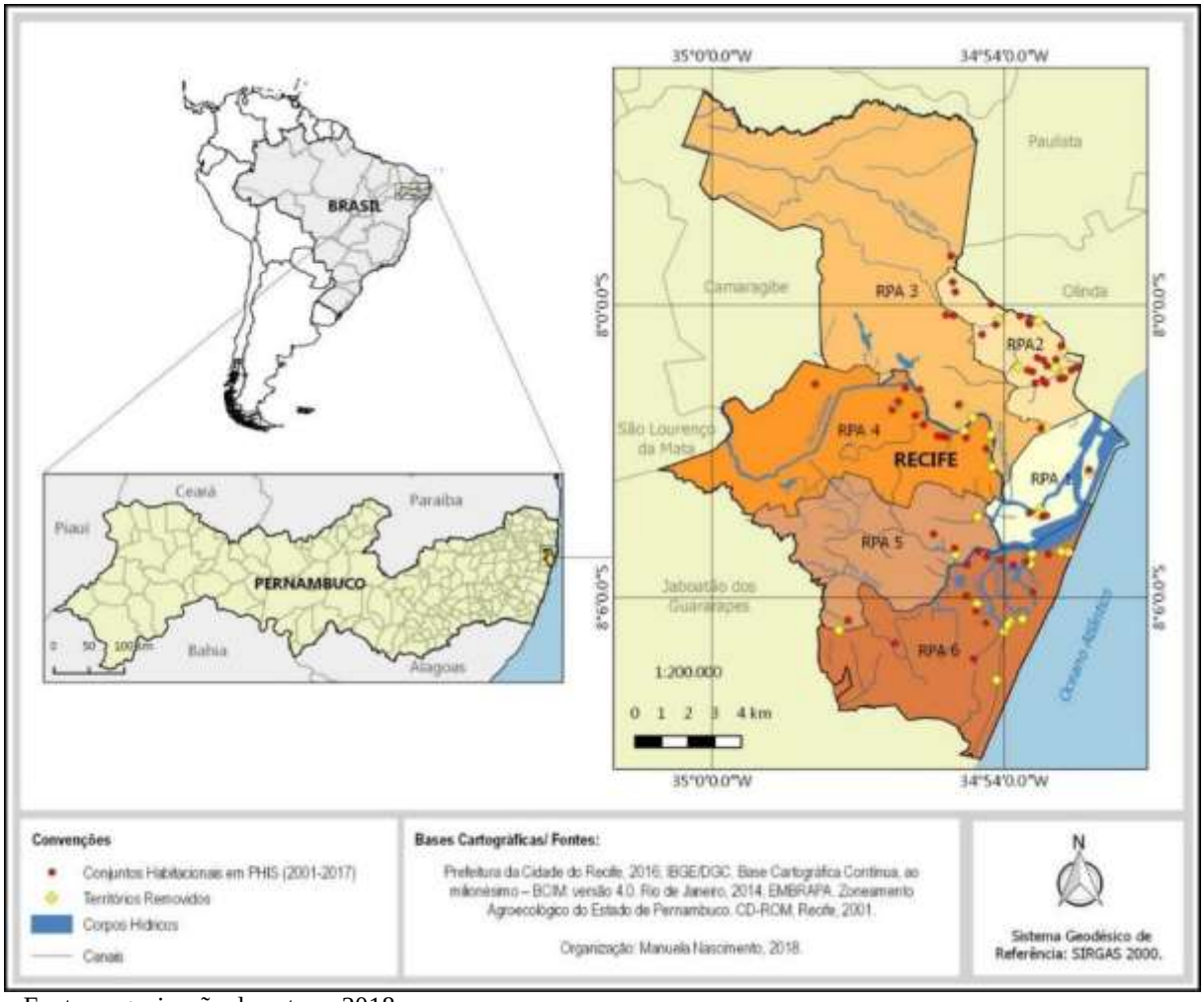
Estas abordagens incluíram percepções mais abertas diante das difíceis questões a solucionar no amplo e interconectado espectro dos fenômenos ambientais, nesse caso, mais especificamente em sua interface com a habitação. Além disso, proporcionaram um caminho a partir de noções que se foram diluindo na ciência moderna, tais como a necessidade de se ter um rigor não necessariamente pautado na lógica matemática, da valorização da autocrítica, da responsabilidade social e da recuperação dos valores do pesquisador na atividade científica (LACEY, 2008, 2011).

4.2 Delimitação da área de estudo

O recorte espacial do estudo compreende o Município do Recife, localizado no estado federado de Pernambuco, fazendo-se algumas ponderações em relação à sua região metropolitana, uma vez que o município se situa em um contexto temporal e espacial mais abrangente no que tange ao processo estudado, que não se poderia isolar do todo.

O recorte teve duas dimensões (Figura 4): (1) *o conjunto do território municipal*, para análise dos processos de remoção de moradias em intervenções do poder público, que envolvessem a construção de habitações de interesse social; (2) *fragmentos territoriais*, considerando os locais de construção de conjuntos habitacionais (CH), inseridos nesses processos, entre 2001 e 2017 e os lugares de origem dos reassentados, seus territórios removidos. Utilizou-se o termo “removido” para todos os casos, levando-se em conta a saída da conjuntura residencial anterior. Viu-se que as mudanças ocorrem mesmo sem que haja um grande deslocamento espacial ou a permanência no mesmo terreno, pois sendo as famílias retiradas de sua condição de moradia inicial, surgem consequentemente novas territorialidades e outra configuração territorial.

Figura 4 - Localização geral da área de estudo: Regiões Político-Administrativas (RPA), Conjuntos Habitacionais em PHIS e Territórios Removidos no Município do Recife – Estado de Pernambuco – Brasil.



Fonte: organização da autora, 2018.

Considerando-se a análise cartográfica, informações documentais e obtidas junto a órgãos públicos, foram identificados 61 conjuntos habitacionais e 38 territórios removidos. A quantidade desses territórios é menor, uma vez que em parte dos conjuntos levantados foram alojadas pessoas desabrigadas ou em moradias em situação de risco dispersas pela cidade e de difícil mapeamento, bem como, porque alguns territórios removidos tiveram seus moradores distribuídos em vários conjuntos.

4.3 Procedimentos Metodológicos: Programa e Estratégia

Ainda nos fundamentando no paradigma da complexidade, utilizou-se, no delineamento dos procedimentos para realização da pesquisa, da noção de método apresentada por Morin, Ciurana e Motta (2003, p. 28), segundo a qual, "O método é uma estratégia do sujeito que

também se apoia em segmentos programados que são revistos em função da dialógica entre essas estratégias e o próprio caminhar. O método é simultaneamente programa e estratégia e, por retroação de seus resultados, pode modificar o programa [...]".

Nesta perspectiva, tem-se um programa, que constitui a organização predeterminada das ações a serem executadas a partir de condições estabelecidas, e uma estratégia, na qual se encontram os recursos, as possibilidades de investimentos e desvios, para lidar com prováveis novas elaborações em relação ao processo, imprevistos e reformulações (MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003).

A estratégia, considerando o fato de a pesquisa buscar a compreensão das consequências da supressão do ambiente na relação sociedade e natureza, torna-se essencial como elemento de abertura para acompanhar e refletir sobre os problemas decorrentes da intensa dinâmica das ações no contexto observado. Por meio dela, foram feitas, as adequações entre elementos teóricos e os resultados empíricos. O programa engloba atividades mais estáveis e operacionais relativas à pesquisa (MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003).

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), instância colegiada da Universidade Federal de Pernambuco, sendo aprovado por meio do Parecer Consubstanciado de número 1.906.122. No Quadro 3, encontra-se uma visão geral dos procedimentos metodológicos, os quais serão melhor detalhados logo a seguir.

Quadro 3 - Visão geral dos procedimentos metodológicos.

Procedimentos	
Gerais	**Específicos**
Levantamento de dados secundários, informações e pesquisa bibliográfica	- Leitura e construção de referências conceituais - Levantamento e organização de dados secundários por meio de pesquisa bibliográfica e documental, de dados do poder público e informações em portais oficiais na Internet
Geoprocessamento	- Levantamento de material cartográfico (bases vetoriais da Prefeitura da Cidade do Recife, Governo de Pernambuco e outras instituições, de ortofotocartas digitais e imagens de satélite) - Elaboração de produtos cartográficos considerando a natureza relacional das informações a serem mapeadas no tempo e espaço - Cruzamento dos levantamentos sociais com os mosaicos de ortofocartas e imagens - Análise dos mapas gerados
Observação direta e pesquisa de dados primários	- Observação direta e realização de levantamentos fotográficos em campo - Reconhecimento prévio e contato com lideranças locais - Elaboração de roteiro de entrevistas - Submissão da proposta ao Comitê de Ética - Realização de entrevistas semiestruturadas - Análise textual discursiva - Reanálise dos mapas e geração de produtos cartográficos em função dessa etapa
Interpretação, síntese e contextualização das leituras com os elementos observados em campo	
Estruturação e escrita da tese e artigos	

Fonte: organização da autora, 2016.

4.3.1 *Levantamento de dados secundários, informações e pesquisa bibliográfica*

Os dados secundários, assim como outras informações relevantes à pesquisa, foram pesquisados nas seguintes instituições: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Portais do Governo Federal (Transparência, Dados Abertos e Ministério das Cidades); Portal da Caixa Econômica Federal (CEF); Fundação João Pinheiro (FJP), Secretarias de Estado e Municipais de Planejamento, Meio Ambiente e Habitação, Fundações Estatuais e Municipais de Pesquisa.

O levantamento mais específico dos conjuntos habitacionais em Programa de Habitação de Interesse Social (PHIS) foi realizado na Secretaria de Habitação da Prefeitura do Recife, na Empresa de Urbanização do Recife (URB), na Autarquia de Saneamento do Recife (Sanear) e nas Secretarias de Habitação (SecHab), de Planejamento e das Cidades do Governo do Estado de Pernambuco. Nesse ponto, deve-se ressaltar que o apoio da análise cartográfica e pesquisa em campo foram fundamentais, devido à segmentação e lacunas das informações fornecidas pelos órgãos públicos.

Apesar do esforço para contemplar o universo dos empreendimentos, viu-se que essa era uma tarefa difícil de ser realizada em sua totalidade. Entretanto, nas checagens de materiais produzidos por meio de pesquisas acadêmicas e posteriormente, do levantamento realizado no diagnóstico para a produção do PLHIS (RECIFE, 2017), verificou-se que o levantamento teve uma boa abrangência, isso, desconsiderando ações em lugares onde possam ter sido construídas habitações em pequenos agrupamentos, resultado de projetos de Habitação de Interesse Social (HIS) realizados apenas com recursos do município ou estado.

A pesquisa bibliográfica e documental foi realizada nos locais referentes ao levantamento de dados secundários e nas bibliotecas e departamentos da Universidade Federal de Pernambuco, além de portais na Internet, por meio do Banco de Teses e Dissertações e Periódicos da Capes, da Biblioteca Eletrônica Scielo e *Science Direct*, ou diretamente em sites de revistas científicas, jornais digitais e anais eletrônicos.

4.3.2 *Geoprocessamento*

Foi realizada uma abordagem espacialmente explícita, pela qual, de acordo com Moran (2011), a partir da análise espacial de um processo, pode-se chegar a uma melhor investigação da propriedade da terra e do ambiente, constituindo-se em um conjunto de métodos cujos resultados são variáveis, caso ocorram mudanças nas localizações dos objetos estudados. Para Matos (2008, p. 386),

> A análise fundada na espacialidade possui a singular capacidade de dar visibilidade única, em termos metodológicos, à realidade social. Isto porque integra setores e atividades, conjuga expressões políticas e socioculturais; explicita conflitos em áreas centrais e periféricas; aponta zonas de insegurança social e de risco ambiental [...].

Estes procedimentos tiveram o suporte de tecnologias livres, visando à democratização dos procedimentos e, também, dirimir a dificuldade quanto à obtenção de licenças de uso; sendo assim, foi priorizado o uso do Sistema de Informação Geográfica livre e aberto QGis (versão 2.14.11).

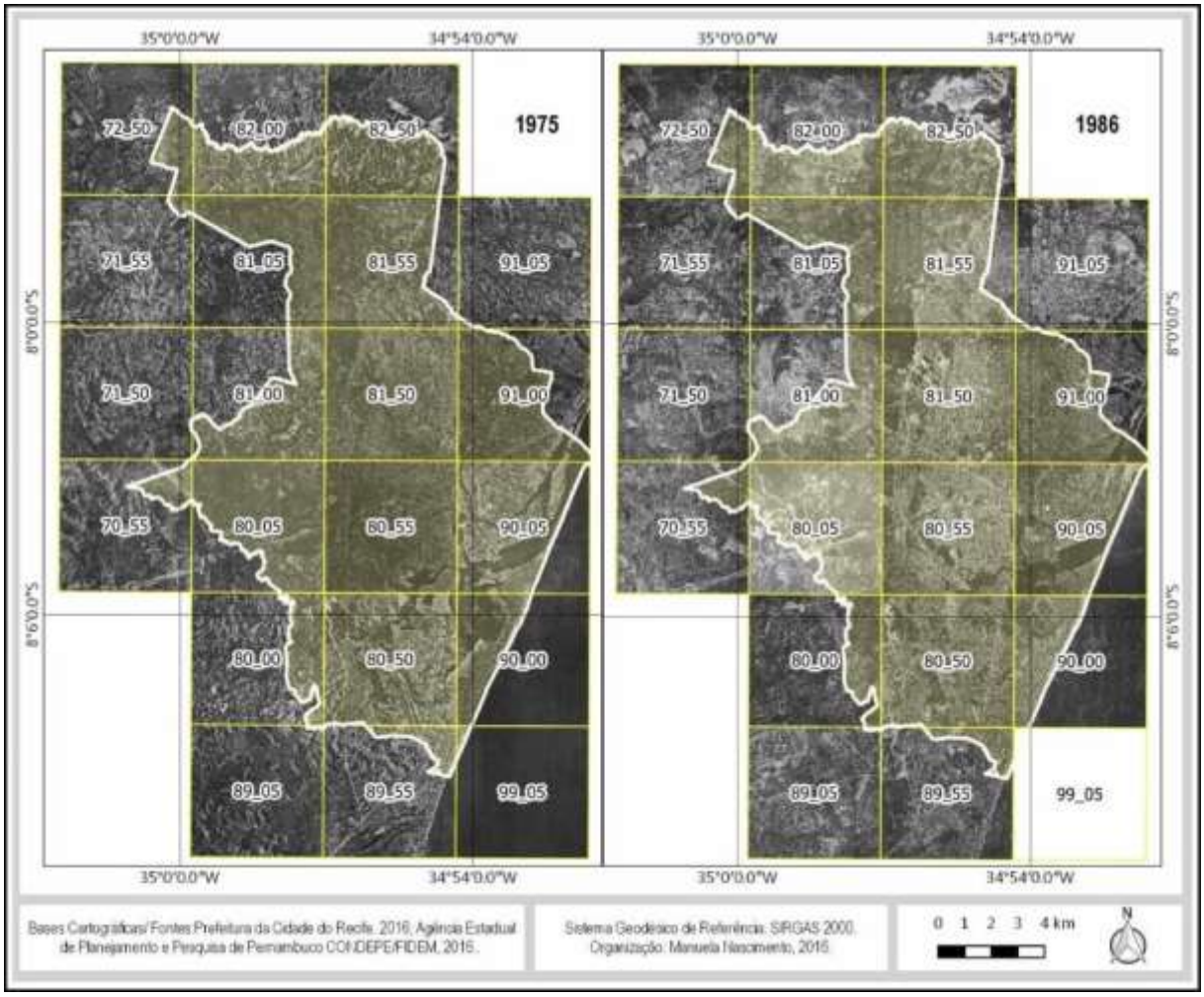
As bases cartográficas utilizadas foram ortofotocartas digitais e fotografias aéreas referentes às décadas de 1950, 1960, 1970, 1980, 1990 e aos anos de 2002, 2005, 2007 e 2013/2014, além de uma base vetorial que contempla a divisão político-administrativa, Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), logradouros e drenagem do Recife, referente ao ano de 2015, do Zoneamento Urbano determinado pelo Plano Diretor do Recife de 2008, dos levantamentos de áreas pobres referentes aos anos de 1978, 1988 e 1998/2001 e cadastramento de Comunidades de Interesse Social (CIS), realizado pela Prefeitura do Recife, no ano de 2014. Estes materiais foram cedidos gratuitamente pela Prefeitura do Recife e pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco-CONDEPE/FIDEM.

As ortofotocartas referentes às décadas de 1970 e 1980 foram georreferenciadas e organizadas em um mosaico, que abrange o município do Recife como um todo (Figura 5); as fotografias aéreas das décadas de cinquenta, sessenta (não disponíveis para todo o território) e noventa foram utilizadas apenas para avaliação de algumas mudanças territoriais em trechos específicos da cidade.

Para a finalização da produção cartográfica, foram observadas imagens de satélite mais atualizadas (anos de 2016 e 2017), obtidas por meio do aplicativo *Google Earth PRO*, as quais também serviram de base para a localização dos conjuntos habitacionais. Como base e fonte de informação auxiliar na produção de mapas, também foi utilizada a base cartográfica do IBGE.

Na observação dos fragmentos territoriais, as ortofotocartas foram sobrepostas às bases vetoriais e levantamento dos conjuntos habitacionais recentes. As sobreposições possibilitaram a visualização dos padrões de transformações espaço-temporais e foram estabelecidos indicadores para observação das trajetórias de realocação no ambiente urbano, para o município como um todo. Essa análise comparativa por sobreposição do material cartográfico disponível, também serviu de base para a demarcação dos territórios removidos e áreas de reocupação nas proximidades de onde as famílias foram retiradas. Nessas demarcações, utilizou-se a imagem mais recente, na qual ainda apareciam as habitações, de acordo com cada caso.

Figura 5 - Mosaicos de ortofotocartas referentes aos anos de 1975 e 1986 – Município do Recife/PE.



Fonte: organização da autora, 2016.

A possibilidade de realizar outras sobreposições, utilizando-se das mesmas bases, bem como os resultados observados nessa pesquisa, serão disponibilizados sob a forma de um *WebGis* (nos ambientes *QGisCloud* e *Google My Maps)*, que se encontra em fase de finalização.

A elaboração e divulgação dos mapas digitais no formato de *WebGis* têm o objetivo de reforçar o processo de visualização cartográfica dos resultados obtidos, levando em conta seu potencial para a geração de mais interpretações sobre o que foi observado e mapeado. De acordo com Ramos (2005, p. 39-40), "A visualização cartográfica difere-se da cartografia digital e dos sistemas de informação geográfica porque os últimos, embora empreguem computadores, visam à elaboração final do mapa estático, seja para impressão seja para consulta em tela".

Foram elaborados dois cartogramas para a correlação de dois indicadores socioeconômicos básicos (densidade demográfica e rendimento médio mensal domiciliar), com a localização dos conjuntos habitacionais e locais de saída das famílias. Para isso, foram

utilizadas a malha de setores censitários e tabelas de dados do agregado de setores censitários do IBGE (Quadro 2).

Quadro 2 - Registro de variáveis do Censo 2010 utilizadas para composição de cartogramas.

Indicador	**2010**		
	Planilha	**Código da Variável**	**Descrição**
Média de moradores em DPP por setor censitário (MMD)	Domicílio, características gerais (Domicilio01_UF.xls)	V002	Total de DPP
	Domicílio, moradores (Domicilio02_UF.xls)	V002	Total de Moradores em DPP
Rendimento nominal mensal médio dos domicílios particulares permanentes por setor censitário (RMD)	Domicílio, características gerais (Domicilio01_UF.xls)	V002	Total de DPP
	Renda dos Domicílios (DomicílioRenda_UF.xls)	V003	Total do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes

Fonte: IBGE, 2011. **Nota:** DPP = Domicílios Particulares Permanentes.

Para a correlação entre a localização dos conjuntos habitacionais recentes em HIS e a situação dos serviços de saúde, educação e transporte públicos, assim como, a presença de praças, parques e áreas verdes, foram utilizadas as bases de dados disponíveis no portal eletrônico oficial da Prefeitura do Recife. Nesta análise, utilizaram-se como critério duas distâncias, que conformam áreas definidas, a partir de raios de uma circunferência, que tem como centro o ponto de localização do conjunto habitacional. O primeiro raio leva em consideração os serviços localizados e infraestruturas a um quilômetro; e o segundo, a um raio de dois quilômetros, a fim de avaliar as possibilidades de acesso a esses elementos pelos habitantes dos conjuntos em equidade nas áreas recentes de aglomeração.

Para fins de representação, não aparecem nos mapas todas as áreas formadas pelos raios estabelecidos para cada conjunto nos locais de aglomerados, uma vez que prejudicaria a visualização, devido à escala em que os mapas serão apresentados. Dessa forma, os círculos foram agrupados de acordo com os conjuntos habitacionais em posição mais abrangente nas áreas de concentração. Na análise realizada a partir desses mapas, foram priorizadas informações qualitativas, possibilitadas pela análise espacial e a partir de uma visão geral relativa às distâncias encontradas, ao invés de focar na descrição quantitativa dos dados encontrados.

4.3.3 *Observação direta e pesquisa de dados primários*

A observação direta teve como finalidade a verificação das condições ambientais das áreas de implantação. Esta avaliação contemplou: a situação da infraestrutura interna do

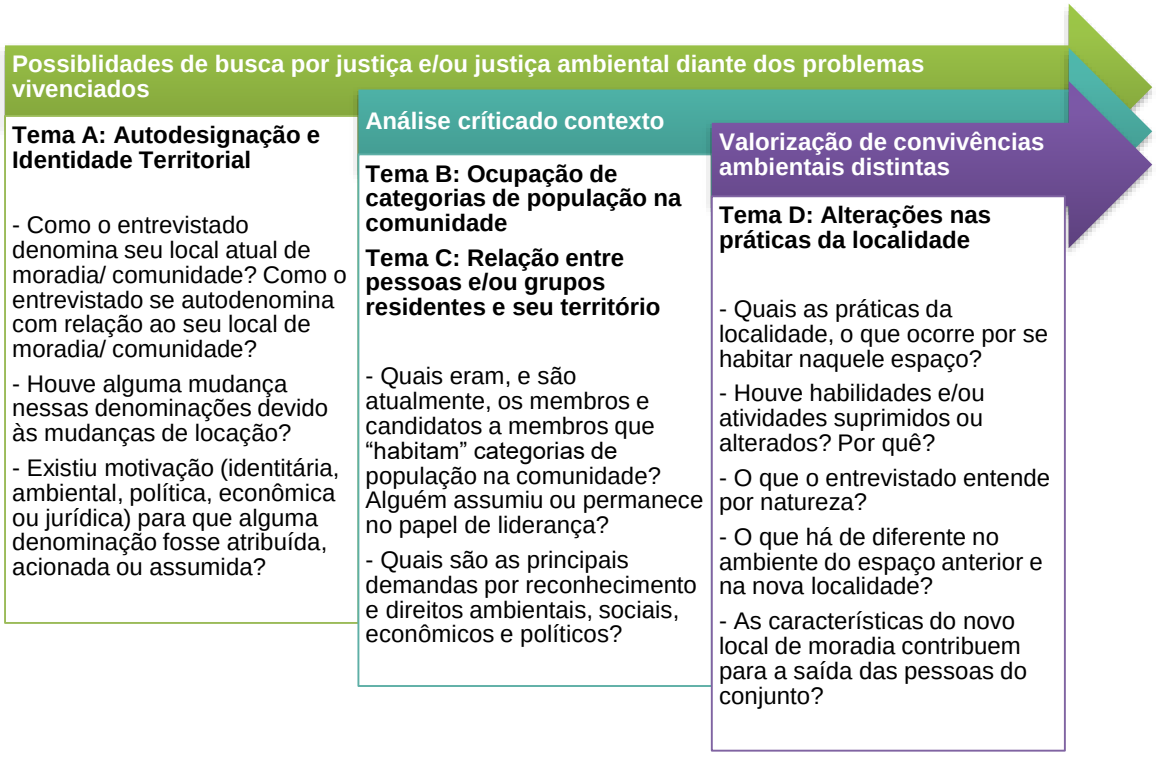
conjunto habitacional, as formas de ocupação do solo em seu entorno, a destinação de resíduos sólidos e como ocorreu a inserção do conjunto em relação à presença de infraestruturas urbanas (tais como vias, elementos de drenagem e esgotamento sanitário, paradas de ônibus, áreas de lazer e práticas esportivas, serviços de saúde e educação). Nessa etapa, também, foi realizado levantamento fotográfico, a fim de que se evidenciassem as proposições geradas na análise das informações fornecidas pela população.

O material cartográfico, gerado previamente, serviu de suporte para a verificação e discussão das condições ambientais no entorno das áreas de onde as populações foram removidas e realocadas, considerando, assim, as externalidades da política em questão. Esta análise contemplou: a situação do sítio natural com respeito à condição da vegetação caso existisse, a situação dos corpos hídricos nas proximidades, a forma de ocupação do solo e como se comportou a implantação de infraestruturas urbanas após a instalação ou remoção das famílias. A associação dos dois procedimentos contribuiu muito no esclarecimento de dúvidas que surgiram em ambas as fontes de informação.

A pesquisa de dados primários por meio de entrevistas teve como meta a avaliação do processo de realocação sob o ponto de vista das populações humanas residentes nos conjuntos habitacionais. Foi observado como o processo de realocação interferiu em suas práticas sociais e relações com o ambiente. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com questões abertas e fechadas, cuja amostra das populações foi gerada de acordo com a tipologia (morador do conjunto habitacional e lideranças), gênero e faixa etária, seguindo os critérios do plano amostral explicitado mais adiante.

O roteiro de entrevistas, que gerou o instrumento de coleta constante no Apêndice A, foi elaborado a fim de atender a meta acima mencionada, sendo dividido em quatro temas e tendo como referência o trabalho de sistematização elaborado por Prado (2012), em associação com os conteúdos teóricos discutidos no sentido da reformulação de práticas de afastamento na relação sociedade e natureza (Figura 6).

Figura 6 - Fluxo de conteúdos teóricos discutidos e temas de acordo com Prado (2012), que serviram de base para a análise empírica e elaboração das questões aplicadas.



Fonte: organização da autora, 2017.

Após as entrevistas, foi realizado o tratamento das informações obtidas conforme um procedimento de análise textual discursiva baseado em cinco etapas: preparação das informações; unitarização ou transformação do conteúdo em unidades integradas de maior evidência em cada tema; categorização ou classificação das unidades em categorias; descrição das categorias e interpretação (MORAES, 1999, 2003; MORAES; GALIAZZI, 2006).

Plano Amostral[9]: O objetivo da amostragem foi obter informações sobre as opiniões e percepções dos moradores, acerca da relação entre as características e experiências vividas nos conjuntos habitacionais e em seus antigos locais de moradia. As respostas dos entrevistados foram analisadas, principalmente, no que diz respeito à aproximação ou ao afastamento de elementos do ambiente, com os quais estabeleciam relações produtivas, de lazer ou contemplação, bem como se desfrutavam de serviços ambientais (tais como ventilação, iluminação natural, brisa, sensação térmica, disponibilidade de frutos, peixes, crustáceos para coleta, etc.), proporcionados pela proximidade com rios, mar, resquícios de vegetação, dentre outros.

[9] O plano amostral teve o apoio do Prof. Dr. Luiz Henrique Dore, do Departamento de Estatística e Ciências Atuariais da Universidade Federal de Sergipe.

Para isso, selecionou-se uma amostra de domicílios pertencentes aos conjuntos habitacionais e foi aplicada uma entrevista semiestruturada com questões abertas e objetivas (Apêndice 01) para um representante maior de idade em cada domicílio e uma entrevista para uma liderança, quando identificada no local.

O plano amostral adotado correspondeu a uma amostragem por conglomerados (BOLFARINE; BUSSAB, 2005) em dois estágios. No primeiro estágio, os conglomerados foram selecionados de acordo com um procedimento de amostragem sistemática, enquanto que, no segundo, selecionaram-se os domicílios, dentro dos conglomerados sorteados, por amostragem aleatória simples sem reposição. A seguir foi explicado o primeiro estágio, pela aplicação do procedimento de amostragem sistemática.

Considerando-se a distribuição dos conjuntos habitacionais mapeada na fase de geoprocessamento e tendo como referência o período entre os anos de 2001 e 2016, em que foram levantados 60 conjuntos habitacionais, foi definido o universo para a análise, equivalente a 6.006 domicílios já entregues, distribuídos em 37 conjuntos concluídos (critérios de exclusão: 1 – concluído e destinado à realocação involuntária, 2 – não concluídos e 3 – outras razões). Desse modo, foram excluídos do universo os conjuntos em obras ou paralisados (CEXC 2) ou que não foram destinados, exclusivamente, à realocação de famílias, uma vez que foram construídos para suprir a demanda de famílias desabrigadas por ocorrência de chuvas, deslizamentos ou que residiam em áreas de risco (CEXC 3). Estes conjuntos foram excluídos do universo pesquisado, na medida em que, se levou em conta que neles não houve o reassentamento involuntário de famílias (Tabela 1).

Selecionou-se um conjunto aleatoriamente, e em sequência, os demais conjuntos participantes da amostra foram selecionados em intervalos de três em três, considerando-se uma ordem estabelecida, em função da distribuição dos conjuntos, partindo do Norte para o Sul do município do Recife e percorrendo todo o território municipal. O conjunto 14 foi o primeiro selecionado aleatoriamente, seguindo-se a definição dos demais. Assim, foram selecionados 13 conglomerados.

Tabela 1 - Listagem dos conjuntos habitacionais levantados, com a codificação de norte a sul no município do Recife (CDNS), quantidade de unidades habitacionais (UH), critérios de exclusão do universo pesquisado (CEXC) e situação construtiva em dezembro de 2016.

CODNS	Conjunto Habitacional	Quantidade de UH	Situação (Dez./ 2016)	CEXC
1	Conjunto Habitacional Gov. Miguel Arraes (R13)	304	Em obras	2
2	Conjunto Habitacional Hélio Seixas (DELEGADOS)	200	Concluído	3
3	Conjunto Habitacional Alto da Esperança	125	Concluído	3
4	Conjunto Residencial Minerva (R4)	98	Concluído	1
5	Conjunto Habitacional Dom Hélder	320	Concluído	3
6	Conjunto Habitacional Josué Pinto	223	Concluído	3
7	Conjunto Habitacional Portão do Gelo (R-02)	26	Concluído	1
8	Conjunto Residencial R14	96	Paralisado	2
9	Conjunto Residencial Beberibe I (R-16)	27	Concluído	1
10	Conjunto Residencial Solano Trindade (R-17)	35	Concluído	1
11	Conjunto Residencial Naná Vasconcelos (R06)	64	Concluído	1
12	Conjunto Residencial Gov. Eduardo Campos (R12)	224	Concluído	1
13	Conjunto Habitacional H-13	69	Paralisado	2
14	Conjunto Habitacional Felicidade (H05)	40	Concluído	1
15	Conjunto Habitacional Jacarezinho	265	Concluído	1
16	Conjunto Habitacional H11	31	Paralisado	2
17	Conjunto Habitacional Ver. Miguel Batista (H-07)	51	Concluído	1
18	Conjunto Habitacional Palha do Arroz (H-01)	227	Concluído	1
19	Conjunto Habitacional Saramandaia	160	Concluído	1
20	Conjunto Habitacional Zeferino Agra	128	Concluído	1
21	Conjunto Habitacional Santo Antônio (H19)	128	Concluído	1
22	Conjunto Habitacional do Capilé	179	Concluído	1
23	Conjunto Habitacional (H12)	31	Paralisado	2
24	Conjunto Habitacional Vila Imperial	144	Concluído	1
25	Conjunto Habitacional Beira Rio (H03)	320	Concluído	1
26	Conjunto Habitacional H08	65	Paralisado	2
27	Conjunto Habitacional Várzea II	80	Concluído	3
28	Conjunto Habitacional Casarão do Barbalho	384	Em obras - lento	2
29	Conjunto Habitacional Vila Esperança/ Cabocó	16	Concluído	1
30	Conjunto Habitacional Dom Hélder Câmara	200	Concluído	1
31	Conjunto Habitacional Lemos Torres	192	Em obras	2
32	Conjunto Habitacional Mulheres do Tejucupapo	272	Paralisado	2
33	Conjunto Habitacional Abençoada por Deus	428	Concluído	1
34	Conjunto Habitacional Clube do Automóvel	64	Concluído	3
35	Conjunto Habitacional Campo da Vila	59	Concluído	1
36	Conjunto Habitacional "Escorregou Tá Dentro"	96	Paralisado	2
37	Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro	704	Concluído	1
38	Conjunto Habitacional Bueirão	50	Concluído	1
39	Conjunto Habitacional da Torre	320	Concluído	1
40	Conjunto Habitacional Mangueira da Torre	35	Concluído	1
41	Conjunto Habitacional do Pilar	588	Em obras - lento	2
42	Conjunto Habitacional Vila Brasil	448	Paralisado	2
43	Conjunto Habitacional Sérgio Loreto	224	Paralisado	2
44	Conjunto Habitacional Travessa do Gusmão	160	Concluído	1
45	Conjunto Habitacional do Jiquiá	372	Concluído	3
46	Conjunto Habitacional Padre Miguel	128	Concluído	1
47	Conjunto Imbiribeira I - Nicolau Copérnico	64	Concluído	1
48	Conjunto Habitacional Brasília Teimosa	240	Concluído	1
49	Ilha de Deus II (Continente)	78	Concluído	1
50	Ilha de Deus I (Ilha)	272	Em obras	2
51	Conjunto Habitacional Via Mangue I	320	Concluído	1
52	Conjunto Habitacional Via Mangue II	320	Concluído	1
53	Conjunto Habitacional Imbiribeira II - Cinco de Maio	44	Concluído	1
54	Conjunto Habitacional Sítio Salamanta	64	Concluído	1
55	Sítio Grande/ Dancing Days	128	Paralisado	2
56	Conjunto Residencial São Francisco de Assis	50	Concluído	1
57	Conjunto Habitacional 1º de Maio - CAIC	216	Concluído	1
58	Conjunto Residencial Aritana	42	Concluído	1
59	Conjunto Habitacional 08 de março	145	Concluído	3
60	Conjunto Habitacional Via Mangue III	352	Concluído	1
	Total de UH (1): Concluídas + Em obras + Previstas	**10735**		
	Total de UH (2): Concluídas	**7667**		
	Total de UH (3): Universo	**6006**		

Fonte: Organização da autora, 2016.

O tamanho da amostra foi calculado supondo-se que o objetivo é estimar a proporção com a qual uma determinada característica ocorre na população formada pelas unidades habitacionais que compõem os 37 condomínios em causa. Assumindo-se que tal proporção é estimada a partir de uma amostra aleatória simples sem reposição (BOLFARINE; BUSSAB, 2005), o tamanho amostral foi dado por

$$n = \frac{N}{P(1-P)(N-1)\frac{B^2}{z_\alpha^2} + 1}$$

Em que N refere-se à quantidade de domicílios, P à proporção, B ao erro amostral e z_α ao quantil de ordem $1 - \frac{\alpha}{2}$ da distribuição normal padrão. Para utilizar esta fórmula, é necessário especificar um valor para P. Uma maneira de produzir um valor conservativo para o tamanho amostral é utilizar o fato de que $P(1-P) \leq 1/4$. Neste caso,

$$n = \frac{N}{4(N-1)\frac{B^2}{z_\alpha^2} + 1}.$$

Nesta pesquisa, considerou-se um erro amostral de $B = 10\%$ com $1 - \alpha = 90\%$ de confiança. Portanto, o tamanho amostral ficou dado por

$$n = \frac{6006}{4(6006-1)\frac{0{,}1^2}{z_{0{,}90}^2} + 1} \approx 66{,}8963 \approx 67.$$

Este resultado indicou a seleção de 67 unidades habitacionais, em que, para cada qual, seria aplicada uma entrevista. Estas 67 unidades foram distribuídas nos 13 conglomerados, observando-se a proporção que cada conglomerado ocupava dentro da população total e domicílios. Isto é, para cada conjunto habitacional foi selecionada uma quantidade de domicílios equivalente à proporção da população que cada um representava, aplicando-se a fórmula

$$\frac{UH}{PT},$$

Em que UH refere-se ao número de unidades habitacionais de um determinado conjunto habitacional e PT, trata-se do total de unidades habitacionais dentre os 13 conjuntos selecionados.

O resultado deste cálculo encontra-se na coluna Tamanho amostral calculado (TAC) da Tabela 2. Os valores obtidos foram arredondados para cima (Tamanho amostral ajustado - TAA) e, por fim, estabeleceu-se um tamanho amostral mínimo de três unidades habitacionais por conjunto. O resultado da aplicação deste procedimento encontra-se na coluna TAE (Tamanho Amostral Efetivo), sendo esses os tamanhos amostrais que foram utilizados por conjunto. Assim, o tamanho da amostra de unidades habitacionais passou a ser de 78. Em cada conjunto habitacional, foi prevista a entrevista de uma liderança/representante dos moradores, caso fosse identificada pelos mesmos, resultando na aplicação de mais 13 entrevistas. Portanto, o número total de entrevistas previstas chegou a 91. Em seis conjuntos habitacionais não houve indicação de liderança, então as entrevistas com lideranças foram reduzidas de 13 para 7, resultando em um total de 85 entrevistas realizadas.

Tabela 2 - Detalhamento dos quantitativos referentes ao planejamento amostral.

Código	**Conjunto Habitacional (RAS)**	**UH**	**TAC**	**TAA**	**TAE**
9	Conjunto Residencial Beberibe I (R-16)	27	0,7724	1	3
14	Conjunto Habitacional Felicidade (H05)	40	1,1443	2	3
18	Conjunto Habitacional Palha do Arroz (H-01)	227	6,4940	7	7
21	Conjunto Habitacional Santo Antônio (H19)	128	3,6618	4	4
25	Conjunto Habitacional Beira Rio (H03)	320	9,1546	10	10
33	Conjunto Habitacional Abençoada por Deus	428	12,2442	13	13
38	Conjunto Habitacional Bueirão	50	1,4304	2	3
44	Conjunto Travessa do Gusmão	160	4,5773	5	5
48	Conjunto Habitacional Brasília Teimosa	240	6,8659	7	7
52	Conjunto Habitacional Via Mangue II	320	9,1546	10	10
56	Conjunto Residencial São Francisco de Assis	50	1,4304	2	3
60	Conjunto Habitacional Via Mangue III	352	10,0700	11	11
	Total de unidades habitacionais (PT)	***2342***	**Entrevistas com moradores**		**79**
			Entrevistas com lideranças		**12**
			Total de entrevistas		**91**

Fonte: Organização da autora, 2016.
Nota:
RAS – Conjuntos resultantes da amostragem sistemática
PT – População total
UH – Unidades habitacionais resultantes da amostragem sistemática
TAC – Tamanho amostral calculado
TAA – Tamanho amostral ajustado
TAE – Tamanho amostral efetivo

Foram entrevistadas 45 pessoas que se identificaram com o gênero feminino e 40, com o masculino. A quantidade de pessoas entrevistadas por faixa etária foi a seguinte: de 18 a 20 (4), de 21 a 30 (18), de 31 a 40 (20), de 41 a 50 (15), de 51 a 60 (15), de 61 a 70 (7), de 71 a 80 (5), mais de 80 anos (1), resultando em uma idade média de 43 anos. Em média, os entrevistados residem há seis anos nos conjuntos habitacionais, mas esses períodos variam entre 11 meses e 15 anos.

Critérios de inclusão dos entrevistados: A pesquisa foi realizada com indivíduos maiores de idade, selecionados, aleatoriamente, por domicílios em cada um dos 13 conjuntos habitacionais. O indivíduo poderia ser de qualquer gênero, etnia, faixa etária e possuir qualquer forma de ocupação, mas deveria ser residente no domicílio a pelo menos um ano ou desde que o conjunto foi inaugurado. Para garantir que o tamanho amostral fosse atingido, foram selecionados o dobro do número de domicílios indicados no tamanho amostral efetivo. A abordagem das pessoas foi feita pela ordem dos números dos domicílios sorteados.

Por exemplo, no Conjunto Habitacional Beira Rio, o tamanho amostral efetivo seria de dez entrevistas, então foram selecionados 20 domicílios aleatórios dentre os 320, e de forma ordenada, feita a abordagem dos moradores.

No caso das entrevistas aplicadas com lideranças, valeram as regras acima, acrescidas do fato de que esse indivíduo deveria ser reconhecido/identificado pelos moradores como seu representante. Esta identificação foi realizada na entrevista com os moradores. Dessa forma, realizadas as entrevistas com os moradores, a liderança local foi definida. Este procedimento deveu-se ao fato de existirem pessoas que poderiam autodenominar-se como liderança no local, mas não possuíssem o devido reconhecimento por parte dos moradores.

Riscos e benefícios da pesquisa: A etapa da pesquisa que envolve seres humanos correspondeu a um levantamento das condições de vida das pessoas, após o processo de realocação para conjuntos habitacionais. Acredita-se que estes questionamentos, por conta do método proposto e da forma de abordagem, por meio do roteiro de pesquisa estipulado, ofereceram riscos mínimos, que variaram do constrangimento quanto às suas condições de habitação, sensação de desconhecimento do conteúdo abordado ou sua forma de ocupação (nesse caso, sobretudo para desempregados). Dentre tais riscos, também se considerou que, durante a aplicação da entrevista, o colaborador possa ter tido uma maior visibilidade sobre os problemas que tem de enfrentar no cotidiano e quanto ao seu meio, sendo difícil mensurar os efeitos dessas possíveis observações.

Para minimização dos possíveis efeitos, as entrevistas foram aplicadas com total isenção de posicionamentos em relação ao conteúdo abordado, sempre destacando que os

colaboradores, que se sentissem constrangidos, tinham a liberdade de excluir os dados de sua entrevista a qualquer momento, durante sua realização ou posteriormente, levando em conta a sua autorização para uso das informações, como consta do termo de anuência (APÊNDICE B).

A pesquisa visou à busca de soluções compartilhadas a serem aplicadas em novas iniciativas de realocação, daí o questionamento direto às pessoas, que passaram voluntariamente por este processo.

Diante do que tem sido observado, sobretudo a evasão dos conjuntos habitacionais, por falta de adaptação dos moradores ao novo estilo de vida (principalmente para aqueles que saem das palafitas para conjuntos verticais), espera-se que a pesquisa gere informações relevantes à melhoria das condições de vida para outras pessoas, e quando possível, que estimule reivindicações, por parte das que já estão reassentadas.

5 PROVISÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E SEUS EFEITOS NA CONFIGURAÇÃO DO AMBIENTE URBANO

5.1 Breve contexto territorial da área em estudo

Em se tratando das características do sítio natural, Recife pode ser dividido, conforme Corrêa (2006), em seis unidades de paisagens: Tabuleiros, Colinas, Estuarina, Planície, Corpos d'água e Litorânea. As características dessas unidades, analisadas como sistemas geomorfológicos processo-resposta, pode ser observada no Quadro 3.

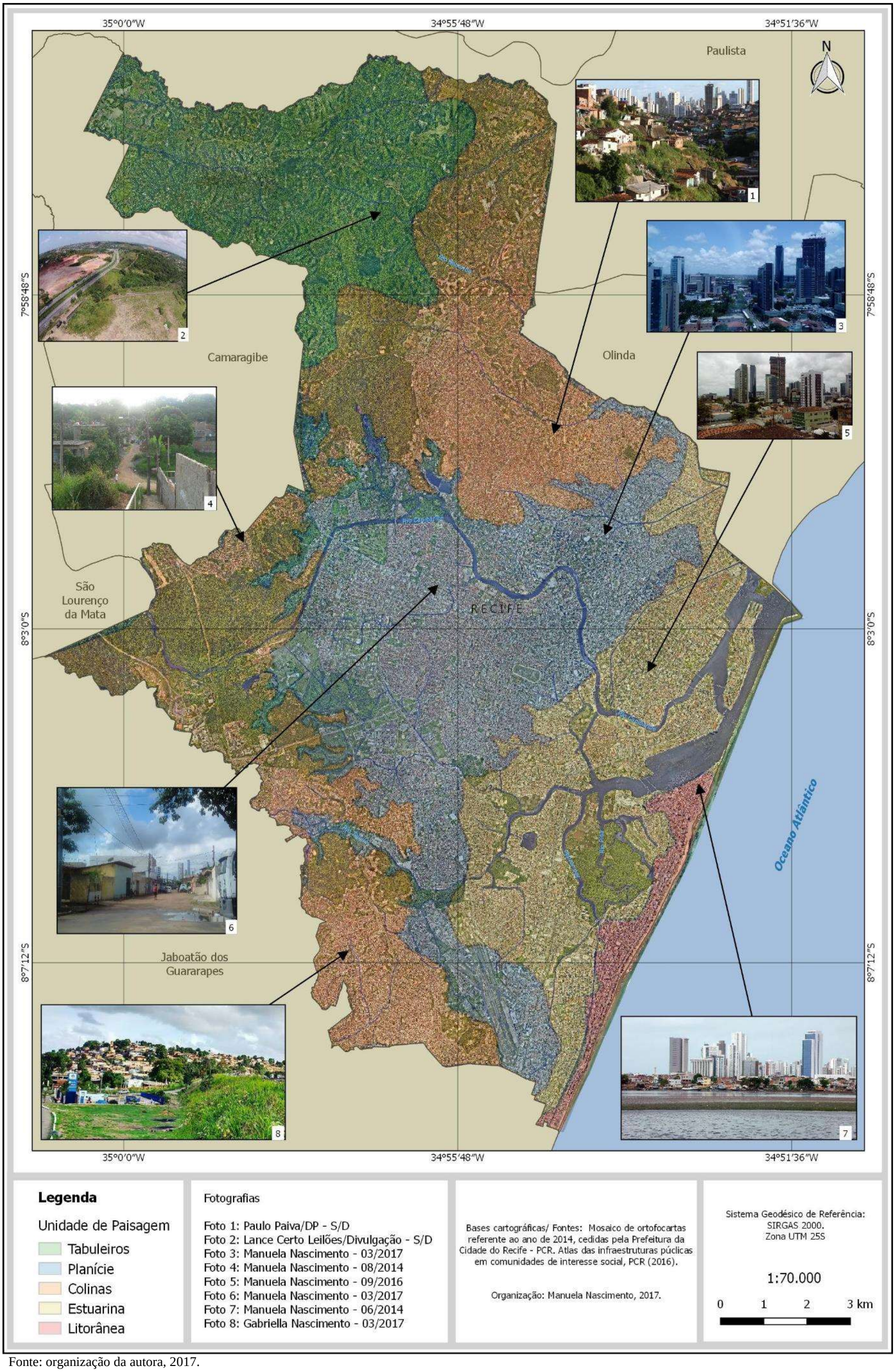
Quadro 3 - Caracterização das Unidades de Paisagem do Recife/PE.

Unidades de paisagem	Tabuleiros	Colinas	Estuarina	Planície	Corpos d'água	Litorânea
Características e distribuição espacial	*Setor de baixa dissecação fluvial, estruturado em sedimentos da Formação Barreiras a noroeste do município*	*Morfologia pluri-convexa e alta dissecação fluvial*	*Terraço flúvio-marinho mais baixo recente (holocênico), ainda na zona de alcance das flutuações da maré e expansão lateral das águas fluviais*	*Terraço superior (pleistocênico?) já fora do alcance das marés e das baixas calhas fluviais*	*Definida prioritariamente pela presença constante da água e da vegetação potencial de mangue*	*Fachada atlântica do município diretamente afetada pela dinâmica costeira*
Relevo	*Tabuleiros e chãs com topos planos do extremo NW do município, com cotas de até 150m. Sedimentos da Fm. Barreiras*	*Colinas dissecadas morros do N, W e S do município. Geralmente associadas à Fm. Barreiras em cotas entre 40 e 80 m*	*Áreas baixas de até 4m, sob influência das marés, separando o terraço marinho holocênico da planície fluvial, ocorre também ao longo do Capibaribe como uma franja*	*Áreas baixas e médias de até 10m de altitude fora do alcance direto das marés. Ao sul é formada pelo terraço pleistocênico onde fica o aeroporto dos Guararapes*	*Áreas baixas ao alcance das marés salinas ao longo dos principais rios. A área principal ocorre no Pina atrás do terraço holocênico da praia de Boa Viagem*	*Áreas que estão na fachada oceânica. Incluem o terraço holocênico de Boa Viagem e a Ilha e istmo do Recife, fruto do retrabalhamento fluvial*
Cobertura Vegetal	*Restos de mata secundária e capoeira*	*Restos de mata secundária e capoeira*	*Algumas franjas de manguezais reconstituídos*	*Área com vegetação escassa*	*Manguezais nativos e reconstituídos*	*Formações litorâneas ao longo da praia e gramíneas*
Uso do Solo	*Zona semirural (chácaras) e expansão urbana (bairros populares)*	*Zona urbana com bairros populares não planejados*	*Zona urbana comercial e residencial. Impermeabilização total do terreno*	*Zona urbana predominantemente residencial (classe média), impermeabilizada*	*Áreas de preservação, mas com alguma ocupação por palafitas*	*Área residencial e comercial de alto valor especulativo. Forte impermeabilização*
Processos Superficiais	*Erosão linear intensa e forte voçorocamento decorrente da erosão de sub-superfície.*	*Deslizes sob Precipitação intensa e voçorocamento forte.*	*Pouca infiltração devido à impermeabilização do terreno*	*Pouca infiltração devido à impermeabilização do terreno*	*Área sob a influência das marés e da deposição fluvial de argilas*	*Pouca infiltração devido à impermeabilização do terreno, erosão eólica na praia.*
Riscos Ambientais	*Voçorocas evoluindo pra desabamentos. Contaminação de aquíferos e nascentes.*	*Deslizamentos sob forte Precipitação. Mineração ilegal de areia*	*Inundação periódica, poluição por esgoto. Destruição de restos de manguezais.*	*Inundação periódica, poluição por esgoto. Contaminação e uso inadequado de aquíferos.*	*Poluição por esgotos e outros eflúvios tóxicos. Especulação imobiliária e aterros.*	*Inundação periódica, poluição por esgoto, emissão de eflúvios sem tratamento no mar.*

Fonte: organização da autora (2017). Adaptado de CORRÊA (2006).

A fim de uma melhor visualização de tais divisões em relação à ocupação do solo, foi realizada a sobreposição das referidas unidades (exceto corpos d'água) com ortofocartas digitais referentes ao ano de 2014, nas quais, também se encontram fotografias representativas de cada unidade de paisagem (Figura 7). A observação da imagem ao fundo mostra a elevada densidade de construções, com exceção das áreas de tabuleiros situadas mais a noroeste do município.

Figura 7 - Relações entre as unidades de paisagem e aspectos da ocupação do solo na Cidade do Recife/PE.



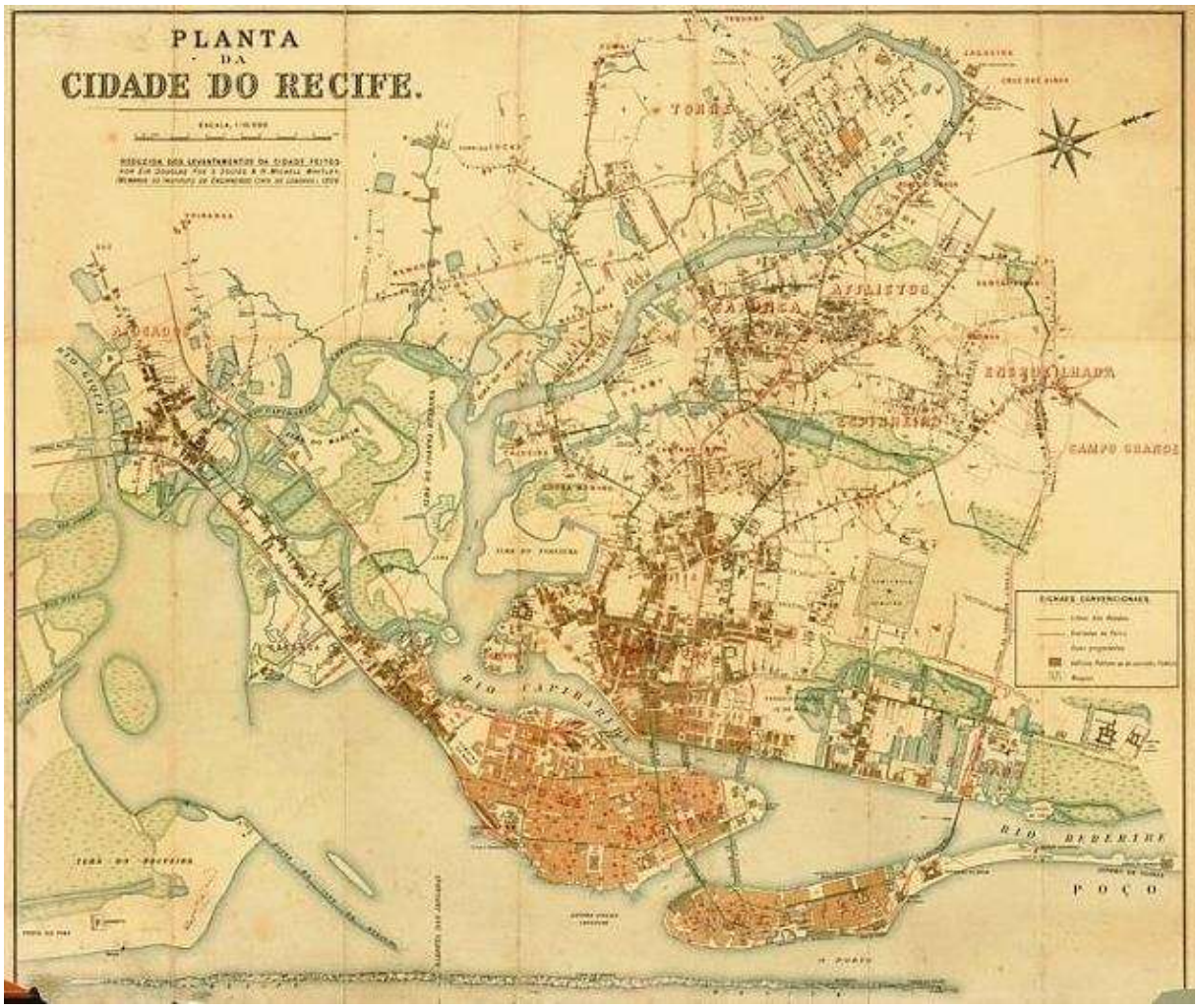
Fonte: organização da autora, 2017.

O processo de ocupação mais espontâneo do Recife ocorreu a partir da unidade estuarina nos séculos XVI e XVII (Figura 8) e encontrou na planície um espaço favorável para sua expansão, adensando-se por meio de sucessivos aterros de áreas alagadiças até o início do século XX (Figura 9). Nesse momento, as diferenciações territoriais entre a cidade formal e informal começavam a acentuar-se juntamente com o crescimento populacional, gerando pressões quanto à necessidade de intervenção estatal para controlar as ocupações "desodernadas".

Figura 8 - Segmento de representação do território do Recife e arredores entre 1630 e 1654.

Fonte: CONDEPE/FIDEM, 2016.
Nota: A representação compreende a unidade de paisagem estuarina, parte da litorânea ao sul e vai aproximadamente até os limites da planície a oeste e morros a sudoeste, já adentrando nesse trecho nos municípios vizinhos, assim como no município de Olinda ao norte. Apesar da natureza pictórica, social e histórica da representação, percebe-se de onde parte a ocupação urbana, que irá posteriormente aterrar grande parte dos corpos hídricos e alagados existentes, direcionando-se para as áreas onde se situavam os engenhos até chegar mais intensamente aos morros.

Figura 9 - Representação da Cidade do Recife em 1908.



Fonte: CONDEPE/FIDEM, 2016.

Nota: No início do século XX, observa-se a extensão da ocupação para a planície e que os aterros foram gerando solo para as construções. Essa representação não se estende até as áreas de morros, porém mapeia a área urbana mais consolidada naquela época, anterior ao efeito das políticas públicas de construção de grandes conjuntos habitacionais (mais intenso entre as décadas de 1950 e 1970 e que foi desacelerando até o fim da década de 1980) que contornariam esta região do norte ao sul pelo lado oeste e também se estenderia para os municípios vizinhos no mesmo sentido.

Assim, a partir da década de 1940, iniciou-se o fortalecimento de arranjos deliberados das políticas públicas, visando ao posicionamento de habitações populares, financiadas ou fornecidas gratuitamente pelo Estado nas periferias, contribuindo para o deslocamento dos "pobres" para as colinas que circundam o oeste da planície, assim como para áreas em seus limites ao sul e sudoeste. Enquanto que nos morros do sudoeste ao sul predominaram as frentes de ocupação potencializadas pelos grandes conjuntos habitacionais, construídos pela Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco (COHAB), nos morros ao norte, predominava a ocupação dos íngremes terrenos e a autoprodução de moradias, com os

conjuntos habitacionais ocupando áreas mais planas, tais como as situadas em bairros como Campo Grande e Arruda.

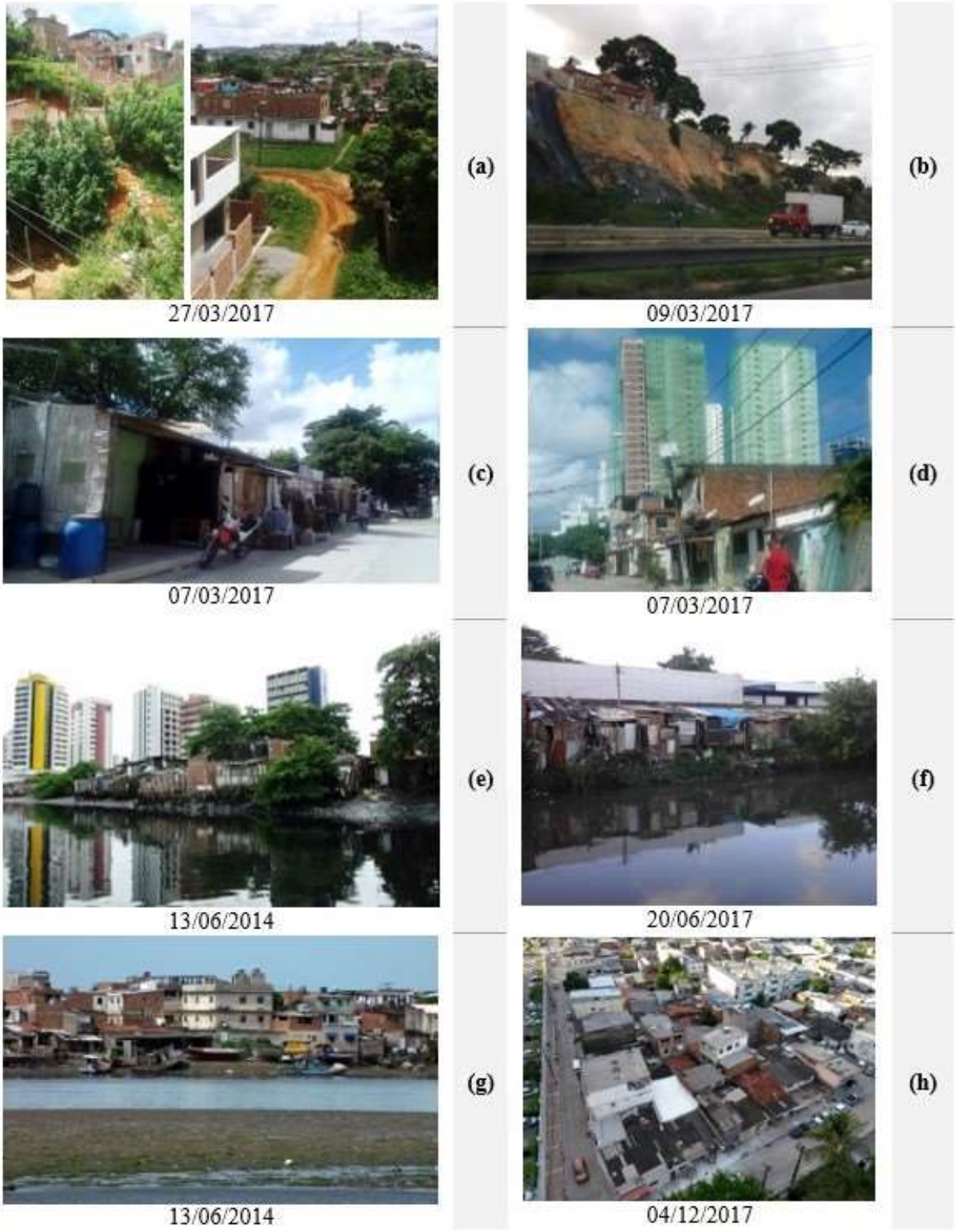
A construção de conjuntos habitacionais e o abrigo dos “mocambos” em áreas alagadas, na fase de expansão mais acelerada de urbanização do Recife (entre as décadas de 1940 e 1980), extrapolaram seus limites municipais e respondem por boa parte da configuração territorial da Região Metropolitana do Recife (RMR), principalmente no nível de integração entre Recife e os municípios de Olinda e Jaboatão dos Guararapes (BITOUN; MIRANDA, 2015).

No município do Recife, considerando os processos de produção de moradias, que praticamente ocorreram em toda a sua história, simultaneamente, por ocupações “regulares” e “irregulares”, fazendo-se as devidas ponderações em relação às possibilidades de acesso à terra para aqueles que se achavam em condição de vulnerabilidade social, observa-se a consolidação de dois grandes blocos de assentamentos precários nas zonas norte e sul-sudoeste, além de muitos fragmentos territoriais igualmente precários às margens de rios, confinados em áreas estratégicas ou periferias consolidadas (Figura 10).

Na espacialização conjunta do levantamento mais recente de Comunidades de Interesse Social (CIS) realizado pela Prefeitura do Recife (RECIFE, 2014), das áreas classificadas como aglomerados subnormais pelo IBGE (IBGE, 2011) e mais as delimitações das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) na legislação urbanística do município, verifica-se que mais da metade do território encontra-se nesses grupos (Figura 11).

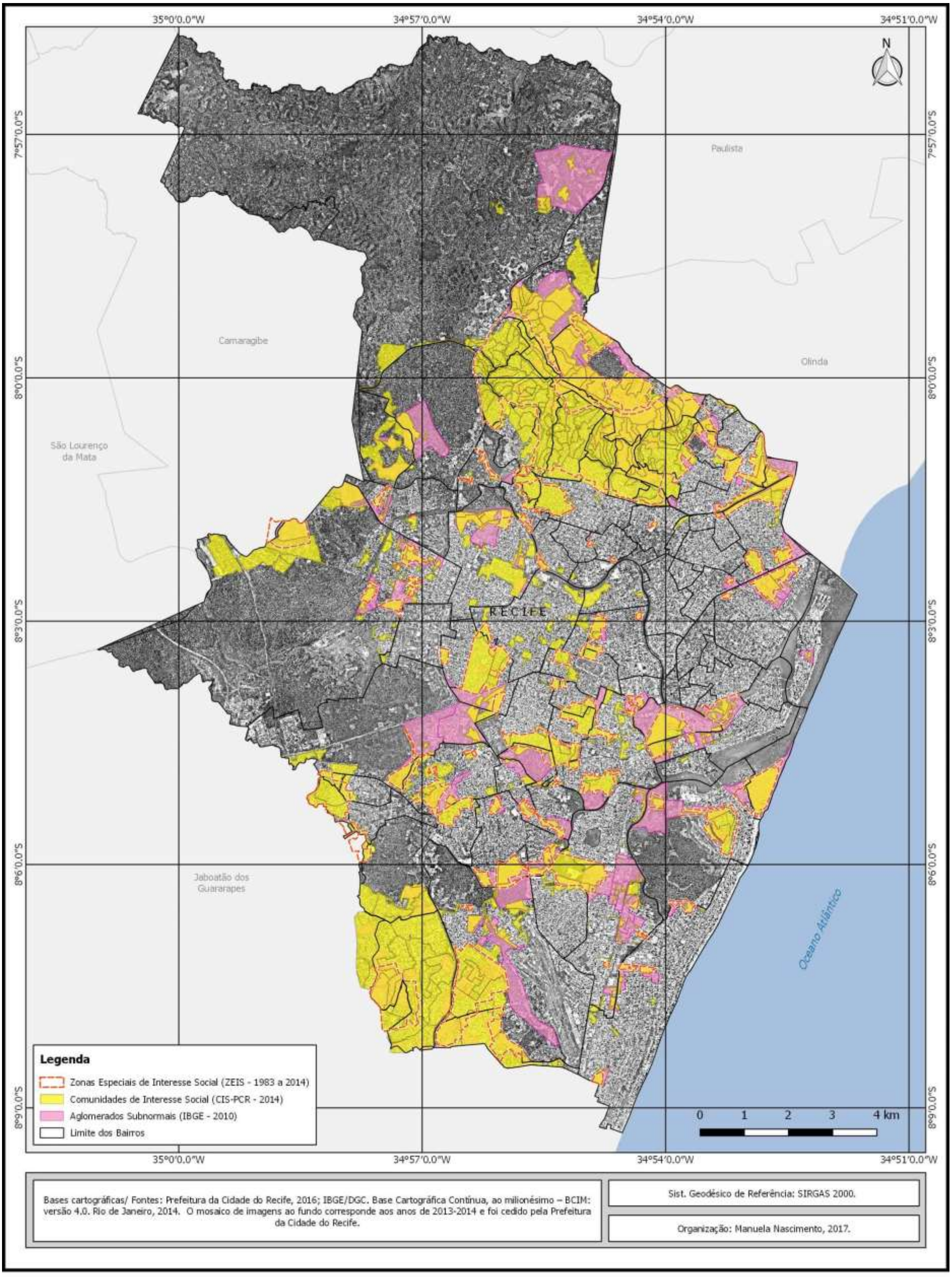
Da mesma forma que ocorrem os dois grandes blocos territoriais mencionados, precários devido à associação entre a vulnerabilidade social em função da desigualdade, os riscos da ocupação de morros e encostas sem infraestrutura, alto adensamento construtivo, assim como, políticas e serviços públicos insuficientes, encontram-se dois blocos territoriais formados pela ocupação dos grupos de maiores rendimentos na cidade (Figura 12).

Figura 10 - Situações de ocupação residencial no Recife/PE: riscos em áreas de encostas, fragmentos de assentamentos precários e aglomerados altamente adensados em áreas planas.



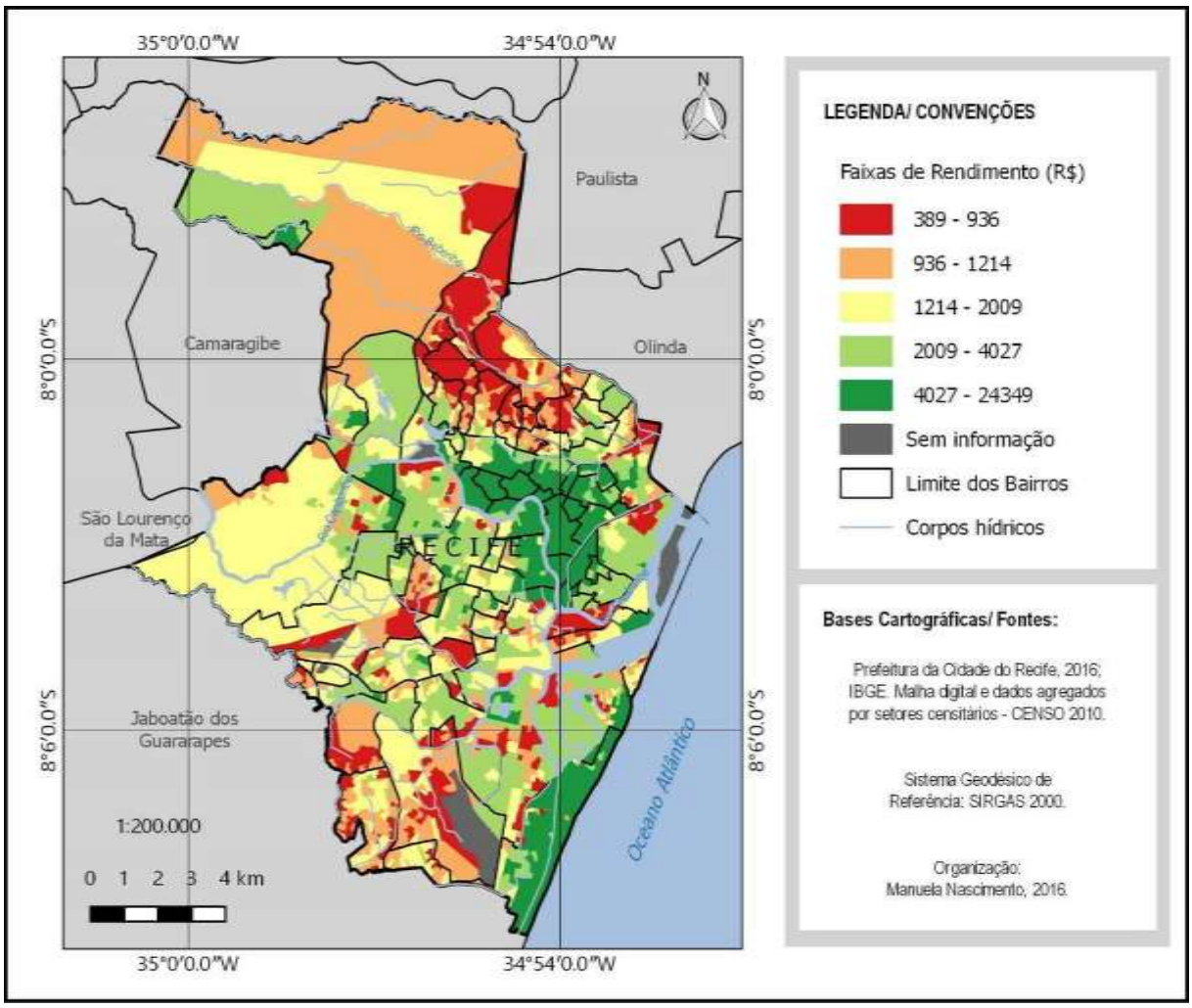
Fonte: Acervo pessoal da autora. Créditos: (a) Elizabeth Silva; (b) Gabriella Nascimento; (c), (d), (e), (f), (g), (h) Manuela Nascimento.
Nota: (a) Encostas nos Bairro do Curado; (b) Vila dos Milagres, Bairro Ibura; (c) e (d) ZEIS Santa Luzia entre os bairros Cordeiro e Torre; (e) Palafitas às margens do Rio Capibaribe no bairro Ilha do Leite; (f) Palafitas às margens do Rio Beberibe no bairro Peixinhos; (g) Vista de parte da ZEIS Brasília Teimosa; (h) Vista da ZEIS Aritana, situada no bairro Imbiribeira, próximo ao limite com o bairro Boa Viagem.

Figura 11 - Sobreposição de Comunidades de Interesse Social (CIS), das áreas classificadas como aglomerados subnormais pelo IBGE e das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) no município do Recife/PE.



Fonte: organização da autora, 2017.

Figura 12 - Distribuição espacial do rendimento médio mensal domiciliar por setores censitários no município do Recife/PE.



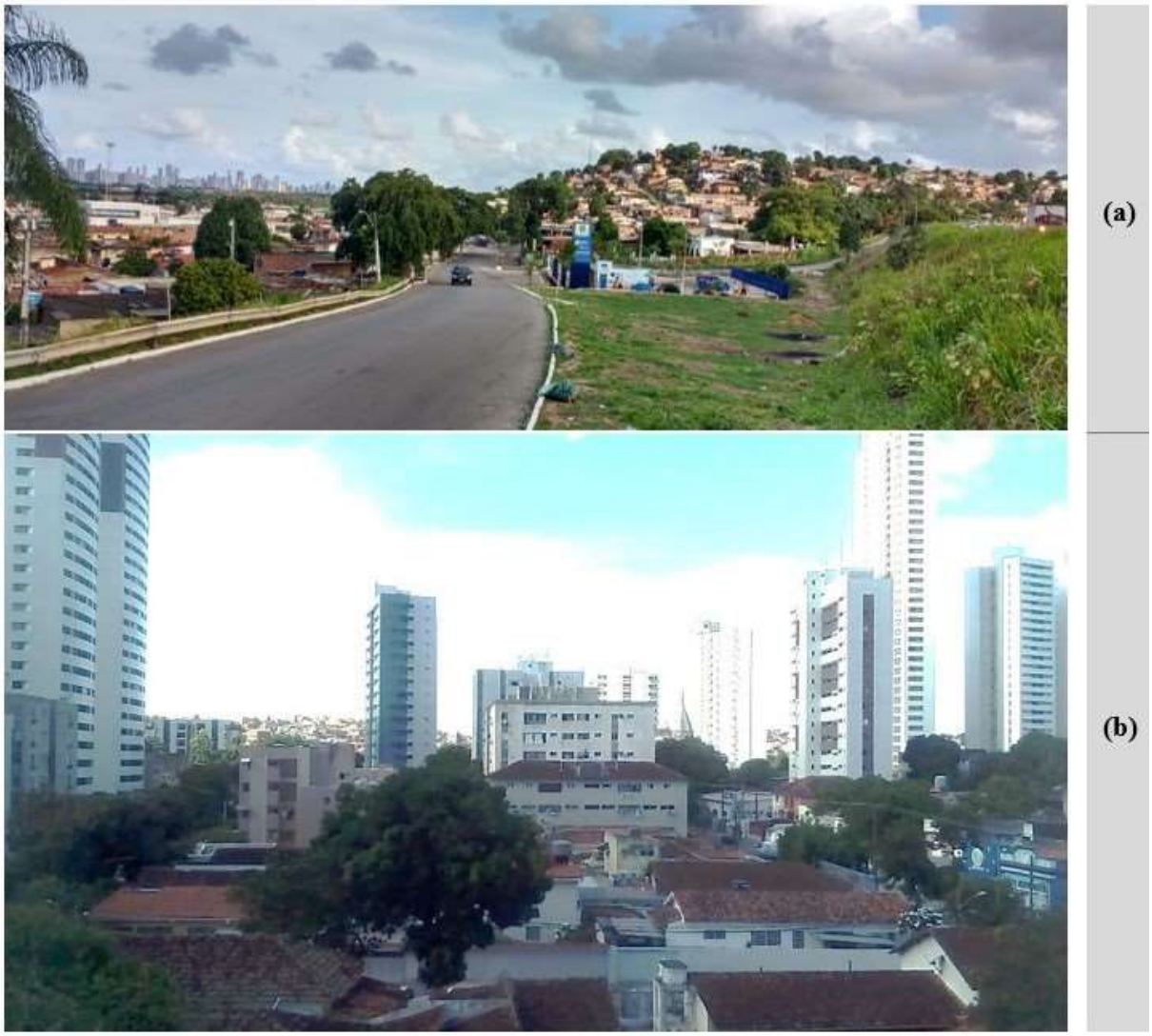
Fonte: Organização da autora, 2017.

Essas áreas formam um eixo que segue desde as proximidades da margem direita do Rio Capibaribe na zona norte, passa pelos bairros Torre e Madalena, chegando à zona sul em partes dos bairros Pina e Imbiribeira, formando um bloco mais homogêneo no bairro Boa Viagem. Na zona norte, o bloco de bairros "nobres" abrange áreas que remetem à ocupação mais antiga da cidade, que se estendeu do bairro Recife, indo na direção oeste e áreas de planície até o encontro com os morros, que paulatinamente foram sendo ocupados pelas pessoas que não tinham condições de acesso à terra nesse eixo.

A zona sul teve uma ocupação mais intensa a partir da década de 1960 e rapidamente emergiu como área de verticalização à beira-mar (Figura 13), enquanto a área plana na zona centro-norte (próxima ao Capibaribe) encontra-se em um processo de verticalização mais

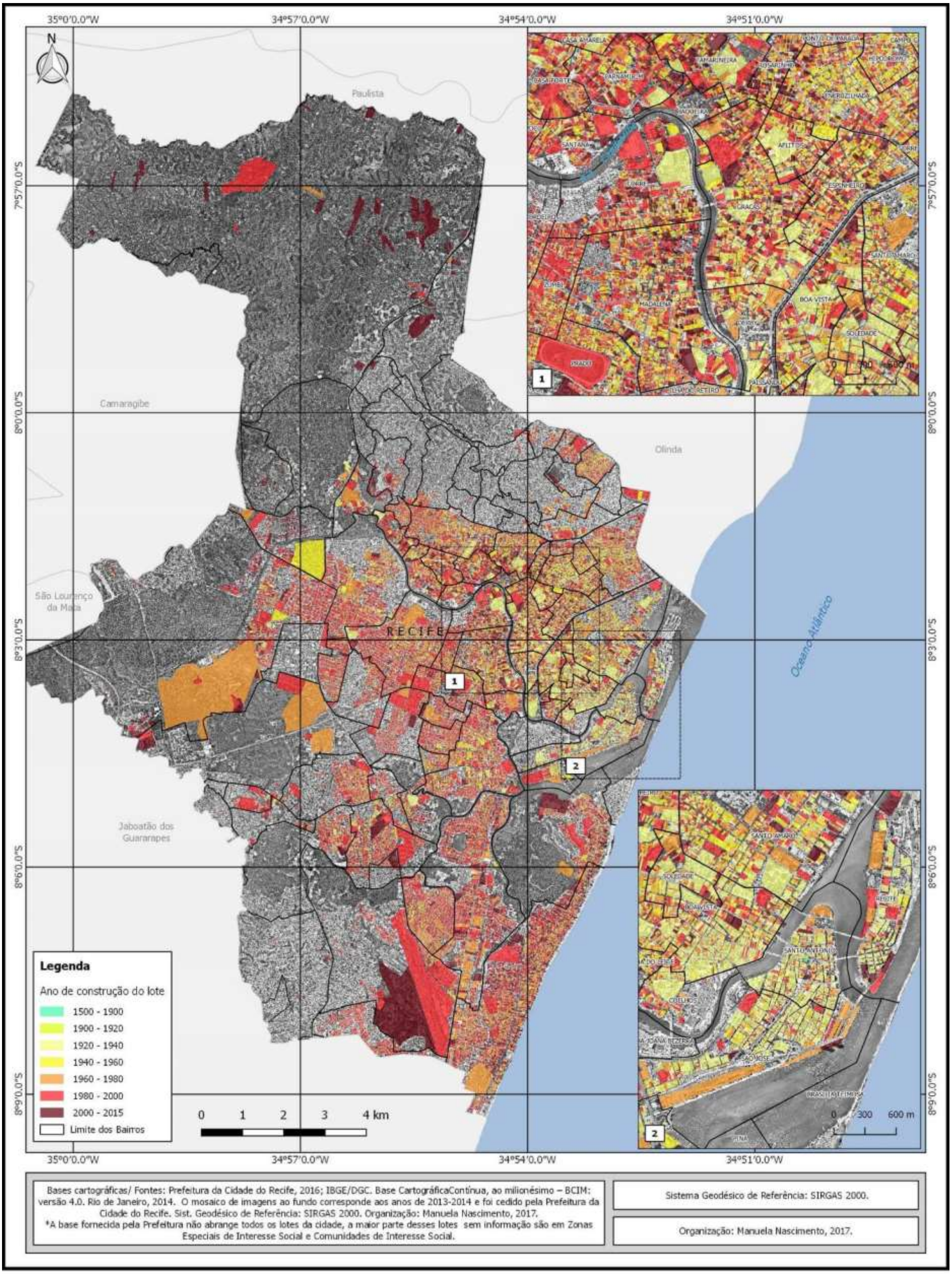
recente, onde se observa a substituição dos antigos casarões por edifícios que chegam até 44 pavimentos (Figuras 14 e 15).

Figura 13 - Vistas das formas de ocupação no município do Recife/PE.



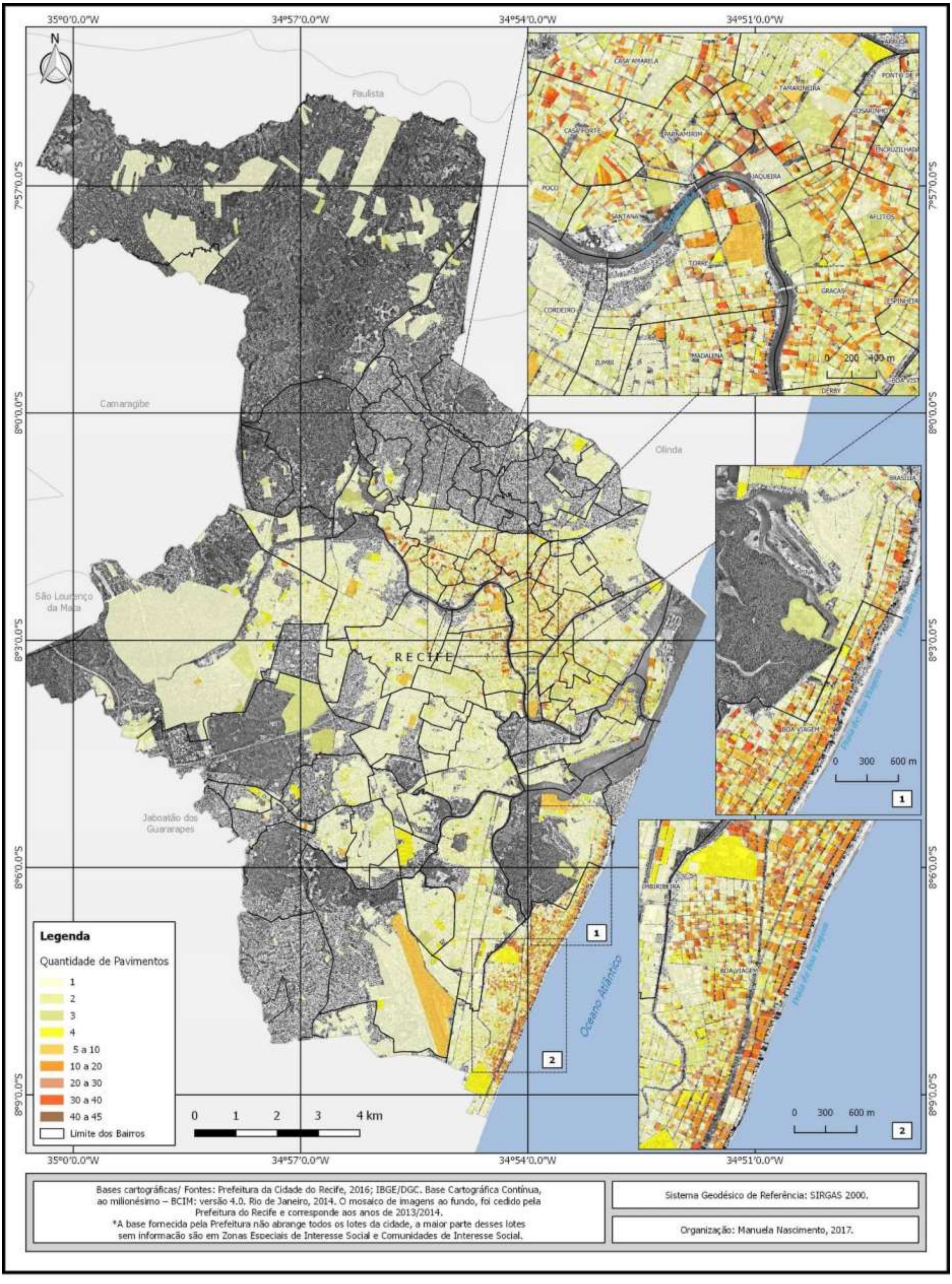
Fonte: Acervo pessoal da autora. Créditos: (a) Gabriella Nascimento, 2017; (b) Manuela Nascimento, 2017.
Nota: (a) áreas de morros na zona sul-sudoeste (bairro Ibura) e verticalização na faixa litorânea (bairro Boa Viagem, ao fundo, à esquerda); (b) áreas da planície próximas ao Rio Capibaribe (bairro Parnamirim) onde num primeiro plano observam-se antigos casarões, a verticalização recente e ao fundo (à esquerda), a ocupação em área de morro.

Figura 14 - Distribuição de lotes no município do Recife/PE por ano de construção, com áreas de ocupação mais antigas em detalhe.



Fonte: organização da autora, 2017.

Figura 15 - Quantidade de pavimentos por lotes no ando de 2015 no Recife/PE, com áreas mais verticalizadas em detalhe.



Fonte: organização da autora, 2017.

Em detalhe, na Figura 14, pode-se observar que os lotes antigos, que correspondem justamente aos grandes casarões destinados às classes hegemônicas, tradicionalmente ocuparam essas áreas, sendo maiores que os demais lotes referentes ao momento de ocupação mais intensa entre os anos de 1960 e 1980, momento em que se foram acentuando as diferenciações territoriais, que vinham evoluindo a partir da década de 1930.

Na medida em que avançaram instrumentos para proteção das construções mais antigas que restaram, bem como para a manutenção das áreas históricas ou verdes, controlando, oportunamente, o adensamento construtivo nas áreas mais ricas da cidade, a trajetória da verticalização voltou-se mais fortemente para as ocupações residenciais das populações pobres que persistiam nessas áreas, bem como na margem esquerda do Rio Capibaribe.

Dado o intenso processo de verticalização com foco no bairro Boa Viagem, como pode ser visto nos detalhes da Figura 15, o capital empresarial foi direcionando seus empreendimentos para o norte no bairro Pina, seguindo mais recentemente para oeste com a construção da Via Mangue, que circunda o bairro, fato que se observa pelo ano de construção dos lotes (detalhe, Figura 14).

A falta de informação dos lotes em áreas de ZEIS e CIS, que são mais dinâmicas em termos da autoconstrução rápida de moradias, proporciona a impressão que houve poucas construções nos lotes, a partir do ano 2000, além de ser um fato que dificulta a análise dos incrementos de habitações nessas áreas.

Mesmo assim, a partir das representações espaciais acima, é possível ressaltar preliminarmente o caráter fragmentário do território recifense (fato que será mais bem representado pelos resultados da pesquisa), do ponto de vista social ou ambiental, ficando claros os desafios que envolvem uma gestão mais equânime dos espaços, que também foram historicamente determinados pelas formas de provisão habitacional.

Seja por intermédio da promoção de políticas habitacionais ou construção de vias e demais obras de infraestruturas, que se associem a interesses de minorias hegemônicas, essa tendência à fragmentação territorial é determinada por práticas que visam à homogeneização de áreas, no sentido de reduzir a convivência de espaços das classes hegemônicas e subalternas.

5.2 O “interesse social” no contexto das políticas habitacionais e dinâmica territorial no Recife

Territórios vividos por populações com pouca influência nos processos decisórios determinantes nas formas de produção do espaço, anteriormente denominados de *mocambos*,

hoje são classificados como *comunidades de interesse social*[10]. Ao longo do tempo, com a variação das formas de concepção e gestão dos espaços nas cidades, alteram-se frequentemente essas classificações e assim, tecnicamente, nos planos e estudos governamentais ou acadêmicos, têm-se os loteamentos irregulares em áreas pobres, aglomerados subnormais, assentamentos precários, ZEIS, dentre outras denominações.

Mesmo numa tentativa de refletir as alterações nas dinâmicas socioespaciais ou afinar-se a instrumentos mais qualitativos da legislação urbanística, essas denominações, por vezes, não traduzem certas subjetividades e práticas associadas ao modo de vida daqueles que ali habitam. Entretanto, é desta forma, que becos, cortiços, favelas, altos, morros, inferninhos, palafitas, barracos, beiras de canal, malocas, bocadas, quebradas, vilas, periferias, "invasões", ocupações etc., vem compondo o universo do "interesse social".

Nessa passagem do tempo e, diversamente, no espaço, encontram-se termos marcados por estigmas e preconceitos, mas também elementos do sítio natural ou de afetividade com o lugar, nomes de santos, datas representativas ou, até mesmo, nomes de novelas da televisão. Também, o reconhecimento do lugar, acha-se por diversos nomes carregados de histórias de resistência ou de pessoas que lutaram por direitos de uma forma geral.

Independentemente da origem ou do propósito destas qualificações, estes lugares da cidade têm em comum o fato de conviverem, em maior ou menor intensidade, com a insegurança quanto ao seu local de moradia. A insegurança em termos de permanência não se apresenta de forma isolada, pois sempre está acompanhada de condições deficitárias no que diz respeito às características ambientais (com a falta de saneamento protagonizando as carências), à prestação insuficiente de serviços públicos essenciais, a condições de empregabilidade, a incipiente infraestrutura urbana e, obviamente, à falta de garantia da posse da terra. Diante dos fatores que influem no tratamento desses territórios vividos, utilizaremos nesse tópico a denominação assentamentos precários[11], pois esta parece representar melhor a complexidade das suas condições.

[10] Termo alusivo ao conteúdo da recente publicação denominada "Atlas das infraestruturas públicas das comunidades de interesse social do Recife" (RECIFE, 2016a).

[11] Cavalcanti et al. (2016), em um estudo detalhado de diversas toponímias sobre o tema, trazem uma definição desses assentamentos precários como sendo áreas com as seguintes características: carência de infraestrutura básica, não dispõem ou dispõem precariamente de esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação e obras de contenção de encostas; não possuem ou se encontram em processo de regularização fundiária incompleto; e são ocupadas por considerável número de habitantes com renda inferior a três salários mínimos, que vivem em habitações de baixo padrão construtivo. Eles, geralmente, ocupam áreas de alagados e mangues, beiras de rio, morros, áreas *non aedificandi* e logradouros públicos (leito de rua ou praças).

Santos (2009), quando discute “O que é pobreza?” e pontua as limitações de uma possível definição, trata da importância da relativização deste conceito, a fim de que ele vá além de séries estatísticas que retratam o acesso a bens materiais. O autor traz dois pontos a serem destacados no contexto dos resultados dessa pesquisa: primeiro que a pobreza representa uma questão política e locacional, onde estão embutidos os pontos mais relevantes em que pesem os efeitos da desigualdade social e, com o reforço da perspectiva colocada por Buchanan (1972, *apud* SANTOS, 2009, p. 19), traz a pobreza como um modo de vida, no qual além do estado de privação material, encontra-se “um conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança dentro de uma situação insegura”.

De acordo com Cavalcanti et al. (2016, p. 308), “Nos estudos mais específicos para a RM [Região Metropolitana] do Recife, encontram-se diferentes denominações quando há referência a assentamentos precários: assentamento de baixa renda (1979), assentamentos populares (1988), áreas de pobreza (2000) e áreas pobres (2002)”[12]. Nesses estudos, não foram incluídos os conjuntos habitacionais em condições precárias, que se apresentariam como mais uma tipologia/denominação, fruto de possíveis irregularidades na ação política do Estado, os *conjuntos habitacionais degradados*.

Inserindo-se ainda, nessa perspectiva político-locacional, Cavalcanti et al. (2016) apresentam um quadro de diversidades no que diz respeito às tipologias e especificidades desses assentamentos, além de levantarem uma série de desafios para a gestão pública: o acúmulo de órgãos governamentais para diagnosticar o problema da precariedade das condições de vida dos recifenses, baixa efetividade na promoção de políticas públicas de regularização urbanística e fundiária, desigualdade no acesso às oportunidades habitacionais promovidas pelo Estado, investimentos limitados e uso de soluções pontuais e emergenciais para tratar da grande demanda por regularizações urbanísticas e fundiárias, além de um “processo de urbanização, excludente e concentrado, balizado pela concentração no núcleo metropolitano e pela sua concomitante expansão para áreas cada vez mais periféricas” (CAVALCANTI et al., 2016, p. 360).

Nesse contexto, a realocação de populações tem sido uma prática constante. Mas seria esse o “interesse social”? Observando-se apenas as considerações acima, fica claro que não há uma resposta simples, mas vale a busca por evidências que identifiquem se a habitação de interesse social tem correspondido às reais necessidades das pessoas que passam pelo misto de

[12] Os anos correspondem aos levantamentos de áreas pobres realizados por parte do poder público.

condições de privação, insegurança e deficiências ou irregularidades na gestão pública. Destarte, é importante trazer à reflexão se este termo é apenas mais um adjetivo que ajuda a qualificar, dentre as tantas denominações, um grupo de "interesse" para quem tem objetivos exteriores e desconectados do "social" que é realmente vivido nesses territórios.

Com os projetos de natureza urbanística, empresarial ou "ecológica"[13] dos grupos que têm maior poder de decisão emergindo constantemente, e imaginando a cidade do Recife como um grande quebra-cabeça marcado pela heterogeneidade espacial, a solução em uma primeira vista sempre se traduz no desfazimento das formas, que se foram consolidando a partir dos processos de ocupação. Negligenciando tais processos, historicamente determinados pelo baixo poder aquisitivo e possibilidades de conseguir uma ocupação ou "posição social" para se localizar na cidade, reformula-se o quebra-cabeça, movendo suas peças como se fosse fácil encaixá-las em outro lugar.

A prática de realocação de pessoas em Recife não é só uma problemática do século passado, convém ressaltar que nos últimos 15 anos foram mobilizadas pelo menos 7.767 famílias[14], considerando o levantamento de conjuntos habitacionais construídos pelo poder público por meio da administração estadual e municipal, com a maior parte dos recursos oriundos do Governo Federal. Este número reflete a quantidade de famílias já reassentadas, lembrando que o número de famílias que foram retiradas de suas habitações, certamente, é bem maior, mas difícil de mensurar devido à quantidade de ações por parte de diversos órgãos e as dificuldades que se observou na disponibilidade dessas informações.

Dentre as unidades, apenas 603 (três conjuntos habitacionais) foram construídas em processos de produção social do habitat, envolvendo o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) (ALENCAR; SÁ, 2011), demonstrando-se aí o papel do Estado como principal provedor e protagonista na gestão das políticas habitacionais, as quais se configuram como um importante instrumento no controle social e territorial das cidades.

---

[13] As aspas servem para caracterizar projetos de intervenções que se utilizam do discurso ecológico de recuperação do verde na cidade, mas carrega subliminarmente a condição que os espaços não serão acessíveis a qualquer pessoa ou grupo, em especial daqueles que não têm as condições econômicas para gozar e/ou aproveitar do espaço. Também não há de se considerar ecológica ou ambiental/ sustentável, qualquer intervenção que não esteja totalmente de acordo com a satisfação dos direitos sociais ou ambientais de todos os envolvidos. Em todos os casos, muitas vezes também se aplica o termo "utilidade pública" de forma superficial.

[14] Total de unidades habitacionais resultante do levantamento realizado nesta pesquisa, no qual foram identificados e mapeados 60 conjuntos habitacionais, entre 2001 e 2016. Devido à dificuldade de checagem das informações nos órgãos que construíram os conjuntos, existe a possibilidade de algum conjunto não ter sido contabilizado, apesar do esforço para reunir e checar as informações em diversas fontes. Também foram considerados conjuntos, os aglomerados de unidades habitacionais em um terreno contínuo, que foram inauguradas em um só momento ou por etapas.

Para Souza (2009), o processo de urbanização brasileiro alia modernização e crescimento com exclusão social e as desigualdades socioeconômicas, têm sua expressão espacial nas situações de ilegalidade verificadas na produção de moradias e das próprias cidades que, ocorrendo às margens do mercado formal e não pela via do livre mercado ou das políticas públicas, ocasionam a formação de assentamentos precários. A necessidade de intervenção do Estado na questão habitacional, nesse contexto, decorre da frequente incompatibilidade entre o custo da habitação e a capacidade de pagamento de quem necessita viver nas cidades, além, é claro, desta intrínseca geração de más condições de habitabilidade em inúmeras áreas (SOUZA, 2009).

Considerando o início da provisão de habitações em nível nacional, com destaque para o município do Recife, vejamos algumas características, ações e efeitos da intervenção estatal. Dentre as inúmeras formas de provisão de moradias, foram observados dois momentos: quando predominou a meta de facilitar a aquisição de habitações populares, entre as décadas de 1950 e 1970; e no contexto recente, quando se intensificou a combinação entre o fornecimento completamente subsidiado de moradias, no contexto de políticas de habitação de interesse social ou de urbanização de assentamentos precários, com a realização de obras de "reestruturação" ou "recuperação" urbana ou ambiental. Nestas formas de provisão, é notória a efetividade das políticas por meio da interferência de atores não-estatais, mas com a contínua garantia do papel central do Estado na sua articulação e uso político.

Mas, anteriormente a estes dois momentos, vale destacar as políticas higienistas que ocorreram localmente para retirar "o lado feio" das cidades, uma vez que, parte daí a naturalização da lógica de realocação dos pobres. Levando em conta que só após a Revolução de 1930, o Governo Brasileiro passa a utilizar as políticas sociais como forma de aumentar sua legitimidade, para Azevedo (1988, p. 189),

> [...] não é de se espantar que, até 1930, a parca legislação e as medidas governamentais concernentes à habitação popular não considerassem a melhoria das condições de residência das classes de baixa renda como seu principal objetivo. A preocupação básica das autoridades era com o perigo que as favelas, cortiços e bairros populares poderiam representar no futuro, em termos de 'contaminação', para a parte 'sã' da cidade. Tratava-se, na ética dominante, de isolar ao máximo e de se evitar o crescimento destes focos de enfermidades e doenças sociais (prostituição, marginalidade, criminalidade, etc.).

Dentre as políticas higienistas de habitação empreendidas em Recife, encontra-se a atuação da Liga Social contra o Mocambo [15](LSCM), criada em 1939, pelo Interventor Federal

[15] Também referido como Serviço Social Contra o Mocambo ou Serviço Social Agamenon Magalhães. Utilizaremos aqui, a primeira denominação da intervenção.

Agamenon Magalhães, que mesmo após 1930, ainda expressava esse ideário.

> O mocambo era o resquício do passado, do atrasado, não combinava em nada com a proposta de tornar o Recife uma cidade moderna, bonita e higiênica. O mocambo incomodava a cidade, ofuscava-a, revelava suas misérias e contradições. Nas décadas de 1930 e 1940 era quase unanimidade no Recife: o mocambo era um problema! Era o que expunha a pobreza da cidade e sua severa desigualdade social, sua defasagem habitacional, era o que envergonhava, era o 'feio' e deixava a cidade 'feia', era o não civilizado, o atrasado, o que deveria ser retirado. (CAVALCANTI, 2015, p. 217).

Naquele modelo de intervenção, suprimia-se o contexto que acompanhava a edificação dos mocambos, os quais expressavam as condições de trabalho para uma grande parcela da população na época, já que seus moradores eram, em sua grande maioria, trabalhadores. Também refletiam a busca por trabalho de muitas famílias, que migravam das cidades do interior do estado, ou a situação de populações que ainda remanesciam das "senzalas". A esse respeito, Zarias e Brito (2014) colocam a situação dessas populações, que protagonizaram a ocupação de muitas áreas, em um tempo no qual o controle urbano era quase inexistente.

> Diante da carência de qualquer tipo de plano urbanístico e do caráter ainda elitista do Estado, à população de baixa renda coube desenvolver estratégias informais para atender à própria demanda por moradia. Ocuparam, assim, áreas desvalorizadas pelas leis do mercado e pela produção formal do espaço urbano que, no caso do Recife, cidade situada entre o oceano e rios, corresponde, em sua maioria, às áreas de alagados. [...] A formação de assentamentos a partir da iniciativa popular de ocupação ou invasão de lotes urbanos se apresenta como elemento estruturante do histórico da ocupação espacial do Recife. (ZARIAS; BRITO, 2014, p. 138)

Entretanto, é fato corriqueiro que áreas consideradas assentamentos precários, caso não haja forte resistência, são mobilizadas mais facilmente no território, como ocorre desde tempos do Serviço Social contra os Mocambos. As realocações[16] fomentam o adensamento de espaços periféricos, bem como a supressão justificada do sítio natural para a instalação dos contingentes populacionais, que sempre "preocuparam" a administração pública, tal como expresso por Agamenom Magalhães em 1930,

> Basta considerar, desde logo, que o Recife tem 500 mil habitantes e que 164.877 vivem em mocambos. E que população é essa? Será de analfabetos? Será de desocupados? Não. Dois terços dela, ou sejam 62,70 por cento, sabem lêr e escrever. São alfabetizados. Quasi toda a população dos mocambos trabalha. Tem ocupação. [...] E, então qual é a causa da miséria da habitação? Qual é a média de salario dos chefes de familia? Aqui é que está a dolorosa interrogação. O salario médio de um chefe de familia, por mês, é apenas de 154$ooo. Qual é a solução? É fazer a casa e dar um aumento de salario correspondente ao aluguel ou preço de sua aquisição, a longo prazo. Não vejo outra. (Prefácio escrito por Agamenom Magalhães em RECIFE, 1939, p. 4).

[16] Ou o direcionamento de investimentos em políticas de habitação populares para longe dos terrenos com maior valor do solo.

Mas será que não havia? O que se pode refletir a partir de decisões tomadas como única solução no passado, mas que hoje apresentam resultados adversos ao ambiente, excludentes e insatisfatórios? Em princípio, que isso nos conduza a uma busca por "ver" mais alternativas.

E nessas áreas habitava uma parcela muito significativa da população recifense, tal como nos dias de hoje. Nas *comunidades de interesse social* foram contabilizados 53,2% dos domicílios da cidade do Recife (RECIFE, 2016a). No recenseamento realizado em 1913, das 37.735 habitações recenseadas, 16.347 unidades, ou 43,3%, foram classificadas como mocambos; em 1923, das 39.026 habitações, 51,1% foram consideradas deficientes e receberam a rubrica de mocambos (LIRA, 1994). Souza, Bitoun e Miranda (2009), levando em conta os Censos do IBGE e levantamentos de áreas pobres, mostram que esses percentuais permanecem e seguem com certa equivalência: em 1940, 63,7%; em 1960, 58,9%; em 1980, 42,0%; em 1991, 54,3% e em 2000, 50,9% de domicílios em áreas pobres.

Dessa fase de "combate aos mocambos" em diante, é possível delimitar quatro momentos distintos na política habitacional brasileira: o primeiro, que vai de 1946 a 1964, sob a gerência da Fundação da Casa Popular; o segundo, de 1964 a 1986, sob a gerência do Banco Nacional de Habitação (BNH); o terceiro, de 1986 a 2003, sob a gerência da CEF e; de 2003 até o momento atual, sob a gerência do Ministério das Cidades e suas Secretarias Nacionais de Habitação, de Saneamento, de Mobilidade Urbana e de Acessibilidade e Programas Urbanos.

O primeiro momento foi marcado pelo clientelismo e tornou-se uma estratégia política limitada por barganhas político-eleitoreiras. De acordo com Rubin e Bolfe (2014), o projeto fracassou em virtude da desorganização e desinteresse dos grupos que seriam os mais beneficiados, em articular-se com o governo para a formulação de uma política social e, além disso, contava com poucos recursos de origem orçamentária. A Fundação Casa popular construiu 143 conjuntos habitacionais e um total de 16.964 casas, da sua fundação até os anos de 1960, em Recife, foram 588 casas e um conjunto habitacional (AZEVEDO; ANDRADE, 2011).

Melo, M. (1990) traz uma consideração interessante quanto à implantação destas moradias no Recife, revelando o já marcante caráter reivindicatório por espaços existentes na cidade e o caráter pacificador dos programas habitacionais populares. O autor verificou que "a construção de um conjunto em Recife é autorizada por um conselheiro porque, de outra forma 'ensejaríamos a proliferação de 'idéias exóticas' que avassalam as sociedades necessitadas de que Recife é talvez o centro mais ameaçador na nossa terra" (FCP, Anais... 76'2 sessão, 11/5/46 *apud* MELO, M., 1990, p. 52).

Percebe-se aí, claramente, a desvirtuação de objetivos "de interesse social", que estariam naturalmente embutidos no programa, e que nesse caso, receberam as vestes do controle social. Apesar de ser considerada uma iniciativa fracassada, é a partir daí que se inicia uma estratégia do Estado em nível nacional, que viria a perdurar com a inserção de novos fatores (principalmente o aumento gradual dos atores não-estatais representantes das empresas privadas no setor imobiliário), mas mantendo seus vieses eleitoreiros e de controle social e territorial. No Recife, levando em conta os movimentos de resistência e o protagonismo na viabilização das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), por exemplo, vê-se que a "preocupação" era pertinente, mas obviamente não foi suficiente para resolver a demanda crescente por habitações e a constante geração de conflitos pelos espaços da cidade.

Este papel acentuado dos atores não-estatais com a predominância de interesses privados, encontrou um espaço considerável para aumentar a legitimação de seus propósitos com a construção das vilas operárias, as quais tiveram um papel importante na solução habitacional dos empregados. Na década de 1940, devido ao quadro social, político e econômico desfavorável, além de fatores como o crescimento populacional na área urbana, acompanhado do aumento da oferta de mão de obra e dos valores do solo urbano, os empresários freiam o processo de autoconstrução de habitações, mas então, nesse contexto, o Estado passou a agir mais ativamente na oferta de habitações populares (LEITÃO, 1987).

> Nesta perspectiva, tanto o I.P.S.E.P. [Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco] quanto a L.S.C.M. [Liga Social Contra o Mocambo] contribuíram pouco para a erradicação dos mocambos e para a melhoria das condições de reprodução do trabalhador urbano. Todavia, influíram bastante no fornecimento das condições propícias a reprodução do capital no setor imobiliário na cidade do Recife - ao fornecer infra-estrutura, implantar equipamentos urbanos, construir na periferia – contribuindo: para que terrenos fossem valorizados; para o incremento da construção civil e para a limpeza de espaços urbanos propícios à rentabilidade do capital. (LEITÃO, 1987, p. 135).

Em termos quantitativos, além das já mencionadas casas construídas pela Fundação Casa Popular (FCP), no Recife, até o ano de 1961, também o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco (IPSEP) construiu seis conjuntos habitacionais, com um total de 1.200 casas e o Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM) construiu 15 conjuntos, totalizando 5.000 unidades habitacionais. (LEITÃO, 1987)

Na Figura 16, observa-se que, apesar de as unidades habitacionais construídas pelo SSCM corresponderem, quantitativamente, a mais da metade do total de moradias com 55%, deve-se resguardar a diferença na forma de provisão, levando em conta que este tipo de habitações corresponde mais efetivamente à satisfação das demandas de famílias com as piores condições de vida, ou classificadas como habitantes em assentamentos precários. Como será

visto mais adiante, apesar do quantitativo maior em relação à aquisição de habitações por famílias em condições de enquadrar-se nos financiamentos, a iniciativa não teve os efeitos na diminuição (ou até na idealizada "extinção") destas áreas, as quais só aumentaram com o passar do tempo.

Figura 16 - Unidades habitacionais construídas até 1961 por intermédio de órgãos oficiais no Município de Recife.

Fonte: Nascimento e Bautista (2016), a partir dos dados disponíveis em Bezerra (1965) e Relatórios da LSCM (PERNAMBUCO, 1942).

De acordo com relatórios das atividades da LSCM (PERNAMBUCO, 1942), ocorreu a demolição de 14.597 mocambos, entre 1939 e 1945, sendo que, apenas 6.173 unidades habitacionais foram construídas. Vê-se a partir desses dados que um grande contingente de famílias teve destino incerto após a demolição de suas moradias, com forte tendência à procura por outras áreas da cidade para ocupar, seguindo os mesmos padrões de precariedade.

A criação da Fundação Casa Popular ocorreu em 1º de maio de 1946, logo após o fim da chamada Era Vargas (1930 a 1945). Este fato marca o estágio final de um processo que tem suas origens neste período, quando o Estado brasileiro abandonou a postura de delegar a construção, comercialização, financiamento e locação às livres forças do mercado, passando a intervir mais fortemente na produção e gestão do setor habitacional (BONDUKI, 1994).

Evidencia-se neste sentido, o caráter político e estratégico que permeia o controle da provisão de habitações pelo Estado, fazendo deste aspecto um tema essencial nas campanhas eleitorais e governos até então. Ao mesmo tempo em que se torna um forte elemento de barganha, a política habitacional também reforça a posição de centralidade do Estado na construção do espaço, podendo este ser responsabilizado pelos fatos e consequências de suas formas de intervenção.

Assim, nas análises sobre estas políticas, o Estado mostrou-se um “agente ativo do processo de segregação territorial, estruturação e consolidação do mercado imobiliário privado, aprofundamento da concentração da renda e, portanto, da desigualdade social." (MARICATO, 2009, p. 35).

De acordo com Melo, N. (1990), no período de 1964 a 1984, foram construídas na Região Metropolitana do Recife (RMR), 142.392 unidades habitacionais, incluindo-se aí, os Grandes Conjuntos Habitacionais. Os conjuntos, tal como foi destacado anteriormente, tornaram-se o principal modelo para provisão de moradias. No Recife, foram responsáveis pela ocupação de grandes espaços periféricos situados do extremo oeste a sudoeste do território municipal e expandindo-se para o município de Jaboatão dos Guararapes, destacando-se o grande número de unidades no Curado – Conjuntos Curado I, II e III (1979) e Curado IV (1986). E, também, nos limites com Jaboatão dos Guararapes, foram construídas as Unidades Residenciais (UR), principalmente no bairro Cohab e uma no bairro Várzea. Os grandes conjuntos também acompanharam a ocupação dos arredores de eixos viários, sendo o exemplo mais expressivo o caso do Condomínio Residencial Ignêz Andreazza, localizado na Avenida Recife, concluído em 1983, com 30 hectares de área e 2.464 apartamentos distribuídos em 176 prédios.

Em pesquisa realizada na Secretaria de Habitação do Estado de Pernambuco, foi fornecida uma planilha, em que se encontram parte dessas ações (Tabela 3). Nela, pode-se observar o direcionamento da maior parte das habitações na direção sul-sudoeste da cidade. Vilas mais antigas foram estabelecidas nos bairros Santo Amaro e Imbiribeira, fora desse eixo que forma um grande bloco de CIS atualmente, mas formaram igualmente, fragmentos de áreas pobres. Na verificação cartográfica dessas áreas ao longo dos anos, quando foi possível identificá-las no tecido urbano, notou-se um intenso adensamento construtivo e a descaracterização das condições iniciais de implantação.

Tabela 3 - Conjuntos habitacionais construídos por meio de políticas públicas de habitação até a década de 1980 no Recife/PE.

Nome do Conjunto	Ano de Inauguração	Bairro	Unidades Habitacionais	Órgão Responsável
PINA	S/I	Pina	33	SSAM
Total por bairro - Pina			**33**	
VILA FUNDAÇÃO CASA OPERÁRIA	S/I	Afogados	34	SSAM
Total por bairro - Afogados			**34**	
VILA GAMELEIRA	S/I	Cabanga	43	SSAM
Total por bairro - Cabanga			**43**	
VILA BONGI	S/I	Bongi	69	SSAM
Total por bairro - Bongi			**69**	
VILA DAS LAVADEIRAS	S/I	Areias	155	SSAM
VILA POPULAR DE AREIAS	S/I	Areias	162	SSAM
Total por bairro - Areias			**317**	
VILA DOIS UNIDOS	S/I	Beberibe	360	SSAM
Total por bairro - Beberibe			**360**	
UR-8	1973	Jardim São Paulo	573	COHAB
Total por bairro - Jardim São Paulo			**573**	
VINÍCIUS DE MORAES - JARDIM PLANALTO	1980	Tejipió	642	COHAB
Total por bairro - Tejipió			**642**	
VILA IMBIRIBEIRA MARGEM DIREITA	S/I	Imbiribeira	345	SSAM
VILA IMBIRIBEIRA MARGEM ESQUERDA	S/I	Imbiribeira	442	SSAM
Total por bairro - Imbiribeira			**787**	
UR-7	1969	Várzea	540	COHAB
JARDIM PETRÓPOLIS I E II	S/I	Várzea	408	COHAB
Total por bairro - Várzea			**948**	
VILA DA COZINHEIRA	S/I	Santo Amaro	87	SSAM
VILA MACAXEIRA	S/I	Santo Amaro	290	SSAM
VILA SÍTIO DO OLIVEIRA	S/I	Santo Amaro	101	SSAM
VILA TREZE DE MAIO	S/I	Santo Amaro	261	SSAM
VILA DOS USINEIROS	S/I	Santo Amaro	295	SSAM
Total por bairro - Santo Amaro			**1.034**	
ARQUITETA MARIA LÚCIA	S/I	IPSEP	400	SSAM
VILA MAURICÉIA	S/I	IPSEP	813	SSAM
Total por bairro - IPSEP			**1.213**	
VILA PRESIDENTE KENNEDY	S/I	Jordão	1.357	SSAM
Total por bairro - Jordão			**1.357**	
JARDIM MONTE VERDE	S/I	COHAB	2.302	COHAB
UR-1	1966	COHAB	1.051	COHAB
UR-2	1967	COHAB	892	COHAB
UR-3	1968	COHAB	703	COHAB
UR-4	1969	COHAB	200	COHAB
UR-5	1973	COHAB	905	COHAB
UR-9	1973	COHAB	129	COHAB
UR-10	1976	COHAB	327	COHAB
LAGOA ENCANTADA	1980	COHAB	943	COHAB
Total por bairro - COHAB			**7.452**	

Fonte: SecHab, Governo do Estado de Pernambuco, 2017. Organização da autora, 2017.
Nota: SSAM – Serviço Social Agamenon Magalhães (Serviço Social Contra o Mocambo).
COHAB – Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco.
S/I – Sem informação (o levantamento encontra-se em andamento pela Secretaria de Habitação).

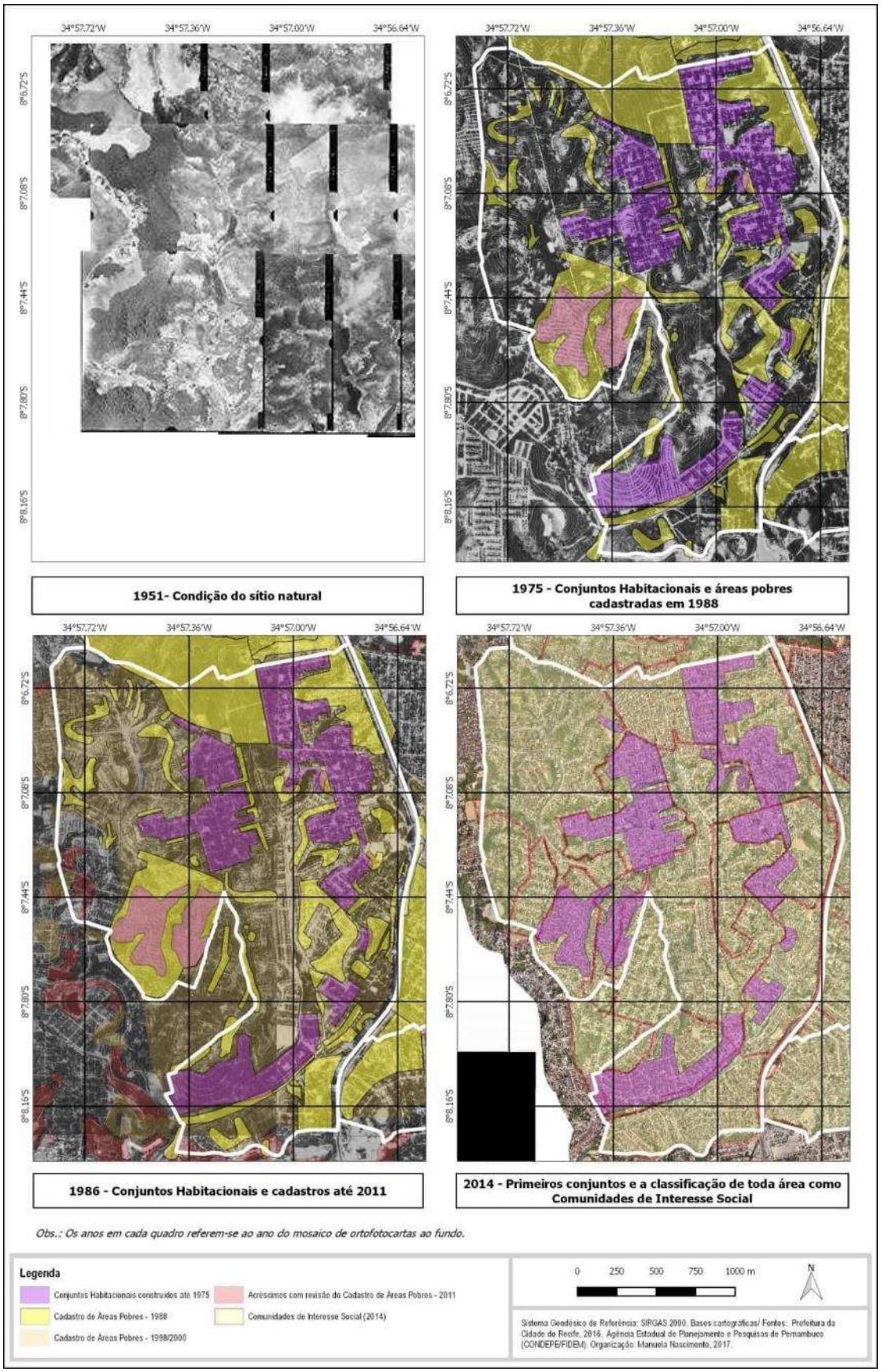
Tanto em Recife como em outras cidades, ocorreu a construção de um expressivo número de habitações[17], principalmente se comparado à iniciativa anterior (a FCP). Contudo, além destas deficiências na implantação de infraestruturas e serviços necessários para os grandes volumes de pessoas que obtinham facilidades para adquirir a moradia, abrindo mão de estar em uma posição melhor localizada e urbanizada das cidades, ocorreu a supressão da vegetação e outros elementos do sítio natural de forma indiscriminada e, apesar dos subsídios oferecidos, a política não atingiu satisfatoriamente às camadas com as piores condições de renda.

Esse foi um ponto que diferencia as intervenções passadas em relação ao momento atual. Naquele instante, havia ainda muitas áreas disponíveis e realizou-se uma ponderação praticamente insignificante em relação ao desmonte do sítio natural, a prioridade era construir casas. Atualmente, a legislação protege certas áreas da cidade e, ao mesmo tempo, os terrenos disponíveis para implantação das habitações são menores e já se encontram em situação muito distante à do sítio natural. Dessa forma, a hipótese inicial de que a política recente poderia continuar com processos de supressão da vegetação, aterramentos ou outros agravos ambientais não foi confirmada. Vale salientar, entretanto, que em cidades com maior disponibilidade de terrenos ou "áreas naturais", o efeito das políticas habitacionais que se verificou em meados do século passado, ainda pode ser verificado, como se observou na literatura. No Recife, o atual estágio de adensamento do solo urbano e a descaracterização ambiental é que, provavelmente, diminuem esse efeito (e não a falta de intenção em construir).

Do ponto de vista da configuração territorial, observou-se que na sequência da produção de grandes conjuntos habitacionais em áreas periféricas (proximidades e áreas de morros ou alagados), estabeleceram-se os vetores (principalmente a presença de eixos viários, aliada ao insuficiente controle urbano) para ocupação de muitas áreas de encostas e alagados no entorno dos conjuntos, como se pode observar, por exemplo, na evolução das ocupações no bairro COHAB, área onde houve a maior quantidade de habitações construídas nesse período (Figura 17). Pouco mais de dez anos após a construção dos primeiros conjuntos na área, é possível verificar o surgimento dos assentamentos residenciais em seu entorno imediato, que vão expandindo-se ao ponto do bairro inteiro formar a maior parte do já referido bloco de comunidades de interesse social na região sudoeste-sul do município.

[17] De acordo com Azevedo e Andrade (2011), foram 1.004.884 unidades em Conjuntos das COHAB ou residências construídas, diretamente pelo BNH, para população de baixa renda. Considerando o SFH como um todo, incluídas essas unidades do BNH, foram 2.873.883 de unidades financiadas desde sua criação até 31 de dezembro de 1980.

Figura 17 - Relações entre a construção de conjuntos habitacionais e a evolução de áreas de interesse social no bairro COHAB, Recife/PE.



Fonte: organização da autora, 2017.

Fagnani (2016, p. 192) destaca que, nesse período,

> [...] no setor habitacional, a política constitui-se em um dos exemplos clássicos do limitado caráter redistributivo da política social durante o regime autoritário, uma vez que menos de 5% das aplicações do SFH realizadas entre 1964-84 foram destinadas a famílias com renda de até três salários mínimos mensais. Na verdade, apenas em sua fase inicial (1964/67) tentou-se dar alguma prioridade às 'massas órfãs', lembradas por Sandra Cavalcante, primeira presidente do Banco Nacional da Habitação (BNH). Contudo, já nessa época, acabou para os pobres o sonho da casa própria.

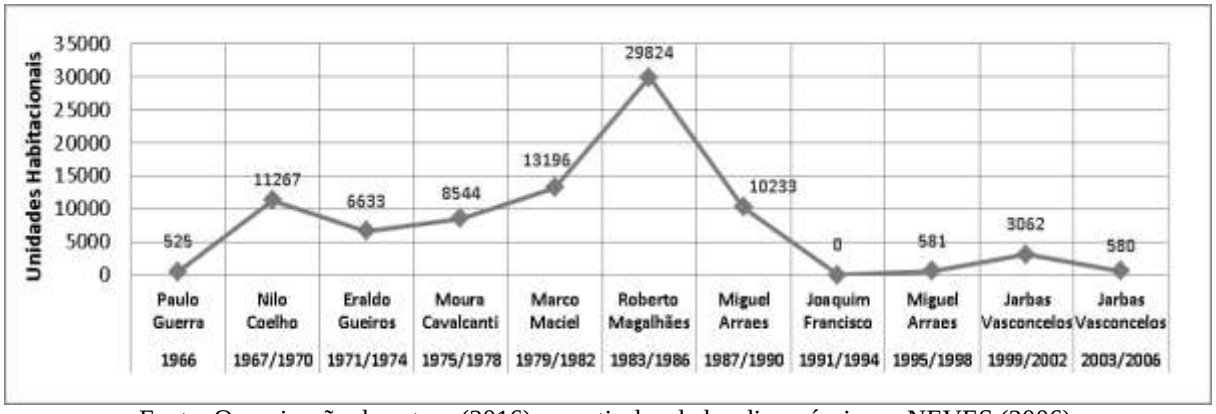
Considerando os altos índices de endividamento verificados nos desdobramentos dos financiamentos, além da retomada de imóveis inadimplentes para leilão, temos mais fatores para aumentar a fragilidade da ação política no Estado no sentido de satisfazer os reais "interesses sociais". Esta crise no setor habitacional, verificada a partir dos anos de 1970, teve como impacto um declínio na produção de habitações e perdurou até os anos noventa.

Estes efeitos podem ser observados na RMR, a partir dos dados apresentados por Neves (2006)[18], que contabilizou as unidades habitacionais construídas por gestão do Governo do Estado de Pernambuco de 1966 a 2006, em que se vê a notória influência dos anos de maior atuação do BNH e Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Na Figura 18, observa-se a ascendência e o declínio na produção de habitações pelo Governo do Estado neste período, adentrando nos anos 2000. Quanto a este avanço no início do século XXI, vale destacar que, a partir desta década, o governo municipal assume maior protagonismo na provisão habitacional, pois passa a receber maior parcela de recursos do Governo Federal, que a partir de 2001 aumenta a descentralização de seus convênios e repasses para o nível das municipalidades.

Figura 18 - Unidades habitacionais construídas na RMR pela COHAB-PE / EMHAPE / CEHAB[19], no âmbito de programas convencionais para a provisão de moradias.

[18] Neves (2006) diferencia as iniciativas de provisão habitacional em convencionais ou alternativas, assim como Souza (1990). Os programas convencionais são aqueles de caráter mais empresarial, realizados por meio das COHAB, que fiscalizam as obras realizadas por uma empresa privada e liberam as parcelas do financiamento oriundo do SFH, de acordo com o andamento das construções (SOUZA, 1990). Foram classificados como programas alternativos no âmbito do SFH, aqueles com maior espaço para negociações, com formas alternativas de construção cooperativa e maior grau de envolvimento e participação dos usuários/ beneficiários no processo, onde também havia maior envolvimento dos poderes em nível local (Governos Estadual e Municipal) (Ibid.). Utilizamos os dados apenas para os programas convencionais, uma vez que observamos a predominância de conjuntos construídos nestes moldes no período de 2001 a 2016, e ainda não levantamos dados sobre os programas alternativos recentes.

[19] A COHAB - Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco, funcionou de 1965 até 1999, quando em 1999, é substituída pela EMHAPE - Empresa de Melhoramentos Habitacionais de Pernambuco, que havia sido criada em 1979, e esta, em 2003 passa a se chamar CEHAB - Companhia Estadual de Habitação. Atualmente, a



Fonte: Organização da autora (2016), a partir dos dados disponíveis em NEVES (2006).

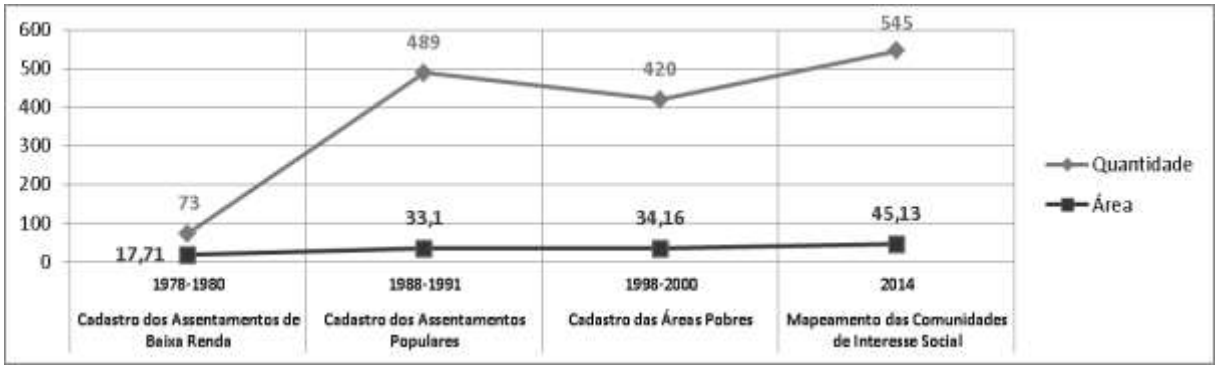
No intervalo após a extinção do BNH até a criação do Ministério das Cidades, a Caixa Econômica Federal formulou diversos programas habitacionais que seriam implantados no contexto de crise do SFH. Entretanto, devido ao esgotamento da política nacional de habitação popular, "decisões políticas equivocadas e marcadas por suspeitas de corrupção, como uma liberação de contratos acima da capacidade do FGTS no governo Collor em 1990, levou a uma paralisação total dos financiamentos com recursos do FGTS entre 1991 e 1995" (BONDUKI, 2008, p. 76). Ainda na Figura 18, pode-se verificar, inclusive, que não houve a construção de nenhuma unidade neste período.

Nesta lacuna de intervenção do Estado e levando-se em conta que a maioria das facilidades para obter a casa própria até então, tratava-se de financiamentos não acessíveis para muitas famílias, os assentamentos precários vão ocupando uma área sempre ascendente no território, juntamente com o aumento na demanda por melhores condições de habitabilidade. Observa-se nos levantamentos realizados em Recife (Figura 19), mesmo com ressalvas sobre as diferenças na metodologia aplicada[20], que tanto as políticas para redução do deficit habitacional como para urbanização, não conseguem acompanhar o surgimento de mais áreas com esse perfil e a consolidação da precariedade nos espaços existentes.

CEHAB é vinculada à Secretaria de Habitação de Pernambuco, que foi constituída em 2015 e, desde 2007, passou a chamar-se Companhia Estadual de Habitação e Obras.

[20] "O decréscimo de população e da taxa de crescimento populacional correspondente ao período 1990-2000 explica-se pela adoção de metodologias distintas no critério de identificação das áreas pobres, o que resultou em redução destas áreas, que, em 1990, foram contabilizadas como 489 e, em 2000, ficaram reduzidas a 421" (CAVALCANTI et al., 2016, p. 318). Entretanto, observa-se que mesmo assim houve um acréscimo na área. No levantamento de 2014, considerando as especificidades locais, estas 545 áreas englobam 2.573 subdivisões (RECIFE, 2016a).

Figura 19 - Evolução da área e quantidade de assentamentos precários na cidade do Recife, contabilizados nos levantamentos realizados pelos governos estadual e municipal.



Fonte: Organização da autora (2016), a partir dos dados disponíveis em RECIFE (2016).

Mas diante dessas ausências, também frutificam as emergências, no sentido proposto por Santos (2007), que tomam forma por meio dos movimentos sociais na luta pela moradia e terra urbana. Em análise da evolução dos movimentos sociais em prol do direito à moradia e direito à cidade no Recife, Alencar e Sá (2011) pontuam que, apesar da diluição desses movimentos[21], que tiveram muita força nos anos oitenta do século XX – momento que culminou na implantação das ZEIS e do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS) – foram eles que alavancaram outras formas de deliberação da política habitacional. A influência desses movimentos vem trazendo seus efeitos até os dias de hoje, pois a criação de novos instrumentos e programas habitacionais, voltados especificamente para a população mais pobre, foi conectando uma série de mudanças entre os dois últimos períodos observados, apresentando-se como uma fase de transição nas formas de aplicação das políticas públicas e na abrangência das ações.

Logo, é possível afirmar que a partir da década de 1980, houve avanços na questão da moradia marcados pela atuação de movimentos sociais, que emergiram da crise entre o aumento ordinário do deficit habitacional e dos assentamentos precários, e a desestruturação ou efeitos negativos dos programas habitacionais realizados até então. Esses fatos influenciaram na criação de instrumentos e programas voltados para beneficiar as camadas mais pobres das cidades, reforçando as "emergências" diante das "ausências". Nesta perspectiva, ocorreram alterações na política habitacional subsequente a mudanças na legislação, a exemplo da própria Constituição Federal, que em 1988 proclamou o direito à moradia, sob uma tendência de descentralização administrativa nas políticas habitacionais, aproximando-as mais das realidades

[21] Principalmente pela criação de outros canais de participação como o programa Prefeitura nos Bairros e o Orçamento Participativo.

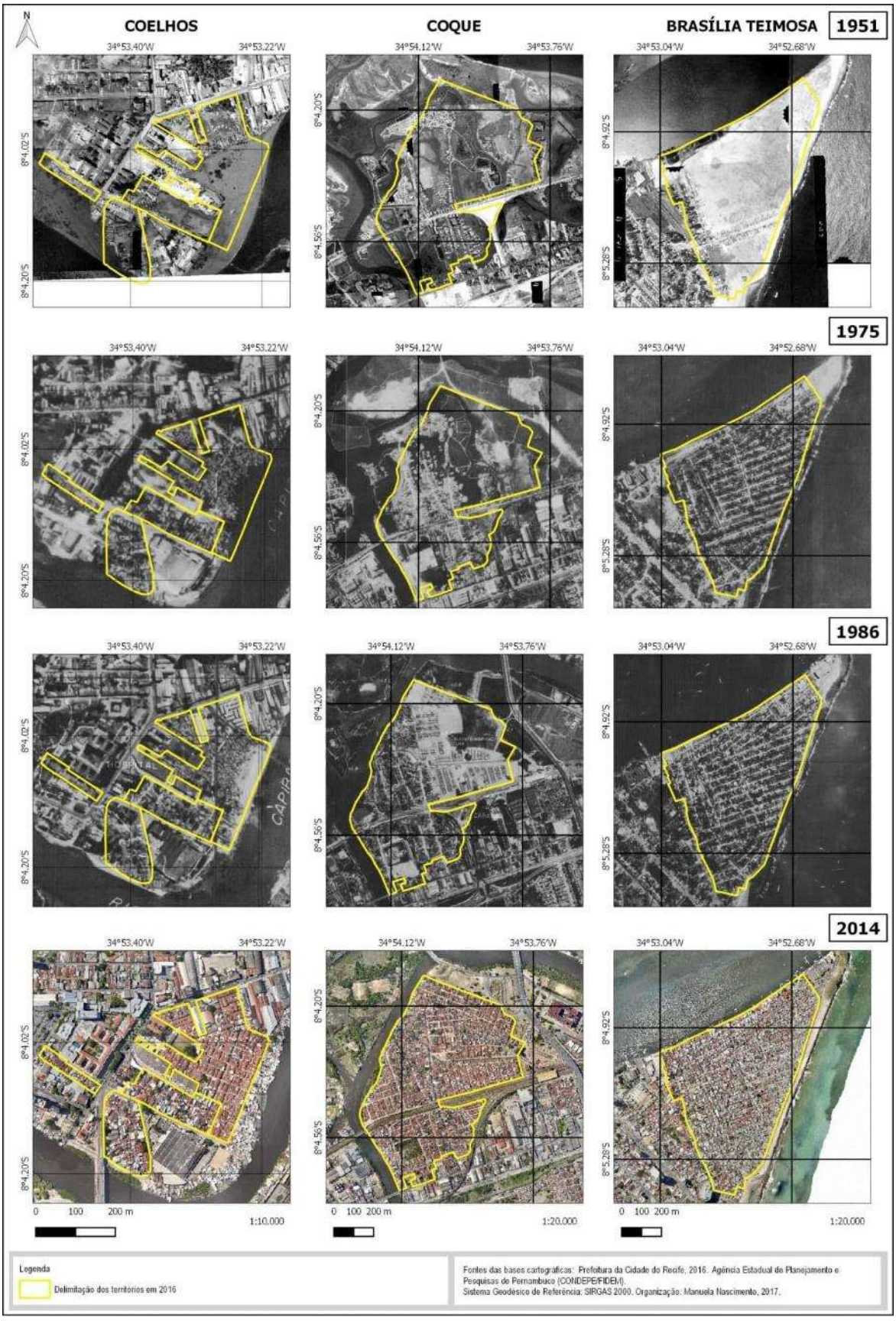
locais, e da Lei de Uso do Solo do Recife, de 1983, que com a instituição das ZEIS, proporcionou tratamento específico para algumas áreas, garantindo maior direito à permanência.

Esse tratamento específico viria a ser reforçado pelo Estado, em nível federal, a partir dos instrumentos de gestão que se iniciaram em 2003. Temos aí principalmente os Programas de Urbanização de Assentamentos Precários e o Programa de Aceleração do Crescimento, com suas obras de infraestrutura, urbanização e saneamento que englobam a construção de habitações, além do Programa de Habitação de Interesse Social, com as devidas ressalvas para os baixos investimentos nessa forma de provisão com relação à Habitação de Mercado, alavancada pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

Assim, a "limpeza" de áreas "feias", meta do higienismo do início do século XX, foi passando a ser negociada mais criteriosamente, por meio da emergência de fatores que demostram que os assentamentos precários, habitações em áreas de "utilidade pública" ou que são alvo de recuperação ambiental, necessitam de melhores condições de habitabilidade, e não de processos de realocação carregados de supressões de direitos.

Alguns casos são emblemáticos no Recife e demonstram a luta por permanência de algumas comunidades, tais como Coque, Coelhos e Brasília Teimosa, as quais tiveram na instituição das ZEIS, maior segurança para manter-se em seus territórios. Nessas áreas, observa-se que apesar das pressões no entorno, incluindo a retirada de muitas famílias, a legislação específica oferece uma barreira mais efetiva para intervenções que envolvam a remoção das habitações. Nas referidas comunidades, que cresceram significativamente entre as décadas de 1950 e 1980, pelo assentamento em aterros de alagados fluviais ou estuarinos, houve também a construção de habitações de interesse social, que foram reconfigurando esses territórios, mas não alteraram significativamente sua estrutura social (Figura 20). Mesmo assim vale destacar, que, na ocorrência da implantação de grandes projetos pelo capital empresarial, são notórios os desmontes (ou tentativas) dos territórios vividos nas áreas imediatas aos limites impostos pela legislação.

Figura 20 - Evolução da ocupação territorial nas ZEIS Coelhos, Coque e Brasília Teimosa, Município do Recife/PE.



Fonte: organização da autora, 2017.

Ao observarmos as despesas do Governo Federal, em gastos diretos ou por transferência de recursos, acentua-se a discrepância entre a provisão pública na habitação de mercado e de interesse social. Enquanto os financiamentos do PMCMV, desde seu surgimento já acumulam a contratação de investimentos que chegam a 309,6 bilhões de reais[22], os gastos com ações de habitação de interesse social, em um período maior, desde 2004, foi de R$ 2.903.657.236,12. Percebe-se também, uma elevação das transferências até 2009 e após esse ano, um expressivo declínio (Tabela 4).

Tabela 4 - Brasil: Despesas do Governo Federal com a Habitação de Interesse Social (HIS), por transferência de recursos ou gastos diretos entre 2004 a 2016.

Anos	(1) Transferência de Recursos para HIS (R$)	Tranferência de Recursos - Total (R$)	% do total	(2) Gastos Diretos na HIS (R$)	Gastos Diretos - Total (R$)	% do total
2016*	5.788.455,93	245.560.817.929,61	0,002357	238.313,00	1.186.547.607.471,31	0,000020
2015	10.975.735,75	339.744.080.701,61	0,003231	1.690.787,54	1.906.706.918.048,62	0,000089
2014	12.545.044,38	332.672.681.739,68	0,003771	915.043,84	1.860.961.397.464,20	0,000049
2013	31.013.290,51	300.885.547.120,27	0,010307	0,00	1.466.525.734.735,77	0,000000
2012	86.135.276,34	299.878.708.104,98	0,028723	0,00	1.395.266.065.163,62	0,000000
2011	106.133.469,97	271.460.729.042,01	0,039097	3.535.699,18	1.286.987.980.853,56	0,000275
2010	140.523.977,59	232.587.288.530,76	0,060418	1.579.860,28	1.044.954.183.925,74	0,000151
2009	242.251.790,24	209.364.793.984,53	0,115708	334.708.305,40	931.122.144.673,70	0,035947
2008	149.577.413,70	203.766.062.325,61	0,073406	627.013.967,12	938.780.222.770,44	0,066790
2007	85.882.295,94	165.034.755.952,71	0,052039	289.096.729,61	937.826.907.236,56	0,030826
2006	46.045.301,89	144.827.545.210,56	0,031793	289.096.729,61	937.826.907.236,56	0,030826
2005	29.051.656,08	120.460.267.670,41	0,024117	218.649.754,14	890.544.947.226,17	0,024552
2004	23.002.630,38	105.818.249.263,80	0,021738	168.205.707,70	732.430.151.665,43	0,022965
Totais	**968.926.338,70**	**2.972.061.527.576,54**	**0,032601**	**1.934.730.897,42**	**15.516.481.168.471,70**	**0,012469**
(1) + (2) = R$ 2.903.657.236,12					*Até 02 de novembro de 2016.	

Fonte: Organização da autora (2016), a partir dos dados disponíveis no Portal da Transparência do Governo Federal.

Mesmo considerando que também ocorre a construção de habitações para populações realocadas em intervenções de urbanização de assentamentos precários, realizadas pelo PAC, é muito difícil chegar a valores próximos aos do PMCMV. Estas habitações inseridas nas obras de urbanização têm seus valores difíceis de mensurar exatamente no Portal da Transparência, uma vez que lá se encontram apenas os valores totais dos convênios. Diante disso, verifica-se a necessidade de "garimpar" quanto foi destinado à habitação de interesse social em cada convênio, tornando a informação acessível, apenas com acesso direto aos documentos ou consultas a funcionários nos órgãos executores.

Vejamos alguns resultados da financeirização da produção imobiliária nas políticas públicas de habitação de interesse social em Recife. Primeiramente, é importante colocar a

[22] De acordo com o último balanço realizado em 2016.
Disponível em: http://pac.gov.br/pub/up/relatorio/5454bd0c87a6ed2e3fb86ee141246093.pdf.

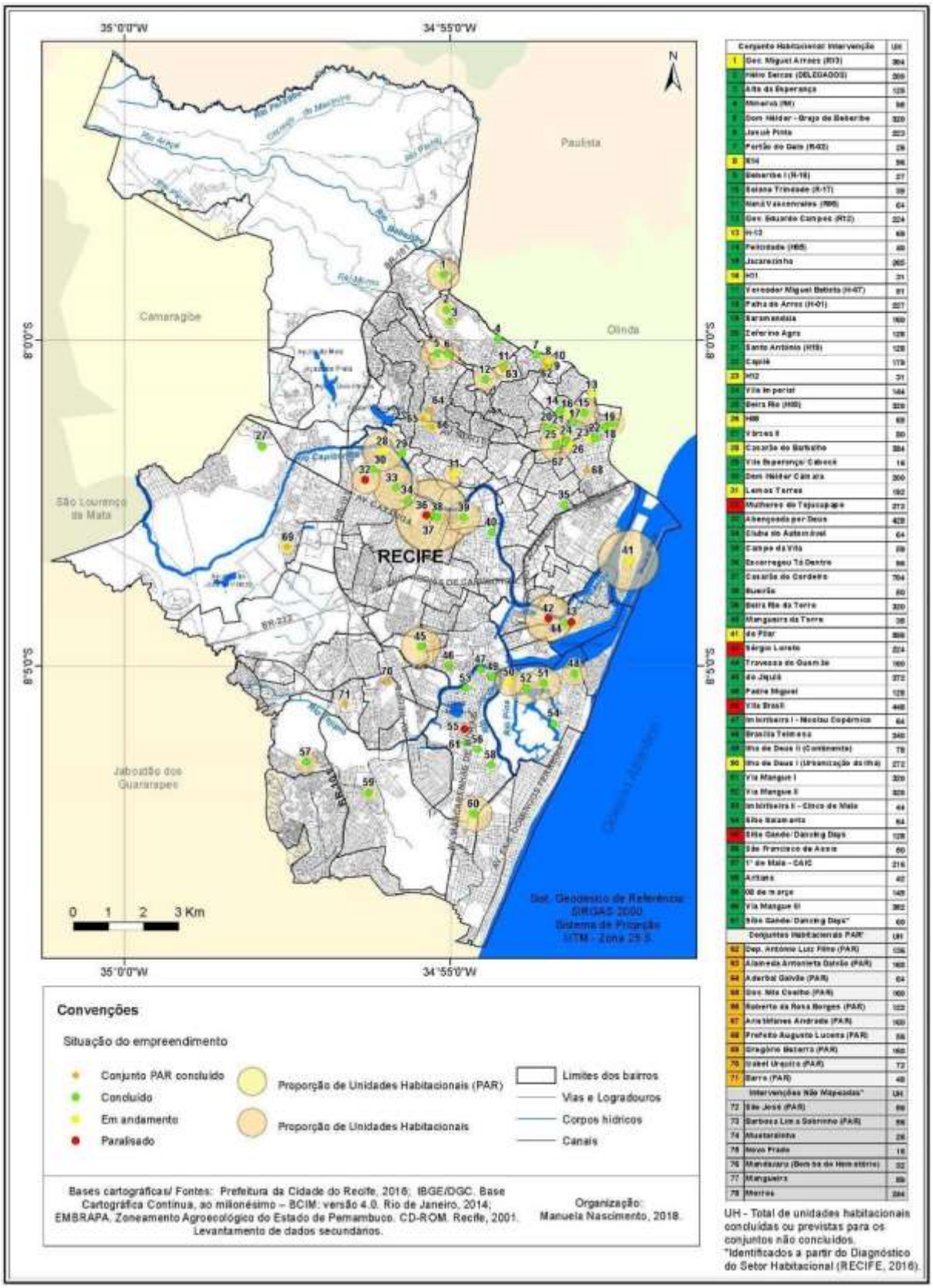
associação entre distribuição espacial dos conjuntos mais recentes e a evolução dos programas, como fruto do corriqueiro mecanismo, que se foi consolidando com o tempo: De um lado, uma *população* a ser deslocada de uma área de interesse (1 - por causa de condições insalubres; 2 - para realização de intervenções urbanísticas – "de utilidade pública"; 3 - por motivos nitidamente voltados à satisfação de interesses do capital empresarial privado; 4 - por razões "ecológicas") ou então, mas em menor escala, que perdeu suas casas, por exemplo, por enchentes ou deslizamentos e encontrava-se em abrigos ou recebendo auxílio moradia. Do outro, o *Estado*, responsável por negociar e financiar a remoção e realocação, por meio da construção de conjuntos habitacionais, sendo estes erigidos a partir da terceirização da construção realizada por uma *empresa privada*.

Quanto à distribuição espacial das intervenções (Figura 21), observa-se que a maioria dos conjuntos encontra-se em aglomerados na zona oeste (relativamente ao "centro" da cidade que se encontra no extremo leste), e na zona norte (levando em conta a mancha urbana mais adensada do território, representada de maneira geral pela presença das vias e logradouros) ocupando prioritariamente as áreas de menor interesse para empreendimentos imobiliários do setor privado.

De forma mais dispersa, encontram-se os conjuntos nas zonas sul e central, sendo que nesta, é onde se encontra a maior quantidade de unidades habitacionais com obras paralisadas ou em andamento por muitos anos, além dos prazos estabelecidos para sua conclusão, como é o caso dos conjuntos do Pilar, Sérgio Loreto e Vila Brasil. Na zona sul, pode-se observar que ocorre a predominância de conjuntos com menos unidades habitacionais, sendo alguns construídos por conta de desafetações entre as comunidades e o setor público.

As exceções, nessa área de maior interesse do setor imobiliário privado, ficam por conta dos conjuntos "Via Mangue" e Brasília Teimosa, construídos para atender objetivos de retirada de diversas comunidades em áreas de interesses mais específicos, mas não desvinculados do capital privado. Outra exceção, ainda na zona sul, é o caso da Ilha de Deus, onde a maioria da população permaneceu em seu próprio território, que foi alvo de um grande projeto de urbanização e saneamento, em que pesou a mobilização comunitária na luta para permanência no local, formando-se assim, outro dos maiores aglomerados de habitações nessa região.

Figura 21 - Distribuição espacial de resultados de Políticas de Habitação de Interesse Social em Recife/PE: Intervenções com provisão de moradias e conjuntos habitacionais construídos, com obras paralisadas ou em andamento entre 2001 e 2017.



Fonte: organização da autora, 2018.

Dentre os 60 conjuntos habitacionais mapeados, verificou-se que em dezembro de 2017, dez encontravam-se com as obras em andamento[23] e cinco com as obras paralisadas ou em ritmo lento. Nas consultas realizadas a funcionários da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) e do Governo do Estado de Pernambuco, viu-se que não há previsão para retomada das obras, fato que implica em uma situação de insegurança e más condições de vida para centenas de famílias que já aguardam os imóveis em moradias precárias, abrigos ou recebendo auxílio moradia.

Após a realização da pesquisa de dados primários, na análise do Diagnóstico do Setor Habitacional (DSH) (RECIFE, 2016b) – disponibilizado pela PCR apenas em agosto de 2017 – foi realizado o cruzamento do levantamento feito nesta pesquisa com as informações disponíveis no documento[24]. O material é parte dos requisitos para a construção do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Recife, e nele, inclusive, houve o reconhecimento da dificuldade em realizar o levantamento dos resultados das ações em PHIS, mesmo a atividade sendo realizada em cooperação com o poder público, em relação aos anos recentes, praticamente no mesmo período desta pesquisa.

No cruzamento, verificou-se que seis conjuntos concluídos não constam no DSH[25], assim como três conjuntos não concluídos. Dentre os conjuntos não concluídos que não aparecem no DSH, chama atenção o fato de que são justamente conjuntos com obras paralisadas, que segundo o poder público estão em "ritmo lento": o CH Mulheres de Tejucupapo e CH Escorregou tá Dentro. O terceiro conjunto não concluído ausente na lista trata-se da intervenção de urbanização da Ilha de Deus, cujas habitações se encontravam em construção em 2017.

Na relação dos habitacionais do DSH, ainda ocorre repetição de dois conjuntos e, apesar do alerta prévio quanto à dificuldade em reunir os dados, chama atenção a grande quantidade de lacunas de informação, uma vez que, o diagnóstico teria a função justamente de fornecer bases mais sólidas ao planejamento da HIS. Nesse ponto, considera-se que uma análise mais acurada dos êxitos e insucessos das experiências anteriores é fundamental, para que enfim, caminhe-se mais além do que a minimização do problema do acesso à moradia. Espera-se que o documento que trata da consulta popular e o Plano Local de Habitação de Interesse Social, ofereçam maiores detalhes sobre as ações já realizadas, ou então, forneçam diretrizes mais

[23] Esta é a informação oficial fornecida pelos órgãos responsáveis, no entanto, observou-se que as obras pareciam paralisadas em alguns destes conjuntos, ou então, têm ocorrido de forma lenta ou intermitente.
[24] Os resultados do cruzamento já foram encaminhados para a Secretaria de Habitação da Prefeitura da Cidade do Recife.
[25] CH Capilé, CH Dom Hélder Câmara (Bairro Iputinga), CH Casarão do Cordeiro (estranhamente, pois se trata do maior habitacional construído), CH Brasília Teimosa, CH Ilha de Deus (continente) e CH Sítio Salamanta.

viáveis e justas diante do quadro atual. Entretanto, é importante pontuar que o DSH, ainda assim, trata-se de um importantíssimo passo dado no planejamento das políticas públicas para a HIS.

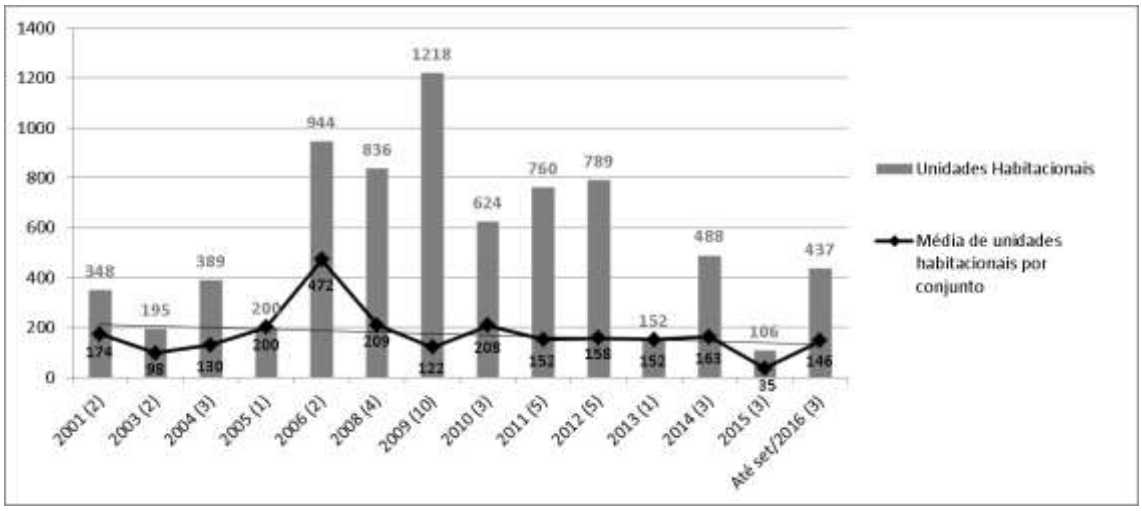
A partir do DHS, também foi verificada a existência de um conjunto habitacional destinado a famílias da ZEIS Sítio Grande, que já se encontrava concluído e não foi identificado no levantamento desta pesquisa. Dessa forma, o conjunto foi mapeado, mas não foi incluído no plano amostral. Ainda nesse cruzamento de informações, foi possível mapear 10 conjuntos habitacionais oriundos de convênios da PCR e do GEP com a Caixa Econômica Federal no Programa de Arrendamento Residencial (PAR), nesse grupo, mais dois conjuntos (Residenciais São José e Barbosa Luna Sobrinho) não foram localizados para o mapeamento. Os conjuntos do PAR, por fazerem parte de uma modalidade de provisão de HIS diferenciada da tipologia pertinente à pesquisa, já não seriam considerados para o cálculo da amostra.

Os 45 conjuntos concluídos no levantamento realizado nessa pesquisa foram entregues[26], de acordo com distribuição apresentada na Figura 22. Nela, pode-se observar que há uma quantidade expressiva de unidades construídas entre 2008 e 2012, acompanhando o momento de ênfase no uso de estratégias econômicas anticíclicas, viabilizadas pela forte injeção de subsídios no setor de construção civil por parte do Governo Federal, com o objetivo de diminuir os efeitos da crise financeira mundial de 2008.

Em 2006, o elevado número de unidades corresponde a apenas dois grandes conjuntos habitacionais construídos por meio de investimentos do Programa Habitar Brasil da CEF (com verbas do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e do Governo Federal), o CH Casarão do Cordeiro e o CH Abençoada por Deus, maiores conjuntos concluídos no período. Nota-se, também, uma elevada média de unidades habitacionais por conjunto, de 159 unidades, considerando todos os conjuntos mapeados de 2001 a 2016. Também na Figura 22, encontra-se a média por ano.

[26] Viabilizados principalmente por meio do Programa Recife sem Palafitas, do Programa de Infra-Estrutura em Áreas de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife (RMR) - PROMETRÓPOLE e mais recentemente, devido às obras de construção da Via Mangue e pelo PAC Beberibe. Estas obras envolvem o Governo Federal, A Prefeitura da Cidade do Recife, por meio da Secretaria de Habitação, Empresa de Urbanização do Recife (URB) e Autarquia de Saneamento do Recife (Sanear) e o Governo do Estado, por meio da CEHAB, Secretaria de Planejamento e da Secretaria das Cidades.

Figura 22 - Quantidade de conjuntos e unidades habitacionais (UH), construídas por ano[27] em ações de habitação de interesse social entre 2001 e novembro de 2016.



Fonte: Levantamento de dados em órgãos públicos (constantes na Nota 24), 2016.

Observa-se no contexto recente, que a construção dos conjuntos habitacionais com total subsídio do Estado, supera a produção de unidades viabilizadas pelo SSCM e de outras iniciativas dispersas, encontradas na literatura e documentos que tratam da provisão até o ano 2000. Contudo, a persistência no modelo de construção dos conjuntos formando repentinamente novos aglomerados populacionais em áreas com pouca infraestrutura urbana, aliada a intervenções marcadas pela "expulsão branca" de grupos desfavorecidos nas tomadas de decisões, demonstram a necessidade de reformulação desta prática.

Além disso, na observação direta em campo, bem como nos documentos e literatura sobre o período recente, verificou-se elevada evasão dos conjuntos habitacionais por meio da venda dos imóveis, além de dificuldades na adaptação às novas condições de vida e da não ocorrência integral da regularização fundiária nos novos conjuntos. Apesar de, na distribuição espacial dos conjuntos, verificar-se que há melhoria na realocação das famílias para locais mais próximos aos seus lugares de origem, em relação aos programas habitacionais dos períodos anteriores, os fatores mencionados reforçam a necessidade da adoção de novos formatos para a habitação de interesse social.

Nesse ponto, é imprescindível a busca por alternativas menos excludentes e ambientalmente equitativas, tais como, o fortalecimento de "programas alternativos" que possuam maior aproximação com as realidades locais e inserção dos envolvidos no processo de

[27] As unidades habitacionais construídas na Ilha de Deus foram contabilizadas de acordo com os anos de inauguração entre 2011 e 2016. A área aparece como conjunto em andamento no mapa, mas há poucas unidades previstas para o término das obras, então o conjunto foi contabilizado neste gráfico, no ano de 2012, quando foi entregue a maior parte das moradias.

produção das habitações, além do cumprimento de instrumentos criados no contexto da evolução da legislação urbanística, a exemplo do IPTU progressivo e o cumprimento da função social da propriedade.

A análise da evolução desse quadro de provisão e da situação atual levanta a questão de que o direito à cidade para esses grupos não pode abdicar do consórcio de outros fatores, que têm sido negligenciados no uso estratégico das políticas habitacionais e vão além do acesso à moradia: a capacidade de mobilização social das pessoas envolvidas diante de ações que alteram seus modos de vida e suas reais possibilidades de opinar nos projetos; as relações da população com seus territórios anteriores e de realocação; a disponibilidade de infraestruturas e serviços básicos em locais onde os conjuntos serão construídos, bem como se ela já não se encontra deficitária para os moradores que residem na região; as garantias da posse integralmente legalizada nas novas habitações; e a qualidade e adequação dos imóveis entregues.

Observando esse processo de forma geral, é difícil afirmar que nas políticas em epígrafe houve a satisfação do chamado "interesse social" em sua complexidade, não desconsiderando aqui que houve benefícios para muitas famílias. Neste desenrolar dos acontecimentos, diante dos fatores e formas de intervenção que se modificaram ou permanecem sob outras formas mais ou menos complexas, continua evidenciando-se o uso estratégico de programas habitacionais para satisfação de interesses políticos e/ou econômicos.

A construção de habitações pelo Estado tem recebido influências nítidas do clientelismo, controle social, barganhas eleitoreiras, do deslocamento de pessoas das áreas de interesse para expansão dos espaços privados (ou que dão suporte a eles) na cidade. Tem também respondido pela reestruturação do setor empresarial na construção civil ou, no caso principalmente do PAC e PMCMV – e levando-se em conta o conjunto de iniciativas da política econômica anticíclica realizada pelo Governo Federal entre o fim dos anos 2000 e início dos anos 2010 – funcionado como modo de reparar problemas financeiros em um momento de crise.

Apesar do termo "interesse social" estar manifesto tanto na qualificação de áreas como de políticas que tratam da urbanização de assentamentos precários, observa-se que ao remover comunidades de uma área e colocá-las em outra sem primar pelo diálogo – o que aumentaria a influência das populações envolvidas na tomada de decisões – ocorrem invariavelmente supressões de elementos naturais e socioculturais, desvirtuando o termo e os valores agregados a ele, com transformações controversas nos territórios removidos e de realocação.

Assim, persiste o pouco espaço para o diálogo e a participação popular nos programas convencionais de provisão habitacional que, determinados pelo mecanismo de associação entre Estado e empresas privadas, continuam resultando na construção de grandes CH ou aglomerados de conjuntos com menor número de unidades, em áreas de baixo valor de terras e com pouca infraestrutura urbana. Dessa forma, estabelece-se um movimento cíclico, que passa pela resolução do problema dos assentamentos precários e, com o tempo, acaba por formar novos espaços de privação e insegurança, que posteriormente deverão ser alvo de novas intervenções.

5.3 Intencionalidades na realocação de moradias e reuso do solo no ambiente urbano: ou o que foi feito nos espaços dos territórios removidos?

5.3.1 *Políticas de provisão de habitações como solução para o deficit habitacional*

Em se tratando do processo recente de provisão de moradias subsidiadas pelo Estado, as pesquisas demonstram a persistência de problemas em meio aos avanços quantitativos no que se refere à acessibilidade à habitação (CARDOSO; ARAGÃO, 2013). Alguns exemplos dessa persistência traduzem-se no crescimento dos assentamentos precários e da ocorrência de ocupações urbanas como solução de acesso à moradia para os mais pobres, um dissenso em relação aos avanços nas formas institucionalizadas da provisão de "interesse social" (NASCIMENTO, 2016). O que, aliás, não poderia deixar de acontecer em função da permanência no tempo-espaço dos princípios fundamentais, inerentes à lógica do processo de produção social do espaço nas cidades brasileiras, os quais, se não forem confrontados, nunca se terá a mudança efetiva que se almeja.

Moreira e Ribeiro (2016) avaliam, a partir de uma visão abrangente das políticas habitacionais brasileiras e dos seus efeitos, que ocorre a reprodução contraditória de um padrão de segregação socioterritorial, precariedade urbana e ambiental, agravado pela permanência da desvinculação entre as políticas de provisão e de regularização fundiária. Ao longo da história, tais efeitos são frutos da permanência da influência e estratégias de agentes do sistema capitalista na provisão habitacional, uma vez que ela está frequentemente articulada a ações vinculadas à lógica ressaltada acima, que visam ao crescimento econômico em detrimento de seus princípios norteadores (OLIVEIRA; SAMPAIO e SOUZA, 2017)

Dessa forma, distante das evidências dos dados, pesquisas ou relatórios, as mudanças no plano político e administrativo se esvaem no mau direcionamento e na falta de acompanhamento dos projetos, seja aqueles que envolvem a cessão de altos subsídios

governamentais para aquisição da casa própria (como o PMCMV) ou daqueles referentes ao reassentamento voluntário e involuntário de famílias (como nas PHIS e suas ramificações no Programa de Aceleração de Crescimento-PAC, realizadas por meio do uso do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social-FNHIS).

Ainda segundo Cardoso et al. (2011), pode-se considerar o PMCMV, principal instrumento na operacionalização da política habitacional brasileira recente, uma iniciativa de caráter ambíguo, por priorizar o estímulo ao crescimento econômico ao invés de uma produção mais efetiva e qualitativa de habitações para populações de menor poder aquisitivo.

Para Balbim, Krause e Lima Neto (2015), o PMCMV ascendeu de um programa à efetiva política habitacional brasileira, esvaziando ações em que havia outras possibilidades de provisão habitacional, tornando-se uma solução massificada de habitação de interesse social (HIS), que, ao final, não se trata de HIS, pois atua contrariamente às diversidades urbanas, organizacionais e familiares dos envolvidos.

No mesmo caminho dessa maior abrangência, o PMCMV tem sido alvo da maioria dos estudos sobre a provisão habitacional recente no Brasil (RODRIGUES; MOREIRA, 2017). Assim, indo na direção de outras frentes, esta pesquisa se concentrou nos empreendimentos associados à habitação de interesse social "mais propriamente dita".

Quanto a esses "guarda-chuvas" da provisão habitacional no país, Krause, Balbin e Lima Neto (2013) reconhecem, detalhadamente, as deficiências e os desafios dos referidos programas, iniciados na década passada, suas inter-relações entre si e com o PAC, mas também destacam o seu papel na ampliação do atendimento a famílias que se situam em faixas de renda mais baixas, e que sofriam com restrições ainda maiores no que concerne ao acesso digno à casa própria antes da primeira década dos anos 2000.

Vale destacar que, mesmo com uma desaceleração ou alterações em programas de habitação de interesse social, considerando as mudanças na gestão do país ou crises econômicas, a provisão habitacional por parte do poder público nunca cessa. Esta provisão é imperativa, não só pelas demandas por melhor saneamento ou "qualidade de vida", mas pelo contexto gerado em uma cidade de território diminuto a ser ocupado. Recife, assim como outras capitais brasileiras, é alvo de grandes projetos imobiliários por parte do setor privado, o qual vem articulando a tomada de espaços para atender seus propósitos, independentemente do destino de populações, em diversos estados de vulnerabilidade, que habitam porções estratégicas da cidade, cabendo ao Estado resolver tais destinações.

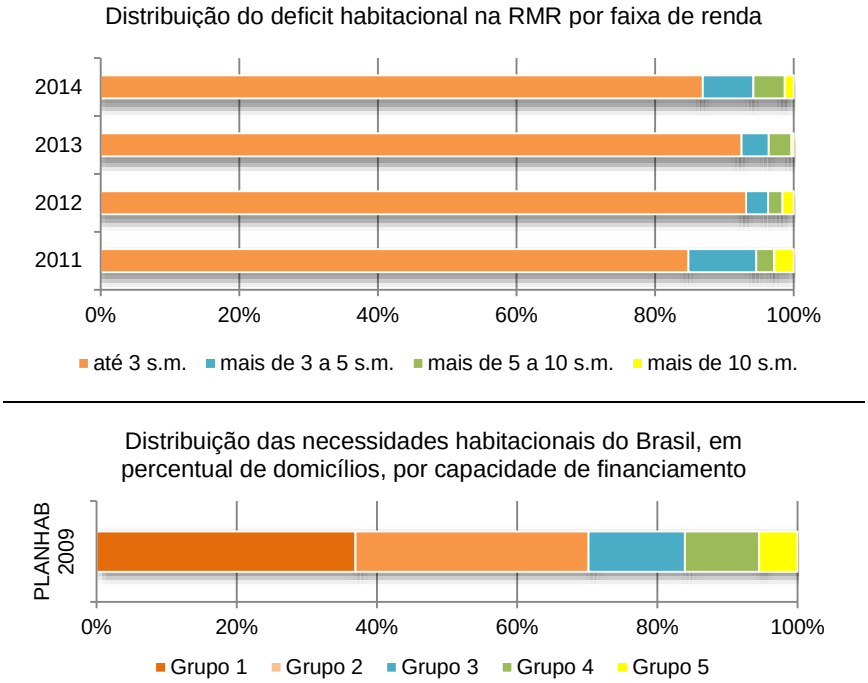
Os dados do deficit habitacional para a Região Metropolitana do Recife (RMR), muito além de representarem um quantitativo de moradias a alcançar visando à resolução do problema do acesso, fornecem correlações interessantes no que tange à instabilidade residencial e à desigualdade. Ressalvando que as necessidades habitacionais abrangem especificidades que vão além dos indicadores utilizados na composição do deficit fornecido pela Fundação João Pinheiro (FJP), observa-se pela análise de informações disponíveis no Plano Nacional de Habitação (PLANHAB) (BRASIL, 2009), o alinhamento da falta de moradias com a desigualdade na distribuição de renda.

Os dados relativos especificamente ao município do Recife não estavam disponíveis para todos os anos, então, como os dados foram observados de forma relacional e em articulação com outros fatores para suporte dos argumentos apresentados, considerou-se que a informação para a RMR como um todo seria significante. Também se levou em conta que Recife, naturalmente, concentra a maior parte dos percentuais relativos ao deficit da sua região metropolitana.

Assim como a distribuição do deficit habitacional da RMR, concentra-se fortemente dentre aquelas famílias com renda mensal de até três salários mínimos (em mais de 80%, tendência igualmente verificada na média das regiões metropolitanas do Brasil), de forma correspondente, distribuem-se os grupos por condições de arcar com financiamentos habitacionais em momento anterior (Figura 23). Em 2009, no PLANHAB, observou-se que seriam necessárias 35 milhões de moradias para suprir as necessidades habitacionais do Brasil acumuladas até aquele instante e estimadas até 2024. Quando se pondera a distribuição dessas unidades de acordo com os rendimentos e a capacidade de financiamento, nota-se que mais de 80% encontravam-se nos grupos abaixo das linhas de financiamento (36,97%) ou necessitavam de parte do valor do imóvel sob a forma de subsídios governamentais (47%).

Mas se naquele instante (em 2009) a “solução” para tal quadro seria a implantação do PMCMV e maiores incentivos à PHIS, torna-se importante avaliar a efetividade dessas políticas em relação à redução do quadro de desigualdade, para além da redução do deficit. Retornando à Figura 2, ainda é possível verificar que entre 2011 e 2014, na sequência de anos em que essas ações ocorreram com mais intensidade, a situação da distribuição do deficit praticamente não se altera na RMR, indicando um reduzido impacto das ações em relação a essa variável.

Figura 23 - Correlações entre a capacidade para obtenção de financiamentos no Brasil (2009) e distribuição do deficit habitacional por faixa de renda em anos subsequentes na RMR (2011-2014).



Fonte dos dados: FJP (2015, 2016), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2009).
Organização da autora, 2018.

Nota: Grupo 1 - Famílias com renda líquida abaixo da linha de financiamento; Grupo 2 - Famílias que acessam ao financiamento habitacional, mas que requerem subsídio de complemento e equilíbrio; Grupo 3 - Famílias que podem acessar ao financiamento habitacional, com subsídio de equilíbrio; Grupo 4 - Famílias com capacidade de assumirem financiamento habitacional; e Grupo 5 - Famílias com capacidade de acesso a imóvel por meio de financiamento de mercado.

Os dados em relação aos investimentos na provisão habitacional por parte do poder público revelam que o PMCMV recebeu um volume de recursos bem maior que as ações na PHIS (NASCIMENTO; BAUTISTA, 2016) e que a distribuição dos recursos internamente no PMCMV, apesar de favorecerem famílias com até três salários mínimos, proporcionalmente, em termos da relação entre valor das unidades financiadas, acaba sendo menor que o que foi investido nas Faixas 2 e 3 (LOUREIRO, MACÁRIO e GUERRA, 2015). Essas faixas respondem por empreendimentos que totalizam menor quantidade de unidades habitacionais, porém com maior valor por unidade habitacional e em melhores localizações, considerando os estudos realizados em regiões metropolitanas (AMORE; SHIMBO e RUFINO, 2015; SILVA; TOURINHO, 2015).

As famílias que recebem até três salários mínimos, correspondem aos beneficiários da Faixa 1, com renda limite que variou de R$1.395,00 na Fase 1 do PMCMV, aos R$1.800,00 vigentes na Fase 3. A Faixa 1 é considerada habitação de interesse social por parte de setores da administração pública, mas não é caracterizada ou definida pela participação popular em processos de produção social da moradia, fatores que deveriam ser inseparáveis das ações em

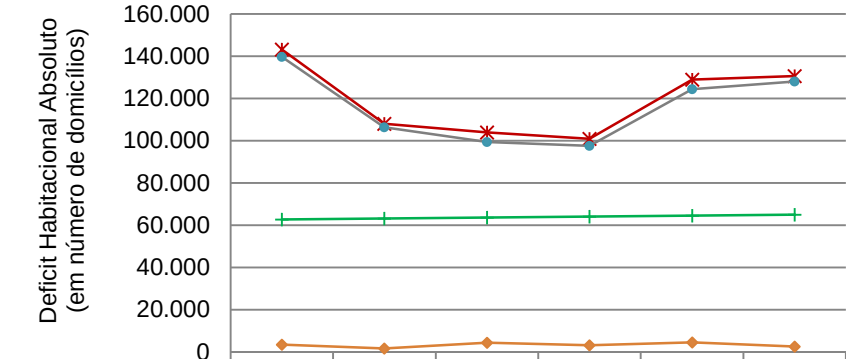
Habitação de Interesse Social de fato. Apesar de contemplar famílias de baixa renda em condição de instabilidade residencial, nesta pesquisa distinguimos os dois tipos de provisão e não foram observados empreendimentos do PMCMV, considerando que nas ações diretas desse programa, ocorre maior influência de interesses do empresariado privado dos setores da construção civil e imobiliário, observando-se, ainda, que recursos do FNHIS são direcionados para obras do PAC a fim de congregar interesses privados e da administração pública na gestão territorial.

A partir da análise dos dados do PMCMV até 2012 (BRASIL, 2018), também foi possível identificar a dispersão dos empreendimentos na Faixa 1 do programa para "fora" da capital recifense, onde a maior parte das unidades habitacionais encontra-se nas Faixas 2 e 3 (47,08% e 46,15%, respectivamente, e apenas 6,78% na Faixa 1). Se considerarmos o somatório dos outros 14 municípios da RMR, são 40,82% de unidades habitacionais na Faixa 1, 40,59% na Faixa 2 e 18,60% na Faixa 3, atestando de uma forma geral que na RMR, a distribuição ocorreu de forma similar à retratada pelos autores mencionados anteriormente[28]. Silva (2016) realizou análise mais específica dos empreendimentos da Faixa 1 localizados na RMR, entregues até 2012, e concluiu que o PMCMV provavelmente representou um aumento nas desigualdades socioespaciais.

Para Marques e Frey (2015), os resultados do desenvolvimento dos programas, apesar de serem responsáveis por um inegável desenvolvimento do setor da construção civil e na comparação dos dados dos censos demográficos brasileiros de 2000 e 2010, responderem por um crescimento no total de domicílios maior do que o crescimento da população, não foram significativos para a redução do deficit habitacional, que se encontra estabilizado no país. Se considerarmos os dados do município do Recife e RMR, entre 2010 e 2015 (Figura 24), observa-se que no Recife o deficit total encontra-se em crescimento, com uma média de 455 domicílios por ano, e na RMR, apesar da queda verificada entre 2010 e 2013, voltou a subir em 2014 e 2015.

[28] Nascimento; Bautista, (2016), Loureiro, Macário e Guerra (2015), Amore; Shimbo e Rufino, (2015), Silva; Tourinho (2015).

Figura 24 - Recife e Região Metropolitana do Recife - Deficit Habitacional Absoluto entre 2010 e 2015.



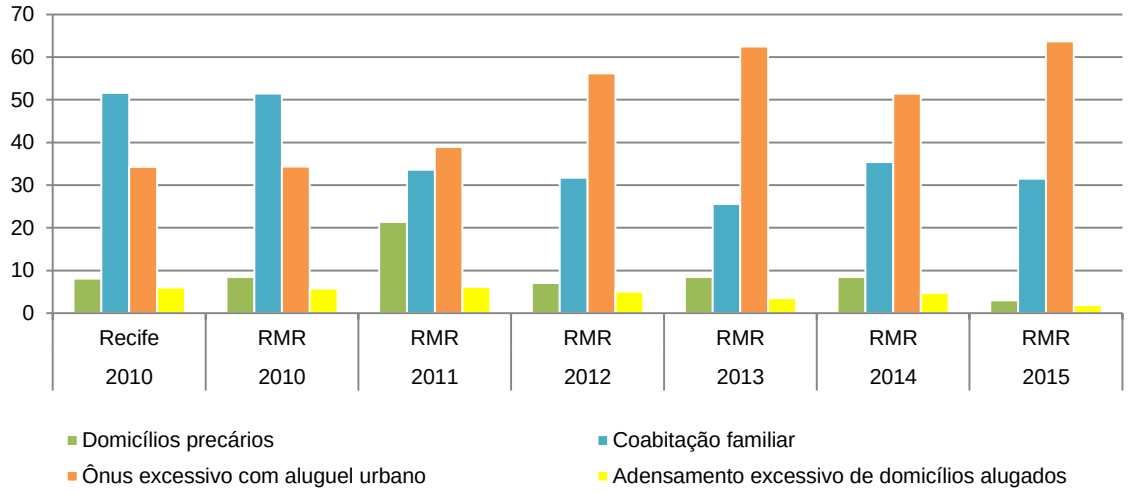
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
RMR - Total	143.235	107.984	103.861	100.870	128.920	130.590
RMR - Urbano	139.706	106.335	99.415	97.643	124.335	127.980
RMR - Rural	3.530	1.649	4.446	3.227	4.585	2.610
Recife	62.687	63.135	63.588	64.043	64.502	64.964

Fonte dos dados: FJP (2013, 2015, 2016, 2017). Organização da autora, 2018.

Na análise dos componentes do deficit habitacional na RMR, entre 2010 e 2015 (os dados para o Recife só estão disponíveis para o ano de 2010), nota-se um comportamento que também se associa à permanência da situação de instabilidade residencial (Figura 25). Trata-se do crescimento do ônus excessivo com aluguel para populações pobres, que na RMR foi de mais de 85%. Zhang e Ball (2016) verificaram que os imóveis para aluguel ainda são predominantemente ocupados pelas populações mais pobres na maior parte do mundo, sendo este um indicador essencial da acessibilidade desigual à moradia.

Em contraposição, verifica-se redução no percentual de domicílios precários, o que pode ser considerado um efeito positivo dos investimentos na habitação de interesse social com total subsídio governamental em obras de urbanização de assentamentos precários, implantação de infraestruturas com realocação de populações ou saneamento integrado, sobretudo, a partir da segunda gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. Outros fatores importantes nesse período foram o aumento do poder aquisitivo e o acesso a créditos para compra de materiais de construção, os quais possibilitaram que segmentos da população nas faixas de renda mais baixas, realizassem melhorias em seus imóveis.

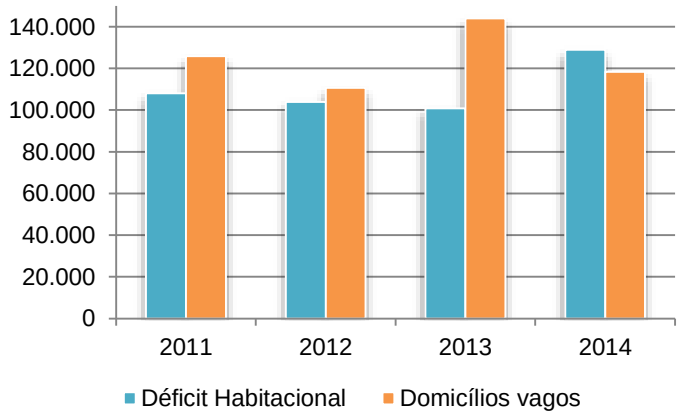
Figura 25 - Composição do Deficit Habitacional (percentual de domicílios em cada grupo) entre 2010 e 2015 na Região Metropolitana do Recife e em 2010, no Recife.



Fonte dos dados: FJP (2013, 2015, 2016, 2017). Organização da autora, 2018.

Uma última consideração tratou da relação do deficit habitacional com a quantidade de domicílios vagos. Na RMR, nota-se que o estoque de domicílios vagos teve uma diminuição, em 2014, em relação ao deficit (Figura 26), mas ainda é praticamente equivalente e no mínimo expressa a contradição entre o estoque de imóveis vagos e o deficit, mesmo que as razões que levam a classificar um domicílio como vago, pelo IBGE, não sejam precisas, exceto se estão em construção ou reforma, em condição de serem ocupados ou em ruínas.

Figura 26 - Relação entre a quantidade de domicílios vagos e o deficit habitacional na Região Metropolitana do Recife (2011 a 2014).



Fonte dos dados: FJP (2015, 2016). Organização da autora, 2018.

A caracterização do conjunto dos domicílios vagos é considerada de vital importância, pois nesse conjunto, possivelmente, encontra-se uma parcela significativa de domicílios que poderia ser direcionada a suprir parte das carências habitacionais (FJP, 2016). Estudos indicam que, em alguns municípios do país, a produção em larga escala do PMCMV pode estar contribuindo, mais para aumentar o estoque de domicílios vagos (para especulação e aluguel) do que na diminuição efetiva do deficit (MARQUES; FREY, 2015; NASCIMENTO; ARAÚJO, 2018). Esses dados também demonstram que há muito que avançar no sentido do cumprimento efetivo da função social da propriedade.

Apesar disso, é importante mencionar que estas ações transpuseram barreiras no que concerne ao acesso à moradia, retirando inúmeras pessoas – em sua maioria, desfavorecidas pelos processos de ocupação desigual do território – de condições muito precárias em termos de habitabilidade. Klintowitz (2016), nesse sentido, aponta as intercorrências na construção e efetivação dos programas habitacionais, a partir do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A autora afirma que as ações e reformulações praticadas consolidaram e originaram novas formas de articulação entre os movimentos de moradia, governos de uma maneira geral e empresários, favorecendo-se pela aura de defesa dos direitos dos excluídos que emergiu com a chegada de Lula ao poder.

Lindert (2016) analisou o desenvolvimento urbano e as mudanças nas políticas habitacionais na América Latina e destacou, para o caso do Brasil, que a evolução democrática no Governo Federal, do final do século XX para o XXI, acarretou a descentralização de competências para a escala municipal, reforçando a governança em nível local. Este mesmo autor afirma, ainda, que se trata de lições que o país deu em termos da construção de políticas públicas e que isso gerou novos paradigmas no que tange à provisão de habitações. Considerou impressionantes também, as experiências de gestão e orçamento participativo em cidades brasileiras, que, mesmo não tendo continuidade, implantaram de forma irreversível a consciência de que a população pode fazer parte dos processos decisórios.

Entretanto, coloca a questão da acessibilidade à habitação como um conceito discutido no âmbito internacional na década de 1970, demonstrando que hoje o foco e estratégias já se voltam para outros aspectos como habitabilidade, boa governança, qualidade ambiental, dentre outros (LINDERT, 2016). Observações deste tipo situam o Brasil, assim como outros países da América latina, em um contexto anacrônico de discussões, uma vez que, aqui, a questão da acessibilidade ainda tem muito que avançar.

Mesmo que anacronicamente em relação a outros países, verificando-se os avanços no plano da acessibilidade, abrem-se espaços para discussões sobre necessidades em outros planos, que vão além da aquisição da moradia. Considerando as especificidades dos problemas que vêm sendo elencados na análise do contexto recente – período a partir da implantação de ações em provisão de habitação de interesse social no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2001-2004) e que, mesmo funcionando sob outros moldes sociais, políticos e econômicos, continuam vigentes até o presente momento (2017) – ainda é necessário destacar a importância do combate à falta de acesso à moradia, mas pode-se avançar na busca pela satisfação de novas demandas associadas à equalização dos demais direitos básicos, além de outros requisitos que se aglutinam na alcunha do direito à cidade.

A partir dessas correlações, é possível afirmar que os resultados das políticas de provisão de habitação de interesse social não tiveram impacto significativo na redução do deficit no Recife e RMR, que segue com um comportamento estável e com tendência à alta no Recife, ainda que eles tenham representado um expressivo volume de novas construções. Como o deficit trata-se de um indicador generalizado, na sequência serão observadas as motivações da implantação das habitações em PHIS, de forma mais específica.

5.3.2 *Efeitos das ações em habitação de interesse social na situação de instabilidade residencial*

Como foi posto na metodologia, esta pesquisa necessitou do aporte do geoprocessamento, sendo boa parte do tempo desprendido na observação de ortofotocartas do município do Recife, ora para descobrir locais mencionados em planilhas fornecidas por órgãos públicos, ora para observação de transformações ambientais. Em alguns momentos, na análise cartográfica, devido à resolução das imagens, surgiram dificuldades de identificação de áreas, onde estavam as palafitas ou ocupações precárias, que se confundiam tristemente com amontoados de entulho.

Em princípio, esse grupo faz parte do público alvo das políticas públicas sociais de uma forma geral e das políticas de habitação de interesse social, juntamente com outras pessoas que formam o diverso e amplo cenário das desigualdades e injustiças socioambientais. Neste tópico, serão, portanto, discutidas algumas conexões entre a persistência desse tipo de cenário e a efetividade de políticas públicas recentes no setor habitacional.

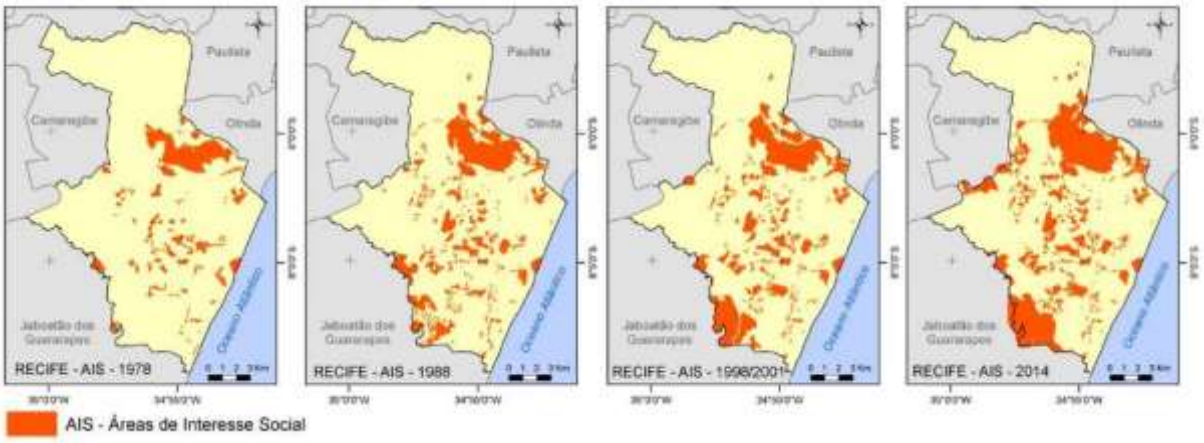
Considerou-se o termo instabilidade residencial, no sentido recomendado por Desmond e Bell (2015), que propõem um retorno da questão do acesso à habitação regularizada e

ambientalmente adequada para a discussão da pobreza, que seria o seu lugar. Para esses autores, as más condições de habitação constituem problema de primeira ordem nos casos de fragmentação e segregação socioespacial, nas injustiças sociais e ambientais; bem como, devem ser pensadas mais em função dos "muitos cidadãos não atendidos" pelas ações de provisão do poder público, do que daqueles poucos que já foram.

Dessa forma, uma situação de instabilidade residencial é configurada pela informalidade quanto à posse do imóvel, insegurança quanto à permanência, dependência onerosa do aluguel, desconforto e precariedade da moradia e seu entorno, dificuldades ou nenhum acesso a infraestruturas e serviços públicos essenciais. Essas categorias podem ocorrer de forma simultânea e, obviamente, implicam em prejuízos a boas condições de vida nos planos individual, familiar e da coletividade.

Reconhecendo a importância estratégica, acadêmica e social do Atlas das Infraestruturas Públicas das Comunidades de Interesse Social (CIS) do Recife (Recife, 2016a), podem-se discutir mais algumas questões, em função da análise cartográfica realizada sobre a inserção territorial da HIS no Recife, além do evidente crescimento das áreas de interesse social (Figura 27), comparando-se o levantamento atual com classificações de áreas pobres realizados em períodos anteriores.

Figura 27 - Cadastramentos de áreas de interesse social e fontes das bases cartográficas.



Fontes: Agência CONDEPE/FIDEM, Observatório de Políticas Públicas de Pernambuco – SIGAP (2012), Prefeitura da Cidade do Recife (2016). Organização dos autores, 2016.
Nota: A periodicidade das observações foi condicionada aos anos disponíveis. Os levantamentos foram realizados com metodologias distintas. Em cada levantamento ocorreram denominações diferentes para essas áreas, por isso uniformizamos aqui, para efeitos de comparação, como áreas de interesse social.

Observou-se que o levantamento das CIS (Recife, 2016a) é mais específico quanto à homogeneidade interna nos padrões de ocupação dos recortes territoriais, quando se retiram do material apresentado os grandes blocos das Zonas Norte e Sul-Sudoeste (Bairros COHAB,

Barro, Ibura e Jordão), ou seja, áreas de morros e seu entorno próximo. Dessa forma, grandes manchas de pobreza da cidade ou de periferias consolidadas, onde inclusive ocorreram muitos investimentos em habitação popular (MELO, N., 1990; SOUZA, 1990; NEVES, 2006), tiveram suas especificidades locais generalizadas, delimitando CIS de padrões de ocupação internos mais heterogêneos, onde se encontram níveis distintos de precariedade. Nas áreas planas e litorâneas, onde a fragmentação espacial se traduz materialmente em maiores distâncias sociais, nota-se que houve esforço maior em delimitar menores "fragmentos de pobreza", ao nível de ruas ou becos por exemplo.

Essa diferença em termos de generalização/classificação em um primeiro momento pode representar uma tendência de ação em relação às áreas mais bem delimitadas ou consideradas prioritárias. No Atlas (RECIFE, 2016a), as CIS são classificadas de acordo com a sua precariedade *versus* facilidade de intervenção, considerando indicadores de infraestrutura, acesso a serviços e riscos de alagamento e escorregamento (no campo das precariedades) e indicadores relativos à forma de ocupação territorial e regularização fundiária, tais como sua inserção em ZEIS, ou terrenos de marinha, percentuais de áreas *aedificandi* e condições de adensamento do solo (no campo das facilidades).

A avaliação do ponto de vista da inserção na dinâmica territorial, também foi observada no Atlas para cada CIS como facilidade de intervenção, restringindo-se aos indicadores acima e à observação da "dinâmica imobiliária" no entorno (RECIFE, 2016a). Não foi divulgado, no Atlas, o peso dado às variáveis ou de que forma isso implicaria, positivamente, em facilidades de intervenções nessas áreas ou se a CIS está situada em uma área estratégica do ponto de vista dos interesses do capital empresarial ou bairros "nobres" da cidade. Mas em que isso implica nas ações em habitação de interesse social?

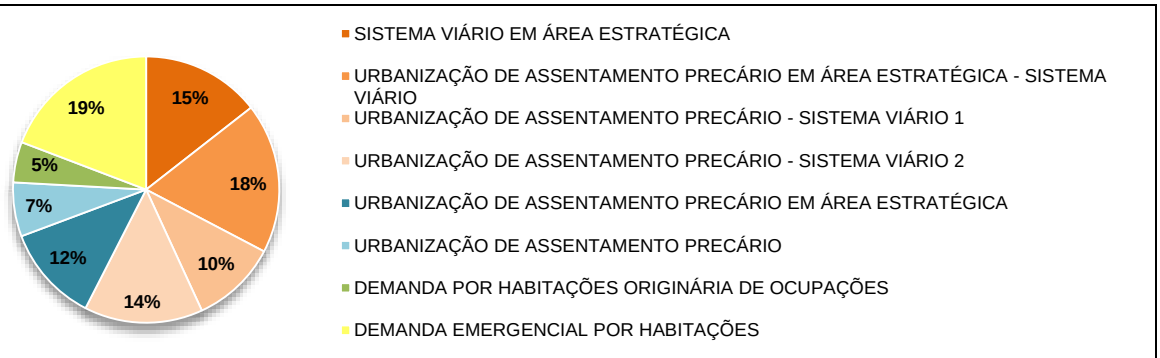
Se o levantamento tem o propósito de dar visibilidade às CIS, classificando-as em função da precariedade, em termos de gestão, as áreas mais precárias seriam as que apresentam ambientes prioritários para a implementação de políticas sociais. Entretanto, o que se verificou nesta pesquisa é que, ao categorizar os territórios removidos em ações de HIS, as condições precárias de moradia não aparecem como motivação prioritária para remoção, uma vez que a maior parte das realocações ocorreu devido à implantação de projetos de infraestrutura, que envolvem na sua essência a expansão ou melhoria do sistema viário, dando acesso a áreas estratégicas para o capital empresarial/ imobiliário ou que favorecem o transporte individual.

Na categorização, as unidades construídas foram divididas em oito tipologias após a análise documental e cartográfica (Figura 28). Inseridas no costumeiro embate entre a falta de

planejamento urbano e ambiental e a necessidade de reparação de danos causados por alagamentos ou escorregamentos, 19% das unidades habitacionais correspondem à demanda emergencial, formada pelas famílias que perderam suas moradias em desastres ou encontravam-se na iminência de sofrer acidentes por ocuparem áreas de risco.

Um montante de 57% das unidades construídas envolve a implantação de sistema viário em seus propósitos, sendo que 15% ocorreram diretamente para esta finalidade, como no caso da implantação da Via Mangue (Figura 29). Neste caso, observou-se uma desconexão completa da realocação das famílias aos propósitos da HIS, pois a motivação para as intervenções é uma externalidade gerada por articulações entre obras do poder público e os empreendedores do setor privado, marcadas por decisões hegemônicas que visam ao lucro pela apropriação de áreas consideradas estratégicas para as classes hegemônicas locais, como mostram Campos (2015) e Albuquerque e Gomes (2017).

Figura 28 - Categorização das UH construídas em ações de HIS (2001 a 2016), em função das intencionalidades de uso dos territórios removidos e intervenções realizadas.



DETALHAMENTO DOS USOS ATUAIS NOS TERRITÓRIOS REMOVIDOS		
Referentes a Conjuntos Habitacionais Concluídos		**Nome do(s) Conjunto(s) de Destino**
	Canal do Jacarezinho e Rua da Regeneração	Saramandaia, Palha do Arroz, Capilé, Jacarezinho
	Canal do Arruda e Avenida Prof. José dos Anjos	
	Margens dos Rios Beberibe e Rio Morno, passando pelos bairros de Peixinhos, Campina do Barreto, Porto da Madeira e Linha do Tiro e proximidades do rio no bairro Dois Unidos	Minerva
	Margens do Rio Beberibe, passando pelos bairros de Peixinhos e Campina do Barreto (Lote 1 do PAC BEBERIBE)	Beira Rio (H03), Felicidade (H05), Vereador Miguel Batista (H07), Santo Antônio (H19)
	Margens dos Rios Beberibe e Rio Morno, passando pelos bairros de Porto da Madeira e Linha do Tiro (Lote 2 do PAC BEBERIBE)	Portão do Gelo (R02), 8 habitações no Minerva (R04), Naná Vasconcelos (R06), Governador Eduardo Campos (R12), Beberibe I (R16) e Solano Trindade (R17)
	Policlínica Salomão Kelner	Zeferino Agra
	Terreno desocupado às margens da Av. Agamenon Magalhães, no cruzamento com a Av. Norte.	Vila Imperial
	Parte da ZEIS Campo da Vila - Conjunto habitacional em PHIS e no seu entorno, restante da comunidade não direcionada para novas habitações	Campo da Vila
	Parte da ZEIS Vila Esperança-Cabocó em processo de reocupação (houve um deslocamento de apenas 16 famílias para o CH na mesma área)	Vila Esperança
	Parte urbanizada na ZEIS Mangueira da Torre - Conjunto habitacional em PHIS e no seu entorno, restante da comunidade não direcionada para novas habitações	Mangueira da Torre
	Conjunto habitacional concluído (mesma área da ocupação)	Dom Hélder Câmara
	Margem do Rio Capibaribe com poucos fragmentos de manguezais recompostos e ocupações residenciais realizadas após remoção (anteriormente Comunidade Abençoada por Deus, predominantemente de palafitas)	Abençoada por Deus
	Margens do Rio Capibaribe (Av. Beira Rio e trecho de manguezal recomposto) - (anteriormente Arlindo Dantas, predominantemente de palafitas)	Beira Rio da Torre
	Margens do Rio Capibaribe (Av. Beira Rio e trecho de manguezal recomposto) - (anteriormente José de Holanda, predominantemente de palafitas)	

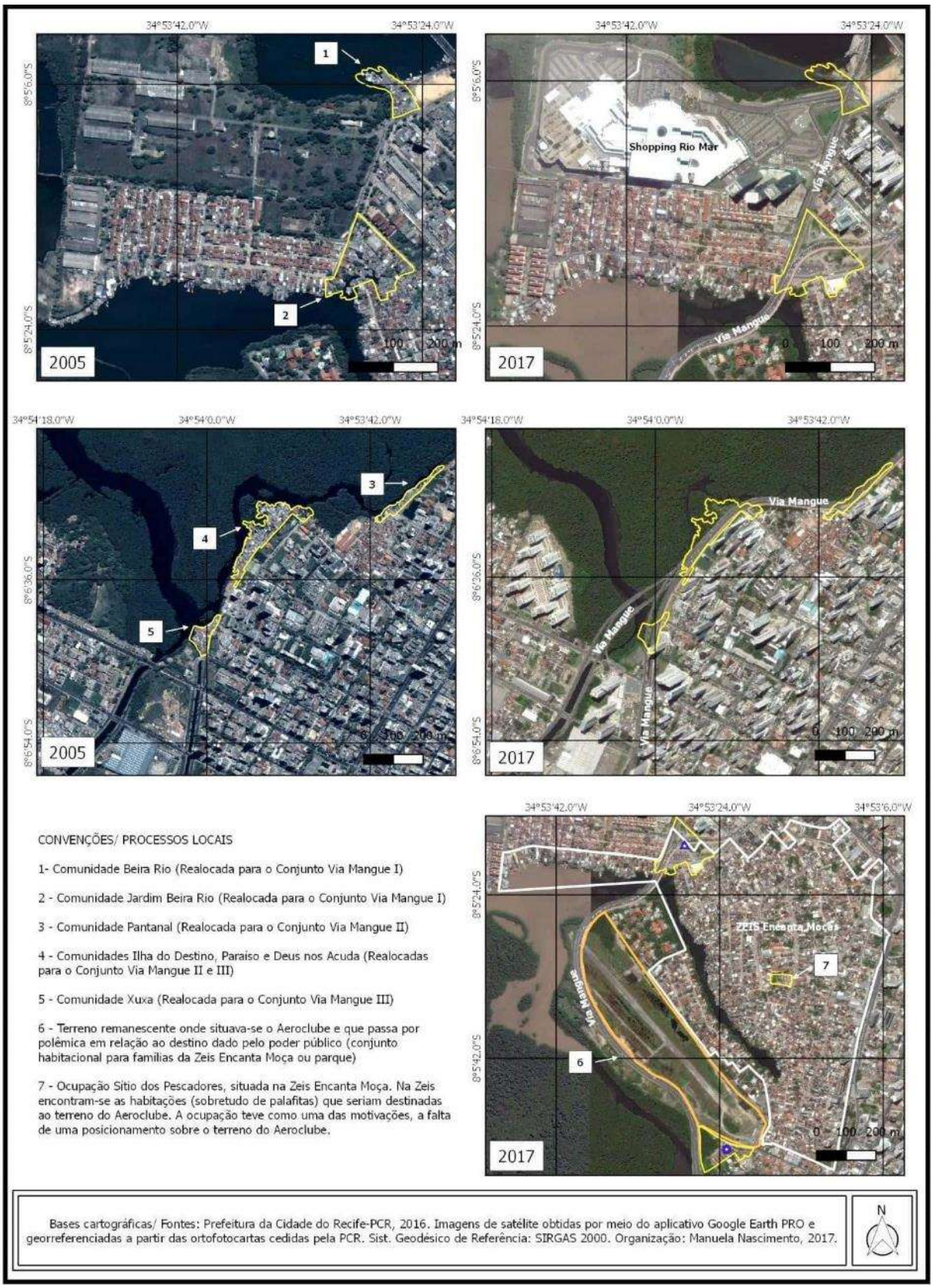
Continua

Continuação

	Margens do Rio Capibaribe, com trecho de manguezal recomposto, próximas à Rua Afonso de Albuquerque Melo e Praça Barão de Caiara (anteriormente Comunidade Vila Vintém II, predominantemente de palafitas)	Casarão do Cordeiro
	Orla de Brasília Teimosa	
	Entorno do Campo de Futebol do Bueirão no bairro da Torre	Bueirão
	Parte da ZEIS Coelhos - Terreno desocupado à margem do Rio Capibaribe, com presença de fragmentos de manguezal recomposto, circundado por palafitas que ainda estão no local	Travessa do Gusmão
	Praça com quadra poliesportiva, locais de convivência e parque infantil, via de acesso	Padre Miguel
	Habitações em locais dispersos na ZEIS Brasília Teimosa (as famílias que vieram para o conjunto residiam em palafitas ou diversas ruas da localidade e parte de moradores lutaram pela moradia por cerca de 16 anos, inclusive ocupando e dormindo no terreno do habitacional, segundo relato dos moradores)	Brasília Teimosa
	Conjunto Habitacional e área livre com fragmento de manguezal, onde não foram implantadas todas as unidades habitacionais propostas (a área foi ocupada na década de 90 por 190 famílias, logo desocupada com a promessa da construção de moradias para as famílias, que em sua maioria eram provenientes do entorno do Aeroclube - Comunidades do Bode e Encanta Moça)	Sitio Salamanta
	Via Mangue, 19º Batalhão da Polícia Militar - André Vidal de Negreiros, trecho de margem do Rio Tejipió (foz) próximo à Ponte Paulo Guerra (anteriormente Beira Rio e Jardim Beira Rio)	Via Mangue I
	Via Mangue (anteriormente Ilha do Destino, Paraíso e Pantanal)	Via Mangue II
	Via Mangue (anteriormente Deus Nos Acuda e Xuxa)	Via Mangue III
	Pátio de estacionamento da Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO, Rua Sargento Silvio Delmar Holembach e Estrada do Frigorífico	São Francisco de Assis, Imbiribeira I – Nicolau Copérnico, Imbiribeira II – Cinco de Março
	Parte da ZEIS Aritana - Conjunto habitacional em PHIS e no seu entorno, restante da comunidade não direcionada para novas habitações	Aritana
	ZEIS Ilha de Deus	Ilha de Deus II (78 habitações fora da ilha, entre a Rua Prof. Rosilda Costa e Av. Sul)
	Conjunto habitacional nas proximidades do CAIC	Primeiro de Maio
	Encostas de morros na comunidade 27 de novembro	
Referentes a conjuntos habitacionais em obras, em ritmo lento de construção ou paralisados		**Nome do(s) Conjunto(s) de Destino**
Margens do Rio Beberibe, passando pelos bairros de Peixinhos e Campina do Barreto (Lote 1 do PAC BEBERIBE)		H08, H11, H12, H13
Margens dos Rios Beberibe e Rio Morno, passando pelos bairros de Porto da Madeira e Linha do Tiro (Lote 2 do PAC BEBERIBE)		Miguel Arraes (R13), R14
Conjunto habitacional não concluído, e no seu entorno o restante da comunidade não direcionada para novas habitações		Lemos Torres, Casarão do Barbalho
Conjunto habitacional não concluído (mesma área da ocupação/comunidade)		Mulheres de Tejucupapo, Pilar
Residências de famílias que aguardam realocação e obras paralisadas da ponte que liga os bairros da Iputinga e Monteiro		Casarão do Barbalho
Comunidade Vila Brasil – áreas semiaterradas e sujeitas à inundações às margens do Rio Capibaribe, ocupada predominantemente por palafitas		Vila Brasil
Canal do ABC e habitações precariamente instaladas em suas margens na Comunidade “Escorregou tá dentro”		Escorregou tá dentro
Parte da ZEIS Coelhos – áreas semiaterradas e sujeitas à inundações às margens do Rio Capibaribe, ocupada predominantemente por palafitas		Sérgio Loreto
Parte da ZEIS Sítio Grande (CIS Dancing Days)		Sítio Grande - Dancing Days
ZEIS Ilha de Deus		Ilha de Deus

Fonte: Geoprocessamento. Pesquisa de dados primários e secundários. Organização da autora, 2017.

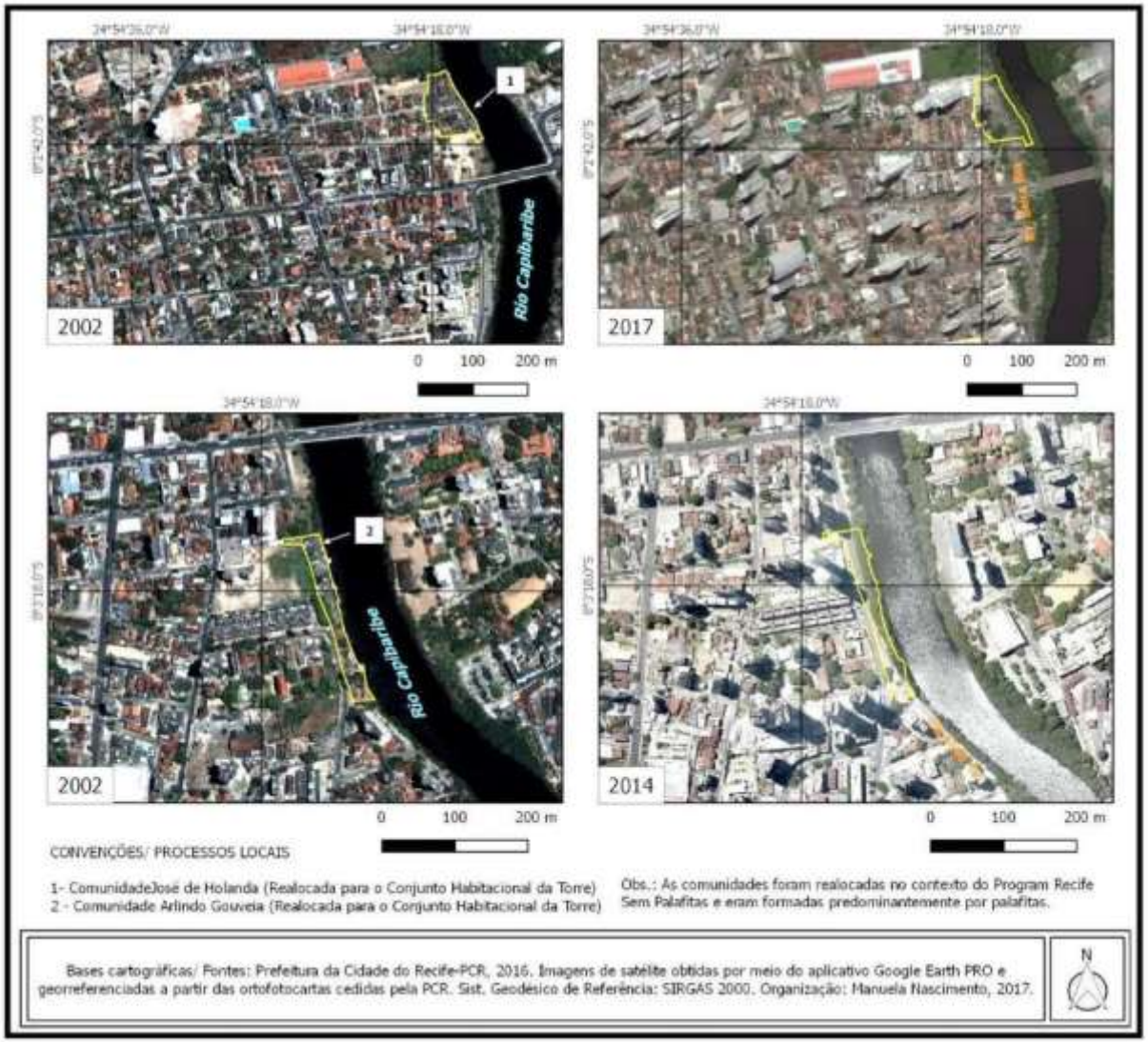
Figura 29 - Relações entre a remoção de habitações, construção da Via Mangue e áreas remanescentes no entorno da intervenção.



Fonte: organização da autora, 2017.

Outro grupo de unidades envolveu a implantação de sistema viário, conectado a ações de urbanização de assentamentos precários situados em áreas estratégicas (18%). Este grupo é bem exemplificado pelo caso da construção da av. Beira Rio às margens do Rio Capibaribe, que abriu espaços de verticalização e expansão imobiliária para as classes hegemônicas locais nos bairros Madalena e Torre, valorizados pelas amenidades proporcionadas pela proximidade do rio, antes ocupados pelas palafitas (Figura 30). Seabra, Silveira e Menezes (2016) observam que as amenidades naturais no Recife, considerando a presença da praia de Boa Viagem e as margens do Capibaribe, de fato proporcionam a valorização imobiliária, na mesma medida em que a presença de ZEIS ou de áreas de alta criminalidade provocam efeito contrário.

Figura 30 - Delimitação de palafitas removidas, implantação da av. Beira Rio e verticalização do entorno.



Fonte: organização da autora, 2017.

Dessa forma, nos casos acima vistos, a retirada de palafitas, associada à implantação do sistema viário, constituem mecanismos para atender os interesses preponderantes do setor imobiliário, fator que foi utilizado na classificação das áreas como estratégicas e não estratégicas (periféricas) nesta pesquisa.

Os outros 10% e 14% tratam-se da ampliação e melhoria do sistema viário atrelado a grandes obras de saneamento, pelas quais houve a remoção de palafitas e outras tipologias de habitações precárias, só que em áreas periféricas da cidade. Nesse caso, encontram-se principalmente as obras de saneamento e urbanização vinculadas ao Programa de Infra-Estrutura em Áreas de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife - PROMETRÓPOLE, nos canais do Arruda e Jacarezinho na Zona Norte do município. Nelas ocorreu a implantação de vias marginais (Sistema Viário 1) e as obras do PAC-Beberibe, achando-se em construção, ainda que a passos lentos, uma avenida às margens do rio Beberibe que tem o objetivo de conectar a BR-101 ao município de Olinda, nas proximidades do limite com Recife (Sistema Viário 2), dentre outras ações em termos de saneamento e urbanização integrados.

Essas obras mobilizaram grande volume de famílias e envolveram a construção e melhoria de sistema viário de forma secundária, uma vez que, primordialmente, são obras de saneamento. Contudo, inserindo as vias construídas e projetadas no contexto da mobilidade entre os municípios de Recife e Olinda, e dado o grande adensamento populacional nessas áreas, não se pode desconsiderar o fator "implantação de sistema viário" na intencionalidade para remover moradias. Ainda é cedo para avaliar a possibilidade de surgimento de áreas de amenidades em trechos da via às margens do rio Beberibe, principalmente porque as deficiências de infraestrutura e precariedade nos assentamentos humanos são, consideravelmente, maiores nessa área do que em trechos de maior interesse das margens do rio Capibaribe, entretanto, é um processo que pode gerar a valorização de certas áreas, ainda que de um ponto de vista bastante localizado (Figura 31).

No momento atual, a referida área situada na zona norte da cidade é a mais dinâmica em termos de produção de moradias em ações de HIS no Recife, configurando programas que, apesar de passarem por problemas de ordem financeira, pelo condicionamento aos repasses do Governo Federal no andamento das obras e da geração de problemas e demandas sociais e ambientais recorrentes na realocação de pessoas, têm respondido por um expressivo volume de retirada de pessoas que se encontravam em condições de habitação extremamente precárias, como mostram Bautista e Castilho (2014) e Nascimento, Bautista e Cavalcanti (2017).

Observando-se que essas realocações não ocorrem diretamente atreladas ao fator de fomento à exploração capitalista do espaço urbano, como foi mencionado nos dois casos anteriores.

Figura 31 - Rio Beberibe em trechos do limite entre os municípios de Olinda (acima, lado esquerdo) e Recife.

Fonte: Acervo pessoal da autora. Créditos: Manuela Nascimento, 16/06/2017.
Nota: Nas áreas da margem direita, no município do Recife, foi realizada a remoção de palafitas e a obra da passagem da via encontra-se em andamento em outros trechos. Nos trechos observados, percebe-se que no outro lado do rio, no município de Olinda, permanecem as condições precárias verificadas antes das remoções e ainda presentes em outros trechos situados às margens do rio Beberibe no Recife.

De uma forma geral, tratam-se de áreas bastante adensadas em termos populacionais e de volume de construções. Como visto anteriormente, elas configuram o grande bloco de CIS com elevada densidade construtiva em áreas de morros, fatores que juntos se traduzem em uma alta demanda por serviços públicos e de infraestrutura, o que é primordial a ser considerado no momento das realocações.

Considerando a dinâmica habitacional da área, evidencia-se que o baixo poder aquisitivo é o principal condicionante na tomada de decisão quanto ao local de moradia para a grande parte da população, uma vez que essas áreas foram sendo historicamente ocupadas por populações de baixa renda. A área tornou-se alvo de intervenções, principalmente, por conta das deficiências verificadas no saneamento, que afeta tanto o principal curso hídrico local, o rio Beberibe, como as instalações habitacionais dos que se encontram nas áreas mais precárias, com destaque para a total vulnerabilidade social e ambiental observada nas moradias do tipo palafita.

Finalmente, chegamos aos grupos completamente desatrelados da implantação de sistema viário, onde ocorreram ações caracterizadas pela implantação de habitações com preceitos da HIS, seja partindo de necessidades priorizadas pela apreciação do poder público (12% e 7%) ou quando foram reivindicadas pela população (5%). A divisão das ações de provisão de moradias em dois grupos, no caso da urbanização de assentamentos precários,

também foi realizada em função da situação de uso atual nos espaços dos territórios removidos, assim como nos casos anteriores. A partir disso, pôde-se observar que a maioria das unidades habitacionais construídas envolvia ações em comunidades inseridas em áreas propícias à exploração empresarial, ou seja, quem está no caminho do capital geralmente é removido.

Dentre os casos dessas ações em áreas estratégicas, encontram-se oito conjuntos habitacionais, no âmbito de intencionalidades diversas para remoção das pessoas do seu território, os quais têm em comum a localização em áreas centrais da cidade ou na zona sul. Como é o caso das pessoas que residiam em terreno próximo à ZEIS Campo do Vila no bairro Espinheiro, às margens da av. Gov. Agamenon Magalhães, importante eixo viário na área central do município, de onde anteriormente os mocambos haviam sido removidos, e que foram direcionadas para o Conjunto Habitacional Vila Imperial, no bairro Arruda, Zona Norte da Cidade.

O último grupo corresponde às unidades habitacionais construídas em virtude da ação de movimentos sociais, que, de forma geral, ocuparam terrenos que não cumpriam com a função social da propriedade e que, durante longos processos de negociação e resistência, receberam suas casas no mesmo local da ocupação, como no caso do Conjunto Habitacional Dom Hélder Câmara ou em outras áreas, como ocorreu em relação à construção do Conjunto Habitacional Zeferino Agra, resultante de uma ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), no pátio da antiga feira do bairro Água Fria. Nesse grupo poderiam ter sido contabilizadas 272 unidades do Conjunto Habitacional Mulheres de Tejucupapo, mas as obras permanecem em estado de paralização ou em ritmo lento desde 2010, permanecendo as famílias na dependência do auxílio-moradia (atualmente no valor de R$200,00), que se juntam a um grupo de cerca de 6.000 famílias no Recife, de acordo com dados da Defesa Civil. Silva (2017) traz detalhes do processo de implantação de habitações nesse contexto, bem como a ação do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) na RMR.

A partir dessas intencionalidades que motivaram as realocações, nota-se que os fatores determinantes para remoções não foram em princípio a condição de precariedade verificada, mas a posição da localidade em relação às intervenções, principalmente aquelas que envolvem a implantação de sistema viário ou modificações nos usos e ocupação de áreas estratégicas. Espera-se que o levantamento das CIS (RECIFE, 2016a) sirva de reforço na priorização de comunidades que estão fora das áreas de interesse das classes hegemônicas. Na contramão da positividade dessa expectativa, Cavalcanti et al. (2016) mostram que as oportunidades de benefícios nas políticas habitacionais foram desiguais, mesmo para quem se encontrava há

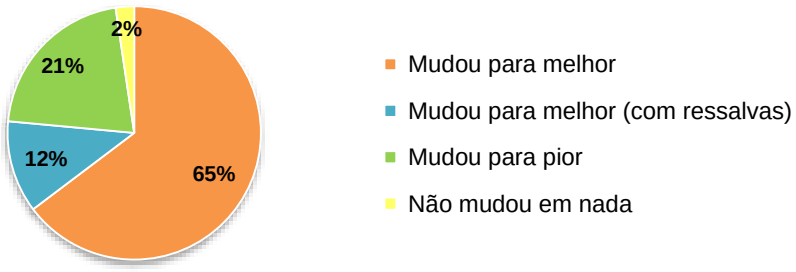
muito tempo em condição precária, no entanto destacam a importância dos avanços institucionais.

Em relação à PHIS, viu-se que esta foi subjugada à realização de grandes projetos de saneamento ou infraestrutura, ao invés de fomentar a emergência de formas mais descentralizadas e consensuais de provisão habitacional, que fossem alternativas à construção de conjuntos habitacionais resultantes do reassentamento involuntário de populações que estavam "no caminho" de obras. Assim, as ações nas PHIS já saem da esfera do planejamento para resolver o problema habitacional de forma secundária, como parte da solução para problemas ambientais urbanos resultantes principalmente do acúmulo de deficiências em termos de saneamento e infraestrutura. E como foi visto, em grande parte condicionada por intencionalidades externas às necessidades intrínsecas das populações que foram alvo das realocações.

Reafirmando as críticas ao modelo de provisão de habitações de interesse social que privilegia a realocação de pessoas para conjuntos habitacionais (NASCIMENTO; BAUTISTA, 2016) e que subestima possibilidades do uso de instrumentos como o Estatuto da Cidade ou formas alternativas de produção social da moradia, convém fazer algumas ponderações.

Não se deve desconsiderar a melhoria das condições de vida de muitas famílias por meio das ações em HIS, independentemente das intenções, o que foi verificado em campo, como pode ser observado na Figura 32. No momento em que as pessoas foram questionadas em relação às condições de moradia, apesar de já terem listado muitos problemas, 77% afirmaram que "mudou para melhor", mesmo que 12% tenham feito alguma ressalva.

Figura 32 - Percepções dos entrevistados em relação à mudança nas condições da moradia.



Fonte: Pesquisa de dados primários, 2017. Organização dos autores, 2017.

As falas dos moradores refletiram essa "mudança para melhor" principalmente em relação à falta de saneamento de uma forma geral, desde as péssimas condições de higiene em

relação à destinação de resíduos de todos os tipos, à presença de lama, ratos, baratas e insetos em meio ao lixo que também adentrava às suas residências juntamente com a água “da maré”. A ocorrência de cheias era uma preocupação constante para muitos entrevistados, também as doenças que afetavam principalmente as crianças. Com menor frequência, mas também recorrentes, foram expressões de segurança por “ter sua própria casa” e não pagar mais aluguel. Seguem falas representativas:

Falas dos Entrevistados (E) 1 - Sobre a mudança no local de moradia

E2 - Mudou para melhor, saí da maré. Lá vivia doente. Agora tenho endereço fixo, saneamento básico.
E31 - Aqui o assentamento é mais habitado, é mais limpo. Tem a praticidade da higiene.
CH Via Mangue II
E4 - Mudou muita coisa... Mudou a moradia, residência fixa. Vida melhor para os filhos. Tudo de bom. Sem palavras sair de uma favela, de uma maré, ratos...
E9 - Aqui melhorou o conforto. Dava uma enchente, os móveis saíam andando.
CH Abençoada por Deus
E19 - Mudou muito para melhor. Lá morava de aluguel em uma casa de tábua.
E21 - Muita coisa... mais dignidade. Antes era sem banheiro, sem saneamento, dormindo no chão.
CH Brasília Teimosa
E37 - Aqui é tudo de bom! Saí da palafita.
CH Travessa do Gusmão
E41 - Mudou muito, prefiro aqui. Lá era um beco, não tinha água encanada, não tinha saneamento. Era beco. Era esgoto pra todo lado.
CH Francisco de Assis
E55 - Lá era beira do canal, entrava água. Aqui é sossegado.
CH Felicidade
E61 - Lá o pessoal tinha a gente como mendigo. Meus filhos hoje estuda. Não pago aluguel, só água e luz.
CH Minerva
E64 - Melhorou 100%. Saí de dentro da água. Não tenho preocupação com o rio, cheia.
CH Solano Trindade

A maioria das respostas relativas a uma mudança para pior, relacionam-se à diminuição do tamanho do imóvel ou que esse é insuficiente para uma família grande, seguida pela presença de contas altas de água e energia a pagar, dificuldades de organização comunitária e a sensação de insegurança em relação à violência e ao tráfico de drogas. Estes, também, foram os principais motivos observados nas ressalvas que os moradores realizaram quando afirmavam que sua condição de moradia havia melhorado, destacando que a casa estava melhor, mas não o entorno, a localização ou a convivência com a vizinhança.

Falas dos Entrevistados (E) 1 - Sobre a mudança no local de moradia (continuação).

E3 - Mudou que aqui o pessoal não se une.
E7 - Mudou que eu saí da favela, saí da beira da maré. Aqui tem muita anarquia, zoada.

CH Abençoada por Deus.
E34 - Mudou muito, tem dias que eu choro dia e noite.
E39 - Só a moradia. O resto tá pior que lá.
CH Travessa do Gusmão
E44 - Uma parte foi bom. Tem calçamento, lá é barraco, lama. Aqui é perto de tudo, Shopping, Carrefour, Estação do Metrô. Mas aqui tudo chega caro.
E46 - Lá tinha atividades e recebia mais coisas. A casa é muito melhor, mas lá era mais tranquilo, aqui não fico sossegada. Muita violência, droga.
CH Via Mangue III
E79 - Mudou para pior. Moro aqui porque é meu, não posso vender. Aqui não tem nada. O esgoto corre na frente.
CH Palha do Arroz

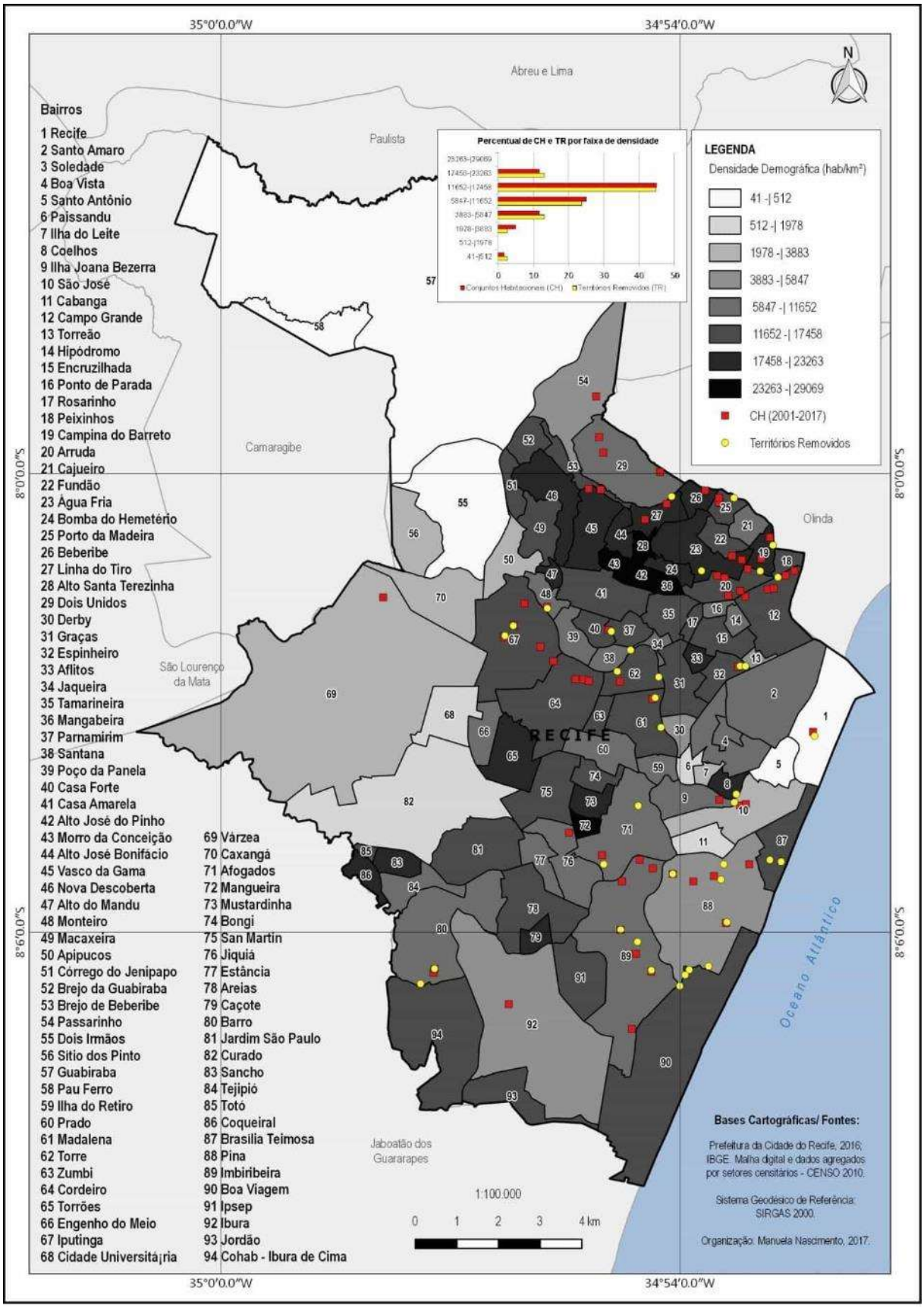
Diante das opiniões fica claro que a percepção da mudança se encontra mais no aspecto físico das novas moradias, do que no do seu conteúdo em termos de proporcionar uma melhor habitabilidade e convivência, o que demonstra o caráter ainda limitado da mudança, ou seja, é muito mais quantitativo do que qualitativo.

Inserindo esse resultado no quadro geral de instabilidade residencial, é importante esclarecer que a questão da intencionalidade emerge não pela negação de benefícios a quem foi contemplado, mas, pela demonstração de que quem está "fora do caminho", mesmo que esteja em condições muito precárias, pode ficar fora desse tipo de intervenção pública. O que, aliás, segue a natureza inerente à lógica do processo de formação territorial no Brasil.

5.3.3 *Indicadores do contexto socioeconômico relativos aos padrões de reuso do ambiente urbano*

Dividido em seis Regiões Político-Administrativas (RPA) e em 94 bairros, Recife possui elevada densidade demográfica, de 7.039,64 hab/km² de acordo com dados do Censo 2010 (IBGE, 2011), que se acentua consideravelmente ao nível dos bairros, chegando a 29.069 hab/km² em Alto José do Pinho e outros bairros fortemente adensados. Sobrepondo a localização de conjuntos habitacionais e dos territórios removidos ao comportamento dessa densidade, vê-se que a localização dos maiores aglomerados de Conjuntos Habitacionais (CH) ocorre em bairros situados nas faixas de mais altas densidades demográficas (Figura 33). Considerando todos os pontos mapeados, nota-se similaridade entre a localização de CH e territórios removidos em áreas altamente adensadas, na faixa entre 11.652 e 17.458 hab/km².

Figura 33 - Relações entre a densidade demográfica por bairros no Município do Recife (PE) e localização das áreas pesquisadas.



Fonte: pesquisa de dados primários e secundários. Organização: Manuela Nascimento, 2017.

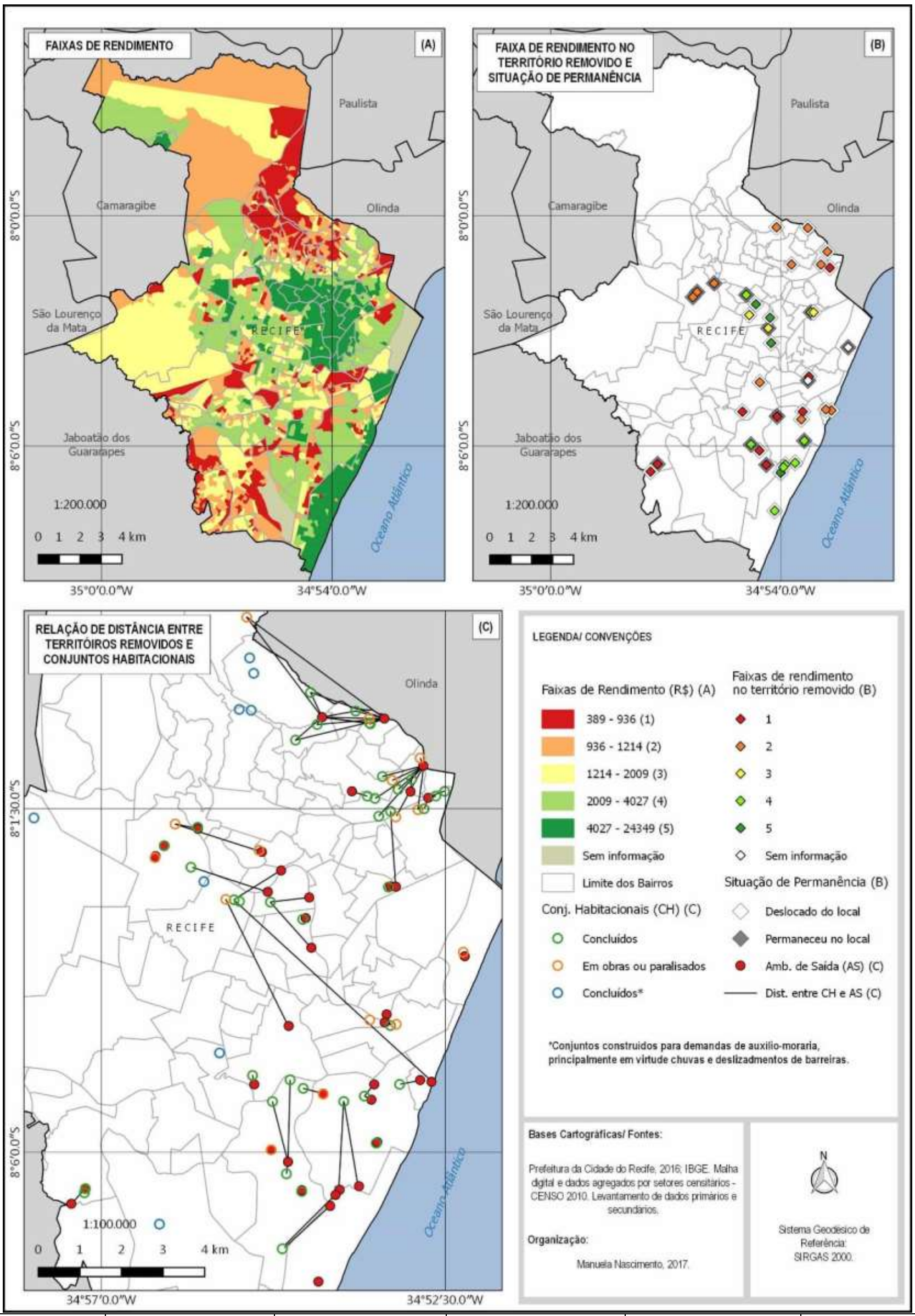
Levando-se em conta o quadro geral de adensamento, não é possível afirmar, a partir desse indicador, que os CH têm influência na redução de pontos de alto adensamento populacional. Da mesma forma que se verifica a alta densidade nos territórios removidos, ela continua nos CH, devido à necessidade de verticalização e da alocação de muitas moradias em pequenos terrenos ou de sua alocação em terrenos de entorno muito adensado. Por outro lado, esse comportamento é uma evidência de que as populações não estão sendo deslocadas para áreas mais distantes e "menos ocupadas", como foi comum em políticas habitacionais passadas.

É compreensível que o adensamento e a otimização dos espaços de realocação seja necessário, sendo difícil a implantação de soluções horizontais diante da reduzida disponibilidade de terrenos. A questão é adequar outros pontos para garantir uma melhor habitabilidade, ainda que os CH sejam edifícios verticais, que correspondem à forma de maior dificuldade de aceitação e adaptação por parte das famílias realocadas.

A elevada densidade demográfica na Zona Norte, onde a população assenta-se em áreas de morros e com baixa infraestrutura, é acompanhada pela condição de estarem nas porções territoriais nas menores faixas de rendimento médio (Figura 34). Esses fragmentos fortemente adensados e de baixos rendimentos espalham-se sobre a cidade, mesclando-se às áreas com altas médias de rendimentos, tais como os blocos que se formam na zona litorânea mais ao sul (principalmente o bairro Boa Viagem) e na área correspondente aos "doze bairros", que foram estabelecidos como Área de Reestruturação Urbana (ARU) no Plano Diretor da Cidade do Recife em 2008 (RECIFE, 2008), bem como em partes de seu entorno.

Relacionando a localização das faixas de rendimento com a localização de CH e territórios removidos, observam-se tendências mais significativas do direcionamento territorial de populações em função de interesses externos às ações em HIS. Considerando o total de conjuntos, tem-se que 55% deles foram alocados em setores nas faixas de renda 1 e 2, que não chegavam a três salários mínimos (mesmo em 2010). Nos territórios removidos, o percentual é semelhante, diferenciando-se pela ocorrência de menos pontos na menor faixa de renda.

Figura 34 - Relações entre a localização de conjuntos habitacionais e territórios removidos em ações de HIS (2001-2016) e o rendimento médio mensal por setores censitários (2010) no Município do Recife (PE)



Faixa de Renda	Territórios removidos	CH Entregues	CH Entregues (antes de 2010)	CH Entregues (depois de 2010)	CH (Total)
1	9	16	13	3	19
2	12	10	4	6	14
3	4	14	5	9	18
4	7	5	3	2	8
5	4	0	0	0	0
SI	2	0	0	0	1
Totais	**38**	**45**	**25**	**20**	**60**

Fonte: Pesquisa de dados primários e secundários. Organização: Manuela Nascimento, 2017.

Para observação mais específica do indicador, os conjuntos concluídos (45) foram divididos em função do período para o qual o rendimento médio mensal foi calculado, a partir dos dados do IBGE (2011), que têm sua data de referência em agosto de 2010. Dentre estes, 25 já haviam sido contabilizados na data de referência e 20 ainda seriam entregues. Viu-se que setores nas faixas de renda mais baixas representam juntamente os conjuntos habitacionais anteriores a 2010, que formam fragmentos com renda em faixa ainda menor que o seu entorno.

Nesse ponto, é importante distinguir que, dentre os 38 territórios removidos, em 25 houve o deslocamento efetivo da população para outra área e em 13, as pessoas permaneceram no mesmo local ou em proximidades de sua habitação anterior. No caso dos conjuntos oriundos de ocupações, as pessoas eram de outras áreas, mas residiam no mesmo local no momento da intervenção, então, foram colocados no grupo que permaneceu.

Em virtude disso, levando em conta que a maioria dos territórios removidos representa áreas de deslocamento (25), os "novos conjuntos" até 2010 foram responsáveis pela formação desses fragmentos com concentração de baixas rendas em relação ao entorno. Quanto aos 20 conjuntos não contabilizados, apenas com os resultados da próxima pesquisa censitária, será possível avaliar se a tendência seguirá ocorrendo.

Quanto aos conjuntos situados na faixa 3 (rendimento médio de R$1.214,00 a R$ 2.009,00), notou-se que eles não foram discriminados espacialmente, tendo suas médias de renda associadas ao entorno, o que pode indicar melhoria na referida faixa. Os três conjuntos anteriores a 2010 que estão na faixa 4 correspondem a um conjunto situado no bairro Pina, inserido em setores de maior rendimento, excluindo-se da média os setores da ZEIS Encanta Moça; e a dois pequenos conjuntos alocados nas proximidades da Lagoa do Araçá, também uma área de padrão mais elevado de renda, no bairro Imbiribeira e que tiveram seus rendimentos médios calculados juntamente com as áreas vizinhas.

Em relação aos deslocamentos das pessoas, foi calculada a distância linear entre o território removido e o CH. Apesar dessa distância ser "fria", pois não representa o deslocamento viário efetivo ou em relação aos vínculos estabelecidos entre uma pessoa e seu lugar de moradia, notou-se que a média das distâncias corresponde a pouco mais de um quilômetro. Na distribuição dos valores, dentre os 52 conjuntos restantes pela aplicação do segundo critério de exclusão, tem-se que 18 conjuntos foram alocados a uma distância linear de menos de 500 metros, 9 estão entre 500 metros e um quilômetro, 17 estão entre 1 e 2 quilômetros, 6 entre 2 e 4 quilômetros e dois com mais de 4 Km de distância. O maior deslocamento foi verificado no CH Casarão do Cordeiro, um dos mais (se não for o maior)

controversos casos de realocação de famílias para um ambiente muito diverso do lugar de origem e que por seu impacto negativo, tornou-se uma referência na desacreditação de ações de habitação de interesse social na cidade, como observado por Castilho e Leandro (2012).

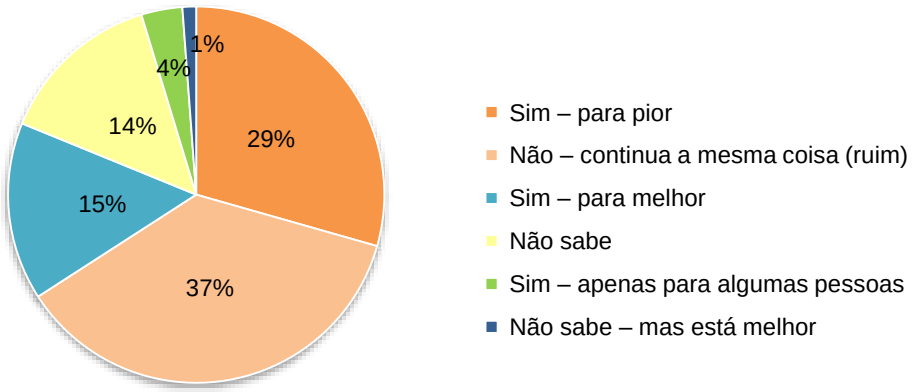
A partir dos resultados da percepção das pessoas realocadas e desse quadro onde as distâncias objetivamente não parecem tão elevadas, nota-se claramente como a dimensão "do que está realmente próximo" à moradia é um fator decisivo na satisfação dos entrevistados e isso seria um fator independente da localização anterior ou atual da família. A maioria dos entrevistados levantou pontos em comum que atestam isso, a partir de afirmações, por exemplo, que estavam satisfeitos com a mudança de um local para outro, mas voltavam aos seus locais de origem para ter acesso a serviços de educação e saúde, bem como para atividades de lazer. Dessa maneira, o "perto" ficou "longe" e nos casos em que esses serviços e espaços de lazer estavam próximos, havia maior satisfação.

A questão da distância do local de origem teve um peso maior no caso das pessoas que trabalhavam nas proximidades de suas antigas áreas, pois o custo com o uso do transporte público para o deslocamento do "novo local" ao trabalho tem um peso muito grande no reduzido e inconstante orçamento familiar. Inclusive, os custos com transporte juntam-se às despesas com contas de luz e energia, encontrando-se entre os maiores problemas elencados pela população pesquisada, como será visto mais adiante.

Essas evidências demonstraram que o fator de deslocamento para áreas mais distantes não é um indicativo direto de insatisfação na maioria dos casos, como ocorre no caso do Casarão do Cordeiro, onde se verifica uma mudança mais profunda na alteração dos modos de vida da população devido à grande diferenciação (anteriormente à beira-mar). Notou-se que a necessidade de melhorias no acesso a serviços na proximidade do novo local, a dificuldade de acesso ao transporte público, o tamanho da habitação e impossibilidade de ampliação, a passagem para imóveis do tipo apartamento, vivenciar novas situações de violência, receio da criminalidade infanto-juvenil (incluindo o acesso e uso de drogas), bem como a adaptação a novas formas de vida comunitária foram fatores mais preponderantes na insatisfação do que o desejo de permanência ou retorno ao antigo local de moradia.

Dentre esses fatores, a carência nas condições de ocupação e situação de desemprego também esteve dentro das categorias de problemas mais avaliadas negativamente (Figura 35). Diante da pergunta sobre o impacto da mudança nas condições de ocupação, 15% consideraram que houve mudança positiva, 4% que sim – mas apenas para algumas pessoas. Somando-se quem achou que mudou para pior ou era e continua ruim, tem-se 66% das opiniões.

Figura 35 - Percepções dos entrevistados em relação às mudanças nas condições de ocupação.



Fonte: Pesquisa de dados primários. Organização dos autores, 2017.

As falas dos moradores refletiram a maior frequência de mudança para pior ou permanência em uma situação ruim, sobretudo por um sentimento de "perda de oportunidades de negociar", considerando o local atual "parado" para comercialização e com poucas opções de serviços a realizar nas proximidades da moradia. As redondezas dos territórios anteriores foram consideradas melhores pois a ocorrência da praia, de pontos movimentados para a venda na rua, de residências ou edifícios de apartamentos, mesmo que fosse para prestação de serviços ocasionais, eram fontes mais "certas" de obter algum rendimento. A situação de permanência do desemprego e de ocupações informais também foi recorrente.

Para os entrevistados que consideraram uma melhora na situação, em geral isso está associado ao fato de obterem um trabalho formal após a mudança, fator que não necessariamente estaria atrelado à realocação, a não ser no caso das pessoas (ou aquelas que verificaram outras pessoas do conjunto) que alegaram ter conseguido emprego no Shopping Rio Mar, estabelecimento onde, nas proximidades, foram construídos dois conjuntos habitacionais.

Falas dos Entrevistados (E) 2 - Sobre as mudanças nas condições de ocupação.

> **E5** - Quem trabalhava na Torre, agora tá longe.
> *CH Abençoada por Deus*
> **E32** - Lá era possível negociar. Tinha mais negociante de gás, de crustáceo, caranguejo, água, peixe, bebidas, comidas.
> *CH Via Mangue III*
> **E27** - Aqui é mais atrasado, lá tinha faxina, frete, ajudante de pedreiro.
> **E28** - Melhorou para quem consegui emprego no shopping.
> *CH Via Mangue II*
> **E38** - Lá nos Coelhos tinha mais trabalho.
> *CH Travessa do Gusmão*
> **E57** - Lá era mais, ajudante de pedreiro, cortador de grama. Aqui ninguém dá um prato de comida.
> *CH Felicidade*

Essa percepção dos moradores, pela qual se verifica pouca sensação de mudança em relação às condições de trabalho e que se reflete na corriqueira expressão da dificuldade de manutenção das necessidades básicas familiares – e inclusive no ingresso de pessoas, principalmente adolescentes e jovens, em atividades ilícitas (furtos e comércio de drogas ilícitas) – representa mais um fragmento da realidade vivida na Região Metropolitana do Recife em relação às mudanças nas condições de trabalho e seus reflexos na melhoria da estrutura social. Para Miranda e Bitoun (2015, p. 133),

> Ficou evidente que, nos primeiros anos deste novo milênio, as condições ocupacionais ficaram mais favoráveis na Região Metropolitana do Recife, sem, contudo, alterar profundamente a sua estrutura social. A grande quantidade de investimentos e a implantação de megaprojetos na periferia promoveram a melhora das taxas de ocupação da força de trabalho no espaço metropolitano, no entanto, a estrutura social ainda exibe características consonantes com o herdado cenário de desigualdades que sempre a marcou.

De fato, o quadro geral de ocupações das pessoas entrevistadas ou recorrências às ocupações, trata-se de um retrato das dificuldades enfrentadas por muitas pessoas que recebem os menores salários no mercado de trabalho ou vivem na "informalidade", o popular "vive de bico ou biscate", que se traduz em diversas das ocupações mencionadas pelos entrevistados (Quadro 4). As ocupações mais recorrentes foram as de "doméstica" e "diarista" e de uma forma geral, verificam-se atividades do grupo Popular-Operário, utilizando-se a classificação presente em Miranda e Bitoun (2015), caracterizada por ocupações nos setores terciário (maioria não especializada) e secundário.

Uma peculiaridade observada na pesquisa é que, devido às ressalvas feitas pelas lideranças locais para não realizar as entrevistas nos CH, durante à noite ou fins de semana, uma quantidade significativa de entrevistados (quase 20%) correspondiam a donas de casa, mas nenhum entrevistado considerou a ocupação "dona de casa" como uma forma de ocupação. É

importante destacar, também, que as mulheres relatam a função de “dona de casa” quando se encontram desempregadas, ao contrário dos homens que se posicionam, diretamente, como desempregados.

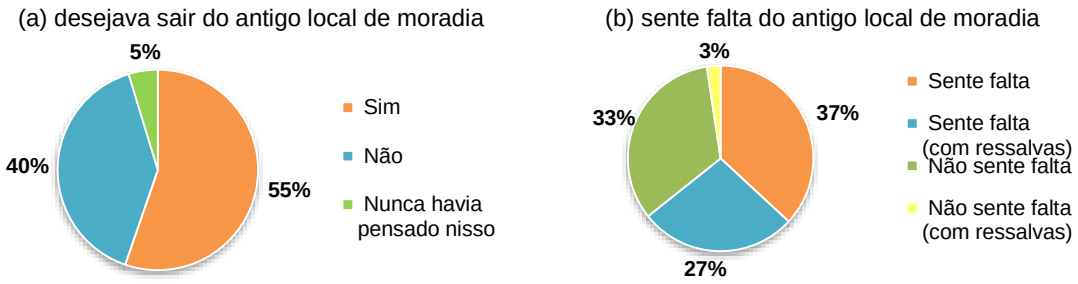
Quadro 4 - Situação de ocupação dos entrevistados e sua percepção quanto às formas de ocupação no conjunto habitacional

Ocupação dos Entrevistados							
Dona de Casa	19	Ambulante na praia	2	Auxiliar de Serviços Gerais	1	Funcionária de creche	1
Desempregado(a)	13	Trabalha em barraca tipo fiteiro	2	Barraca de Bicho	1	Manicure	1
Aposentado(a)	11	Comerciante na própria residência	2	Biscate	1	Motoboy	1
Diarista	4	Estudante – Técnico	2	Caseiro	1	Pensionista	1
Catador de recicláveis	3	Funcionário de Lava-Jato	2	Cuidador de idoso	1	Líder comunitária	1
Estudante	3	Porteiro	2	Vendedora de AVON	1		
Ajudante de pedreiro	2	Vigilante	2	Entregador de água	1		
Ambulante	2	Cantador de Ciranda	1	Estudante universitário	1		
Frequência das ocupações citadas pelos entrevistados como sendo comuns no conjunto habitacional							
Doméstica	17	Funcionário de mercadinho	2	Ambulante	1	Trabalha em firma	1
Diarista	6	Estudante	2	Eletricista	1	Trabalha em telefonia	1
Desempregado	5	Ambulante no centro da cidade	2	Recepcionista	1	Trabalha no Iate	1
Vendedor de água	5	Manicure	2	Enfermeira	1	Trabalha em posto de gasolina	1
Vigilante/ Vigia	5	Vendedor de gás	2	Vendedor de cachorro quente	1	Trabalha em barraca de bicho	1
Porteiro	5	Conta própria	2	Biscate de pedreiro	1	Trabalha em bar à noite	1
Segurança	4	Autônomo	2	Professora	1	Trabalha na construção civil	1
Zelador	4	Trabalha fora	2	Servente de pedreiro	1	Trabalho informal	1
Pedreiro	4	Trabalha em condomínio	2	Lava roupa para fora	1	Carteira assinada	1
Serviços Gerais	3	Trabalha na praia	2	Pensionista	1	“Vive de bazar”	1
Funcionário do Shopping Riomar	3	Vendedor de fruta e verdura	1	Gari	1	“Vive do tráfico”	1
Mecânico	3	Trabalha em hospital	1	Carrega coisas	1	“Faz de tudo”	1
Aposentado	3	Faxineiro	1	Comerciante	1	“A gente inventa as coisas”	1
Trabalha no comércio	3	Vendedor de comida	1	Agente comunitário de saúde	1	“Qualquer coisa que dê dinheiro”	1
Trabalha em barracas	3	Costureira	1	Trabalha em restaurante	1	Não sabe	12
		Operário	1	Trabalha em madeireira	1		

Fonte: Pesquisa de dados primários. Organização da autora, 2017.

No entanto, mesmo levando em conta as respostas dos entrevistados, há de se considerar que a realocação envolve subjetividades que vão muito além do cotidiano ou das práticas de vida. Esse fato deve ser levado em conta pois percebeu-se que grupos em situação de instabilidade residencial tendem a associar seus problemas e insatisfações a necessidades básicas que lhes são privadas para o bem viver. A satisfação quanto à habitação no novo local de moradia ocorre em função de condições anteriores de vida muito vulneráveis e isso não pode ser negligenciado, tanto que a maioria desejava sair do local anterior de moradia, mas ao mesmo tempo, um percentual maior afirmou sentir falta: só que entre as pessoas que alegaram sentir falta (64%), 27% deixaram claro que havia ressalvas nesse sentimento, pois lá no antigo local a vida era pior (Figura 36).

Figura 36 - Percepções dos entrevistados em relação à mudança do local de moradia.



Fonte: Pesquisa de dados primários. Organização dos autores, 2017.

Ao serem questionadas sobre o que sentiam ou não sentiam falta, as pessoas entrevistadas na maioria das respostas fizeram menção às suas próprias casas, mas muitas deixando claro que não sentiam falta da precária infraestrutura física, da falta de saneamento e ocorrência de alagamentos, mas sim, das relações que tinham com vizinhos ou amizades nas proximidades, além dos serviços disponíveis ou locais de lazer e trabalho próximos. Na maioria das respostas que se remetiam à convivência com a violência, as pessoas se sentiam mais seguras em seus antigos locais de moradia.

Falas dos Entrevistados (E) 3 - Sobre o que sente falta, ou não sente falta em relação ao antigo local de moradia.

E1 - A praia perto e campos de bola, mais lugar para crianças brincarem. Era acostumada com o lugar. [sente falta]
E29 - Da minha casa. Da favela. Lá não tinha tiroteio. Ninguém morreu de tiro lá. [sente falta]
E32 - Do acesso melhor à praia. Lá vendia pamonha e outras coisas para o pessoal de Boa Viagem. [sente falta]
E33 - Do lugar mesmo onde eu morava. Das contas que não era alta. Tudo lá era mais barato. [sente falta]
CH Via Mangue II
E4 - Do barraco quanto chovia... Arrumar sombrinha para os filhos dormir, os homens derrubava com a gente dentro. Levava tudo... Mas valeu a pena. *[*Não sente falta, mas considera positiva o fato de ter ocupado e vivido no local]
E7 - Lá tinha mais liberdade, aqui me sinto preso pelo tráfico de drogas. [sente falta]
E9 - Lá ficava mais à vontade, tinha segurança. Aqui tanto faz tá assim como ter desordem. [sente falta]
CH Abençoada por Deus
E37 - Da água. Da falta da saneamento que não existia. As crianças já nascia e caía na maré. [não sente falta] Lá tinha mais lazer. Aqui não tem nada. Não tem como ganhar um trocado [sente falta]
CH Travessa do Gusmão
E51 – Da casa, era grande, tinha quintal, árvores, lugar de estender roupa. [sente falta]. Becos apertados. [não sente falta]
CH Via Mangue III
E57 - De subir a casa quando a água vinha. [não sente falta]
CH Felicidade
E62 - Olho d'água dentro de casa, lama, de dormir com sombrinha. [não sente falta]
E64 - Lá era rato, barata, rio, lama, cobra, lixo... [Não sente falta]
CH Solano Trindade

Esse público alvo da habitação de interesse social, além das determinações ligadas ao crescimento econômico, encontra-se muito suscetível a decisões governamentais, que em sua maioria, são de caráter impositivo e/ou desconectadas da realidade vivida. Pode-se afirmar a partir daí que importantes variáveis no que tange ao bem viver, são suprimidas em virtude de externalidades desconectadas dos contextos sociais preexistentes. Por exemplo, a articulação das pessoas com seu meio, as práticas sociais e ocupacionais das pessoas relacionadas com sua localização no espaço da cidade, relações identitárias e de vizinhança, bem como o ato de desfrutar de amenidades, tais como a proximidade de rios ou de resquícios do verde urbano, o vento ou a contemplação de paisagens históricas. Torna-se fundamental o reconhecimento dessa complexidade do "habitar", para garantir melhores resultados nas intervenções, inclusive na diminuição dos repasses não legalizados ou aluguel dos imóveis, fatos comuns nos conjuntos habitacionais.

> En muchas de las ciudades actuales no se puede hablar de que habitamos una ciudad. Más bien, la ciudad nos contiene como si fuera un recipiente donde se colocaran personas y servicios. Habitar la ciudad ocurre cuando vivimos el espacio de forma libre y creativa [...], el arraigo y el encuentro entre los habitantes. Habitar no es 'alojarse'. No es un asunto de buenas distribuciones de espacios, ni facilitar la vida práctica. No es edificar departamentos con precios asequibles, buena ventilación y asoleamientos, ni pensar de esta manera la vivienda supone una comprensión del habitar (MANSUR GARDA, 2017, p. 19).

Assim, as políticas efetivamente públicas de habitação – e mais ainda as classificadas como de interesse social – têm que entender, elaborar projetos e implementá-los considerando a complexidade da questão do habitar, o que vai muito além do acesso a uma residência. Então, partindo dos territórios removidos por desapropriação reivindicada, coercitiva ou alienada da realidade social vivida, as diversas formas de supressão das pessoas dos seus lugares de vida se manifestam na cessão das histórias de vida, na perda dos meios de sobrevivência e nas mudanças radicais do cotidiano, bem como das relações interpessoais e com a natureza. O que extrapola os limites das intervenções e revela que os reusos do ambiente urbano não são favoráveis aos precariamente incluídos (Figura 37).

Também ficou claro que os reusos não indicam transformações ambientais no sentido de recomposição de elementos do sítio natural, fato muito veiculado pela administração pública no caso da substituição de áreas degradadas (palafitas) por manguezais. Isso só foi verificado em três pequenos trechos da margem do rio Capibaribe, onde a ocupação do entorno pelo capital imobiliário tornou-se muito mais evidente, dois na av. Beira Rio, como já foi visto, e no local de remoção da Vila Vintém 2, no bairro Santana.

Figura 37 - Situações de precariedade em formas de moradia no Município do Recife/PE.

Fontes: (a) e (b) https://www.flickr.com/photos/heitorsalvador. Créditos: Heitor Salvador de Oliveira. (d), (e), (f) e (g) Acervo pessoal da autora. Créditos: Manuela Nascimento.
Nota: (a) Criança residente em palafitas situadas às margens do Rio Capibaribe, bairro dos Coelhos; (b) Total ausência de saneamento e precariedade do abastecimento de água em palafitas da Comunidade Padre Miguel, bairro de Afogados - Este é um dos territórios removidos identificados na pesquisa, essas famílias foram realocadas, entretanto, essa ainda é uma situação frequente nas redondezas e outros locais; (c) "Moradia em baixo de marquise"- moradia de rua no bairro de São José; (d) Morarias precárias em ocupação no entorno dos conjuntos habitacionais Saramandaia e Palha de Arroz no bairro de Campo Grande; (e) Palafita às margens do Rio Capibaribe no bairro Ilha do Leite; (f) "Moradia em baixo da ponte" – moradia de rua no bairro da Torre.

Acredita-se que uma maior sensibilidade em relação aos fatores da subjetividade, junto à consideração da preponderância de recorrências à falta de satisfação de necessidades básicas específicas, as quais independem do local da moradia, pode representar um avanço em termos da avaliação das políticas públicas, atribuindo-se menos importância ao fato de que a distância do local de origem pode ser um indicativo de fracasso. Os resultados vão ao encontro de indicativos discutidos, em 2016, na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), onde se reafirmou a urgência de mudança de paradigma no modo de planejar, financiar, desenvolver e governar os assentamentos humanos a fim de que ninguém seja deixado para trás, eliminando-se todas as formas e dimensões da pobreza.

6 DA REALOCAÇÃO ÀS POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO SOCIAL E AMBIENTAL

Após o levantamento dos CH e a verificação da situação dos territórios anteriores de moradia, questionou-se: A construção de moradias em PHIS, fator estratégico do ponto de vista territorial sob o controle do poder público, tem contribuído para a promoção de um ambiente mais equilibrado?

Nos termos do Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), isso logo passou do tempo de ser novidade ou desregulamentado, no entanto, com base na literatura pesquisada, verifica-se a importância de associar os processos e ações que envolvem os deveres do Estado e possibilidades de melhoria ambiental. Considera-se que estas associações são importantes na provisão habitacional para reassentamentos voluntários ou involuntários, pois essa forma de produção de moradias é um fator de interferência direta do Governo Federal e outros entes federativos na transformação ativa de ambientes.

No âmbito do equilíbrio entre os benefícios para as pessoas mobilizadas e o uso atual dos territórios removidos e de realocação, a questão acima colocada pôs em discussão, bem como gerou interpretações em relação a quatro elementos:

a) a presença, nos ambientes dos territórios removidos, da recomposição de elementos mais inerentes ao sítio natural onde se assentou a cidade (o que já foi discutido anteriormente e teve pouca representatividade, apesar de reconhecimento de que a recuperação ambiental, como processo e ainda que em pequenos trechos de manguezal, seja muito importante);

b) as intencionalidades para remoção e os reusos que se deram aos ambientes anteriores de moradia (que como foi visto, tem resultados insuficientes em relação a questões cruciais como a redução da desigualdade ou geração de melhorias urbanas mais ambientalmente justas);

c) como foi feita a realocação das pessoas nos novos locais de moradia e fatores para melhorar as condições de vida e permanência;

d) a possiblidade de melhorar o equilíbrio ambiental ou realizar intervenções os territórios removidos ou propensos á remoção, com a permanência das famílias no local.

Observando esses quatro elementos, foram identificados os padrões de inserção e deu-se continuidade à discussão dos dados primários observados nessa pesquisa. Os tópicos três e quatro, acima, serão discutidos mais especificamente nas seções a seguir.

6.1 Padrões de realocação de moradias no Recife e relações entre as pessoas e o ambiente urbano

A situação da ocupação e a provisão habitacional de uma forma geral, na cidade do Recife, têm sido observadas a partir de diversos enfoques, podendo-se destacar três vertentes que contribuíram para a formulação desta pesquisa e serão brevemente apresentadas a seguir.

Oliveira et al. (2013, 2014, 2016) têm demonstrado, por meio de detalhada análise cartográfica, os efeitos da ocupação por concentração de habitações e verticalização em determinadas áreas e as mudanças na configuração espaço-temporal do território recifense, associando-os à retirada do verde, que dentre outros problemas, ocasiona a distribuição desigual de prejuízos e riscos ambientais, tais como a formação de ilhas de calor, a propensão a alagamentos e prejuízos à qualidade do ar.

Souza (2007, 2010), Souza et al. (2015) e Cavalcanti et al. (2016), no contexto que vem sendo abordado em pesquisas anteriores e que continuam sendo produzidas pelo Observatório de Políticas Públicas de Pernambuco/Observatório das Metrópoles, têm analisado a questão habitacional em Recife no que diz respeito à efetividade das políticas públicas e situação de áreas pobres e/ou assentamentos precários. Estes autores apresentam um amplo panorama de dados oficiais e material cartográfico, a partir de consideráveis esforços de sistematização e análise que demonstram as dificuldades para diminuição dos espaços de pobreza, para a melhoria das relações de trabalho, geração de renda e quanto ao acesso regularizado à terra, fatores que são traduzidos constantemente na fragmentação socioespacial da cidade.

Souza et al. (2015) realizam uma síntese, tratando da forma empresarial que tem sido praticada na provisão habitacional e da influência de seus desdobramentos na emergência de outras formas de provisão, afirmando que dessa maneira ela

> [...] define os padrões de organização social do território e, paralelamente, desenvolvem-se outras formas de produção, tais como a autoconstrução ou autogestão individual e a autogestão coletiva, envolvendo os processos em que os usuários, isoladamente ou organizados coletivamente em associações ou cooperativas, são os promotores do empreendimento, controlam o projeto e o processo de produção diretamente, envolvendo ou não mão de obra própria; e a produção pública, em que o promotor do empreendimento é uma agência governamental, que define o projeto e subcontrata, no setor privado, a construção (SOUZA et al., 2015, p. 167).

A partir das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU), que incorporam a importância do papel da universidade, movimentos sociais e valorização da natureza, bem como experiências vividas em territórios ameaçados pelos interesses de apropriação das classes hegemônicas, tem-se uma terceira vertente que fomenta a análise das formas de provisão habitacional e transformações no ambiente da cidade.

Expressando em parte esta perspectiva, associando natureza, cidadania e justiça ambiental, Castilho (2016, p. 11) afirma que

> Não se pode deixar de considerar, portanto, a relevância dos elementos 'da natureza' no processo de formação social do espaço do cidadão, base fundamental ao exercício da cidadania defendendo a necessidade de resgatar, manter e aprimorar as saudáveis relações simbióticas entre ambas as dimensões da vida na Terra, isto é, sociedade e natureza. Recolocando, ao mesmo tempo, o conceito de espaço do cidadão, a cidadania refere-se, simultaneamente, a ter acesso a bens, serviços sociais e a possibilidades de *ser mais* no contexto de ambientes amenos facilitadores dos sentimentos de pertencimento, bem-estar e encontro como direitos reforçadores da condição de justiça ambiental.

Campos (2015), no estudo citado anteriormente sobre a implantação do eixo viário "Via Mangue" e suas consequências para as populações realocadas na área do projeto, constatou o reforço da desigualdade, levando em conta aspectos da formação do espaço urbano recifense e das novas condições de vida nos CH aonde as pessoas foram instaladas, chegando, dentre outras conclusões, à compreensão de

> [...] que o ordenamento territorial urbano que se faz presente na atuação do poder público na cidade do Recife tem manipulado a organização espacial da cidade, no sentido de revalorizar determinados espaços e realocar as populações dos enclaves ao capital. Em muitos momentos da trajetória de atuação do poder público, as ações voltadas para questão da habitação popular seguem a lógica de afastamento dos indesejáveis, a partir da remoção de palafitas e favelas. (CAMPOS, 2015, p. 229).

Verificaram-se, também, outras pesquisas fora do contexto do referido grupo, que levantam e reforçam estas temáticas, tanto no estudo da realidade de localidades específicas, como do município do Recife. Dentre eles, podemos destacar Silva e Gomes (2013) e Camboim e Gomes (2016). Essas pesquisas de uma forma geral destacam assim como Silva (2015), que ocorre em Recife uma omissão administrativa continuada, associada a processos de gentrificação e especulação imobiliária, os quais ocorrem abusivamente também no plano institucional, fazendo do tratamento do solo urbano "um mero conteúdo monetário acessível a poucos" (SILVA, 2015, p. 540).

E neste ambiente, inserem-se as ações em habitação de interesse social. No Plano Diretor do Município do Recife (RECIFE, 2008), na Sessão V, que trata da Habitação, encontram-se as diretrizes específicas para ações em Habitação de Interesse Social no Município (Quadro 5). Nela se atesta mais uma vez o protagonismo do Estado nesse tipo de provisão habitacional e foi observada boa parte das "ausências" em relação ao que se verificou empiricamente nas intervenções estudadas. Apesar de ser um instrumento elaborado no nível da municipalidade, seus parâmetros, bastante pertinentes, foram considerados referência para as intervenções realizadas por iniciativa de todos os níveis do poder público.

Quadro 5 - Definição de Habitação de Interesse Social e Artigos relacionados no Plano Diretor do Município do Recife/PE

Art. 34 Habitação de Interesse Social - HIS é toda moradia com **condições adequadas de habitabilidade**, definidas em lei específica, destinada à população de baixa renda e que **atenda aos padrões técnicos** definidos pelo **órgão competente** da municipalidade [e atendidos os requisitos estabelecidos na Política Nacional de Habitação] (complemento entre [] constante no Art. 109).

Art. 35 O Município, por lei específica, elaborará **Plano de Reassentamento** como instrumento de garantia do **direito à moradia** adequada para população que habita áreas **onde for inviável a regularização urbanística e jurídico-fundiária**, que deverá prever:

I - as etapas necessárias à **recuperação do ambiente desocupado** e ao processo de reassentamento desta população para **áreas próximas ao assentamento original, assegurando às famílias relocadas os laços sociais, econômicos e culturais com sua vizinhança**;

II - **participação dos reassentados** no processo de planejamento e de implementação da intervenção; e,

III - transformação do novo assentamento em Zona Especial de Interesse Social II - **ZEIS II**. (Vide Lei nº 18.093/2014)

Art. 36 O Município deverá **criar instrumentos que garantam a fixação da população** atendida na área de execução dos programas.

Art. 37 **Para aprovação de projetos** ou execução de obras de impacto ambiental e na mobilidade urbana, o Poder Público Municipal deverá **garantir a participação das comunidades afetadas**.

Fonte: RECIFE (2008). Destaques da autora.

Vale a pena fazer alguns destaques em relação ao conteúdo da legislação colocada acima. Logo no primeiro artigo, encontramos dois entraves importantes e que se inter-relacionam: *padrões técnicos* e *órgão competente*. Dentre os conjuntos habitacionais observados nesta pesquisa, viu-se que o padrão técnico não só do ponto de vista construtivo, mas também no das tecnologias de acompanhamento social foram bastante distintos e revelam a falta de diálogo e troca de experiências positivas ou negativas entre órgãos, inclusive de um mesmo nível de poder, e que a falta de profissionais qualificados tornam as ações deficitárias.

Equipes de trabalho nas quais havia maior diversidade de áreas profissionais, traduzem-se em experiências mais bem-sucedidas. Percebeu-se o caso da presença de uma equipe bem consolidada para o trabalho social nas intervenções recentes do PAC-Beberibe, realizadas pela Sanear. A presença constante dos técnicos nos CH construídos com o acompanhamento da Sanear foi mencionada pelos moradores, ora como vantagem por contribuir na organização, ora como empecilho para a realização de alterações nas casas.

As alterações construtivas são um fator controverso, uma vez que, apesar da legitimidade existente nas necessidades de ampliação e reformas por parte dos moradores, também se vê que as alterações implicam em maiores dificuldades para a manutenção da

proposta de urbanização inicial ou acabam por gerar mais problemas em relação à infraestrutura das habitações. A presença foi mencionada negativamente, uma vez que os técnicos visitavam o CH quando havia qualquer reclamação ou tentativa de mudança, mas apenas "tiravam fotos" e não resolviam os problemas.

Dessa maneira, a presença do poder público surge, tanto em função da ausência como da presença. Os moradores de uma forma geral afirmam que a Prefeitura não resolve suas queixas, mas aparece quando eles realizam qualquer modificação nas residências e no CH. Isso ocorreu principalmente nos conjuntos "da Sanear", onde de fato nota-se muito pouca alteração no padrão construtivo inicial. Seguem falas dos moradores quando foram indagados sobre o retorno de suas reclamações em relação aos problemas enfrentados.

Falas dos Entrevistados (E) 4 - Sobre o atendimento às reclamações feitas ao poder público.

E34 - A prefeitura vivia em cima no início, mas agora tá ao Deus dará.
CH Travessa do Gusmão [10 meses após a inauguração]
E54 - Eles não fazem e nem deixam fazer.
E57 - Eles vem tirar foto de toda mudança.
CH Felicidade
E57 - Reclamaram, mas não resolvem, se botar uma lage eles vem.
CH Minerva
E62 - Sim, vieram mas não resolveram, até hoje tô esperando.
CH Solano Trindade
E73 - Só vem reclamar de mudança.
CH Beira Rio
E83 - A prefeitura não resolve nada.
CH Palha do Arroz

A diversidade de profissionais também foi mencionada como positiva na cooperação entre secretarias municipais, como por exemplo, da URB com a Secretaria de Educação municipal, para reinserção de público escolar após a mudança de localidade. O caso foi mencionado em relação aos CH Via Mangue II e III, tanto pelos técnicos envolvidos no processo de realocação na URB, como pelos moradores.

Assim, considera-se que esses fatores positivos sobre "padrões técnicos" adotados, deveriam passar por um processo de compartilhamento de experiências entre os técnicos dos diversos órgãos responsáveis (quem planeja e fiscaliza a intervenção) e envolvidos (que tangenciam a intervenção, nas áreas de assistência social, educação, saúde, manutenção e limpeza urbana, dentre outros), ampliando-se assim a noção de "órgão competente" para "órgãos competentes", devido à intersetorialidade própria desse tipo de intervenção.

No Art. 35, fala-se em *Plano de Reassentamento* e *direito à moradia adequada* para *onde for inviável a regularização urbanística e jurídico-fundiária*. Quanto a esse ponto, já se viu que a inviabilidade, em termos de regularização, não foi um fator preponderante na garantia

desse direito nos casos estudados e que a precariedade existente em outros locais da cidade, não situados em áreas estratégias, poderão aguardar muito tempo para serem alvo de ações. Em todos os órgãos visitados, houve dificuldades para acessar os planos de reassentamento, isso, quando foi mencionada sua existência de fato. Por que "de fato"?

Comumente os planos de reassentamento ou de "trabalho social" fazem parte do elenco de projetos técnicos necessários para realização dos empreendimentos, mas se reduzem a documentos pró-forma, que não são tornados públicos ou discutidos devidamente com as comunidades envolvidas ou representantes de segmentos da sociedade, os quais podem contribuir na formulação de soluções e alternativas para os futuros (e inevitáveis) problemas que surgirão.

A negligência em relação a tais planos de reassentamento é um dos fatores que também implicam na baixa participação dos assentados, requisito mencionado logo adiante no mesmo artigo da lei, assim como no Art. 37, que conclui a sessão, sendo que este último é bem específico quanto ao envolvimento das comunidades afetadas na "aprovação" do destino que será dado ao seu território após a remoção das moradias.

Devido à baixa capacidade de mobilização formal das famílias, que na realidade possuem reduzida ou nenhuma influência nas instâncias do poder administrativo, ocorrem as remoções e realocações em benefício do que o Estado, utilizando-se de seu poder de decisão e coerção, institui como obras de utilidade pública. Tais obras, em tese, beneficiariam uma parcela maior da população do que aquele grupo removido do local. Diante desse conveniente mecanismo, ao qual se associa o elevado poder empresarial na construção e reconstrução de espaços urbanos, caberia às PHIS proporcionar as diretrizes e ações que minimizassem os inevitáveis transtornos, como está previsto na lei, mas não é o que ocorre.

Quando indagadas se "participaram da escolha do novo local de moradia", a maioria dos entrevistados considerou que não (60%). E entre o restante que alegou ter participado, as respostas sobre "como participou" demonstram que a participação na maioria dos casos se reduziu a presenciar o repasse de informações, com pouco poder de decisão. Dessa forma, 6% afirmaram ter participado de reunião com possibilidade de opinar; 5%, que apenas participaram de reunião; 5% que sim, mas opinaram e não foram ouvidos ou tiveram escolha; 8% que sim e estavam envolvidos em um contexto de luta pela moradia (esse percentual atende em sua maioria a um caso específico, dos moradores do CH Brasília Teimosa e mais duas lideranças em outros CH, não sendo distribuído no conjunto das respostas); 7% não souberam ou não responderam. A falta de escolhas torna-se muito latente na fala dos entrevistados.

Falas dos Entrevistados (E) 5 - Sobre sua participação no processo de realocação.

E27 - Só vi no final. Eu não queria nem vim com raiva.
CH Via Mangue II
E34 - Era ou indenização ou o apartamento, como era pouca (15 mil), não dava.
CH Travessa do Gusmão
E40 - A gente lutou pra ser casa.
CH São Francisco de Assis
E46 - Sim. Mas não tinha escolha! Pensei... Vixe! Vou morar naquele buraco!
CH Via Mangue III
E8 - Quando vieram dizer na reunião já tava tudo pronto, só deram a chave.
CH Via Mangue II
E12 - Ninguém participou e a prefeitura botou o povo de um bairro em outro, perdemos muitos amigos.
E13 - Vim por necessidade.
E14 - Assinei pra ficar lá, mas a maioria quis vir...
CH Abençoada por Deus
E20 - Aqui tem história de luta... Teimosinho, Moacir... Aqui foi 17 anos de luta.
E24 - E muito! No conselho de morador, vinha aqui no terreno, dormir, fazer vigília.
E25 - Vinha para reuniões, fazia passeata, foi muita luta pra ganhar essas casas.
E26 - Fazia protestos, chegava meia-noite em casa, em cima de caminhão. Estamos ainda lutando para ainda não pagar.
CH Brasília Teimosa
E54 - Botaram três lugar pra ir. Palha do Arroz, Portelinha e perto da Policlínica. Esperei oito anos no auxílio-moradia.
E57 - Escolhi pra morar aqui e não no Santo Antônio ou no Arruda.
CH Felicidade
E59 - Participei muito! Briguei pra ser casa nas reuniões. Muitas reuniões, eu fazia parte do PROMETROPOLE.
CH Minerva

No Art. 35 (ainda no Quadro 5) fala-se na *recuperação do local de desocupação*, que como se viu, ocorre de fato, uma vez que a maiorias das remoções tem intencionalidades predeterminadas, entretanto, isso não implica em uma distribuição justa dos benefícios do investimento do poder público. Nesse ponto há de se refletir mais uma vez sobre a necessidade de superação do caráter "reparatório" da HIS e insistir em seu potencial transformador de vidas e ambientes.

Na percepção dos entrevistados, quando questionados em relação ao que foi feito de seu antigo local de moradia, 95% afirmaram que sabiam o que foi feito, e praticamente esse mesmo percentual, deu continuidade opinando sobre "o que foi feito". Dentre as pessoas que afirmaram saber, apenas 9% retratou destinos diferentes ao que havia sido feito efetivamente em seu território anterior. Nas falas sobre essa questão, chamou atenção a recorrência da expressão "derrubaram", que apareceu nas respostas de 51, dos 85 entrevistados, trazendo à tona, independentemente do contexto envolvido, como o evento em si da demolição é marcante. Outro conteúdo que emergiu com frequência diante desse questionamento, foi o fato de as moradias não terem sido construídas no próprio local.

Apesar das reocupações terem sido pouco frequentes nos territórios removidos levantados e proximidades (como será visto mais adiante), os moradores colocaram essa questão como um "descaso" do poder público, uma vez que foram retirados com um propósito e isso não foi cumprido ou "não adiantou nada". O primeiro bloco de opiniões, no grupo de falas abaixo, retrata o processo de reocupação da área onde se situava a comunidade Abençoada por Deus.

Falas dos Entrevistados (E) 6 - Sobre o que foi feito do antigo local de moradia.

> **E14** - Derrubaram pra fazer uma pista e não fizeram nada.
> **E6** - O mangue tomou conta e agora tem barracos.
> **E4** - O pessoal da vila (Santa Luzia), organizou pra não reocupar, mas o pessoal vendeu aqui e foi pra lá. Fizeram uma 'desmatação'.
> **E11** - Fizeram uma praça (a comunidade), depois destruíram e agora é barraco.
> *CH Abençoada por Deus*
> **E32** - Não queria sair. Fui tirada por uma boa causa [a Via Mangue], pois favoreceu a todos, mas eu não tenho carro...
> *CH Via Mangue II*
> **E34** - Demoliram tudo e não construíram nada, cercaram os espaços vazios.
> **E35** - Foi invadido pelo meu vizinho.
> **E38** - Fizeram palafita de volta.
> *CH Travessa do Gusmão*
> **E64** - Foi derrubada, mas outros ocuparam.
> **E65** - Deveriam ter feito lá mesmo. Fizesse isso aqui lá... Colocasse canal.
> *CH Solano Trindade*
> **E68** - Porque não fez a casa da gente lá? Preferia tá lá.
> *CH Santo Antônio*

Destaca-se igualmente, na fala do Entrevistado 32, o fato da obra viária não lhe trazer algum benefício, uma vez que no CH onde mora houve grande recorrência de problemas relativos à falta de transporte público, mesmo situando-se nas imediações do mesmo sistema viário implantado, que, no caso, beneficiou quem "tem carro".

A legislação mencionada (RECIFE, 2008) no Quadro 5 traz ainda a responsabilidade na *criação de instrumentos de fixação das pessoas* nos locais de reassentamento, elemento que será discutido mais detalhadamente nos próximos tópicos da tese. Por agora, destaca-se sua referência ao estabelecimento das *ZEIS II*, fator que em princípio poderia conferir maior segurança em relação aos benefícios da regularização fundiária do local e direcionamento de recursos em prol de melhorar a habitabilidade, mas diferentemente da legislação correspondente às ZEIS I, a lei restringe-se à definição do tipo de assentamento e à redução de parâmetros urbanísticos. Atualmente, apenas um CH teve sua área instituída como ZEIS II, o CH Lemos Torres, que se encontra em andamento. Outras quatro áreas previstas na instituição desse tipo de ZEIS, ainda não foram alvo de intervenções.

Nas “dispensas” de parâmetros, o que se observa é a nítida redução de aspectos necessários ao fomento de um ambiente mais adequado, pois a lei promove o adensamento construtivo e, por exemplo, retira a obrigação de manter áreas de ajardinamento. Em prol da redução de custos e um maior aproveitamento dos terrenos para alocar mais pessoas, da “economia” de recursos, pergunta-se: qual a diferença dessas pessoas em relação às outras para as quais se exige tais parâmetros? Por que os outros edifícios “devem” ter um jardim, uma obra de arte, e esses não? São reflexões urgentes e que impactam na insatisfação das pessoas que vão para as famosas “ilhas de concreto”. A seguir, um trecho da lei:

> Art. 5º Os empreendimentos localizados nestas ZEIS II estão dispensados de:
> I - apresentar local para zeladoria, guarita e obras de arte;
> II - manter área de ajardinamento localizada no afastamento frontal;
> Parágrafo Único - Os projetos de conjuntos habitacionais localizados nestas ZEIS II estão dispensados do plano urbanístico específico, e poderão apresentar os acessos às vagas de estacionamento direto da via a partir da faixa de rolamento. (RECIFE, LEI Nº 18.093/2014).

Com relação aos locais de construção dos CH, nota-se que os investimentos recentes (PAC-Beberibe) direcionaram suas atenções à Zona de Ambiente Construído Restrita – ZACR, na Zona Norte. Nas ZACR estimula-se, nos termos da lei, a promoção da HIS e o reassentamento de pessoas, conduzindo-as a situações de habitação mais adequadas às condições de adensamento e dificuldades geomorfológicas presentes no local.

No sentido das “ausências” pode-se afirmar que não tem sido dada a mesma atenção à ZACR na Zona Sudoeste-Sul, onde foi construído apenas um CH com o objetivo de melhorar condições precárias de assentamentos residenciais. Nessa área, onde ocorrem muitos acidentes em encostas, o mais comum é a situação de insegurança pela permanência em locais de risco ou acabar na lista de espera da demanda emergencial por habitação e “ficar no auxílio moradia”. Mas claro, há de se destacar que esses problemas também ocorrem na Zona Norte e outras áreas da cidade, critica-se aqui, apenas a forma de destinação e distribuição dos recursos públicos.

Na Figura 38 encontra-se a sobreposição do zoneamento constante no Plano Diretor do Recife e a localização dos CH e territórios removidos mapeados. Apesar do fator *disponibilidade de terrenos* ser uma questão preponderante na definição dos locais dos CH, é importante refletir sobre os condicionantes que geram as situações de inserção, tendo em vista as prováveis intervenções que ainda ocorrerão.

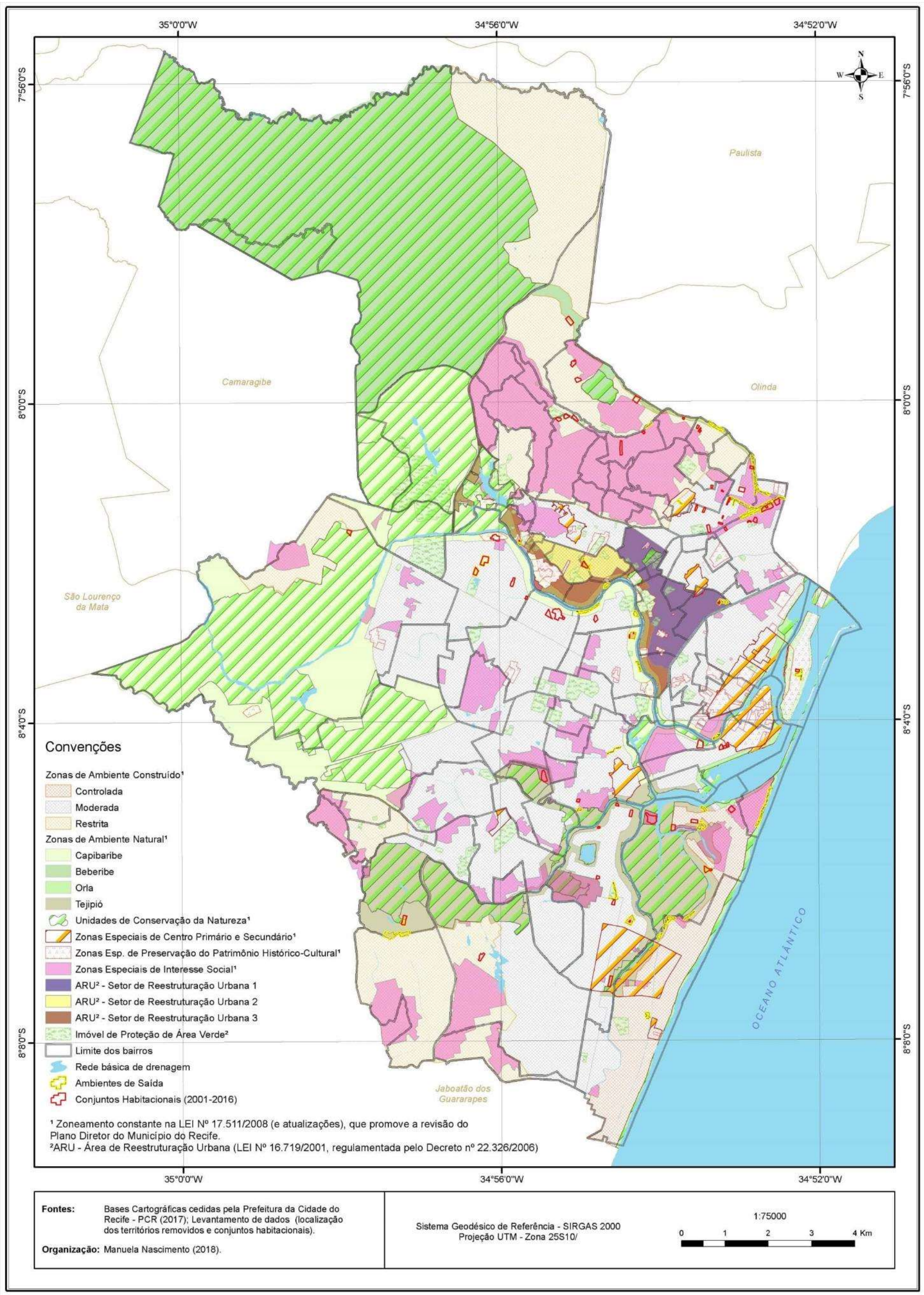
Nota-se que a maioria dos CH foi construída em Zona de Ambiente Construído Moderada - ZACM, em ZEIS ou suas proximidades, o que seria adequado nos termos do Plano Diretor. A questão é que este mesmo plano estabelece em suas linhas e legislações correlacionadas (como por exemplo, a Lei nº 16.719/2001), a “proteção” ou “controle do

adensamento", dentre outras especificidades para as Zonas de Ambiente Controlado, que correspondem justamente às áreas com as faixas de mais alta renda na cidade e, como se pôde observar, nelas, ocorrem muitos territórios removidos.

Ainda em relação ao posicionamento dos CH, na ZACM, observa-se a formação de um aglomerado de conjuntos habitacionais na porção centro-oeste da cidade, um fator contraditório nos termos da lei que em diversos pontos cita a necessidade de "desadensamento". Nesse caso, tem-se o agravante de que os CH foram sendo alocados às margens da Zona de Ambiente Natural do rio Capibaribe, fator que certamente deveria implicar em um melhor planejamento ambiental dessas realocações.

Não se sugere aqui que os conjuntos não deveriam estar na área, mas sim, que a área teria um potencial natural para promoção de formatos de habitações em maior conexão como a situação de proximidade com o rio, além da realização de atividades de integração para o lazer e bem-estar, atividades produtivas, dentre outras. No relato de moradores da área, infelizmente, o rio tem se reduzido a um local perigoso e que serve ao consumo de drogas por parte dos jovens. Isso, em tempos em que o poder público propaga ideias controversas de construção de um grande parque às margens do rio Capibaribe.

Figura 38 - Sobreposição do Zoneamento Urbano constante no Plano Diretor do Município do Recife, Territórios Removidos e Conjuntos Habitacionais.



Fonte: Organização da autora (2018).

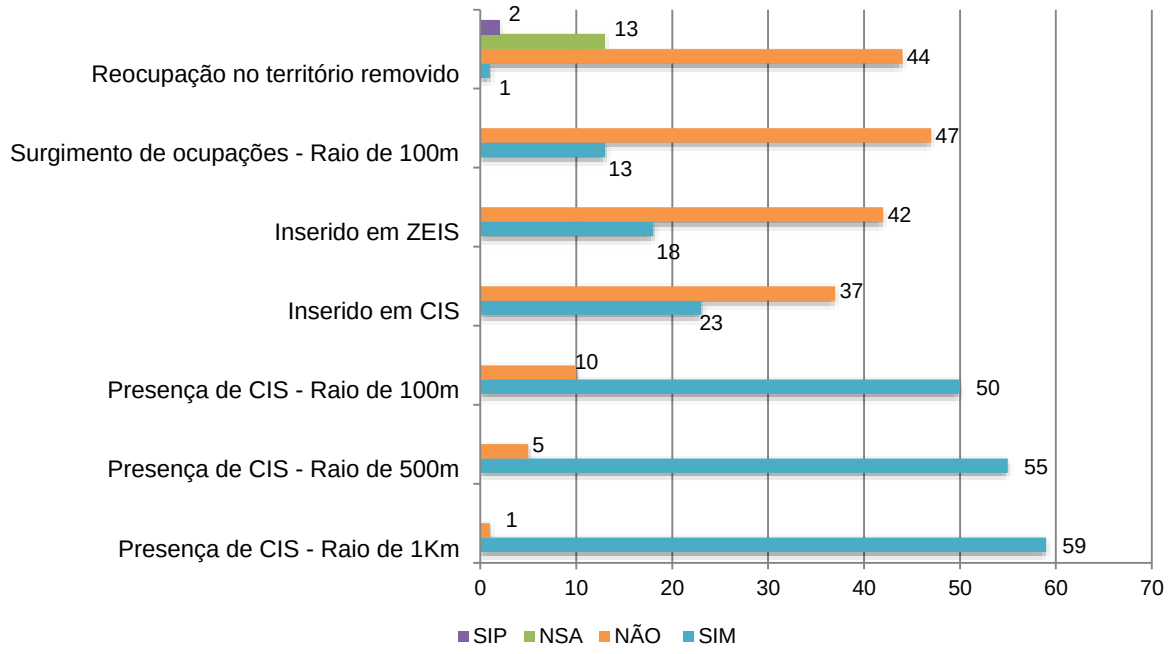
Há poucos conjuntos construídos em Zonas de Ambiente Natural, e apenas um, o CH Várzea II, em uma Unidade de Conservação da Natureza, mas trata-se de uma área urbanizada situada na borda da Unidade. Na observação direta, este é um dos CH que apresenta o rápido surgimento de ocupações em seu entorno. Dois conjuntos habitacionais encontram-se em construção em Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural. No caso do CH do Pilar, esse fator tornou-se uma das razões para justificar os constantes adiamentos para o término da obra, que se arrasta lentamente em um processo que irá completar 18 anos considerando o anúncio da construção do habitacional, em 2010, e ainda não tem nem 20% das moradias concluídas.

Um fator positivo relatado pelos moradores tem relação com a situação do conjunto habitacional em Zonas de Centro Primário e Secundário ou proximidades, o que em alguns casos, representa possiblidades de ocupação e obtenção de renda, além da facilidade para realização de compras e acessar serviços bancários. São exemplos, o CH Via Mangue III, situado no centro expandido que engloba o Shopping Center Recife e os conjuntos próximos aos centros secundários de Casa Amarela e Água Fria.

Contrariamente, no CH Travessa do Gusmão, situado no centro primário do Recife, as pessoas não consideraram a influência desse fato, uma vez que o trecho onde estão localizados, especificamente, é um dos mais perigosos e "desertos" do centro da cidade. Dessa forma, os moradores remeteram-se ao seu local anterior de moradia (palafitas no bairro Coelhos) como sendo um lugar com as características positivas de uma área central, mais dinâmica e que lhes trazia mais benefícios.

Do ponto de vista local, observou-se a situação de inserção de cada conjunto em relação ao seu entorno. Como parâmetros, levou-se em conta a presença de ZEIS, CIS, ocupações próximas aos CH e reocupações nos territórios removidos. Verificou-se a ocorrência de apenas uma reocupação nos ambientes de reocupação, mas as ocupações são comuns nas proximidades dessas áreas. A maioria dos CH foi implantada de forma confinada entre outras edificações, impossibilitando a ocupação do entorno, mas elas ocorreram em praticamente todos onde havia terrenos desocupados próximos às intervenções (Figura 39).

Figura 39 - Ocorrência de reocupações em territórios removidos, de ocupações residenciais no entorno dos CH e padrões de inserção territorial em relação à ocorrência de ZEIS e CIS no Recife/PE.



Fonte: Geoprocessamento. Organização da autora, 2017.
Nota: SIP- Sem informação precisa
NSA - Não se aplica

Observaram-se situações de ocupação nas proximidades das áreas (assaz estratégicas para o capital empresarial) de desapropriação para a construção da Via Mangue, dentre outros casos que refletem a dificuldade das classes hegemônicas e do poder público em "conter" os avanços dos grupos que necessitam habitar tais áreas utilizando desse recurso, mais um aspecto dos efeitos colaterais da condição de desigualdade vivida por muitas pessoas.

Outra situação de ocupação a destacar, trata-se do crescimento recente de habitações em área no topo de encostas, onde foram realizadas obras de contenção, próxima ao CH 1º de Maio (onde o conjunto habitacional foi construído no mesmo território removido), no bairro COHAB. Essa ocupação nos faz remeter aos processos mencionados anteriormente nas décadas de 60 e 70, nos quais dada a implantação de um CH e de alguma infraestrutura, seu entorno ia sendo ocupado precariamente.

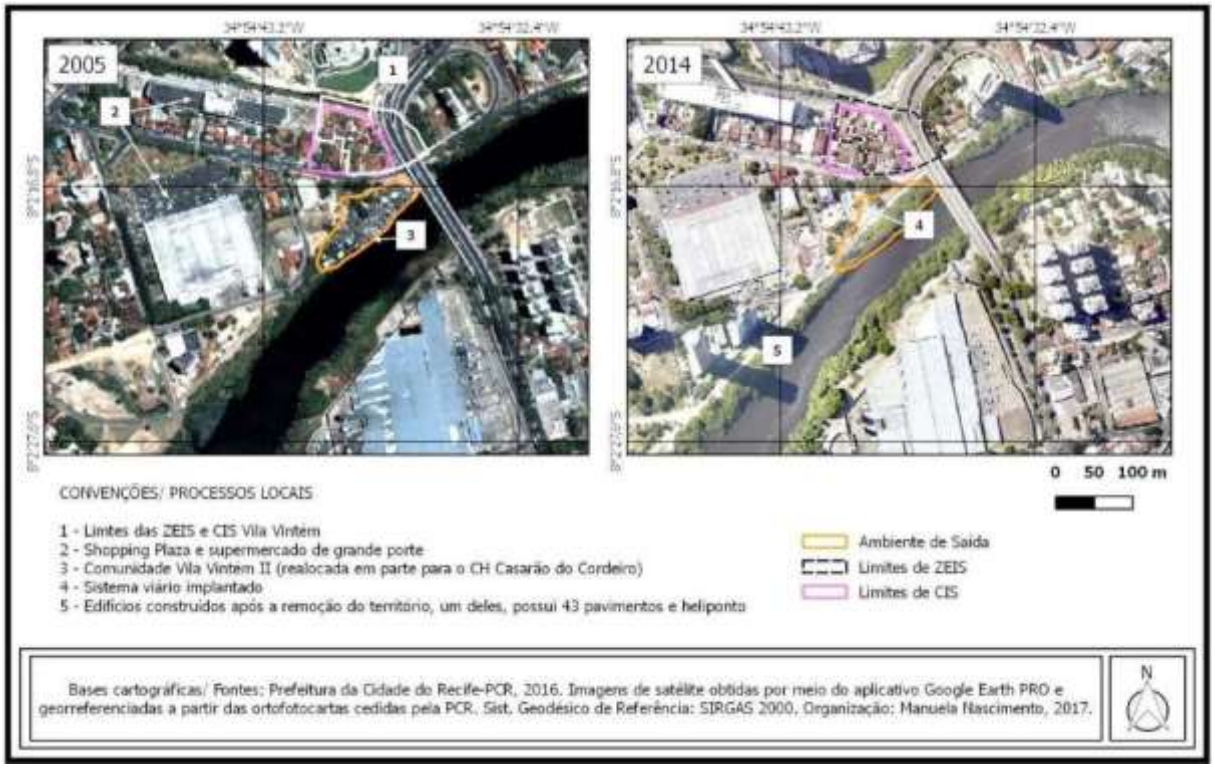
A maioria dos conjuntos habitacionais está inserida em CIS ou proximidades, indicando que as intervenções emergem nos locais onde já estão reconhecidos problemas nas infraestruturas públicas, dentre outras questões que dificultam uma boa condição de habitabilidade. A inserção em ZEIS ocorreu para cerca de 30% dos CH e isso é considerado um

fator positivo por parte dos moradores, pois eles consideram que ali têm a possibilidade de receber “mais ajuda” por parte do poder público.

As ZEIS apresentam caráter de “área protegida” para os entrevistados, apesar das dificuldades que acabam por definir essas áreas. Alguns deles, inclusive, relataram que há pessoas que vendem seus apartamentos nos conjuntos habitacionais, mas só compram ou alugam uma casa se for localizada em uma ZEIS.

De fato, em um dos processos de realocação, uma comunidade de palafitas (Vila Vintém II) foi removida de uma área estratégica para o CH Casarão do Cordeiro e no local ampliou-se o sistema viário. Nas proximidades do território removido, ocorre a permanência da ZEIS Vila Vintém, a despeito dos interesses de classes hegemônicas em relação àquelas redondezas, onde há um grande centro de compras, além de edifícios e outros estabelecimentos de comércio e serviços destinados a esses grupos (Figura 40).

Figura 40 - Situação de permanência da ZEIS Vila Vintém e retirada de comunidade vizinha.



Fonte: Organização da autora, 2017.

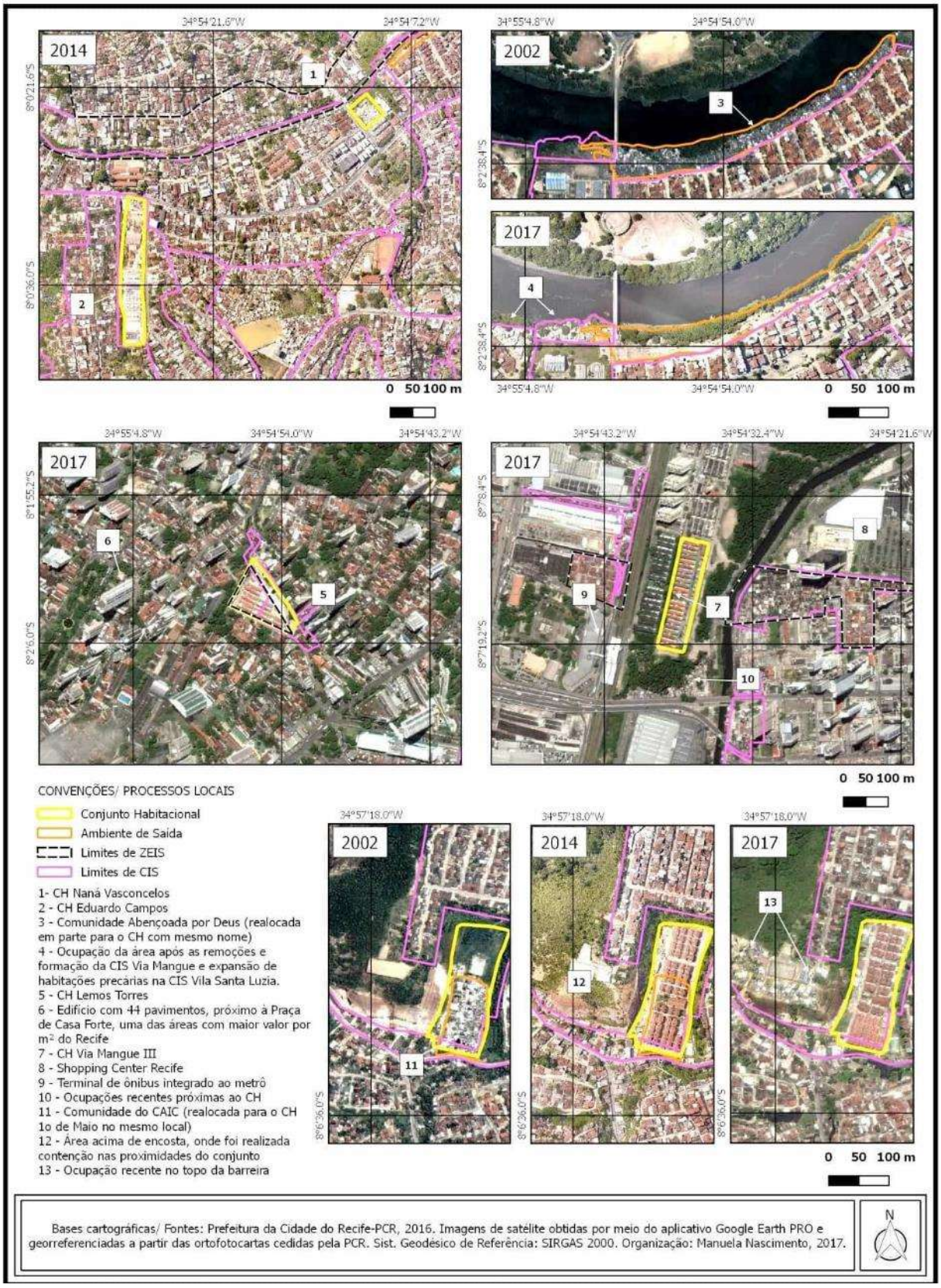
A seguir, na Figura 41, foram representados os principais padrões de inserção, os casos mencionados anteriormente sobre a reocupação do local onde se situava a Comunidade Abençoada por Deus, bem como o do CH Via Mangue III, onde sua alocação em um centro de comércio e a facilidade para acessar o transporte público, teve impacto positivo na opinião dos entrevistados, mesmo considerando outras dificuldades vividas. Nas proximidades do CH Via Mangue III, observa-se o rápido crescimento de ocupações no entorno, pois o CH encontra-se ainda no contexto nas áreas estratégicas como visto anteriormente.

Destaca-se a localização do CH Lemos Torres em uma área nobre da cidade, o padrão de inserção menos comum, e o mais comum, com a representação do entorno dos CH Governador Eduardo Campos e Naná Vasconcelos, que configuram o padrão verificado mais comumente, ou seja, em CIS. O CH Casarão do Barbalho (inauguração prevista para meados de 2018) e o CH Abençoada por Deus (inaugurado em 2006) também estão nesse grupo e, em relação ao processo de inserção, além de estarem em meio a CIS altamente adensadas e com altas demandas por infraestrutura de saneamento básico, também apresentam como entraves no processo de realocação e permanência, conflitos de natureza territorial entre grupos vinculados ao tráfico de drogas ou à criminalidade em geral. Esses tipos de conflitos também foram relatados em relação a ocupações no entorno dos CH após sua construção.

Os moradores do CH Abençoada por Deus afirmam que viveram em uma “guerra”, quando se instalaram na nova localidade, que com o tempo melhorou, mas custou ao local o nome de uma instituição penitenciária, assim como ocorreu no CH Casarão do Cordeiro. Não é difícil constatar que, nos dois conjuntos, a criminalidade e a violência (tanto na área interna como no entorno) ainda são marcantes no cotidiano das famílias.

Outro aspecto de conflitos em relação à inserção dos CH pode ser exemplificado pelo caso do CH Casarão do Barbalho, que se limita com assentamentos precários onde já ocorreram muitas promessas em relação à construção de um habitacional (como em outras áreas da cidade), mas o conjunto atenderá a famílias de “outra área”. Na observação direta no local, moradores do entorno relataram que já preveem conflitos e consideram injusta a alocação do CH em “sua área” sem os beneficiar (Figura 42).

Figura 41 - Padrões de realocação e situações de ocupação nas proximidades dos CH e territórios removidos.



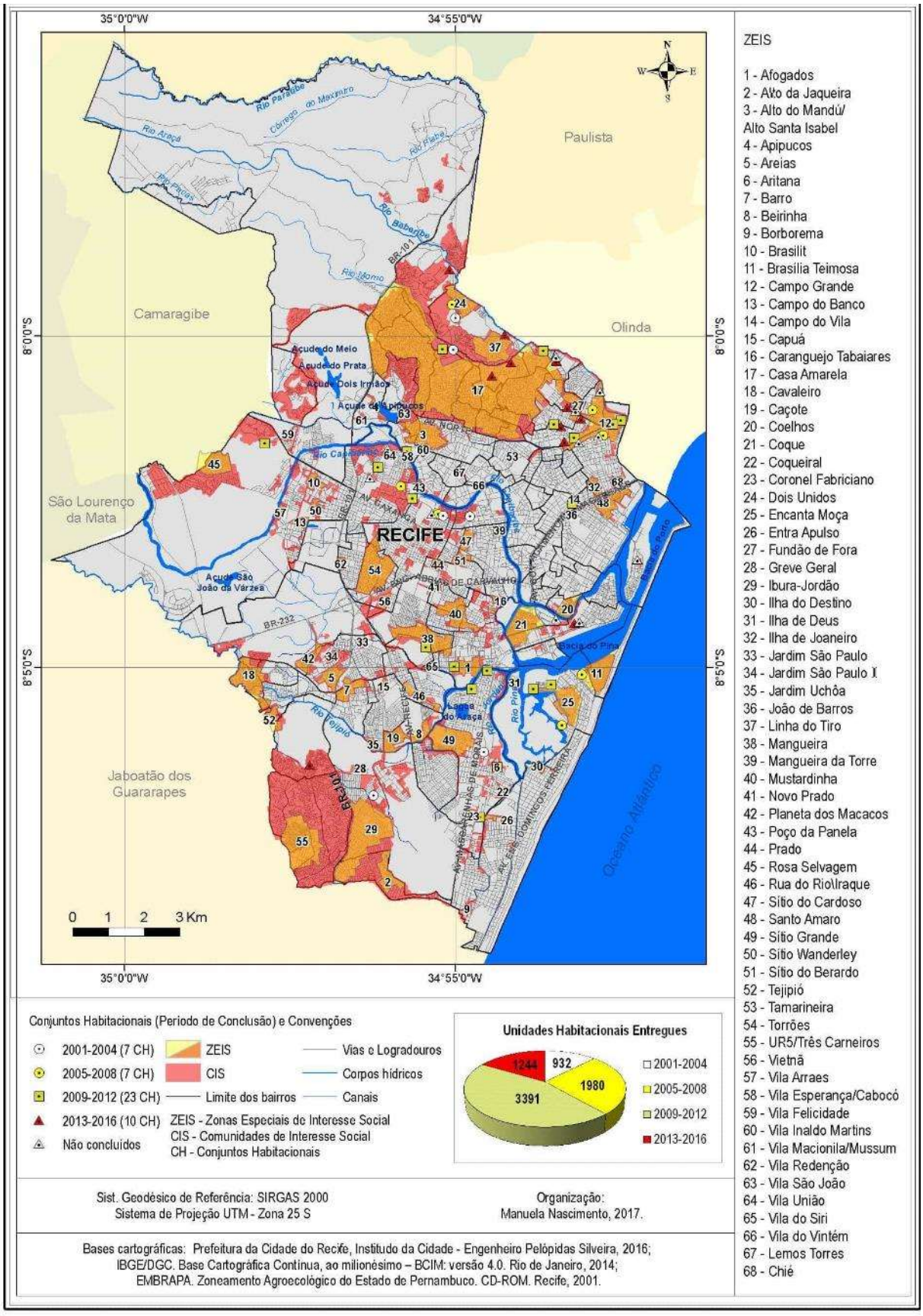
Fonte: Organização da autora, 2017.

Figura 42 - Áreas onde se verificaram conflitos de natureza territorial no entorno do CH.

Fonte: Acervo pessoal da autora. Créditos: (I) Elizabeth Silva, 2018; (II) e (III) Manuela Nascimento, 2017.
Nota: (a) habitações precárias entre as CIS Santa Marta e Ayrton Senna, separadas do CH Casarão do Barbalho por um muro; (b) resquícios de manguezais às margens do Rio Capibaribe; (c) edifícios que se encontram na outra margem do Rio Capibaribe e configuram o típico cenário das desigualdades existentes entre a margem esquerda e direita do rio; (d) CH Abençoada por Deus e (e) CIS Rua Marquês de Queluz, área altamente adensada no entorno do conjunto, assim como outras CIS que o contornam. Em (f) observam-se ocupações residenciais recentes no entorno do CH Via Mangue III (esse tipo de situação também foi verificado no CH Via Mangue II).

Temporalmente, considera-se um fator positivo no processo, que, ao longo do tempo, os CH passaram a ser construídos em áreas mais próximas às moradias de origem das populações realocadas. No entanto, como se pôde perceber, as construções com essa característica concentram-se na zona norte e oeste, em áreas pouco valorizadas pelo mercado imobiliário e carentes de infraestrutura urbana (Figura 43).

Figura 43 - Distribuição espacial e evolução temporal da implantação de conjuntos habitacionais em políticas de habitação de interesse social no Recife, de 2001 a 2017.



Fonte: organização da autora, 2017.

Nas áreas de interesse dos setores empresariais (como por exemplo, as porções centro-leste e sudeste), ainda ocorrem as lutas por permanência, pois quase "necessariamente", as obras implicam em remoções. Inclusive, observa-se que os poucos CH alocados nessa região encontram-se com as obras paralisadas, e de acordo com técnicos do Governo do Estado e Prefeitura, isso ocorre devido à falta de recursos. Nessa área, além de outros empreendimentos, encontra-se a proposta de implantação do Projeto Novo Recife no Cais José Estelita, que será utilizada aqui como exemplo da relação entre a implantação dos conjuntos e os interesses extrínsecos a ações em HIS[29].

Essa intervenção, que se encontra em processo de aprovação da revisão de sua proposta conceitual e arquitetônica, foi contextualizada e criticada por Santos e Gomes (2016) no sentido geral de seus efeitos negativos para a cidade, patrimônio histórico e pessoas no entorno, tendo em vista sua natureza segregadora e seu potencial de gentrificação. Esses autores também destacam que, devido ao frescor das mobilizações contra sua implantação, ainda há poucos estudos sobre seus impactos, uma das razões que também motivou a menção a este caso, por suas relações com a questão habitacional em áreas estratégicas.

> Embora seguindo muitas das diretrizes prenunciadas pelo Estado por meio dos planos anteriores, o capital imobiliário passou a dispor de mais liberdade para propor um processo de valorização do espaço sem qualquer controle social. É assim que surge, então, o Projeto Novo Recife [...] um empreendimento imobiliário de caráter particular, [...] prestes a ser implantado em uma localidade mercadologicamente valiosa da cidade, no Cais José Estelita, [...]. O local e seu entorno possuem muitos sobrados e edifícios de pequeno porte, casarios antigos e vários bens tombados pelas instituições de memória, [...]. A área destinada ao projeto possui cerca de cem mil metros quadrados (100.000 m²) [...]. Tendo a proposta de revitalização, as empresas propõem inicialmente a construção de treze (13) edifícios, que variam entre vinte (20) e quarenta (40) andares, destinados ao funcionamento de redes hoteleiras, escritórios e habitações de luxo. (SANTOS e GOMES, 2016, p. 389-390).

Trata-se de mais uma intervenção na "porta de entrada" para a zona sul do litoral recifense, onde se concentra parte do bloco das grandes rendas domiciliares da cidade e também comunidades em situação de vulnerabilidade social e ambiental, que seriam o público direto de projetos de habitação de interesse social.

Nessa área, percebe-se o arrefecimento na construção de CH, expressa pela morosidade na conclusão de projetos e pela paralisação das obras em dois grandes habitacionais, situados na própria área, destinados prioritariamente aos moradores de palafitas da ZEIS Coelhos e CIS Vila Brasil. Sendo uma área de grande interesse do capital privado e ao mesmo tempo, ocupada por moradores em comunidades que lutam historicamente para permanecer em suas habitações (principalmente Coelhos, Coque e Brasília Teimosa), tem-se mais um fator à resistência quanto

[29] Essa é uma das situações observadas que demonstram parte dos mecanismos colocados na Figura 3 (página 49).

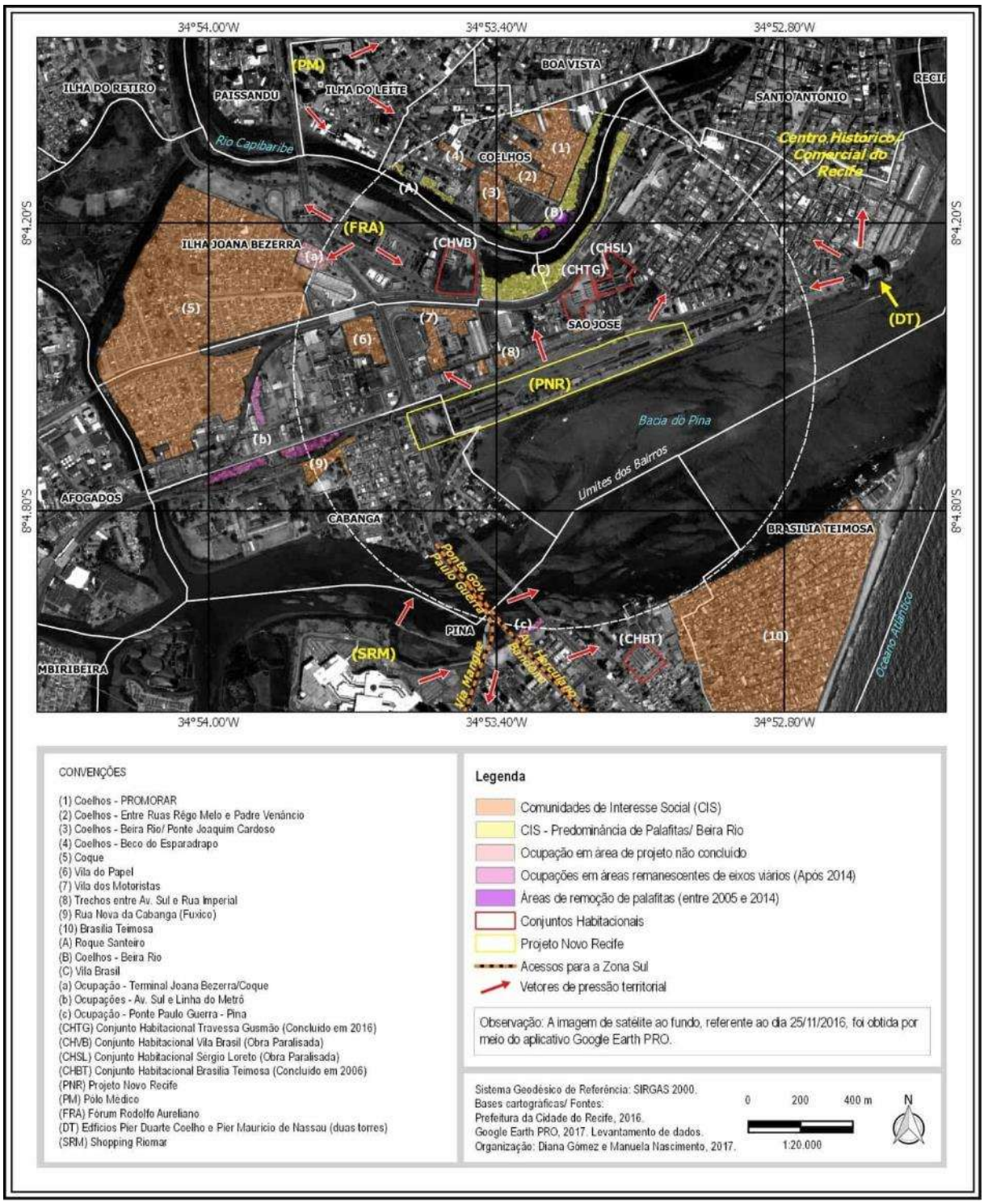
à implantação de projetos como o Novo Recife: a dificuldade de permanência daquelas pessoas em vulnerabilidade que residem nesse entorno (comunidades ou conjuntos habitacionais), frente aos seus efeitos "elitizantes".

Estabelecendo-se um raio de um quilômetro da intervenção e proximidades (Figura 44), encontram-se 13 fragmentos territoriais (1 a 10, A, B, C) de CIS, além de três ocupações de natureza residencial que se expandiram ou iniciaram-se após o levantamento das CIS em 2014 (a, b, c). Ainda neste perímetro, estão os terrenos onde, após um longo processo de espera que durou dez anos, foi construído o CH Travessa do Gusmão (CHTG) e encontram-se paralisadas as obras de outros dois grandes conjuntos habitacionais, o CH Vila Brasil (CHVB) e o CH Sérgio Loreto (CHSL), para onde seriam realocadas 672 famílias. No bairro Brasília Teimosa, localiza-se outro CH recente, que leva o mesmo nome do bairro, concluído em 2006, também resultado de um longo processo de reivindicações por parte dos moradores locais. Encontram-se demarcadas as áreas onde foram removidas as palafitas destinadas ao CHTG e a área do Projeto Novo Recife (PNR).

Na área em questão, na direção noroeste, localiza-se a área conhecida como Pólo Médico do Recife, onde, além dos diversos estabelecimentos de saúde, encontram-se prédios empresariais com escritórios de diversas finalidades. Na outra área marginal do rio Capibaribe, está o Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, ou Fórum do Recife, considerado o "coração do poder judiciário pernambucano", onde tramita a maioria dos processos judiciais do Estado.

É importante observar que o Pólo Médico foi formando-se pela concentração dos serviços de saúde na área dos bairros Paissandu e Ilha do Leite, já o Fórum foi implantado no local tendo em vista a possibilidade da formação de um Pólo Jurídico no bairro Ilha de Joana Bezerra, que esbarrou na luta popular por permanência dos moradores do Coque.

Figura 44 - Implantação de conjuntos habitacionais em área de interesses do capital empresarial privado no Recife/PE e vista de parte da área (no sentido da Zona Sul).



Fonte: Organização de Diana Gomez e Manuela Nascimento (2017). Foto: Manuela Nascimento, 09/01/2016.

Por si só, apesar da não concretização do Pólo Jurídico tal como planejado, estes dois centros de serviços são fatores de pressão na tentativa de deslocar as comunidades ali preexistentes, mas ainda se podem elencar outros dois pontos de pressão territorial. A construção das "duas torres" que prenunciavam o padrão de intervenção proposto com o Projeto Novo Recife e a implantação do "Complexo JCPM", com seu centro comercial Rio Mar no bairro Pina e a Torre JCPM em Brasília Teimosa.

Frente a todos esses elementos "desmobilizadores" da permanência das comunidades mapeadas, ainda se tem uma posição estratégica no acesso à zona sul. A construção da Via Mangue, que margeia o Centro Comercial Riomar e segue na direção de Boa Viagem, abriu novas frentes de intervenções revalorizando terrenos na porção oeste do bairro, conformando mais espaços para concretização dos interesses do capital imobiliário nessas áreas onde houve uma insuficiente articulação de movimentos de resistência por parte das comunidades envolvidas. A menor possibilidade de resistência também se deve ao fato da Via Mangue trazer no seu conteúdo propositivo a "utilidade pública", obviamente por se tratar de uma obra do poder público, no entanto, impregnada de nítidas conexões com os interesses do capital empresarial privado.

Como o processo denominado oportunamente de "revitalização" de áreas urbanas não cessa, o Projeto Novo Recife, a despeito do movimento Ocupe Estelita e outras iniciativas ainda atuantes para impedi-lo, não foi descartado. Observando as CIS no seu entorno, pode-se estabelecer um maior ou menor grau de vulnerabilidade quanto à permanência na área no que diz respeito à forma e tempo de ocupação. Ainda na Figura 44, tem-se que os fragmentos territoriais de 1 a 10 são mais consolidados e inclusive já foram fruto de obras de habitação de interesse social ou são ZEIS. Dentre elas, podem-se observar locais que remontam à história da produção do espaço urbano recifense, que já existiam na década de 50 e foram adensando-se na mesma medida que a cidade (região central) crescia e necessitava das grandes massas de trabalhadores que vinham de diversas partes do Estado.

A maior vulnerabilidade está nas áreas A, B e C, que já são alvo de realocações e remoções desde o início dos anos 2000. É importante observar que são áreas muito insalubres, mas se questiona a forma de realocação dessas famílias. A alternativa predominante é a retirada e o pagamento de auxílio moradia com um valor que não ultrapassa R$ 200,00 (duzentos reais). A construção de moradias por meio das ações em HIS, uma opção mais justa considerando o insustentável auxílio moradia, tem passado de sonho a pesadelo para muitos moradores que aguardaram décadas ou ainda estão à espera dos habitacionais paralisados.

6.2 Relações entre as pessoas realocadas e o ambiente urbano

Observados os padrões de inserção e as externalidades que interferem na provisão da HIS, parte-se a partir de agora para a observação das mudanças nas relações entre as pessoas mobilizadas em torno dessa "natureza urbana", marcada pela complexidade de tantos interesses e contradições.

Do ponto de vista da análise ambiental, tanto as formas de ocupação do solo, como a existência de possibilidades de melhorar a interação entre sociedade e natureza, suscitam algumas questões. Primeiramente, verifica-se que, mesmo considerando os avanços ao nível da consciência quanto à necessidade de respeitar as pessoas e o seu meio ambiente, provendo-lhes de melhores condições de vida, para além do acesso a serviços básicos (CASTILHO, 2012), torna-se cada vez mais imprescindível que as teorias e práticas relativas à sociedade e natureza se reaproximem.

Em segundo lugar, conforme Porto-Gonçalves (2006a), deve-se sempre atentar para essa questão como uma tarefa política, observando quem propõe os usos dos "recursos" naturais, uma vez que todos falam da defesa do meio ambiente, mas as práticas vigentes continuam contraditórias.

Santos (2007, p. 26-27) ainda destaca um elemento inerente à razão do homem ocidental, "[...] Sabemos que o nosso futuro é limitado porque nossa vida é limitada; por isso, tanto quanto podemos cuidamos de nossa saúde, de nossa alimentação". Porém, "[...] Com a sociedade não ocorre o mesmo: não é necessário cuidar do futuro [...] porque ele é infinito". Esse raciocínio pode ser facilmente estendido ao ambiente, em constante estado de remediação, uma vez que o cuidado em relação às "coisas da natureza", que em muitos de seus aspectos pareciam ilimitadas a até bem pouco tempo, ainda é muito restrito.

A partir disso, há de se considerar previamente que o esforço em lidar com a relação sociedade e natureza deve ser reforçado. No caso do presente estudo, os esforços direcionam-se para a provisão de habitações, levando em conta que o processo de retirada e instalação de moradias pode oferecer subsídios para elucidar elementos dessa relação. Nesse processo, são consideradas inúmeras variáveis em relação à infraestrutura habitacional (balanceadas pela relação entre a precariedade na situação de moradia em que as pessoas se encontram e a possibilidade de viver em um ambiente construído de forma mais convencional e adequada em termos de saneamento); no entanto, leva-se em conta de forma incipiente a subjetividade que envolve a percepção da natureza e interações ambientais no cotidiano das pessoas.

Em princípio, é interessante observar que para muitos dos entrevistados, a natureza, além de corresponder às percepções da presença de árvores, plantas, rios, animais, dentre outros elementos mais característicos de um sítio natural e sua conservação, é provedora de paz, sensações de bem-estar e sentimentos positivos, de alimentos e de lazer. Remete-se ao campo, ao interior e ao trabalho com a terra, bem como à família e à boa convivência entre as pessoas.

No conjunto de palavras que se referem à natureza na percepção dos entrevistados, foi possível categorizar nove unidades de conteúdo, que possuem especificidades materiais, mas que juntas denotam certa subjetividade e distanciamento em relação à noção em si, uma vez que os elementos materiais mencionados surgiram em grande parte como coisas desejáveis e importantes; no entanto, ausentes no seu cotidiano. As falas dos entrevistados, quando questionados sobre o que é natureza, deixaram o distanciamento mais nítido nas suas formas de percepção.

Quadro 6 - Palavras que lembram "natureza" de acordo com os entrevistados.

Grupo A		**Grupo B**		**Grupo E**		**Grupo H**	
Árvores	16	Ar	10	Vida	12	Local de Lazer	3
Plantas	10	Vento	6	Paz	3	Sossego	3
Mangue/ Manguezal	8	Ar puro	4	"Viver em paz"	1	Silêncio	1
Animais	5	Sombra	3	Vida melhor	1	Tranquilidade	1
Rio	5	Respiração	2	Vida boa	1	Local de ficar	1
Água	4	Ar livre	1	Esperança	1	Canto livre	1
"Verde das árvores"	3	"Aquele ar gostoso!"	1	Renovação	1	**Grupo I**	**10**
Mata/ Mato	2	"Tempo muito quente"	1	Respeito	1	Interior	4
Flores	2	Climatização	1	**Grupo F**	**21**	Plantar	2
Jardim	2	Chuva	1	União	7	Plantação	2
Pássaros	1	**Grupo D**	**31**	"Comunicação entre as pessoas"	1	Sítio	1
Rio limpo	1	Poluição	5	Pessoas boas	1	Fazenda	1
Lugar com rio	1	Ambiente	2	"A gente"	1	"Trabalhar na roça"	1
Grupo C	**60**	Paisagem	2	Convivência	1	Agricultura	1
Mar	9	Tudo	2	**Grupo G**	**11**	Pescaria	1
Praia	7	Ambientalismo	1	Mãe	1	Horta	1
Maré	3	Desmatamento	1	"Minha Infância"	1		**14**
Crustáceos	2	Limpo/Sujo	1	"Minha esposa"	1		
Sereia	1	A Terra	1	"Meus animais"	1		
	22		**15**		**4**		

Fonte: pesquisa de dados primários. Organização da autora, 2017.

Falas dos Entrevistados (E) 7 - Sobre o que é natureza.

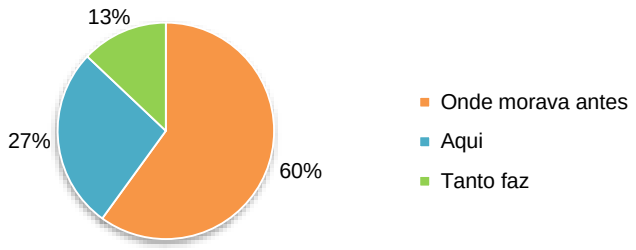
E29 - Essas árvores, o mangue ali atrás escondido.
E32 - Natureza é o lugar, interior, sair de um canto e saber que pode voltar tranquilo.
CH Via Mangue II
E3 - A Natureza é muito importante, é um privilégio que deve ser ensinado às crianças.
E4 - Respirar um ar puro, dar valor à vida. É um mundo verde. A natureza nos ajuda...
E12 - Uma coisa muito importante para o cidadão. O meio ambiente prevalece muita coisa de saúde para as pessoas. É uma coisa muito bonita de se ver.
CH Abençoada por Deus
E15 - Plantar e colher para sobreviver.
CH Bueirão
E21 - É as árvores, é respirar bem, conviver num mundo sem aperreio.
E25 - A natureza é boa, nós que invade o território dela.
CH Brasília Teimosa
E41 - É viver, entendeu?
E43 - Uma coisa boa. É trabalhar, andar, fazer uma plantação, comer na fartura.
CH São Francisco de Assis
E60 - Viver num lugar que se sente bem, com boa paisagem.
CH Minerva
E63 - Tudo de bom pra gente. Agora pode mandar chuva!
CH Solano Trindade
E84 - O que Deus dá... Vê o dia amanhecer...
CH Palha do Arroz

No conteúdo mencionado no Quadro 6, que se manifestou de forma equivalente nas falas, prevaleceu uma percepção positiva e de conforto, com uma minoria de expressões que expressavam “negatividade” em relação ao termo natureza, e isso relacionava-se ao fato das pessoas não a respeitarem, poluírem ou invadirem seu espaço. Praticamente não ocorreram menções a questões de falta de infraestruturas ou saneamento básico, destacando-se apenas menções à falta de arborização.

Considera-se que a supressão da natureza, no que compete às relações entre as pessoas e seu meio, traduziu-se fortemente pelas expressões de afastamento e ausência, e a sensação tornou-se pior na nova moradia, uma vez que a maioria dos entrevistados considerou que se sentia “mais próximo à natureza” no território que lhes foi tomado (Figura 45). Esse é um fato relevante diante dos aspectos mencionados por muitos entrevistados sobre as péssimas condições de salubridade vividas em seus locais de moradia anteriores, o que denota uma vivência de natureza muito diferente de “estar ou ver belas paisagens verdes”, na qual experiências de contemplação ou sensoriais contextualizam-se com a vivência material dos efeitos da desigualdade e vão muito além do “belo”, do “intocado” ou do “verde urbano revitalizado”. Nesse ponto, vale novamente expressar a incoerência das reduções de espaços para ajardinamento e outras reduções de exigências de padrões urbanísticos na instituição das

ZEIS II, que privam as pessoas realocadas da possibilidade de reconstrução, ainda que mais artificializada, de espaços “verdes e abertos” no entorno de suas moradias.

Figura 45 - Proximidade com a natureza em relação ao antigo e novo local de moradia



Fonte: pesquisa de dados primários. Organização da autora, 2017.

A natureza, mesmo na vivência da precariedade, é essencialmente boa para o grupo de pessoas pesquisado, provavelmente, um conforto essencial no tocante às privações experimentadas. Entretanto, deve-se destacar que dentre as pessoas que responderam “aqui”, foi justamente quando houve ênfase na falta de saneamento, ocorrência de alagamentos e cheias dos rios, principalmente do rio Beberibe. Essas opiniões em relação à maior proximidade com a natureza no “novo local” de moradia ocorreram de forma espacialmente localizada, para quem saiu das margens do rio Beberibe, rio Morno e Canal do Jacarezinho. As opiniões abaixo são algumas dentre as falas de pessoas que expressaram diferenças entre um local e outro, mesmo sem terem sido questionadas, no momento em que falavam sobre o que seria natureza para elas. A maioria mencionou algo que perdeu com a mudança e, ocorrendo em menor proporção, estão as opiniões de maior aproximação.

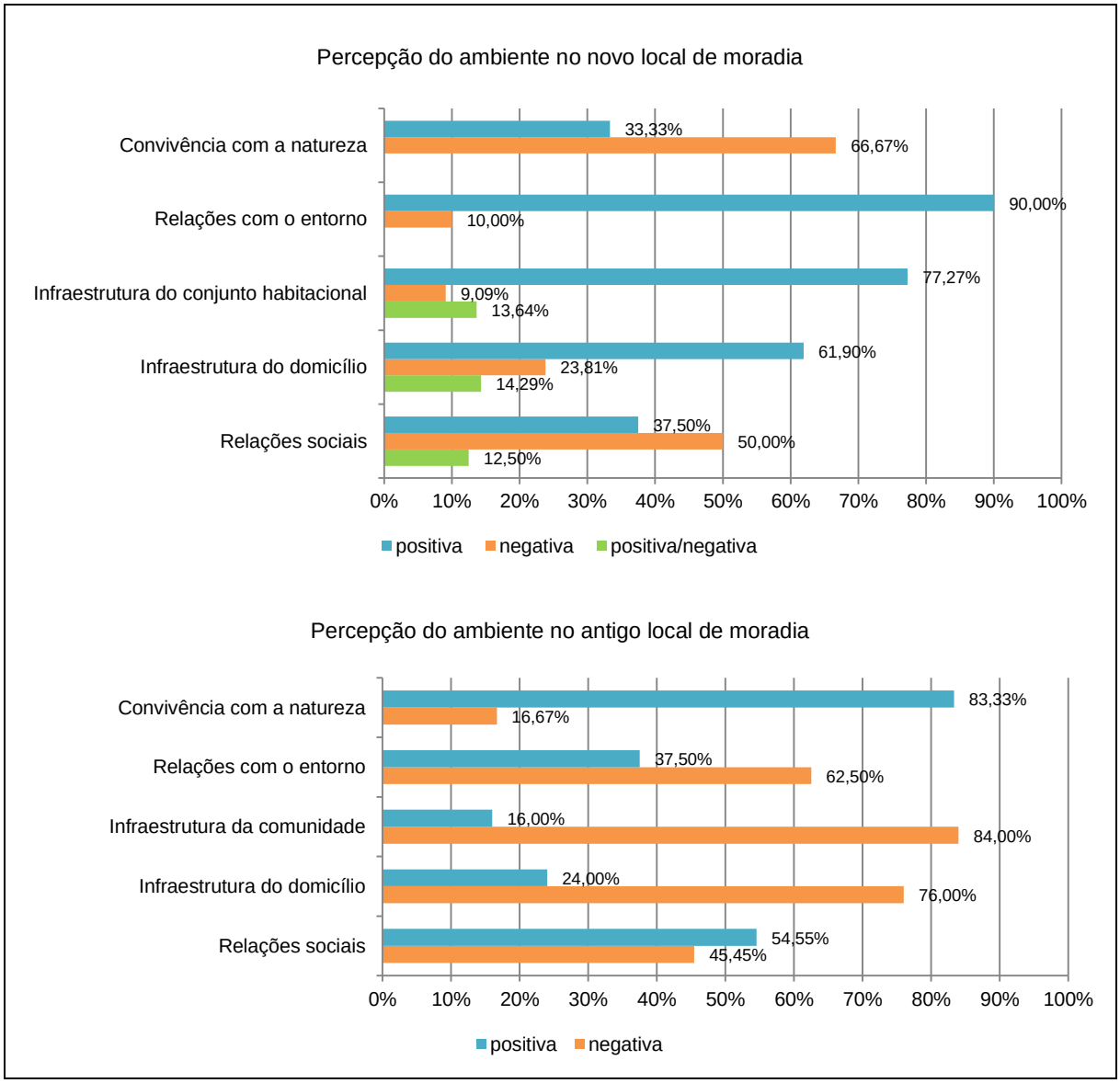
Falas dos Entrevistados (E) 8 - Sobre a natureza onde morava antes e no local atual.

E32 - São os crustáceos que a gente degusta e pode negociar, mas lá tá até proibido. Lá tinha mangue que se pegava tudo, aqui atrás é viveiro.
CH Via Mangue II
E6 - É maré limpa, o mangue bem cuidado. Aqui não tem nada de natureza.
E7 - A natureza é livre, lá era aberto, tinha vento.
E10 - Uma coisa muito importante, através dela melhoramos nossa vida, nosso ambiente. As árvores que aqui deveria ter.
E13 - É muito importante. Lá tinha como plantar, tinha maré, o rio...
CH Abençoada por Deus
E37 - Plantações que aqui não tem. Aqui não tem Natureza.
E39 - Aqui não tem nada, a gente que plantou os pés de árvore.
CH Travessa do Gusmão
E40 - A gente perdeu muito a natureza daqui.
CH São Francisco de Assis
E63 - Tudo de bom pra gente. Agora pode mandar chuva!
E65 - Lá em baixo a gente não tinha.
CH Solano Trindade

De forma praticamente oposta, a percepção em relação ao “ambiente” remeteu as pessoas diretamente às suas interações com o meio, de forma menos subjetiva. Quanto a esse ponto as pessoas retornaram a alguns aspectos que já haviam destacado quando foram questionadas sobre os problemas dos CH e em relação ao que sentiam falta ou não sentiam falta no novo local de moradia.

A partir das respostas fornecidas, foi possível estabelecer cinco categorias de respostas para cada situação (Figura 46). Na categoria “convivência com a natureza”, a comparação das respostas, mostra formas de percepção em sua maioria negativas para o novo local e que se eleva em opiniões positivas quando se trata do local de moradia anterior.

Figura 46 - Diferenças no ambiente por tipologia



Fonte: pesquisa de dados primários. Organização da autora, 2017.

Apesar das menções a aspectos do meio físico e da convivência com a natureza, pelas quais se manifestou a diferença acima mencionada, a maior frequência de respostas em relação às mudanças no ambiente foi nas categorias “infraestrutura do domicílio” e “infraestrutura da comunidade ou CH”. As respostas mostraram que a noção de ambiente se aproxima da dimensão das dificuldades vividas no cotidiano e associa-se muito à noção de uma “boa habitabilidade”.

Em relação à infraestrutura do domicílio, observa-se que no novo local, apesar das pessoas queixarem-se frequentemente do tamanho ou ventilação, a percepção em relação ao domicílio é mais positiva, e no antigo local, é negativa com uma diferença de percentual maior. Essa percepção positiva do ambiente no novo local é análoga em relação às condições de infraestrutura na comunidade em que viviam e no CH. Algumas opiniões dos entrevistados refletem bem a sensação positiva em relação a esses aspectos.

Falas dos Entrevistados (E) 9 - Sobre as mudanças no ambiente – positiva em relação ao *novo* local de moradia.

E6 - Nem se compara um barraco para um apartamento.
E7 - As casas são melhores, lá era tudo táuba.
E12 - Aqui a gente respira melhor, o aconchego, o conforto é melhor, o ambiente mais mudado, mais saudável. Lá era só o cheiro do rio (ruim). Aqui só é muito envolvimento com droga.
CH Abençoada por Deus
E21 - Tudo, aqui é muito melhor, lá era um quintal com uma coberta.
E24 - Aqui é mais aberto, mais ventilado. Lá era beira da maré.
CH Brasília Teimosa
E38 - Aqui é enxuto, lá é molhado.
CH Travessa do Gusmão
E41 - Aqui é uma rua principal, lá era um beco, uma coisa horrorosa, casa com casa. Morar em beco é horrível!
E43 - Aqui tem um vento bom, é mais aberto, menos quente.
CH São Francisco de Assis
E46 - Pouca, só que aqui é perto de tudo.
CH Via Mangue III
E54 - O ar é diferente. Rua calçada. Esgoto. A pessoa é outra.
E56 - Tudo! Lá entrava água. Eu morava na beira do canal. Aqui não entra.
CH Felicidade
E60 - Aqui é melhor, tem mais lazer, lá era mais apagado, esquisito. Aqui entra e sai qualquer hora.
CH Minerva
E62 - Aqui é bom demais! Queria sair por causa da lama. Se não fosse a cheia...
E64 - Aqui é muito melhor em tudo. Perto de tudo. Tudo calçado, tem várias condução pra onde quiser ir. Lá comprava móveis várias vezes.
CH Solano Trindade
E75 - Mais acessibilidade ao transporte público. Tem calçamento, saneamento.
CH Beira Rio

É possível observar que as opiniões positivas em relação ao antigo local remetem-se frequentemente a aspectos que se relacionam ao contato com elementos do sítio natural. A sensação de bem-estar ambiental, que aqui se mescla à boa habitabilidade, também é muito influenciada pelas dificuldades nas relações sociais, à falta de tecnologias sociais de acompanhamento e organização comunitária, além da forma deficitária como arborização, ajardinamento e hortas vêm sendo implantados.

Algumas falas retratam a ausência de arborização, outras a dificuldade de manutenção de jardins e propostas malsucedidas de implantação de hortas comunitárias. Observou-se que a atividade de plantio ou "ter plantas" em suas casas foram muito mencionados pelos entrevistados; sendo então a possibilidade da viabilização efetiva de hortas comunitárias um anseio para muitos, uma vez que além da melhoria na paisagem seria uma fonte de renda ou incremento alimentar.

Falas dos Entrevistados (E) 9 - Sobre as mudanças no ambiente (continuação) – positiva em relação ao *antigo* local de moradia.

E1 - Lá via os caranguejos e os pássaros.
E32 - Aqui é mais quente do que lá.
CH Via Mangue II
E3 - Vento forte, mangue, ar livre, ar gostoso.
E4 - Aqui não vê nada disso, só no parque, lá a gente convivia mesmo, lá é relaxante, ventilado.
CH Abençoada por Deus
E15 - Aqui é muito fechado, lá tem espaço.
CH Bueirão
E23 - O ambiente era bom, calmo. Lá era perto da praia.
E26 - Muitas coisas. O ar daqui é poluído. O cheiro era gostoso, perto da praia. Aqui vivo num canto assombrado.
CH Brasília Teimosa
E34 - Lá tinha vento, mangue, vento bom, tinha meu pé de acerola, tinha galinha, galo, cachorro. Tive que dá fim a tudinho.
E35 - Lá se via a água, as plantas, aqui não. No bloco mais unido tem jardim, lavam o bloco. Tentaram fazer aqui um jardim, mas ninguém cuida por causa da falta de união.
CH Travessa do Gusmão
E46 - Manguezal, rio, praia, aqui não tem.
CH Via Mangue III
E57 - Lá eu me sinto bem.
CH Felicidade
E59 - Lá era na beira do rio. Tudo árvores. Aqui a gente não vê.
E61 - Lá era em cima do mato. Aqui também é perto por causa dos eucaliptos, estão derrubando... Mas tem vento.
CH Minerva
E82 - Lá tinha tudo, aqui não tem nada.
CH Palha do Arroz

A opinião positiva em relação às condições do entorno da habitação, predominantemente positiva no CH e negativa no antigo local de moradia, ainda na observação da Figura 46, refere-se principalmente à melhoria nas condições de saneamento de uma forma geral. Curiosamente, no conjunto das categorias, foi a menos recorrente em relação às mudanças no ambiente, pois como foi antes mencionado, a noção de ambiente vinculou-se mais fortemente à condição da moradia, seu entorno mais imediato e relações sociais.

A categoria "relações sociais" teve pouca diferença entre recorrências positivas e negativas, mas na comparação entre novos e antigos locais de moradias, nota-se que há uma elevação dos problemas nos CH e parte dos entrevistados trouxe opiniões que demonstram reconhecimento conjunto dos pontos bons e ruins na mudança. O ambiente dos CH, a partir da análise dos depoimentos, é mais fragmentado socialmente e/ou marcado pela insegurança, como se viu principalmente nos CH de maior porte.

A falta de união (união que para a maioria existia anteriormente na sua comunidade originária) foi uma citação comum, bem como os relatos de atividades criminosas e a necessidade da colocação de grades, inclusive nos corredores de todos os andares do conjunto habitacional. Esse aspecto pôde ser observado no CH Santo Antônio, relatado como uma demanda dos moradores que entrou em discordância com as possibilidades de alterações construtivas estabelecidas pela PCR. Seguem algumas opiniões em relação a esse aspecto.

Falas dos Entrevistados (E) 9 - Sobre as mudanças no ambiente (continuação) – relações sociais.

E27 - Aqui é mais violento do que lá. As crianças convivem no meio. Vivo com medo. Tem que gradear tudo.
E30 - Aqui o ambiente é de guerra. Lá teve desmatamento.
CH Via Mangue II
E10 - Muita violência, confusão e tráfico.
E11 - Tem muita coisa de errado, se for falar vai longe. Muita gente errada. Lá era bom demais, o barraco era de frente, de alvenaria, eu tinha a barbearia pra cortar cabelo.
E13 - Insegurança, o tráfico aumentou e é mais aberto. Botaram semente de maconha na minha planta.
CH Abençoada por Deus
E17 - A vizinhança melhorou porque era uma invasão e tinha muita gente.
CH Bueirão
E65 - A limpeza, aqui é casa não é barraco. Se livramos das cheias. Agora tá um roba-roba de varal.
E66 - O habitacional é bom, o problema são as pessoas. Sai da favela pra vir para um lugar desse é uma maravilha, mas tem gente que não sai da favela.
CH Solano Trindade
E55 - Muita diferença. Aqui ninguém mexe com ninguém.
CH Felicidade

A dificuldade em modificar “costumes” relativos à vida nas moradias anteriores, que no CH impactam a coletividade, também foi observada como um entrave para se viver em um “bom ambiente”. Parte dos entrevistados mencionou o desadensamento populacional e domiciliar como fatores de melhoria nas relações sociais, isso, principalmente em conjuntos de menor porte, onde se verificaram maiores possibilidades de cooperação e organização. O fato de ter “menos gente” aparece positivamente, mas vale destacar que muitas pessoas removidas não foram para os CH porque optaram por indenizações, fato que segundo os entrevistados significou arrependimentos, uma vez que os valores não foram suficientes para comprar “nem um barraco” e a pessoa ficou “sem nada”.

As falas sobre as mudanças no ambiente refletiram bem o nível de complexidade das interações que surgem e são suprimidas no processo de realocação. Há de se considerar que os padrões de inserção não poderiam ser determinados apenas pelo jogo desigual dos interesses territoriais e disponibilidade de terrenos para a construção de conjuntos, pois diante dos problemas observados, fica claro que a política não tem contribuído para melhorias ambientais em sentido amplo, conforme previsto na própria Constituição Federal. Como é um dever constitucional do Estado e havendo investimento do dinheiro público, não é aceitável esse mecanismo recursivo que gera problemas e produz formas distorcidas de cidadania.

Da mesma forma, não é aceitável que o ambiente seja “verde”, “aprazível”, “ajardinado” para uns e não seja para outros, que apesar de viverem anteriormente em condições precárias, construíram formas complexas de relações com a natureza. Será utopia imaginar que mesmo inserindo “o pobre” na periferia, existem possibilidades de se criar ou recriar um ambiente melhor? O acompanhamento social e ambiental na pós-ocupação é fundamental nesse processo, mas isso vem consolidando-se como um déficit histórico.

Propõe-se, diante disso, que os CH sejam planejados como um centro de ações que beneficie não só os seus moradores, mas também seu entorno. Formando-se, assim, espaços de investimento que atendam satisfatoriamente um grupo de pessoas maior, ou ao menos os moradores, que, obviamente, não estão isolados do entorno, muito dinâmico em praticamente todos os espaços observados.

A construção e manutenção de espaços como quadras esportivas, parques e de convivência, ou mesmo as hortas que podem expandir-se para projetos de compostagem, espaços para a prática de atividades de reciclagem, são exemplos de possibilidades de construção de ambientes mais sustentáveis a partir do CH que agregam valor à PHIS e elevam

seu potencial de transformação. O “conjunto de habitações”, apenas, está muito longe de proporcionar os benefícios previstos.

As considerações logo acima surgem pelo fato de que “o onde” as pessoas são realocadas, no contexto do conjunto do território municipal, tem sido determinado por fatores externos às demandas por habitação e melhor habitabilidade, devendo-se levar em conta a invariabilidade de mudanças nas determinações do capital empresarial privado na gestão territorial. Dessa forma, vislumbra-se que “o como” tem maior possibilidade de ser alterado, transferindo-se o foco da busca da resolução dos problemas para os ambientes de reinserção. No próximo tópico, seguindo esta ideia, avaliou-se a relação entre a localização e as infraestruturas e serviços que têm influência direta na forma como as pessoas vivem nos novos locais.

6.3 Direito à cidade e condições de integração socioespacial e permanência nos ambientes de realocação

O tema do direto à cidade vem transversalizando discussões sobre temas clássicos na produção do espaço urbano, debates sobre a efetividade de políticas públicas e a atuação de movimentos sociais. A consideração deste aspecto torna-se emergente na medida em que ocorrem invariavelmente embates desiguais nas relações de poder entre os sujeitos que conduzem as decisões sobre o território (BRUNO, 2009). Também implica numa direção contrária a desígnios da gestão pautados essencialmente no poder político, nos quais a tomada de decisões exclui parcelas da população.

Se por um lado, o direito à cidade, ainda apresenta tendência a situar-se no plano da visualização de problemas e de reinvindicações, ao invés de efetivamente contribuir para a ocorrência de mudanças na redistribuição dos espaços e benefícios para todos os habitantes nas cidades; por outro, ele manifesta forças que contribuem na busca por cidades mais equitativas. Postula-se que, por conta da existência de legislação pertinente (tanto os artigos 182 e 183 da Constituição Federal como o seu desdobramento no Estatuto da Cidade, por exemplo), bem como por ser um conceito amplamente aceito e discutido em termos acadêmicos e práticos, o direito à cidade careça apenas de mais instrumentos que contribuam para sua legitimação, além da evidente ampliação de sua inserção na execução das políticas públicas.

Desta maneira entende-se que as ações na gestão da habitação possuem forte caráter territorial, que, em sua complexidade, não pode ser considerado apenas um fator de redistribuição de locais de moradia, mas levar em conta as territorialidades envolvidas. No caso

das “despossessões”, tal como proposto por Harvey (2012), fica clara a conveniência higienista, por meio da qual as mudanças em determinadas porções do território deverão necessariamente passar por “reconstruções” que implicam no total desaparecimento de áreas pobres, e assim,

> A absorção de excedente através da transformação urbana tem um aspecto obscuro. Ela tem acarretado repetidas contendas sobre a reestruturação urbana pela “destruição criativa”, que quase sempre tem uma dimensão de classe já que é o pobre, o desprivilegiado e o marginalizado do poder político que primeiro sofrem com este processo (HARVEY, 2012, p. 82).

Pensando no “habitar” a cidade, os dissensos anteriormente mencionados emergem mais intensamente, considerando áreas com a ocorrência de altas densidades demográficas e a constante disputa por espaços. Na medida em que essa “disputa” tem como determinante a capacidade de intervenção de agentes de acordo com seu poder financeiro, resta às populações que estão à margem da tomada de decisões quanto à sua posição no espaço urbano, sofrer as consequências das intervenções associadas ao capital empresarial. Nesse sentido, Harvey (2012) posiciona a questão a partir da noção de liberdade, afirmando que

> A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos (HARVEY, 2012, p. 74).

Contudo, um problema subjacente emerge: Para chegar a essa forma de liberdade, no contexto de deficiência do acesso a recursos urbanos básicos que ainda é verificado no Brasil, o direito à cidade terá de passar ainda por outros estágios que se relacionam ao acesso a serviços e infraestruturas essenciais ao bem-estar humano. Não que os dois movimentos não possam ocorrer simultaneamente, os dois são imprescindíveis e complementam-se, porém, a dificuldade se apresenta em incorrer-se por um caminho que vise um fim distante das carências vivenciadas, sobretudo pelas populações em maior estado de precariedade com relação ao ambiente e suas habitações. Daí é importante reiterar a citação de Harvey (2012), pois nela se encontra este espaço para discutir mudanças efetivas, não deixando apenas de destacar, que o direito à cidade não pode negligenciar a premissa do acesso a recursos urbanos.

No sentido de diminuir os efeitos do processo de formação historicamente desigual do espaço urbano (VASCONCELOS, 2004), tem ocorrido no Brasil a implementação de políticas públicas de caráter integral, englobando ações em habitação, saneamento e infraestrutura urbana de uma forma geral. As intervenções são oriundas principalmente do PAC, nas suas modalidades Saneamento e Urbanização de Assentamentos Precários. No caso da cidade do

Recife, Pernambuco, as obras contemplam, sobretudo, a recuperação de áreas ambientalmente degradadas situadas às margens dos rios Capibaribe e Beberibe e a ampliação da infraestrutura viária, como já foi observado na análise das intencionalidades envolvidas nas realocações.

Em algumas ações ocorre a articulação da construção de habitações e do saneamento, com o provimento dos demais serviços e infraestruturas necessárias para uma melhor situação de habitabilidade em relação ao entorno do CH, mas isso não é a regra. As recomendações para construção de habitações com subsídios do poder público ou em HIS têm avançado no sentido de ampliar o espectro da ação para seu entorno, mas ainda há muito que avançar, de acordo com o que foi verificado na pesquisa em campo. Os dois tópicos a seguir dão continuidade à discussão sobre as formas de realocação, abordando a relação com serviços e infraestruturas públicas essenciais, além dos problemas, desafios e a questão da permanência nos habitacionais.

6.3.1 *Relações entre a localização dos conjuntos habitacionais e a infraestrutura disponível na prestação de serviços públicos*

´ As condições de acesso aos serviços e infraestruturas públicas podem ser sistematizadas a fim de se obter alguns indicadores de como estas realocações de natureza política e econômica – que incrementam as aglomerações em áreas pobres – dificultam ou não o alcance de boas condições de habitabilidade.

Levando em conta o acesso a esses serviços de uma forma geral, deve-se ressaltar um primeiro aspecto com relação às áreas de implantação dos CH: independentemente dos quantitativos de unidades de educação e saúde, infraestrutura de parques, praças ou áreas verdes ou de transporte público aqui apresentados, é importante observar a elevada demanda pré-existente no local, uma vez que os conjuntos (como foi visto na Figura 33) ocupam áreas de densidade demográfica muito elevada. A base de informações municipais fornecida pela PCR corresponde ao ano de 2014, então pode ter ocorrido a implantação de novos estabelecimentos no período.

Em relação às instituições educacionais e de saúde, nesse momento não foram avaliadas as quantidades de vagas nos estabelecimentos de ensino ou capacidade de atendimento das unidades de saúde, fatores que serão considerados em momento posterior a fim de refinar a análise sobre a satisfação das demandas. Considera-se relevante, também, a avaliação mais detalhada da quantidade de linhas de ônibus e sua frequência, bem como a situação da infraestrutura e condições de acesso e permanência nos parques, praças e áreas verdes, identificados nas proximidades dos conjuntos habitacionais. Para esse momento, verificaram-

se características gerais em relação às localizações. A opinião dos entrevistados foi consultada para obter informações sobre os usos desses espaços e serviços, servindo como indicadores de natureza qualitativa.

No *WebGis* que está sendo gerado, está prevista a consulta das informações para cada CH, incluindo as áreas previstas para construção de habitacionais pela Prefeitura. Nele, será possível identificar as unidades de saúde, educação, parques, praças e áreas verdes e linhas de ônibus disponíveis para cada conjunto concluído ou previsto.

Também vale destacar previamente que algumas famílias são originárias de locais próximos aos conjuntos, diminuindo a geração de novas demandas por serviços, permanecendo vinculadas aos postos de saúde ou escolas que as atendiam anteriormente, bem como utilizando as mesmas linhas de ônibus ou frequentando os mesmos parques e praças. No entanto, esse grupo foi minoria na pesquisa de dados primários.

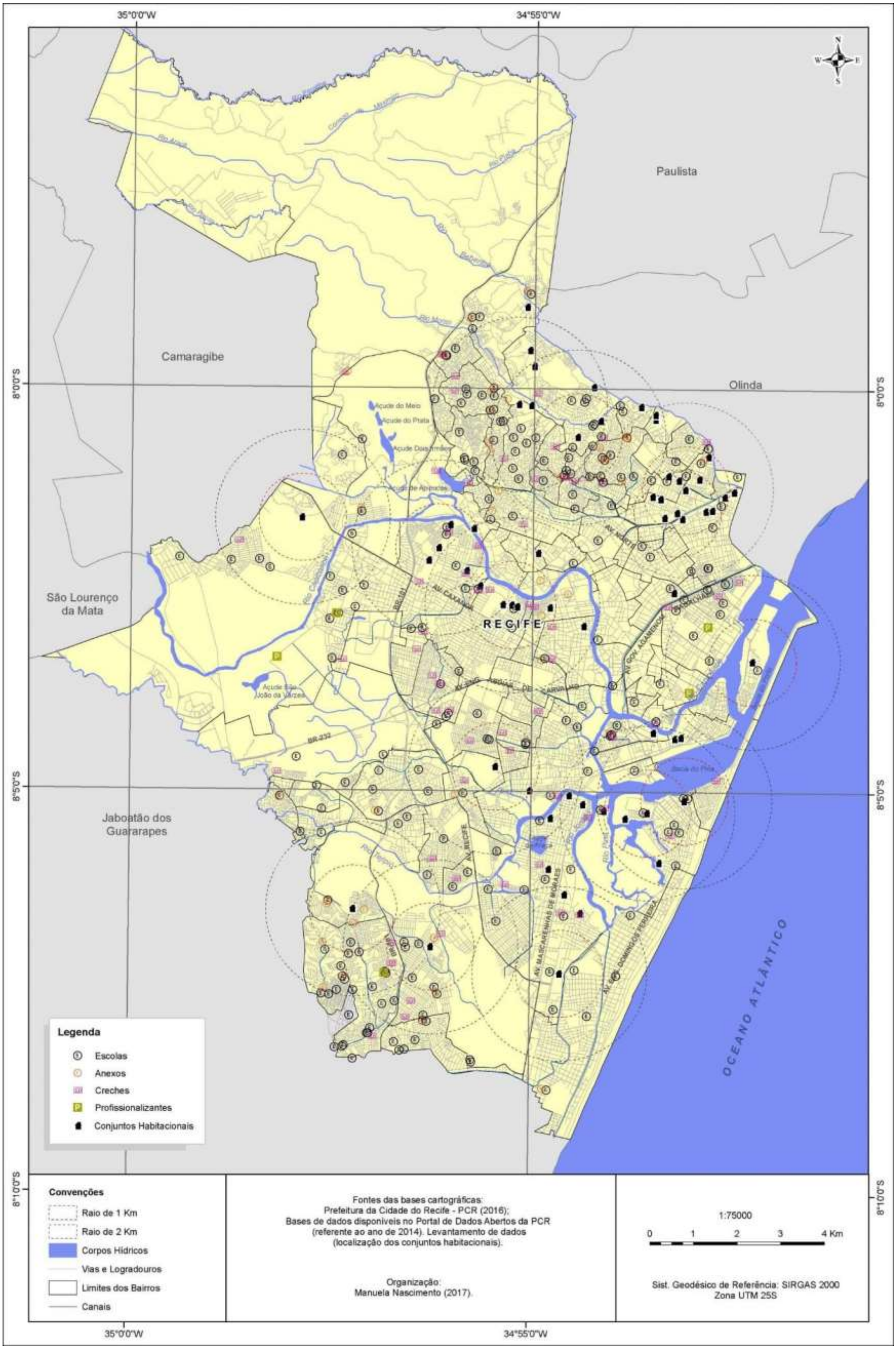
Outro ponto importante a considerar em relação às localizações, principalmente no acesso às unidades de educação, é que a proximidade é condicionada pela forma de mobilidade utilizada, sobretudo "a pé" ou "de bicicleta". Nessas formas de mobilidade, a mudança de uma distância de menos de um quilômetro, para uma distância de dois quilômetros ou mais, além de dificultar o acesso, pode representar uma concentração da demanda por vagas em unidades mais próximas a um conjunto ou grupo deles, onde agora se aglutina uma população que antes estava distribuída em vários estabelecimentos. A distância maior que um quilômetro também é determinante para ida a parques, praças e áreas verdes.

Levando em conta a tipologia dos estabelecimentos de educação pública, observa-se uma boa distribuição das escolas e seus anexos, mas há poucos estabelecimentos do tipo creche e profissionalizante, e esses, também se encontram concentrados na região onde há menos CH. Num raio de dois quilômetros do centro do maior aglomerado de conjuntos implantados na Zona Norte, por exemplo, só há duas creches municipais e nenhum centro profissionalizante (Figura 47).

Considerando a boa distribuição e abrangência dos estabelecimentos de ensino de uma forma geral, é importante atentar para alguns casos particulares onde aparecem poucas escolas ou os estabelecimentos encontram-se mais distantes. Nessa situação encontram-se o CH Várzea II, CH Lemos Torres e o CH Travessa do Gusmão. Quanto a este último, vale observar que apresenta a maior condição de "isolamento" e dificuldade de acessar serviços dentre os conjuntos observados, sendo isso verificado tanto na análise cartográfica, como pela observação em campo e entrevistas.

A partir do que foi analisado, quanto ao serviço de educação pública, há um peso maior em relação às dificuldades de reinserção de crianças e adolescentes em um novo grupo escolar do que em relação à dificuldade para encontrar vagas nas escolas. Disputas entre comunidades diferentes, incluindo problemas em relação à criminalidade, transferem-se para o ambiente escolar e como será visto mais adiante, se traduz em razões para muitas famílias saírem do CH e retornar para seus locais de origem, evitando, assim, problemas como a segurança dos filhos e filhas.

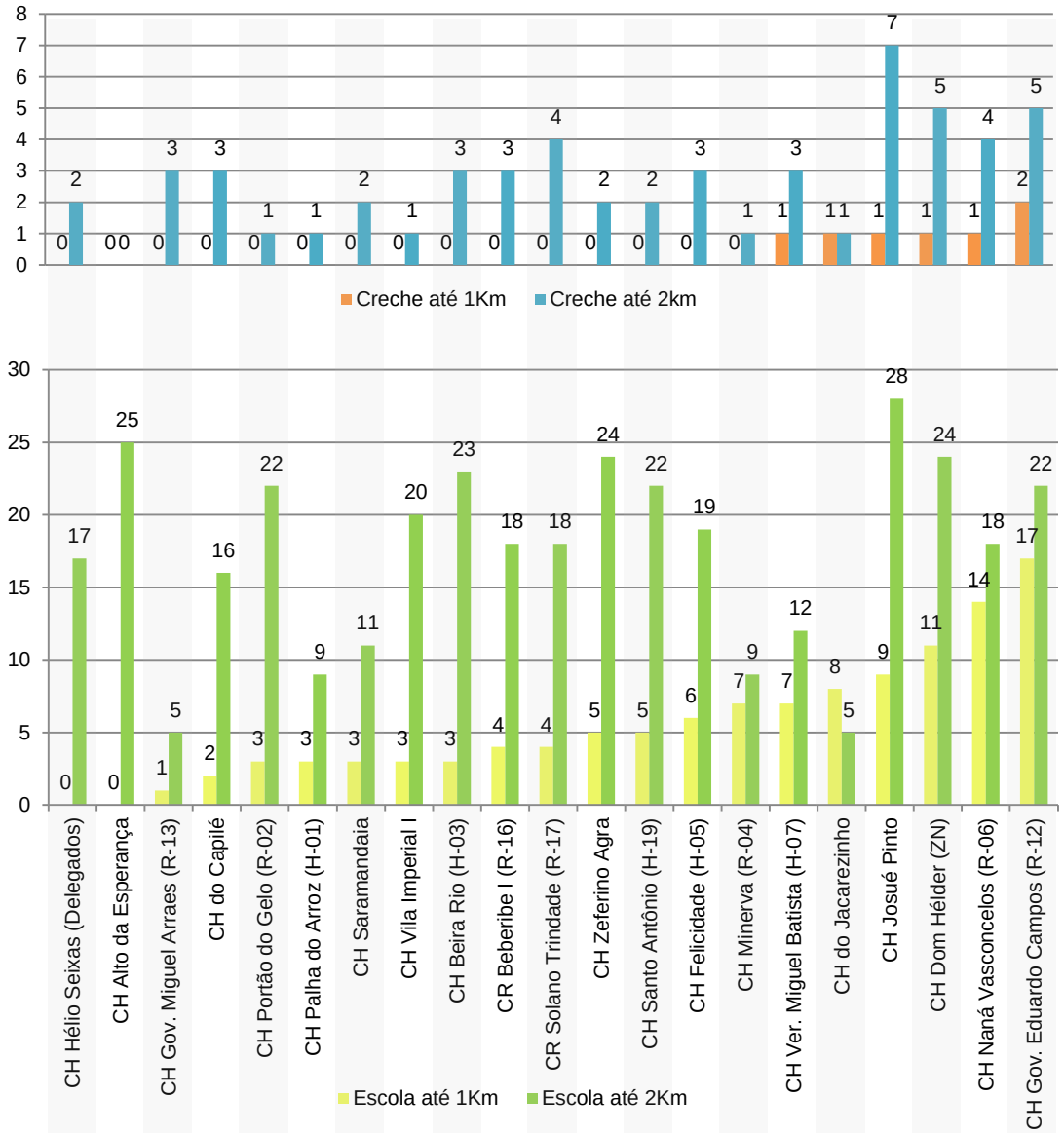
Figura 47 - Relação entre a localização de conjuntos construídos em ações de Habitação de Interesse Social e Serviços de Educação Pública no Município do Recife/PE – Brasil.



Fonte: organização da autora, 2017.

A partir da análise das distâncias, foi possível observar o predomínio de localizações com mais de um quilômetro para as localizações em todos os quatro indicadores, um exemplo dessa situação, pode ser verificado em relação às distâncias de escolas e creches na Zona Norte, onde também se evidencia a pouca quantidade de creches (Figura 48). É importante observar que os quantitativos não são cumulativos, sendo a maioria dos estabelecimentos comuns à área no entorno de vários conjuntos, em virtude da formação do aglomerado na região.

Figura 48 - Quantitativos de escolas e creches para conjuntos habitacionais construídos na Zona Norte do Recife/PE.



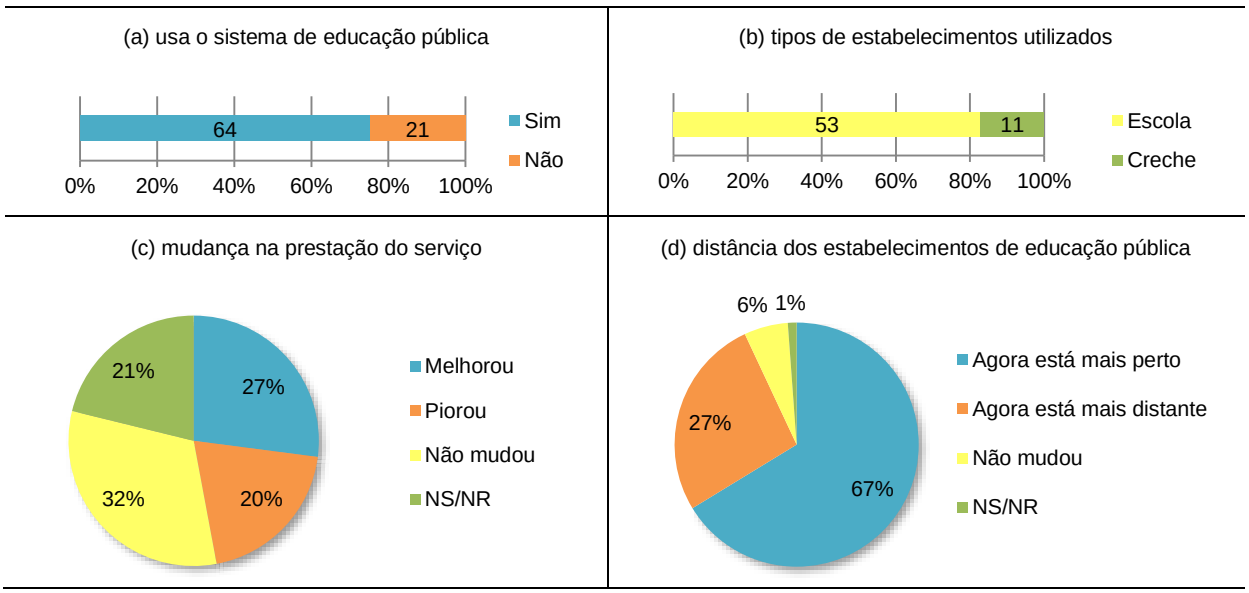
Fonte: pesquisa de dados primários. Organização da autora, 2017.

Apesar das distâncias verificadas, para a maioria dos entrevistados, as escolas encontram-se mais próximas após a realocação (Figura 49-d). A diferença pode ser explicada, pois dentre os CH selecionados aleatoriamente na amostra, coincidiu a ocorrência de conjuntos habitacionais onde as escolas estavam mais próximas. Quase 80% dos entrevistados são usuários da educação pública, sendo a maioria de escolas. A menor frequência no uso de creches se deu em grande medida pela sua ausência (Figura 49-a e b). Nas falas, a ausência de creches, foi mencionada como condição necessária para muitas mães (predominantemente) partirem em busca de oportunidades de trabalho ou estudo.

É importante notar que, em documentos apresentados pela PCR, tais como o Atlas das Infraestruturas em CIS (RECIFE, 2016a) e o Diagnóstico para elaboração do PLHIS (RECIFE, 2016b), agrupam nos cartogramas apresentados, as creches juntamente às escolas, tornando difícil a constatação da pouca disponibilidade de creches.

Em relação à qualidade do serviço, as opiniões dividiram-se de forma equivalente, com predominância de uma mudança positiva. Entretanto, a maioria considerou que "não mudou", não deixando claro se considerava a prestação de serviços boa ou ruim anteriormente (Figura 49-c). De qualquer forma, dentre os indicadores, considerando também a análise dos comentários às respostas, o serviço de educação foi o mais bem avaliado, fazendo-se uma ressalva, a ausência de cursos profissionalizantes, uma necessidade frequentemente apontada pelos entrevistados.

Figura 49 - Uso e opinião dos entrevistados em relação ao serviço de educação pública



Fonte: pesquisa de dados primários. Organização da autora, 2017.

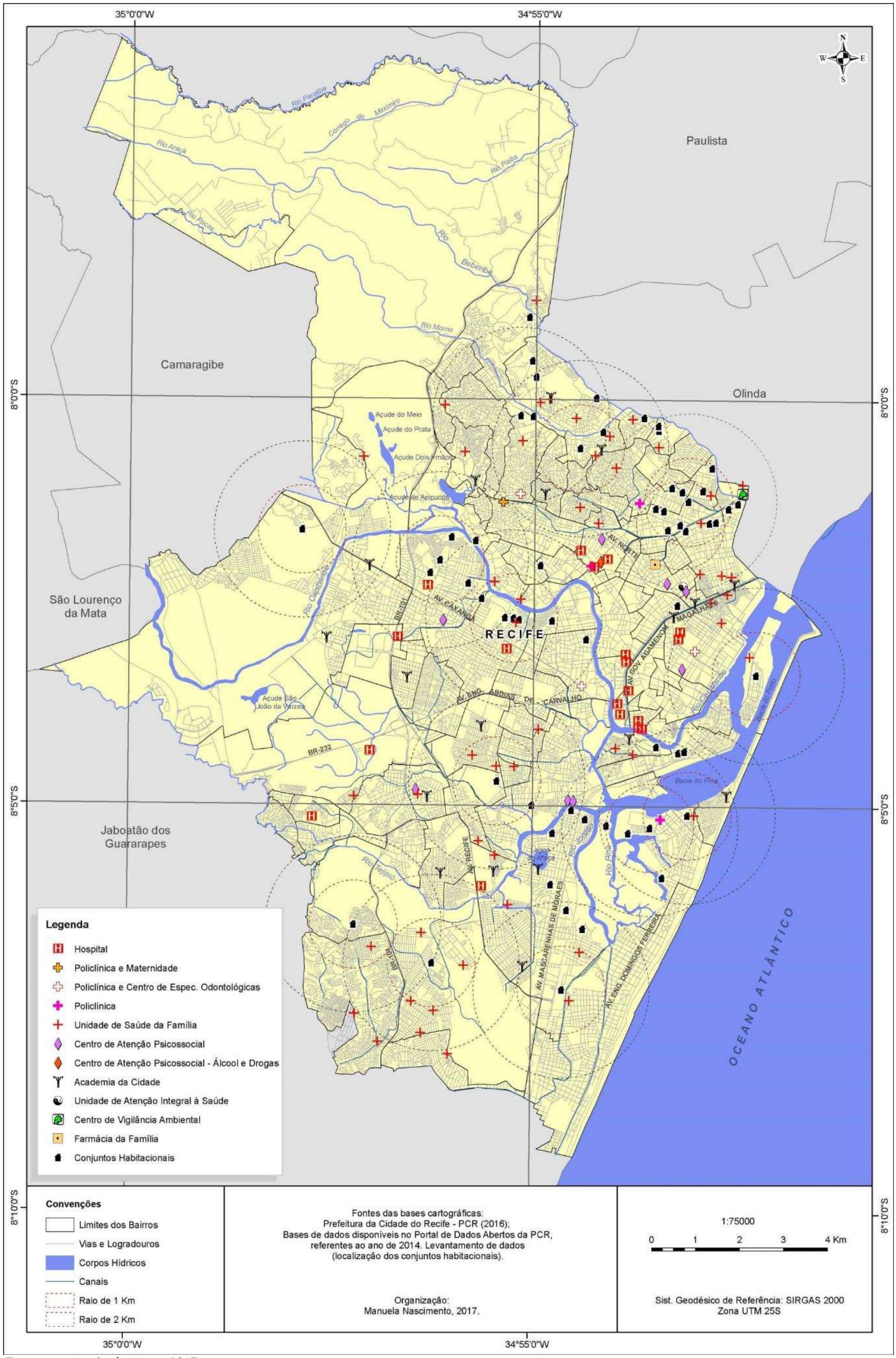
Quanto aos estabelecimentos de saúde, verifica-se que as unidades de saúde da família são bem distribuídas nas áreas onde se encontram os CH, mas as policlínicas, policlínicas com atendimento odontológico e com maternidade, concentram-se mais na porção nordeste. As Unidades de Pronto Atendimento (UPA e Upinhas) não aparecem na base fornecida pela PCR, não aparecendo no mapa, mas foram mencionadas positivamente pelos entrevistados como forma de diminuir os deslocamentos para os hospitais de maior porte localizados nas áreas centrais da cidade (Figura 50).

Direcionando-se do norte ao sul, observa-se que vai diminuindo a diversificação dos estabelecimentos, aparecendo menos Unidades de Atenção Integral à Saúde ou Farmácias da Família e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Na Zona Norte encontra-se o único Centro de Vigilância Ambiental, importante estabelecimento que se encontra ao lado de um centro de reciclagem destinado à atividade dos catadores de materiais recicláveis. Foram construídas mais Academias da Cidade após 2014, verificando-se algumas ocorrências a mais dentre as que estão no mapa, mas observando as opiniões dos entrevistados, ainda existe uma demanda por estes espaços, que são associados em grande medida a formas de ocupação mais saudáveis para crianças, adolescentes e idosos. Os moradores destacaram a importância das academias e que as frequentam mesmo tendo que percorrer uma maior distância.

Para a maioria dos entrevistados, o serviço de saúde pública encontra-se mais perto do local de moradia após a mudança, entretanto, a qualidade do serviço piorou ou “não mudou”, mas nesse caso, é porque continua ruim (Figura 51). A grande maioria é usuária e dependente do sistema de saúde pública e afirmou utilizar os estabelecimentos necessários quando precisavam, mas isso era muito condicionado pela dificuldade de conseguir vagas para certas especialidades e realizar procedimentos ou a dificuldade de transporte para chegar aos estabelecimentos. O posto de saúde ou unidade de saúde da família são os estabelecimentos mais procurados, devido à proximidade.

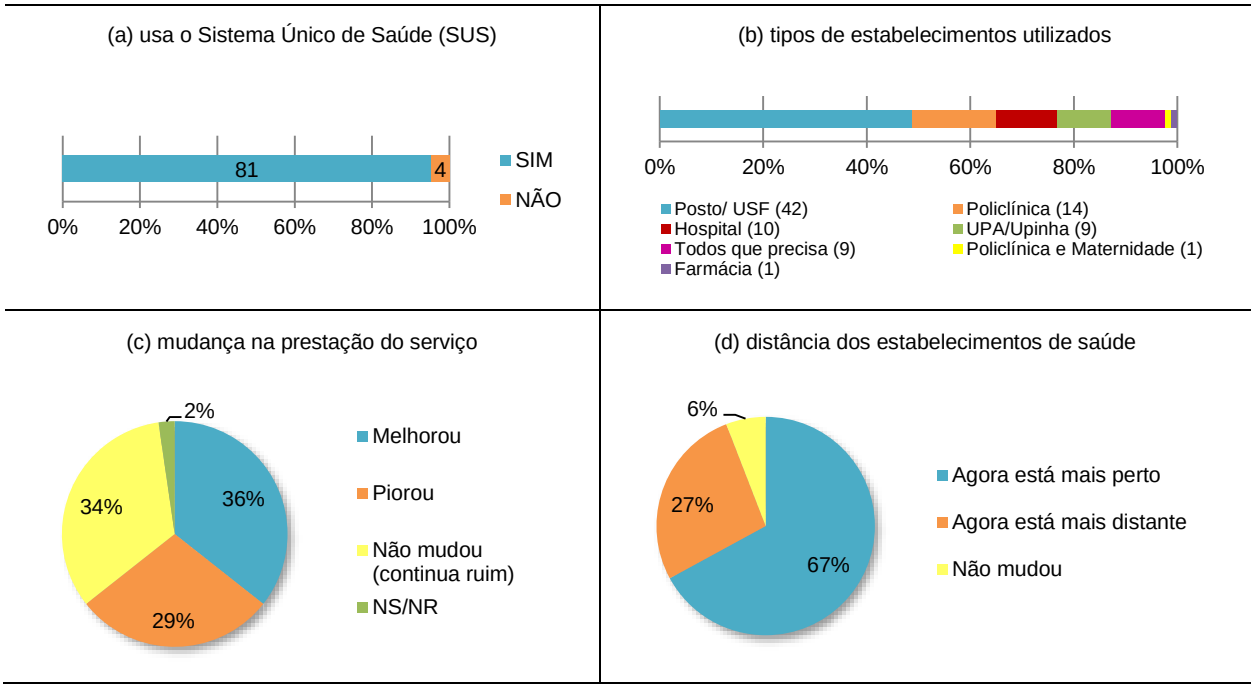
Os pontos a considerar quanto às dificuldades em relação à mudança de locação tem menor relação com a distribuição dos estabelecimentos, assim como ocorre com as unidades de ensino, apesar de na saúde ocorrer aumento considerável das manifestações de insatisfação. Os problemas principais têm maior relação com a gestão dos serviços, principalmente na designação imediata de agentes de saúde para atendimento das pessoas nos novos locais de moradia. Como os agentes de saúde já têm suas rotas preestabelecidas definidas para o atendimento das comunidades que já habitavam a região, as pessoas ficam à espera de uma reorganização das visitas ou da chegada de um novo profissional.

Figura 50 - Relação entre a localização de conjuntos construídos em ações de Habitação de Interesse Social e Serviços de Saúde Pública Municipais em Recife/PE – Brasil.



Fonte: organização da autora, 2017.

Figura 51 - Uso e opinião dos entrevistados em relação ao serviço de saúde pública



Fonte: pesquisa de dados primários. Organização da autora, 2017.

Ficou muito claro que o agente de saúde tem um papel fundamental no acompanhamento e prevenção de problemas no sentido de evitar a ida das pessoas aos estabelecimentos. Dessa forma, fica mais uma vez destacada a necessidade de cooperação entre as instituições públicas no sentido de melhorar as condições de reinstalação. Nos casos onde os estabelecimentos de saúde foram considerados mais distantes, cabe a análise de um reforço ainda maior em relação às atividades de acompanhamento e prevenção.

Esta intersetorialidade também deve ser pensada em relação a outras questões, relacionadas à saúde ambiental, tais como o controle de pragas e insetos (principalmente o mosquito da dengue, observado inclusive durante as atividades em campo), e outros vetores de doenças, que irão impactar na demanda pelo serviço de saúde. A dificuldade de adaptação às novas formas de armazenamento e destinação de resíduos, ocasionando frequentemente a formação de “entulhos”, a necessidade de armazenamento de água por conta dos problemas relativos ao abastecimento de água (dificuldade para manutenção de bombas para enchimento das caixas d’água) são problemas comuns nos habitacionais.

A vigilância animal também foi um dos problemas levantados pelos moradores e, em dois dos habitacionais visitados, foi relatada uma “praga de carrapatos” e a falta de campanhas de vacinação dos animais.

No Diagnóstico do Setor Habitacional (RECIFE, 2016b) para o PLHIS, observou-se que o mapa sobre a prestação de serviços de saúde, coloca as Unidades de Saúde e as equipes do Programa de Saúde da Família em uma única categoria, dando impressão de maior abrangência de estabelecimentos. As equipes são muito importantes, mas não abrangem os mesmos serviços prestados em uma USF. Esse tipo de informação deve ser avaliado mais criteriosamente.

O mapeamento das vias por onde passa o transporte coletivo, ficou condicionado à localização das vias atendidas, devido à limitação da base cartográfica fornecida. Entretanto, os mapas de mobilidade do Diagnóstico do Setor Habitacional (Recife, 2016b), forneceram maiores possibilidade de observação do atendimento à demanda por mobilidade, pois pode se observar a localização dos terminais integrados para acessar o sistema BRT (*Bus Rapid Transit*) e o metrô, além das ciclovias (Figura 52).

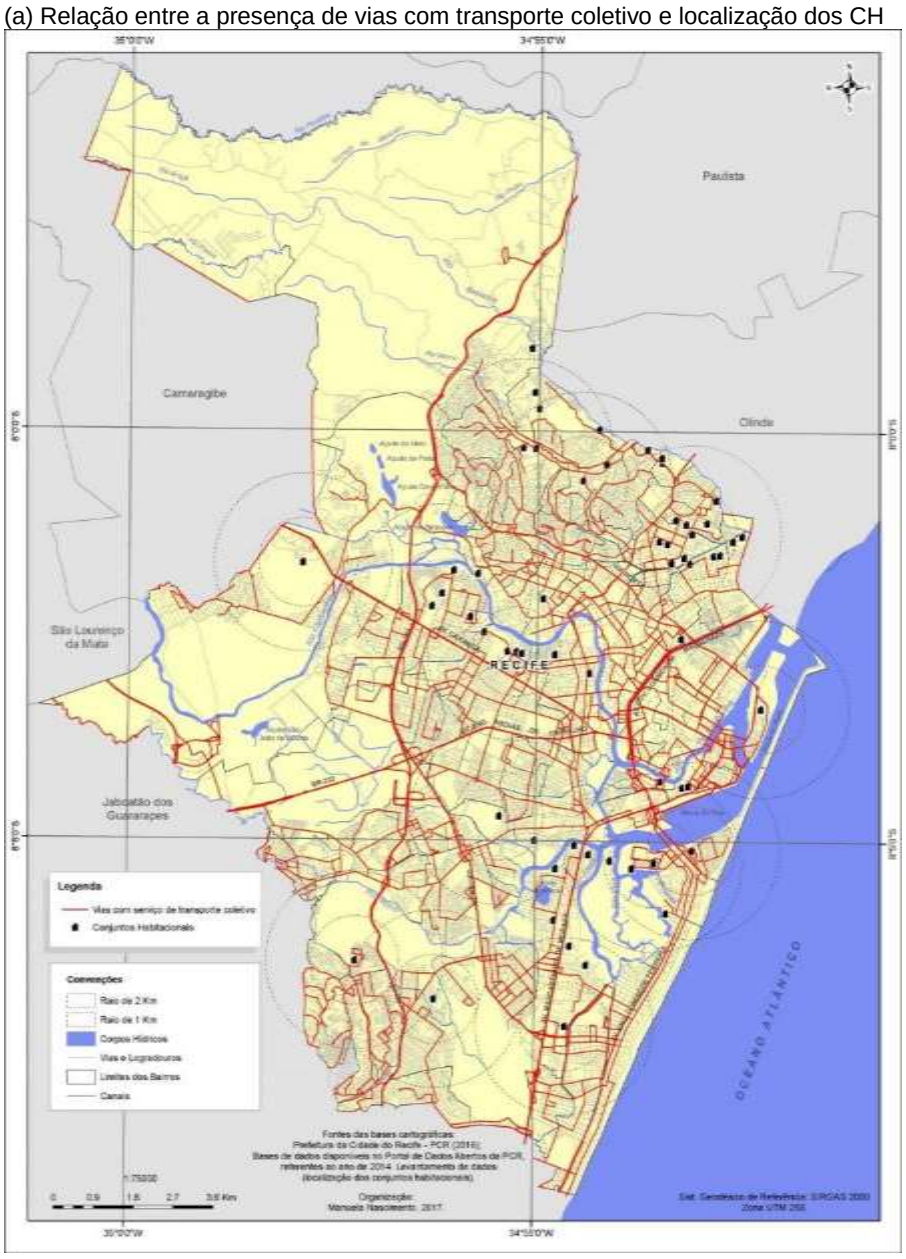
A proximidade de conjuntos para acesso direto (a pé) a estações do metrô e terminais de integração foi sempre mencionada como um fator positivo, mas poucos conjuntos dispõem dessa facilidade, ficando na dependência de linhas de ônibus coletoras que os levem aos terminais a fim de que alcancem o destino desejado. Quanto às ciclovias, observa-se sua restrição à orla dos bairros Brasília Teimosa, Pina e Boa Viagem e um pequeno trecho na área central. As ciclofaixas fixas têm sido ampliadas e este é um fator positivo segundo os entrevistados. Sua ampliação, assim como das ciclorrotas ou ciclovias, é um anseio para aumento da segurança. Em verde, ainda da Figura 52, observa-se a ampliação da rede cicloviária que traria benefícios em relação à localização da maioria dos CH.

Em nenhum dos habitacionais foi verificada uma distância maior que um quilômetro para acesso ao transporte coletivo, sendo o CH Gov. Miguel Arraes (mais extremo ao norte), o mais isolado em termos de acesso. Observa-se que a malha do transporte coletivo é bem distribuída, mas a opinião dos entrevistados é em sua maioria negativa em relação à prestação do serviço. Quanto à distribuição da malha, os problemas maiores são as limitações quanto ao destino dos ônibus e a necessidade de pegar mais de uma condução para percorrer uma pequena distância.

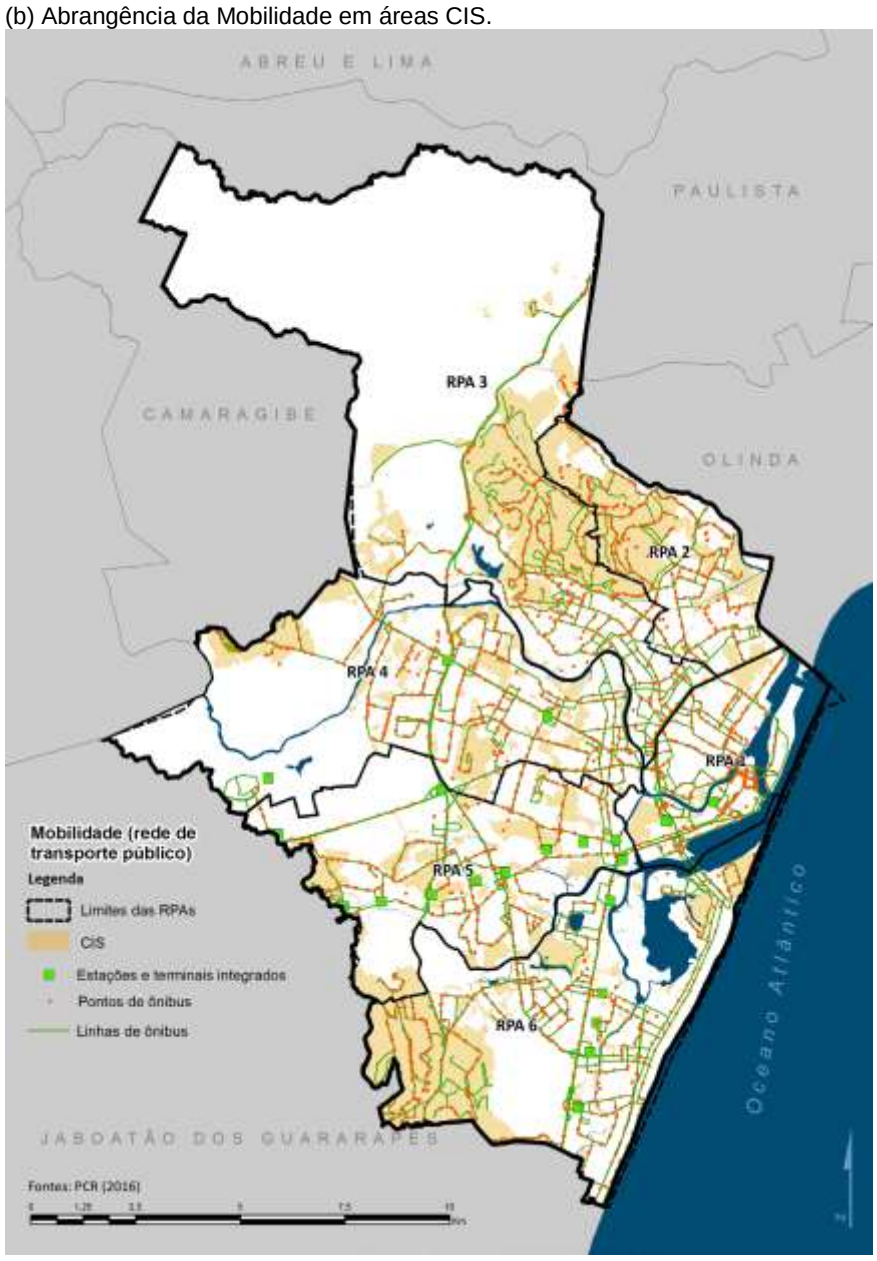
A demora na passagem dos ônibus, a superlotação e o preço das passagens, não são, certamente, problemas difíceis de observar em relação ao transporte público para qualquer cidade do país. Em relação aos locais de deslocamento, é importante que haja incremento de viagens em linhas de ônibus que direcionem as pessoas para o centro do Recife, destino mais mencionado, bem como para seus antigos locais de moradia, onde as pessoas preservam não apenas relações de trabalho, mas também de amizade e lazer (Figura 53).

Figura 52 - Relação entre a localização de conjuntos construídos em ações de Habitação de Interesse Social e a presença de transporte coletivo e rede cicloviária (atual e prevista) no Município do Recife/PE – Brasil.

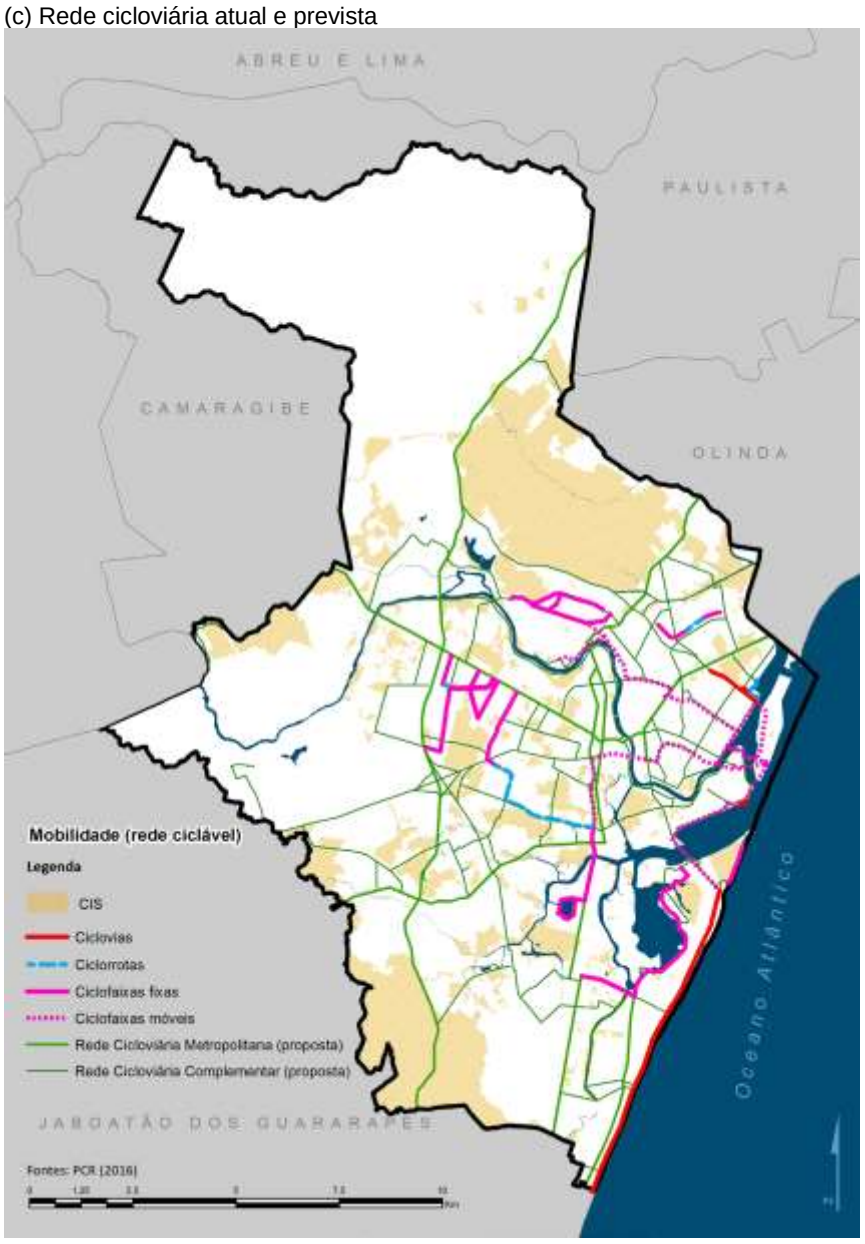
(a) Relação entre a presença de vias com transporte coletivo e localização dos CH



(b) Abrangência da Mobilidade em áreas CIS.



(c) Rede cicloviária atual e prevista

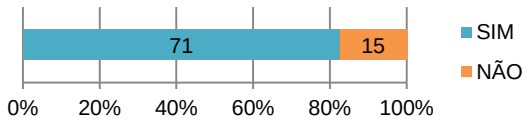


(d) Linhas férreas do Metrô na RMR em 2015.

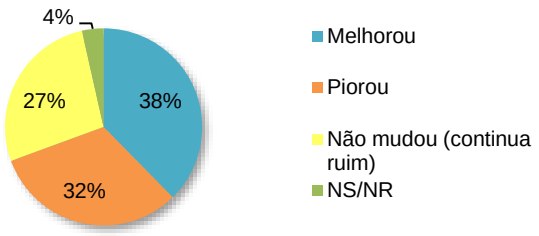
Fonte: (a) organização da autora, 2017; (b), (c) e (d) Diagnóstico do Setor Habitacional (RECIFE, 2016b).

Figura 53 - Uso e opinião dos entrevistados em relação ao serviço de transporte público

(a) usa transporte público coletivo



(b) mudança na prestação do serviço



(c) destinos mencionados pelos entrevistados

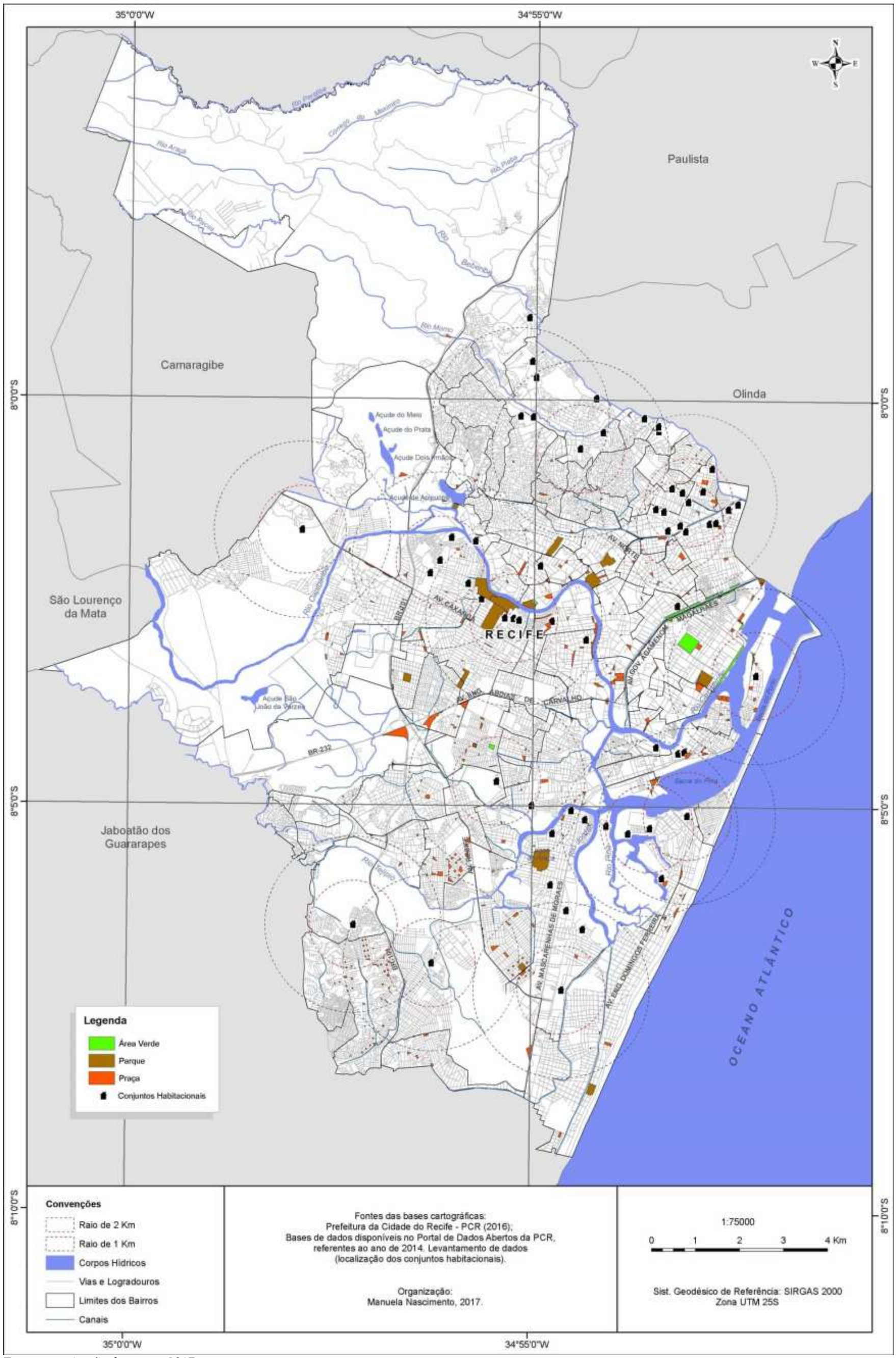
Destino	Frequência	Destino	Frequência
Centro da Cidade do Recife	26	Outras cidades (para visitar parentes): Jaboatão, Abreu e Lima, Carpina, Limoeiro, Feira Nova, Paudalho, Lagoa de Itaenga	8
Outros bairros (retorno aos bairros de origem para "resolver as coisas", fazer ou receber feira e benefícios ou acessar serviços): Bairros da Torre, Campina do Barreto, Beberibe, Dois Unidos, Água Fria, Linha do Tiro	16		
Bairros de Boa Viagem e Pina (para trabalho)	14	Escola	6
Trabalho	12	Praia	4
Médico/ Hospital	10	Bairro do Derby	4

Fonte: pesquisa de dados primários. Organização da autora, 2017.

O impacto da mudança de locação interfere severamente nas condições de deslocamento para o trabalho das pessoas que prestam serviços domésticos. De acordo com os relatos de pessoas que exerciam essa função e deixaram de exercer após a mudança, os empregadores não querem arcar com os custos com as passagens, preferindo contratar outras pessoas das proximidades que possam deslocar-se para o trabalho a pé ou em bicicleta.

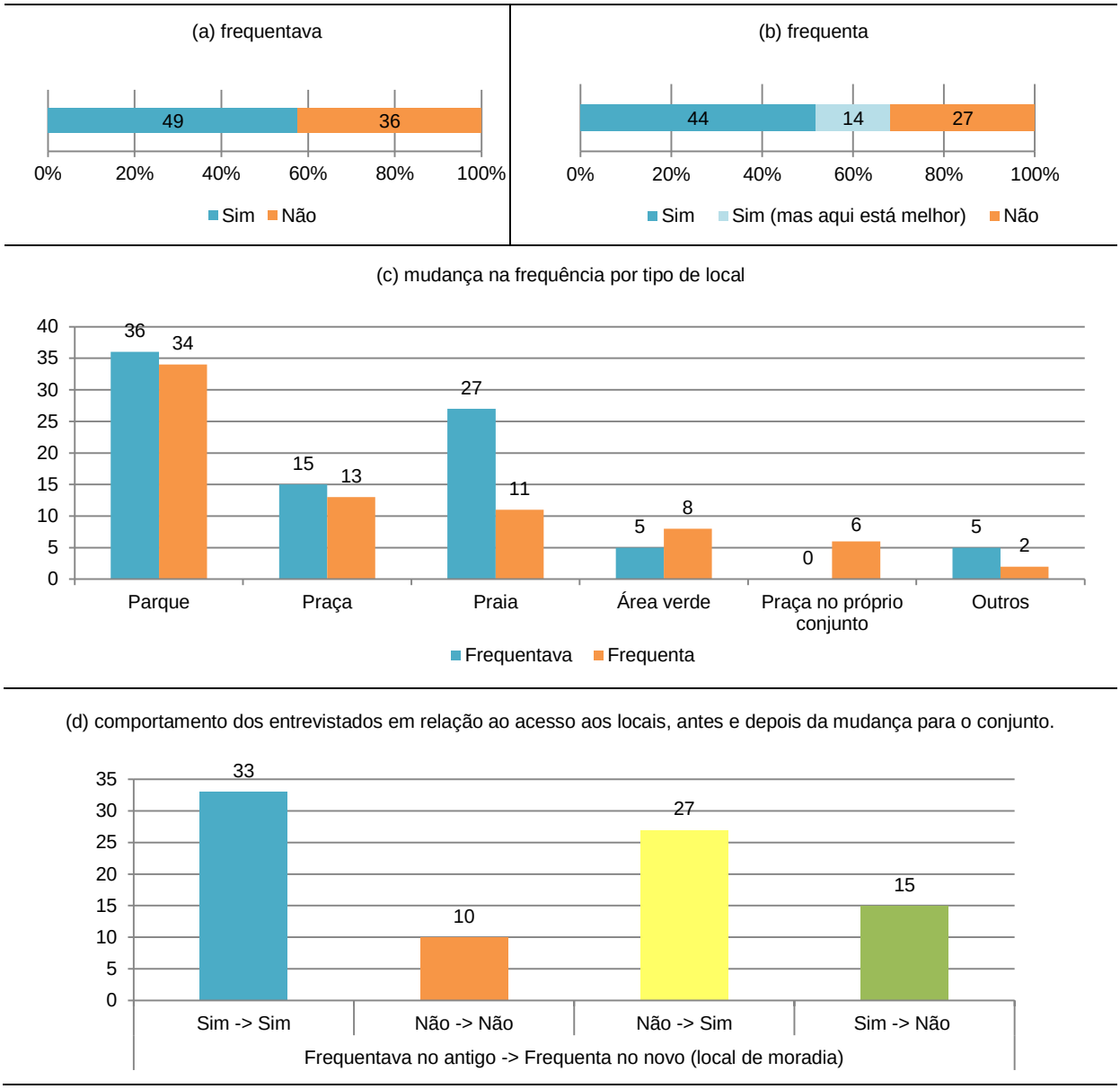
O último indicador observado foi a existência de parques, praças e áreas verdes no entono do CH. A partir da distribuição dessas áreas, nota-se que os CH construídos mais ao norte (11 conjuntos) têm acesso muito restrito, os 17 conjuntos que formam o aglomerado mais a nordeste têm acesso restrito, pois há poucos parques e áreas verdes na área. O aglomerado de CH a oeste é favorecido pela presença dos parques Santana e parque do Caiara, mencionados pelos entrevistados como principais espaços de lazer, apesar de algumas menções a problemas com a segurança e falta de conservação. Na área central, o Parque 13 de Maio e a Praça do Derby foram citados por pessoas em todos dos conjuntos, sendo destinos importantes para o lazer em áreas verdes, principalmente, para as crianças. Na Zona Sul, a praia emerge como ambiente mais frequentado (Figura 54).

Figura 54 - Relação entre a localização de conjuntos construídos em ações de Habitação de Interesse Social e a localização de Áreas Verdes, Parques e Praças no Município do Recife/PE – Brasil.



Fonte: organização da autora, 2017.

Figura 55 - Uso e opinião dos entrevistados em relação ao uso de espaços públicos de lazer e convivência



Fonte: organização da autora, 2017.

As opiniões se dividiram em relação à frequência, tanto antes como depois, mas verificou-se que o hábito de frequentar essas áreas tem um comportamento semelhante, mesmo após a mudança de locação, com exceção de quem frequentava a praia. Ou seja, quem frequentava, continua frequentando, e quem não frequentava, não frequenta no novo local, sobretudo pelas razões de falta de tempo e sensação de insegurança. O grupo de pessoas que passou a frequentar esse tipo de local depois da realocação, foi maior dos que as pessoas que deixaram de frequentar, tendo um peso grande nas respostas a ida aos Parques do Caiara e Santana e à praça onde se situa a Academia da Cidade de Chão de Estrelas.

Esse número maior também se deve à presença de áreas de lazer e convivência inseridas no próprio habitacional, assim, nos conjuntos onde os parquinhos e/ou quadras ou mesinhas para xadrez e convivência foram implantados, as pessoas passaram a frequentar, ainda que destaquem a dificuldade na manutenção dessas áreas. Em relação à praia, notou-se que o maior distanciamento (aumento em média de 500m a 1 km na distância) significou uma diminuição da frequência para muitas pessoas.

6.3.2 *Problemas, Soluções, Permanência: O desafio da organização comunitária e condições de mobilização social na busca por uma melhor habitabilidade*

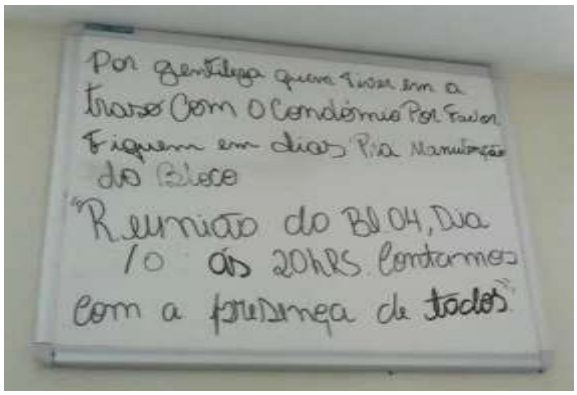
Adentrando nos "novos" territórios vividos, os conjuntos habitacionais, as dificuldades para organização comunitária são facilmente observáveis. Salvo poucas exceções, antes de apresentar os problemas vivenciados pelos moradores, é importante destacar uma questão que foi recorrente nas opiniões dos moradores em relação a praticamente todos os temas abordados na entrevista: a falta de lideranças que representem os interesses daquele grupo ou que "organizem" o CH.

Quando questionados sobre a existência de lideranças, 52% afirmaram não existir; 28% que sim; 16% que sim, mas com liderança não atuante; e 4% não sabiam ou não responderam. Algumas características referentes a esta questão podem ser destacadas:

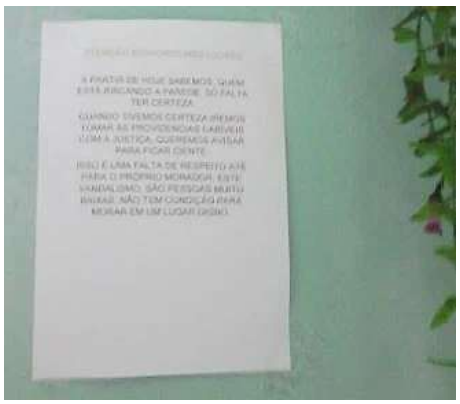
a) a maioria considera a diferença entre síndico e liderança, considerando que o síndico, caso atue de forma satisfatória, restringe-se à administração das contas de água e luz coletivas, tendo pouca influência em questões de organização da coletividade ou representação quando é necessário buscar melhorias para o CH;
b) onde a liderança foi/é atuante (especificamente nos CH Minerva, Brasília Teimosa e São Francisco) ocorreram conquistas e as pessoas têm a figura da liderança como seu representante (Figura 56);
c) para a maioria dos entrevistados, após a mudança, não houve oportunidade de se "formar" uma liderança. Essa observação denota uma questão central: a dificuldade de reassumir uma situação de coesão, que piora quando pessoas de comunidades diferentes são reagrupadas em um mesmo local;
d) nos dois CH onde a liderança foi identificada integralmente como "não atuante", foram onde se verificaram os maiores conjuntos de problemas;

e) onde existe a organização por síndicos, o foco são problemas corriqueiros de cada bloco, não havendo reunião dos síndicos em prol do melhoramento de áreas comuns;
f) apenas no CH Brasília Teimosa, os moradores mostraram-se participantes em relação à associação de moradores do bairro;
g) no CH Minerva, a liderança do conjunto trabalha em articulação com a Associação de Moradores do Bairro de Dois Unidos, demonstrando uma boa via de articulação para a solução dos problemas.

Figura 56 - Iniciativas de organização condominial e para conservação das áreas comuns.



(a)



(b)

Fonte: Acervo pessoal da autora. Créditos: (a) e (b) Manuela Nascimento, 26/05/2017.
Nota: Avisos encontrados no CH Brasília Teimosa.

Os entrevistados demonstram elevada passividade em relação à questão da importância da representação e isso certamente tem efeitos na busca por soluções. Verificou-se a ausência da atuação de movimentos sociais ou organizações que se relacionam à temática habitacional nos CH, fator que levou a crer que essas instâncias não apresentam capilaridade suficiente para atenção às famílias que já foram realocadas, ocupando-se das demandas por habitação mais emergentes e em curso nas ocupações.

Nesse ponto, acaba-se direcionando muitas responsabilidades ao poder público, que seriam dos próprios moradores, sobretudo em relação à limpeza, capinação e destinação de resíduos. Não se considera evidentemente, que essas lideranças emanem abruptamente, sendo necessário reconhecer mais ativamente, por parte do poder público (que também pode ser capaz de mobilizar parcerias) para o fomento dessa organização. Seguem as falas sobre a questão.

Falas dos Entrevistados (E) 10 - Sobre a ausência de lideranças e a falta de organização do conjunto habitacional

> **E11** - Morar em prédio não é para todo mundo. Em prédio ninguém manda. Na minha casa, quem mandava era eu.

CH Abençoada por Deus
E40 - Não deixei ligar a energia das 14 casas da frente.
(Relato da liderança. A Prefeitura queria deixar postes no terraço das casas, conseguiram reverter)
CH São Francisco de Assis
E45 - Aqui falta alguém pra tomar conta! Não tem nem síndico nos prédios.
CH Via Mangue III

Há um distanciamento entre a diversidade dos problemas relatados pelos moradores e em relação àquilo que eles reclamaram ou protestaram diante do poder público. As reclamações restringem-se fortemente aos problemas relativos às contas de água e energia, as quais se acham muito altas e em relação a rachaduras e infiltrações nas estruturas habitacionais.

Não apareceram recorrências à procura de movimentos sociais, ONG ou universidades para contribuir na resolução dos problemas. Em relação à universidade, algumas falas expressaram possibilidades de cooperação para a realização de atividades com crianças e cursos.

Também houve poucas menções à realização de protestos ou manifestações em ruas e avenidas, e essas se restringiram à época mais próxima da inauguração do CH, para obtenção de serviços essenciais como o abastecimento de água.

As reclamações costumam recorrer à Prefeitura ou à SEHAB para relatar os problemas no CH, mas como o maior número de queixas dos entrevistados refere-se ao preço das contas de água e luz e serviços de esgotamento sanitário, a COMPESA foi o órgão mais mencionado como local de reivindicações. Há diferenças entre os conjuntos novos e mais antigos no que tange ao atendimento das reclamações. Observou-se que a Secretaria de Saneamento e a Sanear, são os mais rápidos no que se refere ao retorno às reclamações.

Nota-se que algumas dificuldades de adaptação à nova vida comunitária relacionam-se com os modos de vida anteriores, uma vez que são problemas enfrentados em qualquer situação de moradia condominial. Por exemplo, os moradores têm muitas dificuldades no compartilhamento de caixas d'água.

Além da dificuldade de pagamento da conta, caso seja necessário o uso de bombas para a água subir, alguém tem que assumir a responsabilidade de "ligar e desligar" a caixa caso o sistema de boia não esteja funcionando (fato que se verificou em alguns conjuntos), realizar a limpeza ou resolver qualquer eventualidade nas encanações. Esse foi um problema muito mencionado e frequentemente apontado como uma das soluções para a melhoria da vida nos CH. Alguns conjuntos com moradias do tipo casa têm caixas individuais, mas nos prédios de apartamento, como isso não é possível, o trabalho de conscientização quanto ao uso coletivo da

água precisa ser realizado, demonstrando-se principalmente que estas são questões comuns em qualquer condomínio.

A questão é que se trata mais uma vez de um problema de organização interna e a solução de fato poderia ser encaminhada por um acompanhamento e trabalho social mais duradouro. Do ponto de vista das construções, a individualização do consumo da água também foi apontada como solução que resolveria parte dos problemas.

Observou-se que entrevistados mais envolvidos em contextos de luta pela moradia, são os mais inconformados com o repasse dos imóveis, mas no geral, essa inconformação foi manifestada pela maioria dos entrevistados. Em relação à evasão dos conjuntos, as pessoas consideram como principal razão de saída dos moradores, a dificuldade em arcar com as despesas relativas à nova moradia, onde as contas de água e luz pesam no aumento no custo de vida, mas também as taxas condominiais e o fato de receberem "menos ajuda" extena no conjunto habitacional do que quando moravam em suas comunidades.

Tabela 5 - Síntese das opiniões dos entrevistados sobre a evasão nos conjuntos habitacionais

	Grupos de opiniões em relação à evasão nos CH	Frequência
1	Custo de vida	19
2	Porque não deu valor ou não merecem o que recebeu	17
3	Nâo se habituam/ Não se adaptam	13
4	Não gostaram do local ou da casa/apartamento	10
5	Não pode aumentar/ modificar o imóvel	8
6	Pelo dinheiro do aluguel ou venda	7
7	Criminalidade e violência	6
8	Porque o lugar é isolado	5
9	Porque já tinha casa quando recebeu	4
10	Pouco espaço para uma família grande	3
11	Dificuldades de convivência com vizinhos	2
12	Para tirar vantagem do Governo	2
13	Para melhorar de vida	1
14	Para ir para um lugar melhor	1
	Total de respostas	98

Fonte: pesquisa de dados primários, 2017.

Entretanto, nota-se que foi igualmente recorrente, o grupo de opiniões que consideraram que a pessoa saiu porque "não precisava", "não merecia" ou "não deu valor ao que recebeu". Ainda assim, considera-se a questão do custo de vida mais determinante apesar da frequência semelhante em termos quantitativos, uma vez que naturalmente há um viés de reprovação dentre as pessoas que enfretaram e/ou enfrentam as dificuldades de permanência, com relação a quem

saiu. Essa ponderação pode ser feita também, pois logo na sequência, como razão de saída, aparecem a falta de adaptação ou o fato de não se habituar à nova forma de vida ou não gostar do local ou da casa (onde destacaram problemas construtivos). Nesse mesmo sentido, aparece a impossibilidade de realizar ampliações e mudanças no imóvel.

Apesar de ser menos recorrente, a sensação de isolamento e abandono é um ponto muito importante a ser trabalhado na pós-ocupação, pois reflete claramente o problema da mudança no cotidiano das pessoas e sua relação com ambiente do entorno. Mesmo que as pessoas não saiam do conjunto por isso, esse foi um ponto também mencionado nos problemas a enfrentar como será visto adiante. Esse fator refere-se tanto ao isolamento em relação ao contato com pessoas, como em relação à dificuldade de acessar serviços e comércio, pesando nesse caso, a necessidade de avaliar melhor as condições de situação das unidades habitacionais, prevendo as demandas que surgirão.

Outro ponto em relação à evasão é a realização de uma crítica descontextualizada quanto à venda ou aluguel dos imóveis, uma vez que fica claro diante da realidade vivida nos conjuntos habitacionais, que esse não é um "mercado" como se costuma propagar. Não se pode negar a evasão, mas outros fatores devem ser analisados para qualificação mais apropriada da "não-permanência", sem correr o risco de deslocar responsabilidades que seriam de "quem removeu" para as pessoas que foram removidas de seus territórios. É possível observar a partir das opiniões dos entrevistados, que no aluguel ou venda dos imóveis há razões que vão além da obtenção de favorecimentos ou de dinheiro, ainda que isso ocorra. A transformação das habitações em estabecimentos de uso misto (comercial e residencial) também segue essa lógica, assim como a construção de conjuntos de grande porte, tais como o CH Casarão do Cordeiro ou o CH Abençoada por Deus, onde se vê que pesam muito mais a dificuldade de organização e a criminalidade como razões de evasão.

Dessa forma, supondo uma situação de melhor adaptação, adequação do custo de vida e atenção aos problemas recorrentes, é possível prever uma maior e melhor permanência, sendo imprescindível uma mudança de perspectiva em relação à evasão, que deve ser vista não como um problema, mas como um efeito em relação à forma com que outros problemas vêm sendo tratados. Seguem as falas dos entrevistados e ilustrações em sobre esse processo de evasão (Figura 57).

Falas dos Entrevistados (E) 11 - Opiniões sobre a evasão de pessoas dos conjuntos habitacionais

E3 - Porque as pessoas não se sentem felizes. Tem que botar um pano na visão pra não ver o que acontece. As pessoas não procuram seus direitos.
E4 - Filhos, por causa das drogas. As mães não aguentam ver o risco das drogas.
E13 - Uns porque se acostumaram a negociar. Pela necessidade de mudar para um lugar melhor. É melhor uma casa que apartamento.
CH Abençoada por Deus
E15 - Porque não precisa. Por que não gostou do lugar.
CH Bueirão
E24 -Porque não precisava. Não sabe o que é sofrer no aluguel. Tão vendendo por aí... Não vendo por dinheiro nenhum!
E26 - A luta valeu a pena! Eu sou contra! Não precisava... Lutou tanto, pra vender e ir simbora...
CH Brasília Teimosa
E29 - A maioria aqui é por causa das contas que tão vindo altas, faz as pessoas vender, alugar.
E30 - Por causa da guerra de uns predinho contra os outro.
CH Via Mangue II
E34 -Tem dias que eu passo a semana na casa dos meus irmãos... Porque não tá se acostumando no local. Tentei vender por 45 mil mas não consegui. O povo já vendeu a preço de banana ou alugou.
E36 - Porque ninguém quer viver aqui... É um lugar parado, esquecido.
E37 - Porque não se acostuma a viver uma vida diferente do que levava. As pessoas não tem condição de viver. A condição financeira é precária. A pessoa da palafita não acostuma em ambiente de cimento. Tinha que ser casa! Só a bomba e lâmpada são contas muito caras.
CH Travessa do Gusmão
E40 - Chega eu me arrepio! Isso me revolta! Tanta briga, para vender a troco de banana.
E41 - A Prefeitura fez uma troca, não me deu nada!
CH São Francisco de Assis
E48 - O povo vendeu e se arrependeu. Por 11 mil, 17 mil e foi pro Entrapulso.
E52 - As condição de vida mudou muito, aqui não tem condições de pagar. Tive depressão no início... Não tem como pagar...
CH Via Mangue III
E64 - Aqui é muito melhor! Pessoa que não quer um conforto bom. É porque não quer uma moradia digna. É menor, mas é melhor. Acostumou a morar no lixo.
CH Solano Trindade
E66 - Porque aqui só pode fazer o que eles quer. Não dá pra dizer que é minha casa, não pode fazer nada. Porque não fez a casa da gente lá? Aqui é muito colete! Muita gente numa casa só. Fortuna de água de água e luz. A palafita podia aumentar.
E75 - Tem gente que gosta de tá na favela. Lá tinha quintal, dava pra ter cachorro, plantar.
CH Beira Rio

Figura 57 - Evasão dos conjuntos habitacionais x padrão de provisão e possibilidades de permanência.

Fonte: Acervo pessoal da autora. Créditos: Manuela Nascimento.
Nota: (a) e (b) Placas de "Vende-se" e "Aluga-se" em conjuntos habitacionais; (c) Isolamento no CH Travessa Gusmão, situado em frente a um conjunto habitacional com obras paralisadas, entre linha do metrô e galpões, em área de pouco movimento de pessoas e pontos de consumo de drogas ilícitas; (d) Necessidade de uso misto da habitação para comércio; (e) CH Beberibe I, conjunto habitacional com menos unidades (menor); (f) CH Casarão do Cordeiro, maior conjunto construído, com maior conjunto de problemas e elevada dificuldade de organização.

Como é possível imaginar uma situação de inclusão, onde as pessoas alegam que a maioria não permaneceu nas residências que recebeu, porque não tinha como arcar com os custos de serviços essenciais? Em se tratando de uma questão geral da dificuldade das classes subalternas em arcar com os custos de vida em um cenário de desigualdades, a resposta pode se resumir a um pensamento de que "tá ruim pra todo mundo", mas esse não é o caso.

No momento em que essas pessoas foram deslocadas de suas antigas residências ocorre um "*input*" na responsabilidade do poder público, que seletivamente e por interesses da coletividade, as tirou de sua condição de resiliência em meio às dificuldades vividas/enfrentadas. O desmonte do padrão de vida, ainda que precário, deve implicar na

“readaptação” sem exceções. A seguir, encontra-se uma síntese dos problemas mencionados pelos entrevistados (Tabela 6), assim como ilustrações sobre as questões apontadas e verificadas em campo (Figuras 58, 59, 60 e 61).

Tabela 6 - Síntese dos problemas enfrentados nos conjuntos habitacionais

	Grupos de problemas gerados a partir das respostas dos entrevistados	Frequência
1	Problemas na infraestrutura da habitação (má qualidade da construção e efeitos)	28
2	Problemas com esgotamento sanitário	24
3	Falta de segurança e violência	22
4	Contas de água e energia altas, custo de vida	15
5	Falta de organização comunitária para manutenção	12
6	Falta de calçamento/ Buracos nas ruas	11
7	Distância ou falta de serviço de saúde pública	10
8	Falta de iluminação	10
9	Isolamento/Esquecimento	10
10	Problemas com a destinação de resíduos (Sujeira, lixo espalhado)	9
11	Consumo e tráfico de drogas	8
12	Desordem e barulho	8
13	Falta de transporte público, poucos ônibus	8
14	Não pode alterar o imóvel	8
15	Alagamentos	7
16	Problemas com abastecimento de água	7
17	Distância ou falta de escolas e creches	7
18	Invasões nos espaços desocupados/ construções irregulares (puxadinhos)	6
19	Falta de espaços de lazer, esportes e atividades para crianças e adolescentes	5
20	Melhor aproveitamento dos espaços de uso comum (associação e para comércio)	5
21	Ausência de serviço dos Correios	4
22	Não ocorrência de vacinação de animais, vigilância e controle de pragas	4
23	Realização de obras que danificam outros espaços	4
24	Falta de empregos/ocupação	3
25	Falta de estabelecimentos comerciais no entorno	2
	Total de respostas	237

Fonte: pesquisa de dados primários, 2017.

Figura 58 - Problemas na infraestrutura da habitação, alterações no projeto inicial (realizadas pelos moradores) e evolução do padrão construtivo.

Fonte: Acervo pessoal da autora. Créditos: Manuela Nascimento.
Nota: (a) Rachaduras em casa do CH Saramandaia; (b), (c) e (d) Ampliações das habitações em conjuntos habitacionais, que também incluem a colocação ou troca de esquadrias, grades e construção de mais pavimentos; (e), (f), (g) padrão construtivo de habitação entregue pela PCR em 2003 (CH Francisco de Assis), com poucas reformas. Notar em (e) que a tubulação de esgotos é única para todas as unidades e passa por baixo de todas as casas, sendo necessário quebrar pisos frequentemente para manutenção; (h) padrão construtivo de habitação entrege pela PCR em 2015 (CH Solano Trindade), com esquadrias de alumínio, piso com revestimento cerâmico e melhor acabamento.

Figura 59 - Problemas no esgotamento sanitário e destinação de resíduos.

Fonte: Acervo pessoal da autora. Créditos: Manuela Nascimento.
Nota: (a) e (b) má destinação do lixo doméstico: situação de local para armazenamento no CH Santo Antônio e depósito de lixo no acesso de pedestres no CH Via Mangue III. Nesse conjunto, foi verificada a presença de vários depósitos de lixo e resíduos da construção civil em seu entorno, com intensa atividade de catadores de recicláveis; (c) entulhos depositados nas áreas de uso comum, aspecto comum nos conjuntos habitacionais (em alguns casos, trata-se de materiais e instrumentos de trabalho relativos à coleta de recicláveis); (d) grande quantidade de lixo espalhada no entorno da quadra e fundos do CH Beira Rio; esgoto correndo a céu aberto no CH Palha do Arroz (e) e CH Saramandaia (f).

Figura 60 - Exemplos de subutilização de áreas e falta de manutenção dos espaços coletivos.

Fonte: Acervo pessoal da autora. Créditos: Manuela Nascimento.
Nota: (a) área onde existia parquinho para as crianças e já não existem os brinquedos com apenas dez meses de inauguração do conjunto habitacional (CH Travessa do Gusmão); (b) área que seria destinada à construção de espaços de convivência, mas diante da sua não construção, moradores construíram apliações para uma residência e a prefeitura demoliu, a construção do espaço ainda é uma demanda por parte dos moradores (CH Felicidade); (c) parquinho necessitando e manutenção e construído ao lado do depósito de lixo doméstico (CH Santo Antônio); (d) o CH Beira Rio possui uma área ampla em sua frente, entre o muro e os prédios, mas frente à falta de uso dos espaços, instalou-se um lava-jato por um dos moradores; (e) Em 2014 esta área encontrava-se dessa forma e logo após foi construída uma pequena quadra esportiva, que atualmente necessita de manutenção e melhor aproveitamento de acordo com os moradores do CH Abençoada por Deus; (f) quadra do CH Beira Rio, muito utilizada segundo os moradores, mas necessita de manutenção.

Figura 61 - Problemas mais sussetíveis a melhoria considerando o aprimoramento do processo de pós-ocupação.

(a) Aproveitamento dos espaços destinados à associação dos moradores para outros fins
CH Travessa do Gusmão, 13/06/2017

(b) Boxes para comércio na parte interna do habitacional, sem visibilidade para o público externo
CH Via Mangue III, 14/06/2017

(c) Abandono de Horta Comunitária
(10 meses após inauguração)
CH Travessa do Gusmão, 13/06/2017

(d) Abandono de Horta Comunitária
(10 meses após inauguração)
CH Travessa do Gusmão, 13/06/2017

(e) Falta de espaços adequados para realização de ocupações relacionadas á coleta de materiais recicláveis
CH Vereador Miguel Batista, 16/06/2014

(f) As dificuldades na formação de uma identidade/comunidade mais coesa, refletida, por exemplo, na descaracterização e depredação de placas com os nomes de vários conjuntos habitacionais
20/06/2017

Fonte: Acervo pessoal da autora. Créditos: Manuela Nascimento.

Diante dos resultados obtidos, foi possível refletir sobre algumas proposições para que a política pública evite a permanência das situações de supressão da natureza que reforçam a desigualdade.

Em primeiro lugar, obviamente, o poder público deverá cumprir com as recomendações originárias da construção do PLHIS e da 6ª Conferência Municipal de Habitação, que tratam da melhoria da provisão habitacional na cidade do Recife de uma forma geral. Tanto a construção do PLHIS, por meio da Câmara Técnica de Habitação do Conselho da Cidade, como a conferência, reuniram representantes do poder público e segmentos da sociedade civil em torno do tema, oferecendo boas recomendações.

Fatores como o desenvolvimento institucional, regularização fundiária e soluções habitacionais onde as comunidades permaneçam em seus locais de origem, apesar de já corresponderem a caminhos reconhecidos há muito tempo, não deixam de ser lembrados e devem ser reforçados. Entretanto, dentre as recomendações que chamam atenção, destaca-se que o PLHIS estabeleça "metas realistas" em relação à capacidade de custeio de obras por parte do poder público municipal e, "mais ousadas" para a provisão de moradia, buscando parcerias público-privadas e com universidades, o incentivo à pesquisa em novas tecnologias para construção (não se viu falar em tecnologias sociais, mas se espera que esteja subentendido), a cobrança de ações mitigadoras por parte de empreendedores que tragam maiores benefícios à coletividade, o adensamento vertical e o atendimento de boa parte do déficit de moradias com *retrofit*[30] (RECIFE, 2016b).

As dificuldades no âmbito das propostas se dão pela distância entre o planejamento e a possibilidade de sua efetivação, uma vez que já se observou que há grande lacuna entre a real satisfação das necessidades habitacionais das pessoas em situação de precariedade (de interesse social) e as razões para efetivação das ações. Espera-se que o PLHIS seja, de fato, um passo na superação dessa realidade. É urgente, nesse sentido, maiores esclarecimentos em relação aos atrasos e conclusão dos conjuntos que se encontram paralisados ou como foi informado, em ritmo lento (Figura 62).

[30] Termo geralmente utilizado para designar o reaproveitamento de edificações antigas, adaptando-as para novas ou melhores situações de uso. O termo também se estende a melhorias no aproveitamento de energia, um dos problemas considerados mais relevantes no que tange à permanência e conforto nas unidades habitacionais já construídas.

Figura 62 - Conjuntos com obras paralisadas e ocupação de área de construção abandonada.

(a) Habitações não concluídas e abandonadas entre os CH Palha do Arroz e Saramandaia
07/11/2014

(b) Habitações não concluídas e abandonadas entre os CH Palha do Arroz e Saramandaia
07/11/2014

(c) Ocupação no local onde haviam as habitações não concluídas e abandonadas entre os CH Palha do Arroz e Saramandaia
03/2018

(d) Obra atrasada no CH H-11 (PAC-Beberibe), enquanto os moradores aguardam recebendo auxílio-moradia
07/11/2017

(e) CH Escorregou Tá Dentro
Obras paralisadas ("ritmo lento")
22/10/2014

(f) CH Escorregou Tá Dentro
Obras paralisadas ("ritmo lento")
07/03/2017

(g) CH Mulheres de Tejucupapo
Obras paralisadas ("ritmo lento")
07/03/2017

(h) CH Sérgio Loreto
Obras paralisadas ("ritmo lento")
13/06/2017

Fonte: Acervo pessoal da autora. Créditos: (c) Maria Santos, 2018; (a, b, d, e, f, g, h) Manuela Nascimento, 2017.

No sentido de evitar esses desvios de finalidade na PHIS, é importante que haja a disponibilização e divulgação, com antecedência, de uma lista com as comunidades envolvidas em áreas de projetos que envolvam realocação de famílias direta ou indiretamente. Além disso, fornecer dentre a lista de CIS, quais as comunidades realmente prioritárias para intervenções (a lista de prioritárias, atualmente, possui 150 comunidades).

No momento, o poder público municipal encontra-se envolvido na construção de pelo menos mais três importantíssimos instrumentos de planejamento: os planos de mobilidade, de ordenamento territorial e a revisão do plano diretor. Em todos esses casos, há espaço para que o levantamento das CIS seja correlacionado mais satisfatoriamente às diretrizes estabelecidas nesses planos, pois não se tratam de "áreas minoritárias", uma vez que correspondem a mais da metade do território e da população recifense. Dentre as estratégias acordadas na construção do PLHIS, está a obrigatoriedade em relação ao fornecimento de listas com as pessoas na fila de espera por CH e que estão recebendo auxílio-moradia. O cumprimento dessa estratégia é fundamental na organização de prioridades.

A partir da realização das devidas conexões, certamente é possível realizar uma melhor hierarquização das CIS no sentido de priorizar ações, não em termos de uma "precariedade geral" que proporciona um quadro difuso de problemas, mas a construção de listagens por demandas específicas (por exemplo: maior demanda em relação ao serviço de saúde, transporte público, espaços para lazer esportes, policiamento, drenagem, abastecimento de água, etc.), onde a necessidade de realocações ou construção de habitações seria uma dentre elas.

Deve-se avaliar ainda mais criteriosamente a realocação de pessoas em comunidades ribeirinhas, mesmo levando-se em conta a precariedade comum nesses assentamentos. Viu-se nos resultados que a maioria dos entrevistados considerou positiva a situação da moradia atual, deixando claras as dificuldades de residir em palafitas ou áreas alagáveis. Porém, sentiam dificuldades de adaptação em relação à mudança ambiental, sendo umas das razões recorrentes de evasão dos CH. Diante disso, no decorrer da pesquisa, chegou-se a imaginar uma situação de permanência das palafitas (obviamente sendo readaptadas às condições de habitabilidade necessárias), ressalvando as especificidades desse tipo de construção vernacular e sua representatividade histórica, social e ambiental, tanto na paisagem recifense, como da resiliência das populações que as habitam.

Foram observadas experiências de comunidades palafíticas e processos de melhorias no saneamento e acessibilidade a serviços, assim como o fomento a usos turísticos, tais como: das palafitas da Ilha Grande de Chiloé (Cidade de Castro, no Chile), do Lago Nokoué (Vila Ganvie, no Benin, considerada a "Veneza Africana"), do lago Maracaibo (Município de Baralt, Estado

de Zulia, na Venezuela), do Delta dos Rios da Prata e Paraná (Cidade de Tigre, na província de Buenos Aires, na "Veneza Argentina") e o Lago de Bokodi (na Hungria).

Às realidades observadas nesses casos – dentre outras variações de construções palafíticas que vão de casas rústicas ou adaptadas em áreas pobres urbanas, a edificações exuberantes e luxuosas que "flutuam" ou estão assentadas em água – são mais próximas da realidade do Brasil, exemplos como os das palafitas da região amazônica ou da Ilha Grande dos Marinheiros no Estado do Rio Grande do Sul. Nesses casos, a palafita traz além da forma de adaptação ao terreno aquático ou alagável que lhe é peculiar (BAHAMÓN; ÁVAREZ, 2009), mesmo com problemas infraestruturais e de acesso a serviços comuns no país, condições muito melhores de habitabilidade do que as palafitas totalmente insalubres da "Veneza Brasileira", que representam mais um caso extremo de adaptação à situação de desigualdade social, do que uma construção vernacular com elevada capacidade de adaptação ao meio.

Diante desses casos, não se descartou totalmente a possibilidade de "reconstrução" das palafitas recifenses, mesmo que ocorresse sob a forma de um desadensamento das áreas ribeirinhas, fazendo-se permanecer pelo menos parte das famílias nesse tipo de habitação.

Contudo, diante da resistência observada a mudanças estruturais e inovações na forma de fazer política e no agir dos executores/construtores do espaço urbano, bem como na urgência na diminuição da miséria de tantas pessoas, houve um retorno à solução de remoção nesses casos (porém que seja mais criteriosa, reafirmando o que foi dito antes). Apesar de as "novas palafitas", para aproveitamento residencial, comercial e/ou turístico, serem uma solução, tornam-se pouco viáveis e podem representar mais perda de tempo em relação ao planejamento de intervenções que são tão urgentes.

A aceitação da permanência das palafitas, reconstruídas, também inclui uma reflexão sobre a implantação de projetos de recuperação dos ambientes ciliares dos rios, onde os moradores, sendo parte integrante desse ambiente, teriam um papel ativo na administração dos usos, fiscalização e conservação, tal como em algumas experiências ocorridas em comunidades tradicionais. Isso é claro, desconsiderando a "prioridade" que tem sido natural em relação à ocupação das margens de rios e o aproveitamento de suas margens e amenidades para as classes hegemônicas.

Em relação a um quadro mais geral de possibilidades de ação, é importante destacar a observação de iniciativas positivas nos habitacionais que já oferecem caminhos para intervenção. Exemplos desses aspectos foram agrupados na Figura 63.

Figura 63 - Aspectos positivos e possibilidades.

(a) O CH Vereador Miguel Batista, mescla um bom padrão construtivo e localização, inclusive sendo mencionado como o melhor dos conjuntos pelos entrevistados em CH localizados em suas proximidades. 16/06/2017.

(b) No CH Minerva, a boa área de esportes e lazer construída não atende apenas aos moradores do habitacional, estendendo-se à comunidade do entorno. 20/06/2017.

(c) 20/06/2017

(d) 20/06/2017

Há uma maior conservação de parquinhos em concreto, que têm sido instalados mais criativamente. Aproveitando-se bem espaços para esse equipamento que tem grande demanda por parte dos moradores.

(e) 13/06/2014

(f) 13/06/2014

Observou-se grande satisfação dentre os moradores quando conseguem manter áreas ajardinadas e frente à implantação de hortas.

(g) Construção de galpão para o trabalho de catadores de materiais recicláveis ao lado do CH Palha do Arroz. 20/06/2017.

(h) Vista do CH Via Mangue III obtida do terminal de integração com o transporte coletivo. A proximidade com importantes equipamentos urbanos mostrou-se muito determinante para a satisfação dos moradores. 14/06/2017.

(i)

(j) Mesmo considerando o isolamento do CH Travessa Gusmão e problemas relatados, os moradores destacaram positivamente as ações artísticas realizadas com as crianças, dentre outras pinturas na parte interna do habitacional, além dos grandes painéis pintados na fachada pelo artista Manoel Quitério. Observou-se que a arte e ludicidade abrem caminhos no processo de construção de identidades e pertencimento ao local, perante a dificuldade de adaptação. 13/06/2017.

Fonte: Acervo pessoal da autora. Créditos: Manuela Nascimento.

Diante dos processos de degradação e evasão dos conjuntos habitacionais já construídos, foram mencionadas ao longo do texto algumas questões a melhorar, mas seguem alguns destaques mais pontuais relativos aos problemas observados e relatados pelos entrevistados:

a) aumentar o conforto ambiental e adequar os custos à condição de rendimentos das famílias, priorizando projetos com melhor aproveitamento da iluminação natural e ventilação. Há inúmeras experiências de habitações desse tipo com baixo custo, inclusive com o uso de materiais sustentáveis;
b) implantação, acompanhamento e capacitação para a construção de hortas verticais. Esse tipo de experiência já tem ocorrido em alguns conjuntos e tem apresentado resultado muito positivo, podendo ser expandida para outras áreas. Vale observar que apenas a implantação ou delimitação do espaço não foi bem-sucedida, conforme foi verificado no CH Travessa do Gusmão;
c) promover a arborização e o ajardinamento. Considera-se que a permissão de construções ainda menos verdes, é um retrocesso no sentido de proporcionar uma melhor adaptação das pessoas, que mesmo em assentamentos com saneamento precário, sentem falta do "verde" que lá existia;
d) é preciso considerar a existência de espaços para realização de atividades e comércio mais bem posicionados e que se projetem "para fora" do conjunto habitacional. Verificou-se que espaços para uso ocupacional foram construídos nos fundos ou com frente para a área interna do conjunto, o que faz pouco sentido, pois as pessoas têm intenção de realizar suas atividades em contato com o entorno;
e) realização de visitas de equipes das Secretarias de Ação Social, responsáveis pelo encaminhamento a vagas de empregos. Apesar da existência de postos onde as pessoas podem ir buscar esse serviço, porém é necessário considerar a situação de desequilíbrio em relação aos laços com o mercado de trabalho que muitas pessoas sofrem no processo de realocação. As ações, ainda que pontuais, fomentariam ao menos a busca por oportunidades;
f) realizar seminário de troca de experiências positivas entre os órgãos responsáveis pela provisão habitacional, o que poderia ser viabilizado pela Câmara Técnica de Habitação do Conselho da Cidade;
g) nas metas para o PLHIS está prevista a existência de órgão ou setor específico para tratar dessa modalidade de provisão habitacional. Nessa estrutura é importantíssimo que se forme um quadro fixo e multidisciplinar de profissionais para o

acompanhamento da pós-ocupação, diminuindo a instabilidade do acompanhamento em virtude da extinção de projetos ou das ações realizadas por gestão;

h) aumentar o prazo de acompanhamento da pós-ocupação, aumentando o fomento à organização comunitária, principalmente para a manutenção dos espaços comuns;

i) aproveitar melhor o potencial desses novos territórios como espaços para implantação de projetos sociais e ambientais, pois mesmo que se trate de comunidades distintas que foram colocadas em uma mesma área, ali pode-se formar um grupo mais coeso, ressaltando-se objetivos comuns que beneficiem a maioria. No projeto inicial do empreendimento poderiam prever-se iniciativas que fometem a adesão de grupos de pessoas. Por exemplo, ao invés de boxes isolados para comércio, procurar parcerias para formação de células produtivas em relação ao um determindado produto, adequado a vocações locais ou ocupações passíveis de capacitação. Projetos envolvendo reaproveitamento de materiais recicláveis e geração de renda, que integrem melhorias na destinação de resíduos e a limpeza e manutetenção dos espaços comuns, também parecem ter bom potencial de aceitação. O trabalho com recicláveis já faz ou fazia parte da vida de muitas pessoas que residem nessas áreas, o aprimoramento desses processos foi apontado inclusive pelos entrevistados;

j) Considerar as relações entre as comunidades do entorno onde o conjunto foi ou será instalado, em relação à prestação satisfatória dos serviços e disponibilidade de infraestruturas. Em se tratando da provisão habitacional por parte do poder público, nestas modalidades de habitação de interesse social, observa-se que as decisões quanto à localização das moradias ocorrem de forma verticalizada e há pouco acompanhamento das necessidades da população reassentada. Assim, do ponto de vista do local do assentamento das moradias, geram-se elementos que compõem um quadro de conflitos socioespaciais entre os habitantes, uma vez que os novos moradores têm de disputar espaços com os moradores locais que não dispõem de uma prestação de serviços satisfatória. Nesse sentido, a inclusão principalmente de creches, unidades de saúde (mesmo para atendimentos de menor complexidade, tais como consultas, procedimentos ambulatoriais e vacinações), bem como áreas para prática de esportes e lazer, deve fazer parte do projeto dos habitacionais assim como ocorreu em outras áreas da cidade e não tem sido praticado na área, fato que sobrecarrega as redes existentes. Na busca de um efetivo direito à cidade nestes conjuntos habitacionais, é preciso considerar as possibilidades de integração dos

> “novos moradores” com os moradores mais antigos nas áreas, tanto culturalmente como no acesso às infraestruturas e serviços de educação, saúde e lazer, que eventualmente já estejam disponíveis na área de implantação e que, com o acréscimo repentino dessas pessoas, tornam-se alvo de conflitos e problemas com o aumento das demandas.

Por fim, mesmo apresentando, de forma implícita, o controle político e estratégico pelo Estado, os resultados apontaram para a produção de um contexto de periferização e segregação espacial, a partir do momento em que os CH são instalados em áreas onde as infraestruturas de saneamento básico, transporte coletivo, equipamentos comunitários de educação, saúde, lazer e cultura não estão preparados para as populações mais carentes inseridas nos programas habitacionais, que se somam às dificuldades de readaptação.

Dessa forma, podemos refletir que para garantir o direito à cidade, sobre a perspectiva de Lefebvre (2008), ou seja, além dos direitos individuais e essenciais, mas como um processo de transformação da sociedade urbana, as políticas habitacionais, em especial as intervenções habitacionais propostas devem assegurar de fato às populações atendidas, reais benefícios da vida urbana.

7 CONCLUSÕES

A supressão da natureza, de forma explícita e implícita, tem sido recorrente na produção de moradias de interesse social, sendo comum o não cumprimento da legislação ambiental e urbanística pertinentes, bem como a violação de direitos básicos das populações envolvidas. A supressão de elementos do sítio natural diminui na medida em que a cidade se apresenta mais adensada em virtude da descaracterização ambiental, mas não diminuem as supressões de elementos socioculturais e oriundos da relação das pessoas com seu território. Assim, neste processo, coordenado pelos poderes executivos locais e geralmente vinculado a políticas do Governo Federal, o deslocamento conflitivo de pessoas, a remoção de elementos naturais e as modificações nos usos e ocupação do solo, tem originado efeitos sociais e territoriais controversos.

A extinção deliberada de elementos socioculturais e do sítio natural tem sido justificada pela necessidade de construção de moradias destinadas a reduzir o deficit habitacional, regularizar a situação dos assentamentos precários e revitalizar seletivamente algumas áreas da cidade. Todavia, têm sido historicamente negligenciados, o potencial transformador da configuração territorial embutido nas políticas habitacionais e sua contribuição no desequilíbrio dos fragilizados ecossistemas urbanos. Além disso, seus efeitos respondem pelo desmonte de estruturas sociais tanto nos territórios removidos, como nos de realocação de populações, fato que não é claramente expresso e discutido no momento da tomada de decisões e divulgação dos projetos.

Mesmo reconhecendo-se a ocorrência de experiências positivas de realocação de pessoas e provisão de moradias, em que se observa expressiva melhoria das condições de vida de muitas famílias, nota-se que ao remover comunidades de uma área para outra – seja devido à implantação de infraestruturas urbanas, para “recuperação ambiental” ou com o propósito de melhorar condições de habitação – as administrações públicas constantemente promovem uma reconfiguração socioterritorial excludente, tanto nos territórios removidos como nos de realocação.

Outro fator histórico de exclusão se dá pelo direcionamento da ocupação dos espaços periféricos, por meio da concessão de altos subsídios às construtoras, que realizam seus empreendimentos em terras de menor valor, distantes das áreas centrais ou de maior interesse do capital empresarial. Estes imóveis, com preço mais acessível, são os alvos dos financiamentos para pessoas de média e baixa renda, que seguem essa trajetória e vão conformando-se na periferia.

No transcorrer do processo de ocupação de territórios urbanos, a supressão da vegetação e precariedade de elementos do sítio natural – ocorrida amiúde em períodos anteriores às ocupações tipificadas como irregulares – torna-se o mote na formulação de argumentos para a remoção de famílias das áreas propensas à especulação imobiliária.

Configura-se um processo de justificação que associa a reconhecida e necessária melhoria das condições de vida das pessoas em assentamentos precários à recuperação de espaços verdes e para o interesse coletivo. Um processo que, de fato, trata da construção de vias e obras de urbanização para a melhoria da mobilidade de veículos automotivos particulares e a valorização ou revalorização imobiliária de terrenos, que coopta oportunamente uma suposta proteção/recuperação de elementos do sítio natural no ambiente urbano.

No caso da cidade do Recife, o processo bem se exemplifica pela retirada de palafitas localizadas às margens do rio Capibaribe, destinada à melhoria das condições de vida e à recuperação dos manguezais. Contudo, no plano de fundo dessas ações, como decorrência das desocupações, emergem novos espaços para construção de edifícios destinados às classes de alta renda, assim como as infraestruturas viárias e de lazer em seu entorno, onde também se insere a possibilidade de contemplação da paisagem do rio e dos manguezais.

Dessa forma, a supressão da natureza compreende tanto a descaracterização do sítio natural, como a justificativa para remoção de habitações de uma determinada porção do território que necessitaria de recuperação ambiental. Portanto, trata-se de uma via de mão dupla como fato e argumento para a reconfiguração das paisagens urbanas e seus restritos "espaços naturais", interferindo consequentemente na vida das pessoas.

É importante considerar a irreversibilidade dos efeitos negativos de tais ações. Por trás delas acha-se a necessidade de renovação e reconquista de espaços pelas classes hegemônicas que passaram a revalorizar áreas situadas às margens de cursos fluviais ou próximas a áreas de proteção ambiental, as quais têm como característica comum, a necessidade de remoção e transferência de famílias de classes subalternas para conjuntos habitacionais, ou pior, para imóveis alugados passando a depender de auxílio moradia.

Apesar da crescente consumação dessa realidade, isso não pode ser aceito visto que o ser humano já possui grande capacidade técnica de criar formas de adaptação, artificialização e condutas em sua relação com a natureza, bem como para a redução de desigualdades sociais (SANTOS, 1992, 2006, 2010), tornando cada vez mais incoerente o aumento e o uso ideológico de tais supressões, ao invés da busca pela complementaridade entre as suas construções, o sítio natural e a qualidade de vida para todos.

No caso das pessoas que são realocadas de suas moradias, por meio dos programas de habitação de interesse social, além das determinações ligadas ao crescimento econômico, ainda se encontram suscetíveis a decisões governamentais, em sua maioria, imperativas e desconectadas da realidade vivida. Pode-se afirmar a partir daí, que importantes variáveis no que tange ao bem viver, são suprimidas em virtude de externalidades desconectadas dos contextos sociais preexistentes. Por exemplo, a articulação das pessoas com seu meio, as práticas sociais e ocupacionais das pessoas relacionadas com sua localização no espaço da cidade, relações identitárias e de vizinhança, bem como o ato de desfrutar de amenidades, tais como a proximidade de rios ou de resquícios do verde urbano, o vento ou a contemplação de paisagens históricas.

As justificativas para as transferências têm apresentado diversos tipos de argumentos pautados na recuperação ambiental de áreas da cidade e na melhoria dos assentamentos precários. Entretanto, diante do contexto observado, há nitidamente dois fatores preponderantes: a demanda por espaços para especulação imobiliária e implantação de novos empreendimentos destinados às classes hegemônicas locais e suas atividades, sobretudo no setor de serviços; a sustentação de um imperativo de mobilidade que estes espaços exigem para realizar suas funções e também para o "surgimento" de terrenos valorizados, onde apenas a construção de vias por si só, é utilizada como justificativa para a retirada de pessoas. A mobilidade propiciada com obviedade não se refere àquela necessária e inclusiva da maioria dos habitantes da cidade.

Emergem aí as dissidências éticas dos diversos atores envolvidos na provisão de moradias, principalmente em se tratando das ações do setor público e empreendedores do setor privado, responsáveis por grandes intervenções. Para a efetivação de tais interesses, distantes da realidade das pessoas que habitam tais espaços, utilizam-se do uso do poder e da força, além do senso de oportunidade e conveniência diante das deficiências na legalização da posse da terra nessas áreas. Trata-se, assim, de uma provisão profundamente desigual da habitação para as classes subalternas, que também repercute na problemática ambiental.

Tais perspectivas demonstram, por diferentes vias de interpretação, uma associação entre a formação espacial do meio urbano, danos ao ambiente, necessidade de ajustes nas políticas públicas, processos de fragmentação socioespacial e a importância de dar visibilidade às pessoas e áreas que são postas em condição de constante vulnerabilidade em relação a seus locais de moradia.

No tocante a intervenções públicas que envolvem a realocação de pessoas de suas habitações, pode-se afirmar que a emergência dos problemas supera a aplicação de soluções.

Observou-se um quadro onde, por mais precária que fosse a habitação de origem das pessoas, ali já existiam vínculos psicológicos, sociais e econômicos, bem como de adaptação (e até formas diversas de resiliência) às condições de prestação de serviços e à infraestrutura disponíveis, que têm de ser completamente refeitos no local de realocação, no qual obviamente, apenas a ação pontual de construção da moradia, não tem servido de base para essas reconstruções, demonstrando mais uma vez a necessidade de conexão entre as políticas públicas (entre si) e com as necessidades e experiências vividas das pessoas atingidas por suas ações.

Diante do exposto, portanto, respondemos nossa questão central, na medida em que se verificou que as ações em HIS, tal como vêm sendo praticadas, não contribuem satisfatoriamente à redução das desigualdades, sendo aplicadas seletivamente, a partir de interesses que não correspondem aos dos segmentos da população que mais necessitam dela e não utiliza plenamente de seu potencial transformador nas intervenções observadas. Em relação ao melhoramento do ambiente urbano, tornou-se difícil, diante do levantamento e análises, verificar alguma interação entre a PHIS e melhorias ambientais, uma vez que as remoções tiveram objetivos extrínsecos a essa possibilidade, como se viu, em termos de resultados da recuperação de elementos mais inerentes do sítio natural, isso ocorreu de forma muito restrita e pontual.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de A. Estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação (contribuição a história do pensamento geográfico brasileiro). **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 56, n.1/4, p. 21-122, jan/dez. 1994. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1994_v56_n1_n4.pdf. Acesso: jul. 2013.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010. Acesso em: maio, 2015.

_____. A crítica do 'ambiente' e o ambiente da crítica. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, v. -, p. 27-47, 2014. Disponível em: http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/download/227/160. Acesso: maio, 2015.

AGYEMAN, J. Toward a "just" sustainability? **Continuum**, v. 22, n. 6, pp. 751–756, 2008. Disponível em: http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10304310802452487. Acesso em: set. 2016.

AGYEMAN, Julian; BULLARD, Robert D.; EVANS; Bob. Exploring the Nexus: Bringing Together Sustainability, Environmental Justice and Equity. **Space & Polity**, v. 6, n. 1, pp. 77–90, 2002. Disponível em: http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13562570220137907. Acesso em: out. 2016.

AGYEMAN, Julian; SCHLOSBERG, David; CRAVEN, Luke; MATTHEWS, Caitlin. Trends and Directions in Environmental Justice: From Inequity to Everyday Life, Community, and Just Sustainabilities. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 41, pp. 321 -340, 2016. Disponível em: http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-environ-110615-090052. Acesso em: nov. 2016.

ALBUQUERQUE, M. Z. A., GOMES, E. T. A. O jogo do poder na produção do espaço do Recife. **Revista Rural & Urbano** [Online], v. 2, n. 1, 2017. Disponível: http://www.revista.ufpe.br/ruralurbano/index.php/ruralurbano/article/view/43. Acesso: 10 jan. 2018.

ALENCAR, A. K. B. de.; SÁ, W. L. F. de. Novas formas de acesso à moradia: a produção social do habitat e os movimentos sociais urbanos da Região Metropolitana do Recife. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14, 2011, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**... Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3181. Acesso: maio, 2014.

AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs.). **Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados Brasileiros**. 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015. Disponível em:

http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/mcmv_nacional2015.pdf. Acesso: jan. 2016.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo, revisão técnica: Adriano Correia. 11. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

AZEVEDO, S. de. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): Criação, trajetória e extinção do BNH. **Rev. Adm. públ**., Rio de Janeiro, 22(4):107-119, out./dez. 1988. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9391/8458. Acesso: jan. 2016.

AZEVEDO, S.; ANDRADE, L. A. G. **Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011. Disponível em: http://books.scielo.org/id/xnfq4/pdf/azevedo-9788579820557-04.pdf. Acesso: maio, 2015.

BACON, F. **A Sabedoria dos Antigos**. Tradução, Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Unesp, 2002.

BAHAMÓN, A.; ÁLVAREZ, A.M. **Palafita – Da Arquitectura Vernácula à Contemporânea**. Lisboa: Argumentum, 2009.

BALBIM, R., KRAUSE, C.; LIMA NETO, V. C. **Para além do Minha Casa Minha Vida: uma política de Habitação de Interesse Social?** Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [Online], 2015. Disponível: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26017. Acesso: 28 set. 2017.

BAUTISTA, D. C. G., CASTILHO, C. J. M. Prometropole: Política Pública de Promoción de Vivienda Digna para Poblaciones Ribereñas – Un Desafío al Desarrollo Humano. **Revista Brasileira de Geografia Física** [Online], v. 7, n. 2, 2014. Disponível: https://doi.org/10.26848/rbgf.v7i6.1427. Acesso: 13 dez. 2015.

BAUMAN Zygmunt. **Danos colaterais: Desigualdades sociais numa era global**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2013.

_____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2003.

_____. **Modernidade e Ambivalência**. Tradução Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BECKER, Evaldo. NATUREZA, ÉTICA E SOCIEDADE EM ROUSSEAU. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, [S.l.], n. 21, p. 31-42, Jul. 2013. ISSN 2317-806X. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/58318. Acesso em: jan. 2015.

BECKER, E.; BECKER, M. A. Contribuições de Rousseau ao entendimento dos desastres socioambientais contemporâneos. **Trans/Form/Ação** (UNESP. Marília. Impresso), v. 37, p. 111-126, 2014. Disponível em: http://www2.marilia.unesp.br/ojs-2.4.5/index.php/transformacao/article/view/3884/2899. Acesso em: jan. 2015.

BEZERRA, D. U. C. **Alagados, mocambos e mocambeiros**. Recife: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1965.

BITOUN, J.; MIRANDA, L. I. B. de. A Região Metropolitana do Recife: Principais características da sua região de influência e da integração dos municípios na aglomeração recifense. In: SOUZA, M. A. de A.; BITOUN, J.. (Org.). **Metrópoles: Território, Coesão Social e Governança Democrática. Recife: Transformações na Ordem Urbana**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2015, p. 40-57. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/serie_ordemurbana_recife.pdf. Acesso em: fev. 2016.

BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. O. **Elementos de Amostragem**. São Paulo: Blucher, 2005.

BONDUKI, N. G. Origens da Habitação Social no Brasil. **Revista Análise Social**, v.29, n. 127, p. 711-732, 1994. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377539C9uKS3pp5Cc74XT8.pdf. Acesso: jan. 2013.

_____. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v. 1, p. 70-104, 2008. ISSN 1984-5766. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf. Acesso em: 20 julho 2016.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. O LUGAR DA VIDA: Comunidade e Comunidade Tradicional. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-23, jun., 2014. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/27067. Acesso: maio, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria**. Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patricia Vieira da Costa. – Brasília: MDS, 2014. 725 p.: gráfs, mapas, tabs. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf. Acesso em: nov. 2016.

BRASIL. Governo Federal, Portal de Dados Abertos. **Empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida**, 2018. Data de referência março/2012. Disponível: http://dados.gov.br/dataset/mpog_mcmv. Acesso: jan. 2018.

BRASIL. Ministério das Cidades/ Secretaria Nacional de Habitação. **Plano Nacional de Habitação**, 2009. Disponível: http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Publiicacao_PlanHab_Capa.pdf. Acesso: 20 set. 2015.

BRENNER, N.; BASTOS, P. P. M. Seria o "urbanismo tático" uma alternativa ao urbanismo neoliberal? **Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais e-metropolis,** n. 27, ano 7, dez. 2016. Disponível em: http://emetropolis.net/artigo/201?name=seria-o-urbanismo-tatico-uma-alternativa-ao-urbanismo-neoliberal. Acesso: jan. 2017.

BRUNO, Giordano. **Sobre o infinito, o universo e os mundos**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. 291 p. Col. Os pensadores, v. 12.

BRUNO, L. Poder político e sociedade: qual sujeito, qual objeto? In: BARTOLOZZI, E.; ANDRADE OLIVEIRA, D. (Orgs.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

BRUSEKE, Franz Josef. A descoberta da contingência pela teoria social. **Soc. estado.**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 283-308, Dez. 2002. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922002000200004. Acesso: fev. 2015.

BUBER, M. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987. 136 p. (Coleção Debates; 203).

BUENO, L. M. M. Reflexões sobre o futuro da sustentabilidade urbana com base em um enfoque socioambiental. **Cadernos Metrópole** [Online], v. 19, 2008. Disponível: https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8712. Acesso: 30 out. 2015.

CAMBOIM, J.; GOMES, E. T. A. Produção desigual do espaço urbano: o Coque fragmento da cidade do Recife. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 5, N. 1. p. 74-88, 2016. Disponível em: http://www.revista.ufpe.br/revistamseu/index.php/revista/article/view/150/191. Acesso: ago. 2016.

CAMPOS, D. J. S. L. A Via Mangue sob o olhar do ordenamento territorial urbano em Recife-PE: o lugar dado às famílias pobres. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 4, n. 2, nov. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/229892. Acesso: jan. 2016.

CARDOSO, A. L. (Org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. Disponível: http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/mcmv_adauto2013.pdf. Acesso: 14 maio, 2014.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao programa minha casa minha vida. In: CARDOSO, A. L. (Org.), 2013. **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, pp. 17-654. Disponível: http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/mcmv_adauto2013.pdf. Acesso: 14 maio, 2014.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A., JAENISCH, S. T. (Orgs.). **Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. 1 ed. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, Letra Capital, 2017. Disponível: http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/livro_politicahabitacional_2017.pdf. Acesso: 17 jun. 2017.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; ARAÚJO, F. de S. **Habitação de Interesse Social: Política ou Mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano.** In: XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2011, Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2011. Disponível em:

http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/adauto_cardoso.pdf. Acesso: maio, 2014.

CARLOS, A. F. A. A questão da habitação na Metrópole de São Paulo. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. VII, n. 146(046), ago. 2003. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(046).htm. Acesso: 1 jan. 2014.

CASSIRER, Ernst. **A questão Jean-Jacques Rousseau**. Trad. Erlon José Paschoal, Jézio Gutierre. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. 3. ed. revisada, acompanhada de um posfácio (1975). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983. 590 p.

_____. **O poder da identidade**. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. iii, 530 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura ; v. 2).

CASTILHO, C.. A (In) Sustentabilidade da Vida Humana nas Cidades: Redirecionamentos Teórico-Metodológicos à Construção de Ambientes Urbanos Humanos. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 5, n. 1, p. 185-206, 2012. Disponível em: http://www.revista.ufpe.br/rbgfe/index.php/revista/article/view/300/262. Acesso: jun. 2014.

_____. Justiça Ambiental: uma tarefa difícil em contexto territorial de ausência do espaço do cidadão. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 5, n. 1, jul. 2016. Disponível em: http://www.revista.ufpe.br/revistamseu/index.php/revista/article/view/153/199. Acesso: ago. 2016.

CASTILHO, C. J. M.; LEANDRO, P. R. F. Políticas públicas e (re)produção sustentável do espaço urbano: "Programa Recife Sem Palafitas" – seus benefícios e sua natureza social. **Acta Geográfica** [Online], v. 6, n. 13, 2012. Disponível: http://dx.doi.org/10.5654/acta.v6i13.648. Acesso: 20 maio, 2014.

CASTILHO, C. J. de M.; SOEIRO, I. C. de M..; Pontes, B. A. N. M. Entre a Supressão e a Conservação da Natureza na Cidade: o Fortalecimento da Racionalidade Ambiental para o Resgate da Beleza da Paisagem. **Revista Brasileira de Geografia Física**, Recife, v. 09 n. 03 (2016) 852-867. Disponível em: http://www.revista.ufpe.br/rbgfe/index.php/revista/article/view/1617/964. Acesso: ago. 2016.

CAVALCANTI, G. B. Comunidade e Identidade: A Liga Social contra o Mocambo e a Construção de um Sentido de Comunidade e Identidade na Periferia da Cidade do Recife nas Décadas de 1930 e 1940. **ESCRITAS**, v. 7, n. 2, p. 215-229, 2015. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1801/8466. Acesso: set. 2016.

CAVALCANTI, H.; SOUZA, M. A. de A.; MIRANDA, L.; NEVES, N.. Tipologia e Caracterização dos Assentamentos Precários: Região Metropolitana do Recife (RMR). In: MORAIS, M. da P.; KRAUSE, C., Neto, V. C. L. (Org.). **Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros**. Brasília: Ipea, 2016. 540 p. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160718_caracterizacao_tipologia.pdf. Acesso: jul. 2016.

COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL. Henri Acselrad, Alfredo Wagner de Almeida, Celio Bermann, Carlos Antônio Brandão, Eder Carneiro, Jean Pierre Leroy, Marijane Lisboa, Jeovah Meirelles, Cecilia Mello, Bruno Milanez, Luiz Fernando Novoa, Eliane Cantarino O´Dwyer, Raquel Rigotto, Horácio Antunes Sant'ana Júnior, Carlos B. Vainer e Andrea Zhouri. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? **e-cadernos CES** [Online], v. 17, 2012. Disponível em: http://eces.revues.org/1138. Acesso em: jan. 2017.

COLLINS, P. H. The New Politics of Community. **American Sociological Review**, v. 75, n. 1, fev. 2010. Disponível em: http://www.asanet.org/sites/default/files/savvy/ASR%20The%20New%20Politics%20of%20Community%20(PHC).pdf. Acesso em: ago. 2015.

CORRÊA, Antônio Carlos de Barros. Contribuição à análise do Recife como um Geossistema Urbano. **Revista de Geografia da UFPE**, v.23, n.3. 2006, p. 86-102. Disponível em: http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/view/82/41. Acesso: dez. 2016.

DESCARTES, R. **Discurso do Método**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 3ª Tiragem. Tradução: Maria Ermantina Galvão.

DESMOND, M.; BELL, M. Housing, Poverty, and the Law. **Annual Review of Law and Social Science** [Online], v. 11, n. 1, 2015, p. 15-35. Disponível: https://doi.org/10.1146/annurev-lawsocsci-120814-121623. Acesso: 30 ago. 2016.

DE SOUZA, F. A. M.. Land Tenure Security and Housing Improvements in Recife, Brazil. **Habitat International**, v. 23, n. 1, p. 19–33, mar. 1998. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1016/S0197-3975(98)00033-2. Acesso: maio, 2014.

DORIER-APPRILL, É. La géographie, les villes et l'environnement: débats épistémologiques et enjeux contemporains. In: DORIER-APPRILL, É. (Org.). **Ville et Environnement**. Paris: Sedes, 2006.

FAGNANI, E. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964/92. **Economia e Sociedade**, v. 6, n. 1, p. 183-238, fev. 2016. ISSN 1982-3533. Disponível em: http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643175. Acesso em: 28 out. 2016.

FERNANDES, J. R.; CHAMUSCA, P. Urban policies, planning and retail resilience. **Cities**, v. 36, p. 170–177, fev. 2014. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264275112002168. Acesso: 12 fev. 2014.

FJP. Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações. **Deficit habitacional no Brasil 2015: resultados preliminares**, 2017. Disponível: http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/723-estatisticas-informacoes-3-deficit-habitacional-16-08-2017versao-site/file. Acesso: 04 jan. 2018.

FJP. Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. **Deficit habitacional no Brasil 2013-2014**, 2016. Disponível: http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/informativos-cei-eventuais/634-deficit-habitacional-06-09-2016/file. Acesso: 15 jun. 2017.

FJP. Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. **Deficit habitacional no Brasil 2011-2012**, 2015. Disponível: http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/559-deficit-habitacional-2011-2012/file. Acesso: 15 jun. 2017.

FJP. Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. **Deficit habitacional no Brasil 2010**, 2013. Disponível: http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file. Acesso: 15 jun. 2017.

FLORIANI, D. **Conhecimento, meio ambiente e globalização**. Curitiba: Juruá, 2004.

FREYER, H. Comunidade e sociedade como estruturas histórico-sociais. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e Sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1973. p. 132-139.

GENELETTI, D.; LA ROSA, D.; SPYRA, M.; CORTINOVIS, C.A review of approaches and challenges for sustainable planning in urban peripheries. **Landscape and Urban Planning** [Online], 165, 2017, p. 231-243. Disponível: https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2017.01.013. Acesso: 05 out. 2017.

GALILEI, Galileu. **Ciência e Fé: cartas de Galileu sobre o acordo do sistema copernicano com a Bíblia**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GONÇALVES, T. M. Habitacão e Sustentabilidade Urbana. **Revista INVI [online]**. 2009, vol.24, n.65, pp. 113-136. Disponível em: http://dx.doi.org/10.4067/S0718-83582009000100004. Acesso: out. 2012.

_____. Habitar: A casa como contingência da condição humana. **Revista INVI**, Santiago, v. 29, n. 80, p. 83-108, 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.4067/S0718-83582014000100004. Acesso: ago. 2014.

GROSTEIN, Marta Dora. METRÓPOLE E EXPANSÃO URBANA: A PERSISTÊNCIA DE PROCESSOS "INSUSTENTÁVEIS". **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 1, p. 13-19, Jan. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000100003. Acesso em: jan. 2016.

HAESBAERT, R. **Território e Multiterritorialidade: um debate**. GEOgraphia (UFF), v. 17, p. 19-45, 2008. Disponível em: http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/213. Acesso: maio, 2014.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. 291 p.

_____. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011. 235 p.

_____. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012. Traduzido do original em inglês “The right to the city”, por Jair Pinheiro, professor da

FFC/UNESP/Marília. Versão cotejada com a publicada na New Left Review, n. 53, 2008. Disponível em:<http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista- 29-port/david-harvey.pdf>. Acesso: 1 jun. 2016.

HEIDEGGER, Martin. **Construir, Habitar, Pensar**. [Bauen, Wohnen, Denken]. Conferência pronunciada por ocasião da "Segunda Reunião de Darmastad", em 1951. Publicada em Vortäge und Aufsätze, G. Neske, Pfullingen, 1954. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Disponível em: http://www.fau.usp.br/wp-content/uploads/2016/12/heidegger_construir_habitar_pensar.pdf. Acesso: jan. 2017.

HORA, J. S. S. **A natureza em Bacon e a recepção da sua filosofia nas discussões ambientais**. 1ª. ed. Porto Alegre: Redes Editora, 2015. v. 1. 108 p.

HÖFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes** [Online], v. 21, n. 55, 2001, p. 30-41. Disponível: http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539. Acesso: 09 mar. 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010. Agregado por Setor Censitário**. IBGE, Rio de Janeiro, 2011. Disponível: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/Agregados_por_Setores_Censitarios. Acesso: 20 out. 2013.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas (Brasil: o estado de uma nação)**, Volume 2. IPEA, Brasília, 2009. Disponível: http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/2009/Livro_BrasilDesenvEN_Vol02.pdf. Acesso: 14 abr. 2015.

KIRBY, A. Cities. **Cities**, v. 12, n. 1, p. 5–11, fev. 1995. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0264275195918619. Acesso: abr. 2013.

KLINTOWITZ, D. Por que o Programa Minha Casa Minha Vida só poderia acontecer em um governo petista?. **Cad. Metrop. [online]**. 2016, vol.18, n.35, pp.165-190. ISSN 1517-2422. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3508. Acesso: 8 ago. 2016.

KLOPP, J. M.; PETRETTA, D. L. The urban sustainable development goal: Indicators, complexity and the politics of measuring cities. **Cities**, v. 63, p. 92–97, 2017. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264275116303122. Acesso em: fev. 2017.

KRAUSE, C., BALBIM, R., LIMA NETO, V. C. **Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: onde fica a política habitacional?** Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [Online], 2013. Disponível: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1853.pdf. Acesso: 28 nov. 2015.

LACEY, H. **Ciência, respeito à natureza e bem-estar humano**. Sci. stud. [online]. 2008, v.6, n.3, p. 297-327. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662008000300002>. Acesso em: 10 mar. 2012.

_____. **A imparcialidade da ciência e as responsabilidades dos cientistas**. Sci. stud. [online]. 2011, v.9, n.3, p. 487-500. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662011000300003>. Acesso em: 05 jun. 2012.

LARRÈRE, Catherine. JEAN-JACQUES ROUSSEAU: O RETORNO DA NATUREZA? **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, [S.l.], n. 21, p. 13-30, Jul. 2013. ISSN 2317-806X. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/56546. Acesso em: 27 Maio, 2015.

LAYRARGUES, P. P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: MATA, S.F. et al. (Orgs.) **Educação ambiental, desafio do século: um apelo ético**. Rio de Janeiro: Terceiro Milênio, 1998. Versão revisada e atualizada, 2000.

LEFEBVRE. H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LEITÃO, M. D. R. D. F. **Caracterização e contribuição para interpretação da política de habitação popular: Recife - Estado Novo - 1937 a 1945**. 1987. 157f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Centro de Artes. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1987.

LEFF, E. **Saber Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001. 343 p.

LEROY, J. P. **Territórios do futuro**: educação, meio ambiente e ação coletiva. Rio de Janeiro: Lamparina/ Coed. Fundação Heinrich Böll, 2010. ISBN 978-85-98271-74-3.

LIMA, P. G., FEDOZZI, L. J., CORRÊA, G. C. P. Participação social e habitação popular: paradoxos e dilemas da participação institucionalizada. In: Marx, V., Costa, M. A. (Orgs.). **Participação, conflitos e intervenções urbanas: contribuições ao Habitat III**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2016. Disponível: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7296. Acesso: 16 out. 2017.

LINDERT, P. VAN. Rethinking urban development in Latin America : A review of changing paradigms and policies. **Habitat International**, v. 54, p. 253–264, 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1016/j.habitatint.2015.11.017. Acesso: 7 ago. 2016.

LIRA, J. T. C. de. A construção discursiva da casa popular no Recife (década de 30). **Análise Social**, v. 29, n.127, p. 733-753, 1994. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377575W5gXZ7li1Iz46WD7.pdf. Acesso em: jul. 2015.

LITTLE, P. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Série Antropológica, 2002, n. 322. Disponível em: http://nute.ufsc.br/bibliotecas/upload/paullittle.pdf. Acesso em: out. 2014.

LOUREIRO, M. R., MACÁRIO, V., GUERRA, P. H. Legitimidade e efetividade em arranjos institucionais de políticas públicas: o Programa Minha Casa Minha Vida. **Revista de Administração Pública** [Online], v. 49, n. 6, 2015. Disponível: https://dx.doi.org/10.1590/0034-7612135238. Acesso: 9 out. 2016.

MACIVER, R.M.; PAGE, C. H.. Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e Sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1973. p. 117-131.

MARICATO, E. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. Cadernos Metrópole (PUCSP), n. 21, p. 33-52, 2009. Disponível em: https://revistas.pucsp.br//index.php/metropole/article/view/5954. Acesso: out. 2012.

_____. A Copa do Mundo no Brasil: tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana. In: JENNINGS, A. (Org.). **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** 1ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

_____. The Future of Global Peripheral Cities. **Latin American Perspectives**. v. 44, n. 2, 2017. Disponível em: http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0094582X16685174. Acesso: jan. 2017.

MANSUR GARDA, J. C. Habitar la ciudad. **Revista de filosofía open insight** [Online], v. 8, n. 14, p. 9-24, 2017. Disponível: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-24062017000200009&lng=es&nrm=iso. Acesso: 04 dez. 2017.

MARQUES, C.; FREY, H., 2015. As mudanças habitacionais em regiões metropolitanas brasileiras. URBE, **Revista Brasileira de Gestão Urbana** [Online], 7:2, 250-267. Disponível: http://dx.doi.org/10.1590/2175-3369.007.002.AO03. Acesso: 25 jun. 2017.

MATOS, R. Grandes territorialidades, planejamento e questões ambientais no Brasil. **Cadernos do LESTE**, Edição Especial (2000-2008), 2008, p. 306-401. Disponível em: http://igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/leste/article/view/796/589. Acesso em: abr. 2016.

MELO, M. A. B. C. Política de Habitação e Populismo: O Caso da Fundação da Casa Popular. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, v. 3, n. 1, 1990. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3105/2222. Acesso em: maio, 2016.

MELO, N. M. L. **Estado, Capital Financeiro, Espaço Habitacional - O caso da Região Metropolitana do Recife**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1990.

MELO E SOUZA, R.. De Que Ambiente se Fala em Ciências Ambientais? uma contribuição dialógica à inter(in)disciplinaridade. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 2, n.1, mar. 2013. Disponível em: http://www.revista.ufpe.br/revistamseu/index.php/revista/article/view/24/87. Acesso: maio, 2014.

MIRANDA, L. I. B. de; BITOU, J. Região Metropolitana do Recife: Estratificação social, estrutura e organização do território. In: SOUZA, M. A. de A.; BITOUN, J.. (Org.). **Metrópoles: Território, Coesão Social e Governança Democrática. Recife: Transformações na Ordem Urbana**. 1ed. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2015, p. 110-140. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/serie_ordemurbana_recife.pdf. Acesso: fev. 2016.

MONTEIRO, J. C. C. S. Habitação de interesse social em cenários de revalorização urbana: considerações a partir da experiência carioca. **Cadernos Metrópole** [Online], v. 17, n. 34, 2015. Disponível: https://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3407. Acesso: 20 maio, 2016.

MONTEIRO, A. R., VERAS, A. T. R. A questão habitacional no Brasil. **Mercator** (Fortaleza) [Online], v. 16, 2017. Disponível: https://dx.doi.org/10.4215/rm2017.e16015. Acesso: 20 nov. 2017.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html. Acesso: out. 2014.

_____. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v.9, n. 2, p.191-211, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/04.pdf. Acesso em: out. 2015.

MORAES, R; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva: processo construído de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, v.12, n.1, p.117-128, 2006.
Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v12n1/08.pdf. Acesso em: out. 2015.

MORAIS, H. A. Território e territorialidades: dimensões constitutivas da relação homem e meio ambiente. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v.11, n.01, p. 206-222, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/view/234309. Acesso: jun. 2018.

MORAN, E. F. **Meio ambiente e ciências sociais: interações homem-ambiente e sustentabilidade**. São Paulo: SENAC, 2011.

MOREIRA, T. A.; RIBEIRO, J. A. Z. M. T.. A questão fundiária brasileira no desenho das políticas nacionais de habitação: considerações a partir do início do século XXI. **Cad. Metrop. [online]**. 2016, vol.18, n.35, pp.15-32. ISSN 1517-2422. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3501. Acesso: ago. 2016.

MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, Francisco M.; SILVA, Juremir M. (Org.) **PARA navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. 294 p., p. 19-42.

_____. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003. 128 p.

_____. **La sfida della complessitá/ Le défi de la complexité**. Firenze, Le Lettere, 2011.

MORIN, Edgar, CIURANA, Emilio Roger, MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana**. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez; Brasília; UNESCO, 2003.

NASCIMENTO, D. M.. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. **Cad. Metrop. [online]**. 2016, v.18, n.35, p.145-164. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3507. Acesso em: ago. 2016.

NASCIMENTO, M. M. P. Relações sociedade e natureza, padrões de cientificidade e perspectivas possíveis para estudos ambientais. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais** [Online], v. 6, n.1, 2017. Disponível: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/229939. Acesso: 20 ago. 2017.

NASCIMENTO, M. M. P.; BAUTISTA, D. C. G. Dinâmica da habitação popular e do "interesse social" no Recife: da Liga Social contra o Mocambo à inflexível passagem para os conjuntos habitacionais. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**. v. 5, n. 2, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/229939. Acesso em: fev. 2017.

NASCIMENTO, M. M. P., BAUTISTA, D. C. G., CAVALCANTI, R. L. S. Distribuição Espacial e Acesso a Serviços Públicos Essenciais em Políticas de Habitação de Interesse Social. **Revista de Políticas Públicas – UFMA** [Online], v. 21, n. 1, 2017. Disponível: http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v21n1p225-244. Acesso: 08 dez. 2017.

NASCIMENTO, M. M. P., ARAÚJO, H. M. A urbanização extensiva de Aracaju e a formação de novos aglomerados habitacionais: avaliação a partir da desagregação de dados dos CENSOS/ IBGE. **Caderno de Geografia PUC-Minas** [Online], v. 28, n. 52, 2018. Disponível: http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/p.2318-2962.2018v28n52p166/12962. Acesso: 01 mar. 2018.

NEVES, N. H. S. **Urbanisation Intégrée des Espaces Pauvres: évaluation de l'expérience du programme Habitar Brasil BID 'a Recife - Brésil**. 126 f. Dissertação (MASTER 2 - Parcours recherche Géographie - Aménagement – Urbanisme) – Université Paris III Sorbonne Nouvelle, França, 2006.

OLIVEIRA, R., SAMPAIO, S.S., SOUZA, A.J.M. População de rua e direito à moradia: uma análise a partir do Programa Minha Casa Minha Vida. **Sociedade em Debate**, v. 23 n. 1, pp 225-244, 2017. Disponível em: http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/1508/1012. Acesso em: dez. 2017.

OLIVEIRA, R., SAMPAIO, S. S., SOUZA, A. J. M. População de rua e direito à moradia: uma análise a partir do Programa Minha Casa Minha Vida. **Sociedade em Debate** [Online], v. 23, n. 1, 2017. Disponível: http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/1508. Acesso: jan. 2018.

OLIVEIRA, T. H.; GALVINCIO, J. D.; PIMENTEL, R. M. M. ; SILVA. B. B.. Uso e Cobertura do Solo e Seus Efeitos na Distribuição da Temperatura de Superfície em Área Urbana. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 06, p. 1598-1616, 2013. Disponível em: http://www.revista.ufpe.br/rbgfe/index.php/revista/article/view/698. Acesso: ago. 2014.

OLIVEIRA, T. H.; DANTAS, J. G. ; GALVÍNCIO, J. D. ; PIMENTEL, R. M. M. ; BOTLER, M. . Análise da Variação Espaço-Temporal das Áreas Verdes e da Qualidade Ambiental em Áreas Urbanas, Recife-PE. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 7, p. 1196-1214, 2014. Disponível em: http://www.revista.ufpe.br/rbgfe/index.php/revista/article/viewArticle/1343. Acesso: jan. 2015.

OLIVEIRA, T. H.; GALVÍNCIO, J. D.; PIMENTEL, R. M. M.. Land cover classification and change analysis in Recife - PE municipality using unsupervised classification. **Revista**

GEAMA, v. 06, p. 131-150, 2016. Disponível em: http://www.journals.ufrpe.br/index.php/geama/article/view/865. Acesso: ago. 2016.

ONU-Habitat. Organização das Nações Unidas. **Nova Agenda Urbana - Declaração de Quito: Cidades Sustentáveis e Assentamentos Urbanos para Todos**, 2016. Disponível: http://habitat3.org/the-new-urban-agenda. Acesso: 20 nov. 2017.

OTALVARO-SIERRA, C. A., 2017. Racionalidad estatal y lógica social: la configuración del hábitat. **Bitácora Urbano Territorial** [Online], v. 27, n. 2, p. 57-64. Disponível: http://dx.doi.org/10.15446/bitacora.v27n2.40258. Acesso: 04 dez. 2017.

PERNAMBUCO. GOVERNO DO ESTADO. **Relatórios da Liga Social Contra o Mocambo**. Julho/1941 a julho/1942. Arquivo Público Estadual. Recife: Imprensa Oficial, 1942.

PORTO-GONÇALVES, C. W. P. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. [14. ed.]. São Paulo: Contexto, 2006a. 148 p. (Temas atuais).

PRADO, R. M. Viagem pelo conceito de populações tradicionais, com aspas. In: STEIL, C. A.; CARVALHO, I. C. de M. (Orgs.). **Cultura, percepção e ambiente: diálogo com Tim Ingold**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. Coleção Antropologia Hoje.

PRIGOGINE, Ilya. Nosso diálogo com a natureza. In: PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas**: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: UNESP, 1996.

PRONI, M. W., FAUSTINO, R. B. Avanços e Limites da Política de Desenvolvimento Urbano no Brasil (2001-2014). **Planejamento e políticas públicas - ppp** [Online], 46, 181-215, 2016. Disponível: http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/563. Acesso: 28 maio, 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p. (Serie Temas, 29. Geografia e politica).

RECLUS, Elisée; COELHO, Plinio Augusto (Org.). **Da ação humana na geografia física; Geografia comparada no espaço e no tempo**. São Paulo: Imaginário, 2010. Coleção Expressão & Arte.

RAFFAELLI, Rafael; MAKOWIECKY, Sandra. Sobre a representação da natureza na pintura ocidental: mimesis e disegno interno. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, v. 1, n. 11, p. 2-19, jan. 2000. ISSN 1984-8951. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1693/4392. Acesso em: 27 Maio, 2015. doi:http://dx.doi.org/10.5007/1693.

RAMOS, C. da S. **Visualização cartográfica e cartografia multimídia**. Conceitos e tecnologias. São Paulo: UNESP, 2005.

RECIFE, Comissão Censitária dos Mucambos. **Observações estatísticas sobre os mucambos do Recife**. Recife: Imprensa Oficial, 1939.

RECIFE, PREFEITURA. **Lei Nº 16.719/2001**. Cria a Área de Reestruturação Urbana - ARU, Composta pelos Bairros Derby, Espinheiro, Graças, Aflitos, Jaqueira, Parnamirim, Santana, Casa Forte, Poço Da Panela, Monteiro, Apipucos e parte do Bairro Tamarineira, estabelece as condições de uso e ocupação do solo nessa área. Disponível: http://leismunicipa.is/scokg. Acesso: 7 jan. 2016.

RECIFE, PREFEITURA. **Lei Nº 17.511/2008**. Promove a revisão do plano diretor do município do Recife, 2008. Disponível: http://leismunicipa.is/hksdo. Acesso: 8 jul. 2017.

RECIFE, PREFEITURA. **LEI Nº 18.093/2014**. Altera o zoneamento da cidade, instituindo, com fundamento no art. 35, III, e art. 107 II, E§ 2º, da Lei Nº 17.511, de 29 de dezembro de 2008, Zona Especial de Interesse Social II - ZEIS II. Disponível: http://leismunicipa.is/ceukd. Acesso: 7 jan. 2016.

RECIFE, PREFEITURA. **Atlas das infraestruturas públicas das comunidades de interesse social do Recife**. Recife: Prefeitura do Recife, 2016a. Disponível em: http://mundosafari.com.br/projetos/2015/prefeitura-atlas/. Acesso: out. 2016.

RECIFE, PREFEITURA. **Diagnóstico do Setor Habitacional (Produto 2) – Plano Local de Habitação de Interesse Social**. Recife: Prefeitura do Recife, 2016b. Disponível em: http://conselhodacidade.recife.pe.gov.br/sites/default/files/PLANO%20LOCAL%20DE%20HABITA%C3%87%C3%83O%20DE%20INTERESSE%20SOCIAL%20%E2%80%93%20PLHIS%20DIAGN%C3%93STICO%20DO%20SETOR%20HABITACIONAL%20-%20PRODUTO%202.pdf. Acesso: 7 set. 2017.

RIBEIRO, W. C. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.24, n.68, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-01420100001000008&lng=pt&nrm=iso

RODRIGUES, L. P. D, MOREIRA, V. S. Habitação e políticas públicas: o que se tem pesquisado a respeito?. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** [Online], v. 8, n. 2, 2017, 167-180. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/index.php/Urbe/article/view/3610. Acesso: 04 dez. 2017.

ROLNIK, R., CYMBALISTA, R., NAKANO, K. Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. **Revista de Direito da ADVOCEF** [Online], v. 13, 2011, p. 123-158. Disponível: http://www.advocef.org.br/wp-content/uploads/2014/11/13-novembro-2011.pdf. Acesso: 08 mar. 2015.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Cartas sobre os elementos de Botânica** (1781). Lisboa: Typographia Chalcographica, Typoplastica, e Literaria do Arco do Cego, 1801. Disponível em: http://purl.pt/11803. Acesso em: jan. 2015.

_____. **Emílio, ou, Da educação**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 711 p.

_____. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 330 p. (Clássicos).

RUBIN, G. R., BOLFE, S. A. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. **Ciência e Natura**, v. 36, n. 2, p. 201-213, maio,-ago. 2014. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/index.php/cienciaenatura/article/view/11637. Acesso: jun. 2016.

RUTH, M.; FRANKLIN, R. S. Livability for all? Conceptual limits and practical implications. **Applied Geography**, v. 49, p. 18–23, maio 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1016/j.apgeog.2013.09.018. Acesso em: maio, 2014.

SANTOS, Antônio Carlos dos. Os sentidos de natureza na filosofia de Rousseau. In: **Filosofia & Natureza: debates, embates e conexões**. 1ed. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2008, v. 1, p. 28-41.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. O futuro do Fórum Social Mundial: o trabalho da tradução. **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales OSAL, Observatorio Social de América Latina**, ano 5, n. 15, 2004. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110308113027/8sousasantos15.pdf. Acesso em: jan. 2015.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

_____. 1992: a redescoberta da Natureza. **Estud. av. [online]**. 1992, vol.6, n.14, pp. 95-106. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n14/v6n14a07.pdf. Acesso: 20 ago. 2011.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 124 p. (Geografia: teoria e realidade 16, serie "linha de frente").

_____. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2006. 392 p. (Col. Milton Santos; 1).

_____. **Pobreza urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 136 p.

_____. **Por uma outra Globalização: do Pensamento Único à Consciência Universal**. São Paulo: Record, 2010.

SANTOS, O. A. A. dos; GOMES, E. T A. A questão do desenvolvimento e os desdobramentos recentes do processo de fragmentação do espaço urbano em Recife/PE – o caso do “Projeto Novo Recife”. **Boletim Goiano de Geografia**, [S.l.], v. 36, n. 2, p. 398, ago. 2016. Disponível em: https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/42801. Acesso: 09 out. 2017.

SCHLOSBERG, David; SISK, Thomas D. "The Environmental Science/Policy Interface: Crossing Disciplinary Boundaries with a Team-Teaching Approach." PS: **Political Science & Politics**, vol. 33, no. 1, 2000, p. 75. Disponível em:

https://nau.pure.elsevier.com/en/publications/the-environmental-sciencepolicy-interface-crossing-disciplinary-b. Acesso em: nov. 2016.

SEABRA, D., SILVEIRA NETO, R., MENEZES, T. Amenidades urbanas e valor das residências: uma análise empírica para a cidade do Recife. **Economia Aplicada** [Online], 20:1, 2016. Disponível: http://dx.doi.org/10.11606/1413-8050/ea147474. Acesso: 20 dez. 2017.

SERRES, Michel. **O Contrato Natural**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

SILVA, C.F. Estratégias, conquistas e permanências do MLB nos núcleos da RMR: mecanismos de transformação ou de intermediação com o Estado? **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 6, n. 2, 2017, pp 39-56. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/229929/25638. Acesso em: jan. 2018.

SILVA, K. R. S.; GOMES, E. T. A. ?A Cidade não pára, a Cidade só Cresce?: o Crescimento Econômico e a Segregação Socioespacial. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 02, p. 69-81, 2013. Disponível em: http://www.revista.ufpe.br/revistamseu/index.php/revista/article/view/46. Acesso: jun. 2014.

SILVA, L. J. A. da. Segregação urbana e instrumentos de acesso à moradia no Brasil e na França. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 4, n.1, nov. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/229888. Acesso: 1 jan. 2017.

SILVA, M. L. da; TOURINHO, H. L. Z. O Banco Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida: duas políticas habitacionais e uma mesma lógica locacional. **Cadernos Metrópole**, São Paulo , v. 17, n. 34, p. 401-417, Nov. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cm/v17n34/2236-9996-cm-17-34-0401.pdf. Acesso: jan. 2016.

SOUZA, Maria das Graças de. A filosofia da natureza em Bacon: a herança democritiana. In: Santos, Antônio Carlos. (Org.). **Filosofia e Natureza**. São Cristovão, Sergipe: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2008, p. 17-28.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de et al. **Geografia: Conceitos e Temas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 77-116.

SOUZA, M. A. de A. **Habitação: bem ou direito? : as condições de acesso à habitação popular analisadas à luz da atuação da COHAB-PE na RMR**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1990.

_____. Pensando a política nacional de habitação para adversidade das famílias e dos municípios brasileiros. In: BITOUN, J. et. al. **Desenvolvimento e Cidades no Brasil**. Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais. Recife: FASE: Observatório das Metrópoles, 2009, pp. 117-150. Disponível: http://www.fundaj.gov.br/images/stories/cieg/artigos/livrodesenvolecidadesnobrasil.pdf. Acesso: 10 maio, 2014.

_____. Política Habitacional para os excluídos: o caso da Região Metropolitana do Recife. In: CARDOSO, A. L. (Org.). **Habitação Social nas Metrópoles Brasileiras. Uma avaliação**

das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. 1ed. Porto Alegre: ANTAC, 2007, v., p. 114-149. Disponível em: http://www.habitare.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/colecao7/capitulo_4.pdf. Acesso: maio, 2014.

SOUZA, M. A. de A.; LIMA, R. M. C. de; ANJOS, K. L. dos; BARBOSA, A.. As formas de provisão da moradia na configuração socioespacial da Região Metropolitana do Recife. In: SOUZA, M. A. de A.; BITOUN, J.. (Org.). **Metrópoles: Território, Coesão Social e Governança Democrática. Recife: Transformações na Ordem Urbana**. 1ed. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2015, p. 241-285. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/serie_ordemurbana_recife.pdf. Acesso: fev. 2016.

SOUZA, M.; BITOUN, J.; MIRANDA, L. **Habitação informal no Recife: processos de ocupação e banco de dados georreferenciado do período 1975-2005**. Recife: CNPq; Observatório, PE; UFPE; Fase, 2007. Relatório técnico.

SOUZA, E. A.; PEDON, N. R.. Território e Identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas,** Três Lagoas - MS, v. 1, n. 6, ano 4, nov. 2007. Disponível em: http://www.cptl.ufms.br/geo/revista-geo/Revista/Revista_ano4_numero6/artigo6_EdevaldoS._e_NelsonP..pdf. Acesso: out. 2014.

SUERTEGARAY, D. M. A.. Ambiência e Pensamento Complexo: Resignific(ação) da Geografia. In: SILVA, A. A. D. da & Galeno, A. (Orgs.). **Geografia: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

THEODORE, N., PECK, J., BRENNER, N. Urbanismo neoliberal: la ciudad y EL IMPERIO de los mercados. **Temas Sociales**, n. 66, 2009. Disponível em: http://metropolitanstudies.as.nyu.edu/docs/IO/222/2009_Urbanismo_neoliberal.pdf. Acesso: jan. 2017.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 454p.

TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. **Estatística Básica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e Sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1973. p. 96-116.

TURNER, J. F. C. Future Directions in Housing Policies. **Habitat International**, v. 10, n. 3, pp.7–25, 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1016/j.habitatint.2015.11.018. Acesso: dez. 2016.

VASCONCELOS, P. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. **Cidades**, Presidente Prudente, SP, v. 1, n. 2, p. 259-274, 2004. Disponível em: http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/%20viewFile/478/508. Acesso em: 1 abr. 2015.

WEBER, M. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e Sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1973. p. 140-143.

WINSTON, Nessa. Regeneration for sustainable communities? Barriers to implementing sustainable housing in urban areas. **Sustainable Development**, v. 18, n. 6, p. 319–330, nov./dez., 2010. Disponível em: http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/sd.399/abstract. Acesso em: nov. 2016.

ZARIAS, A.; BRITO, D. C. T. de. Das Expulsões à Legitimidade da Posse da Terra na Ponte do Maduro: encontros e desencontros políticos no Recife. **Revista Anthropológicas**. v. 25, n. 2, p. 133-153, 2014. Disponível em: http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/article/view/388 Acesso: ago. 2016.

ZHANG, X. Q. The trends, promises and challenges of urbanization in the world. **Habitat International**, v. 54, n. 13, p. 241–252, 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1016/j.habitatint.2015.11.018. Acesso: ago. 2016.

ZHANG, X. Q.; BALL, M. Housing the planet : Evolution of global housing policies. **Habitat International**, v. 54, n. 13, v. 54, p. 161–165, 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1016/j.habitatint.2015.11.028. Acesso: ago. 2016.

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO — Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente — Associação Plena em Rede

INSTRUMENTO DE COLETA - PESQUISA:
TRAJETÓRIAS DA DESIGUALDADE: SUPRESSÃO DA NATUREZA E PROVISÃO HABITACIONAL EM MEIO URBANO

Nome do entrevistado ou apelido:		**Conjunto Habitacional:**	**Tipo de Colaborador:** ( ) MORADOR ( ) LIDERANÇA	**Nº da entrevista:**
Idade:	**Gênero:** ( ) NS ( ) NR ( ) Outro	**Tempo que mora no local:**		**Data:____/____/2017**
Ocupação:		**Onde morava antes e quanto tempo morou:**		

A.1 - Como é conhecido esse local onde você mora?	( ) NS ( ) NR
A.1.1 - Como os moradores eram chamados antes de morar aqui?	( ) NS ( ) NR
A.1.2 - Mudou o nome do local ou dos moradores?	( ) NS ( ) NR
A.1.3 - Porque vocês são chamados ou chamam a localidade com esse(s) nome(s)?	( ) NS ( ) NR
B.2 - Quais as principais formas de ocupação das pessoas moram por aqui?	( ) NS ( ) NR
B.2.1 - As ocupações mudaram quando vieram morar aqui? Por quê?	( ) NS ( ) NR
B.3 - Existe associação ou lideranças na comunidade? ( ) SIM ( ) NÃO ( ) SIM, MAS NÃO É ATUANTE ( ) NS ( ) NR ( ) NSA	Tipo:
B.3.1 - Quem ocupa essas funções?	( ) NS ( ) NR ( ) NSA
C.4 - Quais os principais problemas desse local e pelo que vocês têm reclamado?	( ) NS ( ) NR
C.4.1 - Quando fazem cobranças ao "governo", isso tem funcionado? ( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO FORAM FEITAS RECLAMAÇÕES ( ) NS ( ) NR	
C.4.2 – Se ocorreram, quais as formas de reclamação ou protestos usados?	( ) NS ( ) NR

* **NS** – NÃO SABE/ **NR** – NÃO RESPONDEU/ **NSA** – NÃO SE APLICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO — Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente — Associação Plena em Rede

INSTRUMENTO DE COLETA - PESQUISA:
TRAJETÓRIAS DA DESIGUALDADE: SUPRESSÃO DA NATUREZA E PROVISÃO HABITACIONAL EM MEIO URBANO

C.4.3 – Quais suas sugestões para melhorar as condições de vida no conjunto? ( ) NS ( ) NR

C.5 - O que mudou na sua vida e de sua família em relação ao antigo lugar de moradia? ( ) NS ( ) NR

C.5.1 - Do que você e/ou membros da sua família sentem falta? ( ) NS ( ) NR

C.5.2 - Do que você e/ou membros da sua família NÃO sentem falta? ( ) NS ( ) NR

D.6 - O que é NATUREZA para você? Diga três palavras que te lembram da NATUREZA. ( ) NS ( ) NR

D.6.1 - Você se sente mais próximo a ela aqui, ou onde morava?

( ) AQUI ( ) ONDE MORAVA ANTES ( ) TANTO FAZ ( ) NUNCA PENSEI ( ) NS ( )NR

* **NS** – NÃO SABE/ **NR** – NÃO RESPONDEU/ **NSA** – NÃO SE APLICA

D.7 - Quais as diferenças que você vê no ambiente daqui e de onde você morava?

( ) NS
( ) NR

D.8 - O que foi feito do lugar onde você morava?

( ) NS
( ) NR

D.9 – Você desejava sair do seu antigo local de moradia?

( ) SIM ( ) NÃO ( ) NUNCA HAVIA PENSADO SOBRE O ASSUNTO ( ) NS ( )NR

D.9.1 - Você participou da escolha deste novo local onde iria morar? Por quê?

( ) SIM ( ) NÃO ( ) NUNCA HAVIA PENSADO SOBRE O ASSUNTO ( ) NS ( )NR

D.10 - Porque você acha que as pessoas recebem uma casa (ou apartamento) e vão embora dos conjuntos habitacionais?

( ) NS
( ) NR

D.11 – Você ou alguém da sua família utiliza (ou utilizou em 2016) o Sistema Único de Saúde - SUS? Qual tipo e estabelecimento(s)?

( ) SIM ( ) NÃO ( ) NS ( ) NR	( ) Hospital ( ) Policlínica e Maternidade ( ) Policlínica e CEO ( ) Policlínica ( ) Unidade de Saúde da Família ( ) CAPS	( ) CAPS – Álcool e Drogas ( ) Academia da Cidade ( ) Unidade de Atenção Integral à Saúde ( ) Centro de Vigilância Ambiental ( ) Farmácia da Família ( ) Outro(s):

D.11.1 - De onde você morava para cá, houve alguma mudança no acesso aos serviços de saúde? E quanto à distância dos estabelecimentos?

( ) MELHOROU ( ) PIOROU ( ) NÃO MUDOU ( ) NS ( ) NR	( ) Agora está mais perto ( ) Agora está mais distante ( ) Não mudou ( ) NS ( ) NR	Outros comentários (se houver):

* **NS** – NÃO SABE/ **NR** – NÃO RESPONDEU/ **NSA** – NÃO SE APLICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO — Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente — Associação Plena em Rede

INSTRUMENTO DE COLETA - PESQUISA:
TRAJETÓRIAS DA DESIGUALDADE: SUPRESSÃO DA NATUREZA E PROVISÃO HABITACIONAL EM MEIO URBANO

D.12 – Você ou alguém da sua família utiliza (ou utilizou em 2016) o sistema de educação pública? Se sim, qual tipo e estabelecimento(s)?

( ) SIM ( ) NÃO ( ) NS ( ) NR	( ) Escola ( ) Anexo de Escola ( ) Creche ( ) Centro Profissionalizante	( ) Escola Profissionalizante ( ) Núcleo Profissionalizante de Informática ( ) Outro(s):

D.12.1 – De onde você morava para cá, houve alguma mudança no acesso aos serviços de educação? E quanto à distância dos estabelecimentos?

( ) MELHOROU ( ) PIOROU ( ) NÃO MUDOU ( ) NS ( ) NR	( ) Agora está mais perto ( ) Agora está mais distante ( ) Não mudou ( ) NS ( ) NR	Outros comentários (se houver):

D.13 – Você ou alguém da sua família utiliza (ou utilizou em 2016) meio de transporte público coletivo? Se sim, quais os destinos principais?

( ) SIM ( ) NÃO ( ) NS ( ) NR	Destino(s):

D.13.1 – De onde você morava para cá, houve alguma mudança no acesso aos serviços de transporte?

( ) MELHOROU ( ) PIOROU ( ) NÃO MUDOU ( ) NS ( ) NR	Outros comentários (se houver):

D.14 – Você costuma frequentar (ou frequentou em 2016) praças, parques ou áreas verdes públicas nesse novo local de moradia? Se sim, quais?

( ) SIM ( ) NÃO ( ) NS ( ) NR	( ) Parque ( ) Praça ( ) Área Verde ( ) Área Verde (margem de rio) ( ) Outro(s):	Outros comentários (se houver):

D.14.1 – Você costumava frequentar praças, parques ou áreas verdes públicas no seu antigo local de moradia? Se sim, quais?

( ) SIM ( ) NÃO ( ) NS ( ) NR	( ) Parque ( ) Praça ( ) Área Verde ( ) Área Verde (margem de rio) ( ) Outro(s):	Outros comentários (se houver):

D.14.2 – De onde você morava para cá, houve alguma mudança no acesso a estes tipos de locais? Por quê?

( ) SIM ( ) NÃO ( ) NS ( ) NR	

* **NS** – NÃO SABE/ **NR** – NÃO RESPONDEU/ **NSA** – NÃO SE APLICA

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS - Resolução 466/12)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa **TRAJETÓRIAS DA DESIGUALDADE AMBIENTAL: SUPRESSÃO DA NATUREZA E PROVISÃO HABITACIONAL EM MEIO URBANO**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora MANUELA MARIA PEREIRA DO NASCIMENTO, residente [redacted]. Telefone: [redacted] (inclusive ligações a cobrar) e e-mail manuelanascimento@yahoo.com.br. Esta pesquisa está sob a orientação de CLÁUDIO JORGE MOURA DE CASTILHO, que também é participante como pesquisador. Telefone: [redacted], e-mail claudiocastilho44@gmail.com.

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensíveis, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Caso não concorde, não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- O objetivo desta pesquisa é obter informações sobre as opiniões e impressões dos moradores, acerca da relação entre as características e experiência vivida nos conjuntos habitacionais e seus antigos locais de moradia. Para isso, será aplicada uma entrevista para os moradores de conjuntos habitacionais maiores de idade.
- A entrevista dura em média 15 minutos.
- As perguntas oferecem riscos mínimos que variam do constrangimento quanto às suas condições de habitação, sensação de não saber as respostas ou por causa da sua forma de ocupação. Também se considera que o colaborador possa observar melhor problemas enfrentados no cotidiano e do seu local de moradia. Para minimização desses possíveis efeitos, as entrevistas serão aplicadas com total isenção de posicionamentos em relação ao conteúdo abordado, sempre destacando que os colaboradores que se sentirem constrangidos têm a liberdade de excluir os dados de sua entrevista a qualquer momento, durante sua realização ou posteriormente.
- A pesquisa visa a busca de soluções compartilhadas a serem aplicadas em novos processos de mudança de pessoas de uma área para outra, daí a realização das entrevistas com quem passou por este processo. Diante do que tem sido observado, sobretudo, a saída dos conjuntos habitacionais por falta de adaptação ao novo estilo de vida (principalmente para aqueles que saem das palafitas para os conjuntos de prédios de apartamentos), espera-se que a pesquisa gere informações relevantes à melhoria das condições de vida para outras pessoas que passem por isso e estimule a busca pelos direitos daqueles que já estão morando nos conjuntos.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, fotos ou filmagens), ficarão armazenados em (pastas de arquivo e computador pessoal), sob a responsabilidade do (pesquisador responsável) no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br)**.

_____

(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **TRAJETÓRIAS DA DESIGUALDADE AMBIENTAL: SUPRESSÃO DA NATUREZA E PROVISÃO HABITACIONAL EM MEIO URBANO**, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido(a) pelo(a) pesquisador(a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____

Assinatura do participante: _____

Impressão digital (opcional)

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura: